

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Jordanna Fonseca Silva

Monumentos urbanos a bandeirantes: disputas de memória no espaço público em Goiânia e São Paulo

BRASÍLIA

2025

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Monumentos urbanos a bandeirantes: disputas de memória no espaço público em Goiânia e São Paulo

Linha de pesquisa: Cidade, cultura e sociedade

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de Doutorado em Sociologia.

Orientador: Dr. Eduardo Dimitrov

BRASÍLIA

2025

(ficha catalográfica)

(folha de aprovação)

Dedico esta tese aos meus sobrinhos, Diego, Mateus e Pedro, e às novas gerações.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, pela bolsa de doutorado durante todo o período de curso.

À CAPES/COFECUB, pela bolsa de doutorado sanduíche durante o período na École Normale Supérieure Paris-Saclay.

À banca de qualificação, Ana Marcela Ardila Pinto (UFMG), Eduardo Dimitrov (UnB) e Clóvis Carvalho Britto (UnB), pela leitura e por todas as contribuições.

À Mariza Veloso Motta Santos, pela orientação cuidadosa até o último ano de doutorado.

Ao Eduardo Dimitrov, pela generosa orientação nos percursos finais.

À banca de defesa final, Ana Rita Uhle (Unila), George Seabra Coelho (UFT), Sérgio Tavolaro (UnB), pela leitura atenta, presença e diálogo.

À minha companheira, Silvana Matias Freire, minha leitora e interlocutora fundamental durante essa travessia. Obrigada por ser você e estar sempre na minha vida.

Aos meus pais, Walteir V. da Silva e Roseany L. Fonseca, pelo apoio incondicional, pelo carinho cotidiano e por me aceitarem em casa sempre que retorno das minhas aventuras.

Aos meus irmãos, Jamille S. Lima e Eduardo P. F. Silva,

Às amigas que tive a sorte de encontrar ainda na escola e que escolheram permanecer, Laís, Ana Flávia, Carol, Luísa, Ana Karyne, Gabriela.

Aos amigos-pesquisadores da Maison du Brésil, com quem tive o prazer de compartilhar as angústias e desesperos, as alegrias e conquistas, desse mundo acadêmico insano, especialmente ao meu melhor amigo, o psicólogo e historiador, Gabriel Weiss Roma; ao historiador de arte João Brancato; à antropóloga Joyce Linhares; ao médico Felipe Saceanu Leser e à escritora Monalisa Bonfim.

"Bandeira Macabra" (1947)

Arranquem o Bandeirante!
Levem-no para o matadouro!
E com o produto de sua carne de bronze barato
Matem a fome dos mendigos que pululam na Av. Anhanguera
(...)
Mandem-no espetado na ponta de um chuçõ
Aos acadêmicos de sua terra!
Dependurem-no à entrada do salão nobre do "XI de Agosto".
Deixem o sangue escorrer, sujar o mármore, o tapete,
Cair aos pedaços nauseabundos, num brado de revolta,
De pranto, de dor.
(...)
Retirem o Bandeirante!
Desentulhem a Avenida!
E já que suas carnes não matam a fome do mundo,
Fique livre o trânsito para o desfile macabro da miséria,
E sirva seu pedestal de "ponto" àquele mendigo
Que encontrou os outros lugares ocupados.

Casimiro Lima

RESUMO

Esta tese apresenta uma pesquisa sobre as representações historicamente construídas por diferentes grupos sociais em torno de dois monumentos em homenagem a bandeirantes, localizados nos espaços públicos urbanos de Goiânia (GO) e São Paulo (SP): o *Monumento aos Bandeirantes* e o *Monumento às Bandeiras*. Por meio de uma análise comparativa e documental, buscamos responder às seguintes questões: quem foram os agentes envolvidos na construção desses monumentos? A quais instituições estavam vinculados? Como se deram os conflitos de memória no espaço e na esfera públicos, especialmente nos jornais? Quais vozes se mostraram dissidentes? A análise abrange recortes de jornais, fotografias, telegramas, cartas e outros documentos, especialmente aqueles da Coleção BAND – Monumento aos Bandeirantes, organizada e disponibilizada pelo CIDARQ – UFG. Também foram consultados acervos da Fundação Cassiano Ricardo, do Museu da Imagem e do Som – GO, do Museu do Ipiranga, do Museu de Arqueologia e Etnologia – USP, além de periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital. O objetivo é mapear a rede de agentes e instituições que, ao longo do tempo, mobilizou e interagiu com esses objetos de valor político e estético. O recorte temporal se estende da criação da primeira maquete de V. Brecheret e do início da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia (1922 e 1938, respectivamente) até os anos 2000/2020. Como resultado, reconstruímos os momentos que antecederam a inauguração de cada monumento, analisando os discursos dos agentes envolvidos, que reforçavam representações grandiloquentes do bandeirismo no espaço público. Além disso, discutimos as disputas de memória que atravessam os espaços urbanos de Goiânia e São Paulo na atualidade, destacando os conflitos de narrativas em torno da sacralização dos bandeirantes na história dessas cidades. Esses dados contribuem para o debate sobre o lugar de memória que esses monumentos ocupam para distintos grupos sociais — não apenas os historicamente dominantes, mas também os movimentos sociais contemporâneos (indígenas, estudantis, negros), que questionam o pedestal simbólico reservado aos bandeirantes.

Palavras-chave: Monumento aos Bandeirantes (GO); Monumento às Bandeiras (SP); Memória coletiva; Disputas de memória; Releituras do bandeirantismo.

ABSTRACT

This thesis presents a research on the representations historically constructed by different social groups around two monuments in honor of bandeirantes, located in the urban public spaces of Goiânia (GO) and São Paulo (SP): the Monument to the Bandeirantes and the Monument to the Bandeiras. Through a comparative and documentary analysis, we seek to answer the following questions: who were the agents involved in the construction of these monuments? To which institutions were they linked? How did the conflicts of memory occur in the public space and sphere, especially in the newspapers? Which voices were dissenting? The analysis includes newspaper clippings, photographs, telegrams, letters and other documents, especially those from the BAND Collection – Monument to the Bandeirantes, organized and made available by CIDARQ – UFG. Collections from the Cassiano Ricardo Foundation, the Museum of Image and Sound – GO, the Ipiranga Museum, the Museum of Archaeology and Ethnology – USP, as well as periodicals available at the Digital Hemeroteca were also consulted. The objective is to map the network of agents and institutions that, over time, mobilized and interacted with these objects of political and aesthetic value. The time frame extends from the creation of the first model of V. Brecheret and the beginning of the Pro-Monument Campaign to the Bandeirantes in Goiânia (1922 and 1938, respectively) to the years 2000/2020. As a result, we reconstructed the moments that preceded the inauguration of each monument, analyzing the discourses of the agents involved, which reinforced grandiloquent representations of bandeirismo in the public space. In addition, we discuss the disputes of memory that cross the urban spaces of Goiânia and São Paulo today, highlighting the conflicts of narratives around the sacralization of the bandeirantes in the history of these cities. These data contribute to the debate about the place of memory that these monuments occupy for different social groups — not only the historically dominant ones, but also contemporary social movements (indigenous, student, black), which question the symbolic pedestal reserved for the bandeirantes.

Keywords: Monument to the “Bandeirantes” (GO); Monument to the “Bandeiras” (SP); Collective memory; Memory disputes; Reinterpretations of <<bandeirantismo>>.

RESUMÉ

Cette thèse présente une recherche sur les représentations historiquement construites par différents groupes sociaux autour de deux monuments en l'honneur des bandeirantes, situés dans les espaces publics urbains de Goiânia (GO) et de São Paulo (SP) : le Monument aux <<Bandeirantes>> et le Monument aux <<Bandeiras>>. À travers une analyse comparative et documentaire, nous cherchons à répondre aux questions suivantes : qui ont été les acteurs de la construction de ces monuments ? À quelles institutions étaient-ils liés ? Comment les conflits de mémoire se sont-ils produits dans l'espace et la sphère publics, en particulier dans les journaux ? Quelles étaient les voix dissidentes ? L'analyse comprend des coupures de journaux, des photographies, des télégrammes, des lettres et d'autres documents, notamment ceux de la Collection BAND – Monument aux Bandeirantes, organisée et mise à disposition par le CIDARQ – UFG. Les collections de la Fondation Cassiano Ricardo, du Musée de l'Image et du Son – GO, du Musée Ipiranga, du Musée d'Archéologie et d'Ethnologie – USP, ainsi que des périodiques disponibles à la Digital Hemeroteca ont également été consultées. L'objectif est de cartographier le réseau d'agents et d'institutions qui, au fil du temps, se sont mobilisés et ont interagi avec ces objets de valeur politique et esthétique. La période s'étend de la création du premier modèle de V. Brecheret et du début de la campagne Pro-Monument aux Bandeirantes de Goiânia (respectivement 1922 et 1938) jusqu'aux années 2000/2020. En conséquence, nous avons reconstitué les moments qui ont précédé l'inauguration de chaque monument, en analysant les discours des agents impliqués, ce qui a renforcé les représentations grandiloquentes du bandeirismo dans l'espace public. De plus, nous abordons les conflits de mémoire qui traversent aujourd'hui les espaces urbains de Goiânia et de São Paulo, en mettant en lumière les conflits de récits autour de la sacralisation des bandeirantes dans l'histoire de ces villes. Ces données contribuent au débat sur la place de mémoire que ces monuments occupent pour différents groupes sociaux — non seulement les historiquement dominants, mais aussi les mouvements sociaux contemporains (autochtones, étudiants, noirs), qui remettent en question le piédestal symbolique réservé aux bandeirantes.

Mots-clés : Monument aux « Bandeirantes » (GO) ; Monument aux « Bandeiras » (SP) ; Mémoire collective ; Conflits de mémoire ; Réinterprétations du « bandeirantismo ».

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Recorte de jornal "Diário Popular" fala sobre a chegada da Embaixada Universitária Paulista à Goiânia, [20 jan 1938] – Fonte: Coleção BAND – Série VEUP – Subsérie 1 – Dossiê 3 – Item 10	24
Figura 2 - Recorte de jornal mostra a recepção dos estudantes paulistas em Goiás para prestar homenagens ao sertanista morto, [s.d.] – Fonte: Coleção BAND – Série VEUP – Subsérie 1 – Dossiê 4 – Item 5	25
Figura 3 - “Bandeirante - Maquete da estátua de Goiânia, escultura de Armando Zago”, [s.d.], Paulo C. Florençano – Fonte: Coleção Affonso d’Escragnolle Taunay – CAT – Museu do Ipiranga.....	26
Figura 4 - “Maquete do Monumento às Bandeiras”, Victor Brecheret, [1920] – Fonte: Ilustração Brasileira, RJ, set. 1920. Col. IEB USP. In: BATISTA, Marta Rossetti. Bandeiras de Brecheret: história de um monumento (1920- 1953), 1985.....	27
Figura 5 - “Esboço da Praça Cívica com o monumento ao Anhanguera no centro”, [s.d.] – Fonte: Acervo Correa Lima.....	29
Figura 6 - “Estudo da Praça Cívica para traçar as principais vias da nova capital a partir do monumento ao Anhanguera”, [s.d.] – Fonte: Acervo Correa Lima	29
Figura 7 - O Estado de S. Paulo – Acervo Estadão, 22 de julho de 1936, p. 7	36
Figura 8 - Grupo de modernistas: Victor Brecheret, Di Cavalcanti, Menotti Del Picchia, Oswald de Andrade e Helios Selinger - Fonte: Reminiscências do modernismo, 1980	38
Figura 9 - “Maquete do Monumento às Bandeiras”, Victor Brecheret, 1936. Fonte: Arquivo IEB- USP. Acervo: Mário de Andrade, código do documento: MA-F-1831 (apud LIMA, 2021).....	50
Figura 10 - O Estado de São Paulo - 14 de março de 1970 - pág. 15.....	52
Figura 11 - Monumento às bandeiras, Victor Brecheret - Fonte: Acervo pessoal (2022).....	54
Figura 12 - O Estado de São Paulo, 16 de janeiro de 1953, p. 10	68
Figura 13 - O Estado de São Paulo, 25 de janeiro de 1953, p. 13	69
Figura 14 - Inauguração do Monumento às Bandeiras / Fonte: Jornal A Gazeta, 26/01/1953	70
Figura 15 - Anhanguera, Theodoro José da Silva - Fonte: Coleção Museu Paulista - FMP....	75
Figura 16 - Em comemoração ao centenário de seu nascimento em 27 de outubro de 1906 - Fonte: Joana Brasileiro, 2006.	78
Figura 17 - Correio Paulistano, 10 de junho de 1937, São Paulo - Fonte: Hemeroteca Digital	80
Figura 18 - Correio Paulistano, 30 de maio de 1938 - Fonte: Hemeroteca Digital, Ano 1942/Edição 26449 (1)	81
Figura 19 - Radiolândia, 11 de setembro de 1937, São Paulo - Fonte: Hemeroteca Digital....	86
Figura 20 - Correio Paulistano, 9 de dezembro de 1937, São Paulo - Fonte: Hemeroteca Digital (Ano 1937\Edição 25076 (1)).....	91
Figura 21 - Correio Paulistano, 5 de dezembro de 1937, São Paulo - Fonte: Hemeroteca Digital.....	92
Figura 22 - Fonte: O Estado de São Paulo, 26 de dezembro de 1937, p. 12	93

Figura 23 - Carta ao diretor do MP, Afonso Taunay, sobre a bandeira Anhanguera / Fonte: Arquivo Permanente do Museu Paulista. Grupo: Direção e administração. Subgrupo: Comunicação e intercâmbio. Série: Correspondência.....	94
Figura 24 - Resposta de Afonso Taunay à mãe de Hermano Ribeiro da Silva / Fonte: Arquivo Permanente do Museu Paulista. Grupo: Direção e administração. Subgrupo: Comunicação e intercâmbio. Série: Correspondência.....	95
Figura 25 - Fonte: O Estado de São Paulo, 23 de setembro de 1938, p. 7	96
Figura 26 - Fonte: O Estado de São Paulo, 20 de novembro de 1938, p. 3.....	96
Figura 27 - Fonte: O Estado de São Paulo, 9 de janeiro de 1938, p. 10.....	99
Figura 28 - Fonte: O Estado de São Paulo, 29 de janeiro de 1938, p. 9.....	100
Figura 29 - Embaixada Universitária Paulista na estrada de ferro de Goiás - Fonte: Coleção BAND - Série VEUP - Subsérie 1 - Dossiê 2 - Item 14.....	101
Figura 30 - Recorte de jornal aponta riquezas minerais em Goiás como atrativo para estudantes paulistas. Fonte: Coleção BAND - Série VEUP - Subsérie 1 - Dossiê 5 - Item 3	102
Figura 31 - Recorte de jornal cita fala de Antônio Sylvio Cunha Bueno sobre o níquel em Goiás. Fonte: Coleção BAND - Série VEUP - Subsérie 1 - Dossiê 5 - Item 4	102
Figura 32 - Recorte do Jornal "Correio Paulistano" sobre o regresso da Embaixada Universitária a São Paulo, com as declarações de Antônio Sylvio Cunha Bueno sobre as impressões da viagem a Goiás. São Paulo, 04 fev. 1938. Fonte: Coleção BAND – Série VEUP – Subsérie 2 – Dossiê 2 – Item 2	102
Figura 33 - Viagem da Embaixada Universitária Paulista a Goiás - Fonte: Coleção BAND - Série VEUP - Subsérie 1 - Dossiê 1 - Item 15.....	103
Figura 34 - O interventor federal Pedro Ludovico Teixeira e a Embaixada Universitária Paulista - Fonte: Coleção BAND - Série VEUP - Subsérie 1 - Dossiê 4 - Item 25.....	103
Figura 35 - Entrega do pergaminho a Pedro Ludovico Teixeira por Cunha Bueno no banquete à Embaixada Universitária Paulista em Goiânia - Fonte: Coleção BAND - Série VEUP - Subsérie 1 - Dossiê 4 - Item 26.....	104
Figura 36 - Placa em pedestal a Hermano Ribeiro da Silva - Fonte: Coleção BAND - Série VEUP - Subsérie 1 - Dossiê 4 - Item 50.....	105
Figura 37 - Recorte de jornal "O Estado de S. Paulo", informa a visita do Sr. Câmara Filho a sede do Centro Acadêmico XI de Agosto. São Paulo, 25 mar 1938. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 10.....	107
Figura 38 - Recorte do jornal "Folha da Manhã", relata a homenagem prestada à Embaixada Universitária Paulista pela Coimbra Bueno e Cia. Ltda., onde foi anunciada a iniciativa de se construir um Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. [São Paulo], 13 fev. 1938 – Fonte: Coleção BAND - Série VEUP - Subsérie 2 - Dossiê 2 - Item 6.....	108
Figura 39 - Folha impressa, descrevendo os nomes dos patrocinadores, membros da comissão executiva, tesoureiro, comissão de honra dos Estados de Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro, referente a "Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia" – Fonte: Coleção BAND - Série CPMB - Subsérie 1 - Dossiê 1 - Item 12	110
Figura 40 - Diploma entregue a quem contribuir com o valor de 50\$000 contos de réis para a Campanha pró-monumento. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 12.....	111
Figura 41 - Recorte de jornal "O Estado de S. Paulo", informa o apoio do Grêmio da Escola de Sociologia e Política à construção do Monumento aos Bandeirantes. São Paulo, 29 mar 1938. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 1 – Dossiê 1 – Item 6	112

Figura 42 - Recorte de jornal "Correio Popular", relata o porquê da escolha da cidade de Goiânia como merecedora do monumento em homenagem aos Bandeirantes. Campinas (SP), 27 maio 1938.....	114
Figura 43 - Recorte de jornal [?], publica o Decreto lei número 585 de 7 abr. 1938, concedendo o auxílio de vinte contos de réis para construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. Goiânia, 7 abr. 1938. Fonte: Coleção BAND - Série CPMB - Subsérie 1 – Dossiê 1 – Item 13.....	115
Figura 44 - Decreto n.9491 em que Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal no Estado de São Paulo, concede o auxílio de vinte contos de reis (20.000\$000) para a construção, em Goiânia, de um Monumento aos Bandeirantes. São Paulo, 14 set. 1938. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 1 – Dossiê 1 – Item 14	116
Figura 45 - Recorte de jornal "Ação", informa sobre a inauguração da série de palestras na rádio Bandeirantes e traz um trecho do discurso do Sr. José Torres de Oliveira. São Paulo, 20 abr 1938. Fonte: Coleção BAND - Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 24.....	118
Figura 46 - Recorte de jornal "Folha da Manhã", relata o discurso pronunciado pelo Sr. Ulysses Paranhos em prol da construção do Monumento aos Bandeirantes exaltando o bandeirismo e Fernão Dias. São Paulo, 19 abr 1938. Fonte: Coleção BAND - Série CPMB – Subsérie 4 - Dossiê 1 - Item 21.....	119
Figura 47 - Recorte de jornal "Diário da Noite" informa a adesão das cidades Rio Verde e Pirenópolis à campanha pró monumento e o ciclo de conferência que acontece na rádio Bandeirantes. São Paulo, 27 abr 1938. Fonte: Coleção BAND - Série CPMB - Subsérie 1 – Dossiê 1 – Item 5.....	125
Figura 48 - Correio Paulistano, 25 de setembro de 1938 - Fonte: Hemeroteca digital, Ano 1938\Edição 25322 (1)	125
Figura 49 - Recorte de jornal [?] sobre a conferência de Pedro Calmon na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo com o tema " O bandeirante e a unidade nacional". [?], [1938]. Fonte: Coleção BAND - Série CPMB - Subsérie 4 - Dossiê 1 - Item 185	127
Figura 50 - Recorte de jornal "O Diário", relata a adesão da prefeitura de Santos e do Instituto Histórico e Geográfico de Santos à campanha pró Monumento aos Bandeirantes. Santos, 04 maio 1938. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 1 – Dossiê 1 – Item 8	128
Figura 51 - Recorte de jornal "Diário de S. Paulo" sobre a palestra de D. José Gaspar de Affonseca e Silva, na rádio Bandeirantes, no ciclo de palestras da "Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia". São Paulo, 05 maio 1938. Fonte: Coleção BAND - Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 42	133
Figura 52 – Fala à Radio Bandeirante em prol do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, maio de 1938. / Fonte: Coleção Affonso d’Escragnolle Taunay. Série: Cadernos com recortes de jornais.	136
Figura 53 - Recorte de jornal "Folha da Noite", relata as declarações feitas pelo eng. Coimbra Bueno acerca da doação feita pelo interventor Dr. Pedro Ludovico Teixeira, para a "Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia". São Paulo, 13 maio 1938. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 56	139
Figura 54 - Recorte de jornal "Correio Popular", informa sobre o "Baile da Chita", cuja renda fora revertida em prol da "Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia". Campinas (SP), 20 maio 1938. Fonte: Coleção BAND - Série CPMB - Subsérie 4 - Dossiê 2 – Item 15.....	140
Figura 55 - Recorte de jornal "A Gazeta", anuncia o lançamento da revista "Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia" e, descreve os nomes dos escritores e intelectuais	

que cooperam com o evento. São Paulo, 24 maio de 1938. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 88	142
Figura 56 - Recorte da Revista comemorativa da "Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia" e da "Embaixada Universitária ao Nordeste", onde publica uma citação do Sr. Argemiro de Figueiredo. [S.l.], [1938]. - Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 192	142
Figura 57 - Recorte de jornal "Folha da Manhã", descreve trechos da fala do Sr. Cesar Salgado, proferida durante a conferência no clube Piratininga, em prol da "Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia". São Paulo, 27 maio 1938. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 111	143
Figura 58 - Ingresso para a conferência de Agrippino Grieco em favor da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. [São Paulo], [1938]. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 194.....	145
Figura 59 - Recorte de jornal "Folha da Noite", sobre a conferência do escritor Agrippino Grieco e a iniciativa da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. São Paulo, 09 jun. 1938. Fonte: Coleção BAND - Série CPMB - Subsérie 4 - Dossiê 1 - Item 161.....	147
Figura 60 - Recorte de jornal "Diário da Noite", divulga a chegada do escritor Agrippino Grieco a São Paulo, saudado pelos Srs. Mario Romeu de Lucca, Ulysses Guimarães, Cunha Bueno, Geraldo Teixeira, Chiquinha Rodrigues e Maragliano. São Paulo, 1 jun. 1938 – Fonte: Coleção BAND - Série CPMB - Subsérie 4 - Dossiê 1 - Item 126.....	148
Figura 61 – Correio Paulistano, 10 de junho de 1938. Fonte: Hemeroteca digital, Ano 1938\Edição 25230 (2)	149
Figura 62 - Recorte de jornal "Folha da Manhã", relata acerca da conferência do Dr. Cesar Salgado, no Clube Piratininga, e de Agrippino Grieco, no Teatro Municipal, em prol da construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. São Paulo, 17 maio 1938. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 62	150
Figura 63 - Correio Paulistano, 8 de nov 1938. Fonte: Hemeroteca digital, Ano 1938\Edição 25358 (1)	151
Figura 64 - Recorte da revista "XI de Agosto", referente ao Manifesto ao Povo Goiano na etapa final da Campanha Pró-Monumento, agradecimentos a famosos intelectuais e saudação entusiasta do Centro Acadêmico XI de agosto. [S.l.], [?] nov. 1938. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 1	151
Figura 65 - Item 1 - Recorte de jornal [?], informa sobre a viagem do interventor Pedro Ludovico Teixeira a cidade de São Paulo, a fim de acertar a data definitiva e festejos de inauguração do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. [S.l.], [1942]. – Fonte: Coleção BAND/CIDARQ-UFG	156
Figura 66 - Carta do Sr. Afonso de E. Taunay aos Srs. Francisco Morato e Antônio Sylvio Cunha Bueno, referente a considerações acerca da aprovação do projeto do professor Armando Zago. São Paulo, 17 jun. 1942. Fonte: Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 1 – Dossiê 1 – Item 4	156
Figura 67 - Projeto gráfico do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, criado pelo Escultor Armando Zago. [São Paulo], [26 jun. 1942]. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 2 – Dossiê 1 - Item 3.....	157
Figura 68 - Il Pasquino Coloniale - Fonte: Hemeroteca Digital, Ano 1931\Edição 01182 (1)	157
Figura 69 - A Gazeta, São Paulo, 1 de novembro de 1932. Fonte: Hemeroteca digital, Ano 1932\Edição 08040 (1)	158

Figura 70 - A Gazeta, São Paulo, 1 de novembro de 1933. Fonte: Hemeroteca digital, Ano 1933\Edição 08346 (1)	158
Figura 71 - Monumento aos Bandeirantes, Goiânia, 1938 - Fonte: SALVAGNINI, 2003, p. 23	160
Figura 72 - Cartão Postal, Monumento aos Bandeirantes, Goiânia - Fonte: Salvagnini, 2003, p. 25	161
Figura 73 - Carta de Colemar Natal e Silva dá como recebida a carta em que é apresentado o auxiliar do escultor Armando Zago para a instalação do Monumento aos Bandeirantes. Goiânia, 06 nov. 1942. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 2 – Dossiê 2 - Item 3	162
Figura 74 - Telegrama enviado pelo Sr. Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, ao Dr. Cunha Bueno, Ulysses Guimarães e Domingos Valério, acerca da inauguração do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. Rio de Janeiro (RJ), [9 nov. 1942]. Fonte: Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 1 – Dossiê 4 – Item 16	162
Figura 75 - Telegrama enviado pelo Sr. Câmara Filho, ao Dr. Cunha Bueno, comunicando que o presidente da república tomou conhecimento de telegrama acerca da solenidade de inauguração do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. Goiânia, 13 nov. 1942. Fonte: Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 1 – Dossiê 4 – Item 17	163
Figura 76 - Recorte de jornal [A Gazeta], publica trechos dos discursos pronunciados durante a Sessão Solene realizada no auditório de "A Gazeta" sobre a significação da inauguração do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. [S.l.], [1942]. Fonte: Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 1 – Dossiê 3 – Item 1	164
Figura 77 - Fotografia da Comissão Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. [Goiânia], [1942]. Fonte: Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 2 – Dossiê 1 – Item 1	165
Figura 78 - Recorte de jornal [?] convida ao povo para a inauguração do Monumento aos Bandeirantes e sessão cívica na qual discursará Francisco Morato. Goiânia, 09 nov. 1942 – Fonte: Coleção BAND - Série IMB - Subsérie 1 - Dossiê 4 - Item 8	166
Figura 79 - Recorte de jornal [A Gazeta], relata os nomes das pessoas que participaram e proferiram discursos durante a sessão de encerramento das atividades da Comissão Executiva do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. [S.l.], [1942]. – Fonte: Coleção BAND - Série IMB - Subsérie 1 - Dossiê 3 - Item 3.....	167
Figura 80 - Recorte de jornal A Gazeta anuncia a data da solenidade de inauguração do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, para nove de novembro de um mil novecentos e quarenta e dois, anunciando os nomes das pessoas que pronunciarão discursos. [S.l.], [1942]. – Fonte: Coleção BAND - Série IMB - Subsérie 1 - Dossiê 2 - Item 2	169
Figura 81 - Flâmula “Lembrança de Goiânia” com o Monumento aos Bandeirantes – Fonte: Coleção Temática Projeto de Exposição O Morar Paulistano 2010-2013 – Museu do Ipiranga	174
Figura 82 - Item 9 - Cartão Postal do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia (frente). [S.l.], [1942]. – Fonte: Coleção BAND - CIDARQ/UFG.....	175
Figura 83 - Bandeirante. Década de 1970. Alois Feichtenberger. Goiânia (GO)– Fonte: Acervo MIS GO.....	176
Figura 84 - Brasão de Goiânia (2013) - Fonte: Site Prefeitura de Goiânia, 2025.	177
Figura 85 - Vista aérea do Monumento aos Bandeirantes, Goiânia (GO) - Fonte: Zuhair Mohamad, Jornal O popular (2017)	178
Figura 86 - Vista aérea do Monumento às Bandeiras - Fonte: Marco Antonio Cardelino (2008)	187

Figura 87 - Praça do Bandeirante no Cruzamento da Avenida Anhanguera com a Avenida Goiás - Fonte: Marcos Issa/Argosfoto, 2009.....	188
Figura 88 - Inscrição no Monumento às Bandeiras (SP) consta mapa da América do Sul com a linha divisória do Tratado de Tordesilhas assinado por Afonso Taunay - Fonte: Acervo pessoal (2022).....	197
Figura 89 - Inscrição lateral presente no monumento às Bandeiras (SP) com poema assinado por Cassiano Ricardo - Fonte: Acervo pessoal (2022).....	197
Figura 90 - Inscrição no Monumento aos Bandeirantes (GO) - Fonte: Acervo pessoal (2022).....	199
Figura 91 - Inscrição presente no Monumento aos Bandeirantes (GO) - Fonte: Acervo pessoal (2022).....	199
Figura 92 - Praça do Bandeirante, década de 1940 - Fonte: José Henrique da Veiga Jardim - Acervo SEPLAM/Goiânia.....	200
Figura 93 - Praça do Bandeirante, anos 1950 – Divisão de Biblioteca e Documentação – SEPLAM/Goiânia – Acervo fotográfico – Assunto: Praça do Bandeirante – Fonte: José Henrique da Veiga Jardim.....	201
Figura 94 - Corrida na Praça do Bandeirante. Década de 1970. Alois Feichtenberger. Goiânia – GO. Acervo MIS GO.....	201
Figura 95 - Bandeirante. Década de 1970. Alois Feichtenberger. Goiânia – GO. Acervo MIS GO.....	202
Figura 96 - Recorte de jornal "O popular", 22/09/1981: Bandeirante muda para melhor - Acervo Biblioteca SEPLAM/Goiânia.....	202
Figura 97 - Recorte de jornal "O popular", 22/09/1981 - Acervo Biblioteca SEPLAN/Goiânia.....	203
Figura 98 - Recorte de jornal "O popular", 02/10/1995 - Acervo Biblioteca SEPLAM/Goiânia.....	204
Figura 99 - Recorte de jornal "O popular", 20/08/1998 - Acervo SEPLAM/Goiânia.....	205
Figura 100 - Recorte de jornal "Diário da manhã", 13/06/2004 – Acervo SEPLAM/Goiânia.....	206
Figura 101 - “Fogo no Monumento aos Bandeirantes (GO)”, [s.d.] – Fonte: Autor desconhecido.....	208
Figura 102 - “Pixos no pedestal”, 2019 - Fonte: Acervo pessoal.....	209
Figura 103 - “Pixos no pedestal, parte 2”, 2019 - Fonte: Acervo pessoal.....	209
Figura 104 - “A universidade é território indígena”, 2019 - Fonte: Acervo pessoal.....	210
Figura 105 - “Pixos, tintas e colagens no pedestal”, 2019 - Fonte: Acervo pessoal.....	210
Figura 106 – "Materialidade imaginária" - Bianca Rezende [2022].....	211
Figura 107 – "Queima", Diogo Rustoff, [2019].....	212
Figura 108 - ““Queima, Diáb Vêi’ - Diogo Rustoff”, [2019].....	212
Figura 109 – "Diabo Velho", Flor de Saturno, [2019].....	213
Figura 110 - “Aos goyanos - Ana flavia Maru”, [2020].....	214
Figura 111 - “Sem título” - Joardo Filho, [2017].....	214
Figura 112 - “Sem título” - Fonte: Emerson Camaleão [2020].....	215
Figura 113 - Monumento aos Bandeirantes, 2024 - Fonte: Jornal Opção/Guilherme Alves.....	217
Figura 114 - O Estado de São Paulo, 13 de fevereiro de 1968, p. 18.....	218
Figura 115 – O Estado de São Paulo, 19 de novembro de 1987, p. 13.....	219
Figura 116 - O Estado de São Paulo, 16 de dezembro de 1988, p. 16.....	220
Figura 117 - O Estado de São Paulo, 20 de agosto de 1991, p. 14.....	221

Figura 118 - O Estado de São Paulo, 29 de janeiro de 1995, p. 14.....	222
Figura 119 - Coluna de opinião	223
Figura 120 - O Estado de São Paulo, 6 de maio de 2000, p. 76	224
Figura 121 - O Estado de São Paulo, 19 de janeiro de 2001, p. 79	224
Figura 122 - Fonte: O Estado de São Paulo, 21 de dezembro de 2001, p. 52	225
Figura 123 - Fonte: O Estado de São Paulo, 26 de julho de 2002, p. 115.....	227
Figura 124 - Fonte: O Estado de São Paulo, 18 de julho de 2002, p. 37.....	228
Figura 125 - Fonte: O Estado de São Paulo, 24 de março de 2003, p. 35	228
Figura 126 - Fonte: O Estado de São Paulo, 28 de outubro de 2003, p. 8	229
Figura 127 - Fonte: O Estado de São Paulo, 9 de dezembro de 2003, p. 11	230
Figura 128 - Fonte: O Estado de São Paulo, 10 de janeiro de 2004, p. 67.....	231
Figura 129 - Fonte: O Estado de São Paulo, 18 de dezembro de 2004, p. 3	231
Figura 130 - Fonte: O Estado de São Paulo, 24 de setembro de 2006, p. 53	232
Figura 131 - Fonte: O Estado de São Paulo, 25 de janeiro de 2012, p. 86.....	233
Figura 132 - Fonte: O Estado de São Paulo, 29 de fevereiro de 2012, p. 31.....	233
Figura 133 - Fonte: O Estado de São Paulo, 15 de maio de 2012, p. 37.....	234
Figura 134 - Fonte: O Estado de São Paulo, 19 de junho de 2012, p. 33.....	234
Figura 135 – Trecho da entrevista com Sandra Brecheret - Fonte: O Estado de São Paulo, 9 de agosto de 2012, p. 43	235
Figura 136 - Fonte: O Estado de São Paulo, 3 de outubro de 2013, p. 1	235
Figura 137 - Fonte: O Estado de São Paulo, 3 de outubro de 2013, p. 23	236
Figura 138 - Fonte: O Estado de São Paulo, 3 de outubro de 2013, p. 23	237
Figura 139 - Fonte: O Estado de São Paulo, 4 de outubro de 2013, p. 15	237
Figura 140 - Fonte: O Estado de São Paulo, 6 de outubro de 2013, p. 140	238
Figura 141 - Fonte: O Estado de São Paulo, 1 de outubro de 2016, p. 1	241
Figura 142 - Fonte: O Estado de São Paulo, 1 de outubro de 2016, p. 3	242
Figura 143 - Fonte: O Estado de São Paulo, 7 de dezembro de 2016, p. 2	243
Figura 144 - Fonte: O Estado de São Paulo, 19 de julho de 2020, p. 42.....	244
Figura 145 - “Monumento às Bandeiras vigiado pela CGM”, [2022] - Fonte: Acervo pessoal	245

LISTA DE SIGLAS

AHMSP – Arquivo Histórico Municipal de São Paulo

Coleção BAND – Coleção Monumento aos Bandeirantes (GO)

CIDARQ/UFG – Centro de Informação, Documentação e Arquivo da Universidade Federal de Goiás

DPH – Departamento do Patrimônio Histórico da cidade de São Paulo

IHGSP – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

IHGG – Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

MAE/USP – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

MIS/GO – Museu da Imagem e Som de Goiás

MIS/SP – Museu da Imagem e Som de São Paulo

MP – Museu Paulista / Museu do Ipiranga

SEPLAM/Goiânia - Secretaria Municipal de Planejamento de Goiânia

SUMÁRIO

Agradecimentos	6
Resumo	8
Abstract	9
Résumé	10
Lista de Figuras	11
Lista de Siglas	18
Introdução	16
CAPÍTULO 1 – Fabricando o personagem: do mito bandeirante à construção do Monumento às Bandeiras (1920-1953) em São Paulo	34
CAPÍTULO 2 – Reproduzindo a narrativa: a recepção do Monumento aos Bandeirantes (1938-1942) em Goiânia	75
A “bandeira Anhanguera” e a morte do “último bandeirante”, o sertanista Hermano Ribeiro da Silva, como prelúdio da idealização do monumento	77
A viagem dos estudantes paulistas a Goiás: homenagem a Hermano, riquezas inexploradas no “sertão” e a ideia do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia.....	99
A Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia: auxílios financeiros e apoio ideológico (palestras, conferências, bailes)	109
A obra, o artista e a cidade: validação do projeto, encerramento da Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia e inauguração do monumento	154
CAPÍTULO 3 – Desestabilizando os discursos da tradição: monumentos, memórias e conflitos	180
O Monumento aos Bandeirantes (GO) e a Praça Atílio Correia Lima (Praça do Bandeirante): transformações simbólico-materiais, contra usos e releituras.....	200
O Monumento às Bandeiras (SP) e a Praça Armando Salles Oliveira: entre protestos, intervenções e reapropriações	217
Conclusão	246
Referências bibliográficas	251

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa abarca discussões sobre monumentos, memória coletiva/social, construção das identidades regionais (sobretudo goiana e paulista) e nacional, configurações urbanas e releituras do bandeirantismo. Para isso, realizaremos uma análise comparativa entre as histórias do Monumento aos Bandeirantes (1942), em Goiânia (GO), e do Monumento às Bandeiras (1953), em São Paulo (SP). O primeiro conhecido simplesmente como Estátua do *Anhanguera*, e o segundo chamado popularmente por “Empurra-empurra” ou “Deixa-que-eu-empurro”. Buscaremos elaborar, com uma análise documental que cobrirá recortes de jornais, reportagens, fotografias, imagens, pinturas, charges, cartas e outros, uma argumentação que busca dar conta de duas questões centrais: 1) quem foram os grupos de agentes (acadêmicos, intelectuais, jornalistas, políticos, empresários, artistas) que construíram os respectivos monumentos a bandeirantes aqui analisados e em que se fundamentavam para angariar apoio ideológico e financeiro para a empreitada? 2) quem foram/são os agentes (artistas, jornalistas, representantes de movimentos sociais indígenas, estudantis) que lutaram/lutam pela releitura crítica, derrubada, realocação desses monumentos e quais seus discursos e práticas?

Como veremos neste trabalho, os questionamentos à memória representada por símbolos referentes ao passado escravista/colonial nos espaços públicos das cidades já eram anteriores ao fatídico evento de maio de 2020: a morte de George Floyd, homem negro, nos EUA, por um policial branco estadunidense. No entanto, isso fez com que voltassem com força ao universo político e social manifestações contrárias a esses objetos simbólicos em centenas de cidades nas Américas e Europa. Assim, nas manifestações antirracistas em repúdio à morte de Floyd foi possível observar o que os veículos midiáticos reportaram como a “deprecação do patrimônio” cultural material, em especial de estátuas e outros monumentos que exaltavam personagens controversos da história da cidade, muitas vezes se tratando de antigos escravistas, racistas, conservadores e militares. O caso célebre dessa movimentação aconteceu na Inglaterra, em Bristol. Manifestantes derrubaram e empurraram até o rio a estátua do traficante de escravos Edward Colston¹. Posteriormente, o poder público recuperou a obra do fundo do rio e a redirecionou para um novo lar: um museu. Outros veículos midiáticos, ainda, apontaram o retorno do debate em torno das estátuas e da memória social das cidades representada nos monumentos urbanos.

¹ (G1, 2020a).

Isso nos leva a outros exemplos que ocorreram ao redor do mundo. Além da derrubada de estátuas, intervenções artísticas e políticas foram registradas, bem como remoções promovidas pelo poder público, petições para remoção promovidas pela sociedade civil, discussões legislativas sobre o destino das estátuas, realocação das estátuas que povoam o espaço público saindo das praças e indo para o espaço educativo dos museus, entre outros.

Mesmo antes do evento mencionado anteriormente, já em 2019, os 3 meses de eclosão social no Chile renderam discussões com os protestos que questionaram a história oficial das estátuas. Foram calculados cerca de 329 monumentos “danificados”². A postura dos protestos era antimilitar e anticolonial, atuando sobre os monumentos que faziam referência a apoiadores desses períodos. Em La Serena, a estátua do conquistador espanhol Francisco de Aguirre foi retirada e em seu lugar instalada a escultura Milanka, referência à mulher da cultura indígena *diaguita*.

Em Santiago, os manifestantes reclamaram de uma relação de não-pertencimento, de desafeição por signos não considerados seus, ao ocuparem e intervirem na praça Itália, centro da capital chilena, onde se localiza o monumento ao general Manuel Baquedano, militar e político do séc. XIX. Para os manifestantes, este chefe militar chileno representa a “conquista” do norte do país, mas também a repressão dos indígenas mapuche no sul. Ainda no Chile, na cidade de Concepción, a estátua ao colonizador espanhol Pedro Valdivia foi derrubada³, neste mesmo período.

Mais de uma década antes, a Espanha já havia promulgado a Lei de Memória Histórica, em 2007, que veta celebrações ao período militar franquista nas ruas, placas e estátuas. Somente em 2019, no entanto, é que o Ministério da Justiça da Espanha ordenou que cerca de 650 cidades retirassem de seus espaços públicos vestígios de exaltação da ditadura franquista.

Em 2020, após a já mencionada morte brutal de George Floyd, o movimento “*Black Lives Matter*” (“Vidas Negras Importam”) acende de volta uma fagulha sobre as chamadas da “reparação histórica” realizada pelos manifestantes e suas reivindicações de identidade, pertencimento, memória e democracia sobre o espaço público. Foram vistos atos de intervenção direcionados às estátuas/esculturas celebrativas de fatos históricos controversos em várias cidades dos EUA, Suíça, Inglaterra, Bélgica, República Checa, Nova Zelândia, entre outros.

A onda de “reparação histórica”, “ressignificação do espaço urbano”, “novos usos e apropriações dos monumentos”, ou simplesmente de “derrubada de estátuas” e contestação do

² (MONTES, 2020).

³ *Ibidem*.

patrimônio cultural material, (re)começou com o célebre caso já citado em Bristol, na Inglaterra. Nos EUA, a discussão também já havia ocorrido, mas trataremos mais adiante destes casos precedentes. Em 2020, com a onda de “derrubada de estátuas”, após a morte de Floyd, em Louisville, a estátua ao general confederado John Castelman foi removida pela prefeitura⁴. Em Richmon, Virginia, a estátua a Cristóvão Colombo, visto como “genocida dos povos nativos”, foi arrancada e jogada num lago⁵. Estátuas ao mesmo “descobridor da América” foram “vandalizadas” em Miami e decapitadas em Boston. Em seguida, o prefeito desta última anuncia sua retirada.

Na Suíça, em Neuchâtel, ainda em 2020, nessa mesma onda do movimento “Black Lives Matter”, a estátua a David de Pury ficou imersa em tinta vermelha. Além disso, correu uma petição para a remoção desta mesma estátua, formulada pelo “Coletivo pela Memória”. Segundo a petição, o banqueiro e negociante homenageado teria feito sua fortuna com tráfico de escravizados africanos. Em seu lugar, o coletivo espera que seja colocada uma placa em homenagem às vítimas do racismo⁶. Em outubro de 2022, uma obra crítica, com a miniatura do monumento ao negociante invertida de cabeça para baixo, foi inserida ao lado da estátua a David de Pury⁷.

Na capital da Inglaterra, após pressão do movimento “Derrubem os Racistas”, a estátua a Robert Milligan (membro da câmara mercantil escocesa, traficante e proprietário de escravos), localizada na entrada do Museu de Londres, foi removida pelas autoridades locais⁸. Em 2022, a estátua está de volta ao Museu de Londres, mas dessa vez para ser propriamente contextualizada, com biografia do homenageado, história da construção da estátua e as marcas dos movimentos contestatórios do período⁹.

Ainda na capital inglesa, a estátua a Cecil Rhodes (que fora um magnata da mineração e político britânico no sul da África que serviu como primeiro-ministro da colônia do Cabo entre 1890-1896), presente na entrada da Universidade de Oxford, foi removida e realocada para um museu¹⁰. Após pressão de manifestantes antirracistas com a campanha “Rhodes Must Fall” (“Rhodes Deve Cair”), funcionários votaram a favor da retirada. A estátua a Churchill foi também “vandalizada” com um pixo da frase “*Was a racist*” (“Era um racista”) em Londres.

⁴ (TOBIN, 2020).

⁵ (G1, 2020b).

⁶ (BRADLEY, 2020).

⁷ (JORDAN, 2022).

⁸ (SIBLEY; THOMAS; RUSSELL, 2020).

⁹ (ADAMS, 2022).

¹⁰ (DELCROIX, 2020).

Em Praga, na República Checa, uma estátua ao mesmo homenageado anterior foi também pichada com o nome do movimento “*Black Lives Matter*”. Já na Bélgica, foi a vez das estátuas ao rei Leopoldo II, ligado ao passado colonial belga na exploração do Congo. Em Antuérpia, uma estátua foi “vandalizada” e, posteriormente, retirada sem reinstalação no mesmo local, sendo levada para um museu¹¹. Na capital belga, o grupo “Vamos reparar a história” exige a retirada de todas as estátuas de Leopoldo II que estão em Bruxelas, relacionando-o ao extermínio de congoleses.

Em outro continente, em Hamilton, cidade da Nova Zelândia, a prefeita determina eliminar monumentos “considerados representativos de desarmonia e opressão cultural”. A estátua a Hamilton, comandante militar colonial que lutou contra os maoris em favor da expansão colonial britânica, foi removida do espaço urbano após solicitação e pressão popular.

A socióloga urbana e a arquiteta Sybille Frank e Mirjana Ristic (2020) mostram como esse movimento é anterior mesmo à morte de George Floyd, e se retomado historicamente poderia retornar a um passado inacessível. Porém, a partir de 2015, essas autoras estudam um fenômeno que elas chamam de *Urban Fallism*, que poderia ser traduzido por “quedas nas cidades”. Esse fenômeno é acompanhado pelos pesquisadores em diferentes contextos políticos, geográficos e urbanos, incluindo: a África e Américas pós-colonialistas; Europa e Ásia pós-imperialismo e pós-comunismo; e guerras no Oriente Médio. A pesquisa apresenta como a ação de contestar, transformar ou remover um monumento de seu espaço urbano opera como um meio de luta política e como uma forma de engajamento político em contextos urbanos. Os autores demonstram como a queda dos monumentos opera como uma ferramenta de resistência política contra a marginalização, discriminação e exclusão, um catalisador para a democracia e justiça social, e como um meio de lidar com o patrimônio contestado.

Um dos exemplos que podemos citar a partir das reflexões dos autores ocorreu em março de 2015 e reverberou inclusive na capital inglesa, em 2020, como vimos anteriormente. Com início na África do Sul, o movimento conhecido como #RhodesMustFall¹² caracterizou-se por uma série de protestos e debates no sentido de questionar a presença da estátua ao colonizador britânico Cecil John Rhodes, na entrada da Universidade da Cidade do Cabo, lugar onde vigorava, conforme apontam os estudantes do movimento, um racismo institucional velado traduzido no número de docentes e estudantes negros, entre outros aspectos. Os manifestantes, que se referiam a si mesmos como “*Fallists*” (“derrubadores”), viam a presença do monumento

¹¹ (FRANCE PRESSE, 2020)

¹² (TIMALSINA, 2021)

como um ato de discriminação e violência contra estudantes e membros negros da equipe universitária, porque, como eles argumentavam, o monumento glorificava um herói colonial que carregava consigo uma política de supremacia branca baseada na exploração, discriminação e violência contra nativos negros (FRANK; RISTIC, 2020, p. 553). Após petição e forte onda de protestos, em abril de 2015, a estátua foi removida¹³.

Nos EUA, o debate eclode sobretudo nos monumentos aos generais confederados. Em 2017, em Charlottesville, após anúncio da prefeitura acerca dos planos para remoção da estátua ao general confederado Robert E. Lee, a marcha “Unir a Direita”, formada por supremacistas brancos, se reúne para defender a permanência da estátua¹⁴. Entre os manifestantes, era possível observar símbolos confederados e nazistas; armamentos pesados; tochas e vestimentas referentes ao grupo supremacista de extrema-direita *Ku Klux Klan*. A contrapartida foi convocada no dia seguinte pelo “Black Lives Matter”, grupo antirracista estadunidense. A reunião dos dois grupos juntos provocou confrontos, violência generalizada e intervenção policial.

No fôlego deste mesmo período, em New Orleans, a estátua ao mesmo general confederado em questão foi retirada pelo poder público¹⁵, como início do programa de retirada de monumentos aos confederados do espaço público. Afinal, conforme Bachand (2018), a estátua a Robert E. Lee, comandante das forças confederadas, foi inaugurada em 1884 na avenida mais movimentada de New Orleans e, a princípio, apenas indiretamente este movimento de memória da Causa perdida (The Lost Cause) pós-guerra de secessão reforça a supremacia branca, com seu principal veículo político o Partido democrata, ou seu terrorismo via os grupos paramilitares, como a *Ku Klux Klan*.

Em 2017, o Jornal El País, lança a seguinte pergunta: “Por que nos importamos com símbolos escravagistas dos EUA e ignoramos os do Brasil?”¹⁶, uma vez que o debate da retirada das estátuas ou de suas novas representações e usos não pareciam chegar tão fortemente no Brasil. A jornalista, Regiane Oliveira, mostra, com vozes de um professor indígena e uma historiadora do setor de patrimônio do estado de São Paulo, citando os exemplos dos EUA vividos em 2017, como no Brasil o debate sobre a permanência ou não de monumentos em homenagem ao passado escravista no espaço urbano ainda é raso. Se nos EUA a questão é tratada como uma luta entre supremacistas brancos e antirracistas, no Brasil, o tema é tratado,

¹³ (AGENCE FRANCE PRESSE IN CAPE TOWN, 2015).

¹⁴ (BBC NEWS BRASIL, 2017).

¹⁵ (AFP, 2017).

¹⁶ (OLIVEIRA, 2017).

pelas autoridades e grande mídia, como “vandalismo” e “deprecação de patrimônio público”. A autora cita intervenções promovidas nos monumentos às Bandeiras e ao Borba Gato, de São Paulo, permanecendo fiscalizados 24h por dia para prevenir ações dos manifestantes.

Em 24 de julho de 2021¹⁷, a estátua ao bandeirante Borba Gato, localizada no bairro Santo Amaro, em São Paulo, sofreu ataques de um grupo denominado de “Revolução Periférica”. A ação do grupo, atear fogo na estátua, provocou a prisão preventiva dos líderes do movimento, o que demonstra a forma de tratamento da questão do patrimônio cultural material no Brasil.

Ao longo da história da cidade de Goiânia (GO), diferentes grupos sociais, organizados em movimentos estudantis, indígenas, manifestaram seu desacordo com essa narrativa oficial, de homenagem aos bandeirantes, e agiam de modo contestatório em intervenções na estátua: pichações, apropriações lúdicas, colocar fogo próximo ao seu pedestal. Como vimos nas imagens anteriores, há ainda ilustrações e releituras dos personagens em destaque, conferindo novos valores e representações aos monumentos aqui analisados. Após a morte de George Floyd e a onda de questionamento das estátuas representativas de heróis coloniais ou militares vista anteriormente, em Goiânia, a permanência do Monumento aos Bandeirantes no centro da capital gerou discussões entre gestores do patrimônio, historiadores locais e lideranças de movimentos sociais, em especial o movimento indígena¹⁸.

Borges (2017), ao analisar a invisibilidade do Monumento ao trabalhador em Goiânia (GO), que foi destruído durante a ditadura militar e nunca mais restaurado, menciona ainda o projeto proposto por um vereador local, Rusembergue Barbosa (PRB), de reconstrução deste monumento e de derrubada da Estátua do *Anhanguera* (Monumento aos Bandeirantes) para erguer outra em homenagem a Attilio Correa Lima (primeiro urbanista da nova capital). A proposta promoveu um fraco debate na mídia e entre historiadores locais¹⁹. Isso nos interessa diretamente, pois, evidencia as representações e as disputas de memória no debate político. Essas disputas também ocorreram com o Monumento às Bandeiras, na cidade de São Paulo, onde podemos notar apropriações da escultura em manifestações políticas, releituras alegóricas, grafittis, pixos e colagens.

Há ainda uma semelhança entre as justificativas para a criação de ambos os monumentos: a construção heroica da figura do bandeirante e das bandeiras. Os dois monumentos aqui estudados são o que (Riegl, 2014, p. 52) chamou de monumentos

¹⁷ (BRASIL DE FATO, 2021).

¹⁸ (FERREIRA, 2020).

¹⁹ (OLIVEIRA, 2008).

intencionais, isto é, “obras destinadas, pela vontade de seus criadores, a comemorar um momento preciso ou um evento complexo do passado”. Além disso, há uma semelhança nos agentes e instituições envolvidos na promoção dessa celebração histórica dos bandeirantes enquanto personagens nacionais e paulistas.

É importante salientar que houve ainda uma reconfiguração na hegemônica “história oficial” do país e de seus estados e cidades. Essa reconfiguração, por volta dos anos 1980, trouxe à tona narrativas subterrâneas sobre o que foi, de fato, o bandeirantismo, o seu lado oculto: caça e escravização de indígenas, destruição de aldeias e quilombos, entre outras “catástrofes históricas” (SELIGMANN-SILVA, 2008a). Nessa pesquisa, o tradutor, teórico e crítico literário brasileiro enfatiza as memórias traumáticas advindas de eventos considerados catastróficos, tais como o Holocausto, por ele analisado.

No entanto, a historiadora Ana Lucia Araujo (2014), em *Shadows of the Slave Past – Memory, heritage and slavery*, demonstra que a escravidão e o Holocausto, em termos históricos, guardadas as devidas características distintas, são equivalentes em certos elementos, por se ampararem na ideologia da supremacia racial, e nas práticas genocidas e de subordinação. Nesse livro, a autora realiza um estudo transnacional e comparativo que busca examinar os processos que levaram à memorialização da escravidão desde a segunda metade do século XX. A autora explora diversos tipos de iniciativas de construção desses “lugares de memória” (NORA, 1993, p. 12), tais como monumentos, memoriais, museus, e outros lugares patrimoniais. O livro discute como diferentes grupos e atores sociais ocuparam a arena pública associando o passado escravista com outras atrocidades humanas, especialmente o Holocausto.

Ademais, na historiografia, as representações do bandeirante deixaram de investir somente nos aspectos positivos do desbravamento, da coragem, da liderança, da expansão territorial, para trazer à reflexão problemas históricos relacionados a conflitos raciais, sexuais, territoriais e políticos (PACHECO NETO, 2007; ROIZ et al, 2018; SOUZA, 2007). Nesse sentido, houve o que seria a entrada de novos papéis atribuídos a esses personagens antes homenageados e heroicizados, imaculados pelas instituições legitimadas a construir a história paulista e nacional.

Esse processo pode ser acompanhado através dos arquivos e acervos, das veiculações midiáticas (jornais, mídias sociais), das instituições culturais, mas também pode ser visto no cotidiano da cidade, em protestos e manifestações sociais; na própria estrutura física do monumento; nas ações do poder público para sua conservação; nos debates políticos, legislativos ou não, que envolvem a estátua/a escultura e sua existência; nas ações de grupos e movimentos organizados para contrapor a ocupação política e estética do espaço público

evocada por um monumento, que fazem parte da gramática da memória da cidade; nas transformações do entorno, entre outras evidências capazes de nos possibilitar uma rica construção de dados.

Um dos principais acervos consultados para construção desta tese é a Coleção BAND – Monumento aos Bandeirantes, organizada, digitalizada e disponibilizada ao público desde 2015 pelo Centro de Informação, Documentação e Arquivo (CIDARQ), da Universidade Federal de Goiás (UFG). Essa coleção documental conta com mais de 500 documentos de tipos diversos, como recortes de jornais, fotografias, notícias, cartas, telegramas, decretos-lei, notas fiscais, recibos, entre outros, datados nos anos 1938 (período da viagem a Goiás e da Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em território paulista, mineiro e goiano) e 1942 (período de preparativos para a inauguração do monumento).

Os documentos foram mantidos e conservados por Antônio Sylvio Cunha Bueno, que teria sido o presidente da Embaixada Universitária Paulista²⁰ e ainda o idealizador da construção do Monumento, presente do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, do qual fora representante. Representante ainda do Secretário da Justiça em São Paulo, presidente da Comissão Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, ele foi também responsável por descortinar o monumento no dia de sua inauguração, em 9 de novembro de 1942. Em 1987, com ato de doação realizado na Faculdade de Direito da UFG, o acervo foi doado à instituição pela família do acadêmico e figura hoje como arquivo de origem da cidade, uma vez que o Monumento aos Bandeirantes data do período de fundação da nova capital.

É possível questionar como um conjunto de documentos organizados por um indivíduo, Cunha Bueno, acadêmico paulista do final dos anos 1930, torna-se de valor histórico capaz de constituir documento/monumento a ser lembrado e eternizado por todo um conjunto populacional. Embora tendencioso, o conjunto documental nos permite observar como pensavam e se organizavam as elites político-econômicas paulistas e goianas do período, especialmente no que se refere ao movimento da Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes. Sabemos, como nos alerta (LEGOFF, 1990, p. 470), que “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”. E continua:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas

²⁰ Chamou-se Embaixada Universitária Paulista um grupo de estudantes e professores da Universidade de São Paulo, não somente da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, que foram convidados pelo interventor federal Pedro Ludovico Teixeira para conhecer e levar notícias da capital emergente, Goiânia (GO).

também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele [Pg. 548] traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente (LEGOFF, 1990, p. 472).

Num primeiro esforço analítico desta base documental, realizada em minha dissertação de mestrado, foi possível verificar empíricos vínculos entre agentes paulistas e goianos, com certo protagonismo dos primeiros na construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia (1942). Destacaram-se os universitários da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo, com ênfase aos atuantes do Centro Acadêmico XI de Agosto; intelectuais da Academia Paulista de Letras, do Museu Paulista, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; políticos, empresários, entre outros.

A relação entre São Paulo (SP) e Goiânia (GO) se mostrou evidente, pois pudemos acompanhar a trajetória documental que traçou os rastros do caminho trilhado na Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, atravessando cidades do interior paulista, mineiro e goiano, empreitada erguida e carregada majoritariamente por certos agentes de uma elite paulista em estreita relação com agentes da elite político-econômica goiana. Isso pôde ser percebido, dentre outras ações, pelo convite inicial da primeira viagem realizada pelos estudantes e professores da Universidade de São Paulo à Goiânia, a chamada “Embaixada Universitária Paulista”, que foi feito pelo interventor federal goiano da época, Pedro Ludovico Teixeira.

Figura 1 - Recorte de jornal "Diário Popular" fala sobre a chegada da Embaixada Universitária Paulista à Goiânia, [20 jan 1938] – Fonte: Coleção BAND – Série VEUP – Subsérie 1 – Dossiê 3 – Item 10

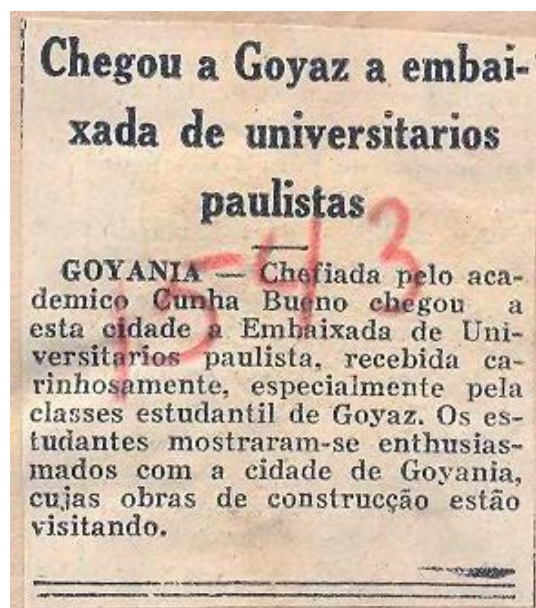


Figura 2 - Recorte de jornal mostra a recepção dos estudantes paulistas em Goiás para prestar homenagens ao sertanista morto, [s.d.] – Fonte: Coleção BAND – Série VEUP – Subsérie 1 – Dossiê 4 – Item 5



Este grupo de acadêmicos paulistas dos anos 1930, responsável pela doação do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, transfigurou-se em “novos bandeirantes”, uma vez que incorporavam esse ideal bandeirantista, parte integrante de uma identidade regional-nacional, com um projeto modernizador do “sertão” brasileiro. Essa incorporação se dá na prática em articulações entre os governos goiano e paulista com interesses de exploração mineral, mas sobretudo político-ideológicos, com um projeto político expansionista da nação (partindo de São Paulo) para o interior do Brasil. Assim, estes “novos bandeirantes” retomam ações de colonialismo interno, ao vislumbrarem o “sertão”, o interior do país, como lugar a ser modernizado, civilizado. As justificativas correntes eram de que o estado bandeirante por excelência, São Paulo, com seu predestino definido de progresso e expansão, teria depositado nos homens de seu território a ambição necessária para levar além das fronteiras o nobre sentimento de amor à pátria, de pertencimento a uma nação, utilizando para isso um personagem regional, o bandeirante paulista.

Nesse sentido, a hipótese que trazemos deste estudo prévio para esta tese que se elabora é a de que a construção dos dois monumentos possui agentes (intelectuais, políticos, acadêmicos, artistas) que tem um objetivo comum na empreitada da homenagem aos “grandes homens das bandeiras”. Isso porque várias instituições culturais e acadêmicas, como o Museu Paulista, a USP, o IHGSP, o IHGB, a Academia Paulista de Letras, entre outras, estiveram engajadas na construção do Monumento aos Bandeirantes, em Goiânia – GO. Além de agentes como Afonso d’Escragnolle Taunay (à época então diretor do Museu Paulista), Cassiano

Ricardo²¹ (intelectual paulista da Academia Brasileira de Letras), Ulysses Silveira Guimarães (à época acadêmico da Faculdade de Direito do Largo São Francisco da USP), José Torres de Oliveira (à época presidente perpétuo do IHGSP), Menotti Del Picchia (intelectual paulista modernista), os interventores federais de Goiás (Pedro Ludovico Teixeira) e São Paulo à época, Adhemar de Barros.

Com relação ao tempo para consecução da obra e o artista escultor, o Monumento aos Bandeirantes levou apenas 4 anos para sair do desenho de Armando Zago²², ao passo que o Monumento às Bandeiras, embora a primeira maquete feita por Victor Brecheret (precursor escultor modernista) date de 1920, apenas em 1953 o monumento foi finalizado e inaugurado. Nesse ponto, inicialmente podemos pensar quais foram as referências dos artistas escultores, ambos paulistas filhos de imigrantes italianos, quais eram as diretrizes da encomenda, suas influências e, principalmente, quem agenciava a encomenda, quem foram os mandantes da obra.

Ademais, o teor comparativo da tese se reforça em elementos que veremos ao longo dos capítulos como agentes e instituições em comum, justificativas e discursos semelhantes, representações do bandeirante que são similares no sentido de endossar a construção dos monumentos, bem como questionamentos e críticas contemporâneas que buscam desmitificar essas elaborações dominantes desde o começo do século XX. Esse entrelaçamento entre agentes e instituições, discursos e práticas, no que diz respeito aos processos de patrimonialização dos dois monumentos, é visto ainda no fato da maquete do Monumento aos Bandeirantes de Goiânia (GO) estar salvaguardada no Museu do Ipiranga (antigo Museu Paulista), especificamente na coleção de Afonso Taunay. Veremos a participação deste agente na construção dos dois monumentos aqui estudados ao longo desta tese.

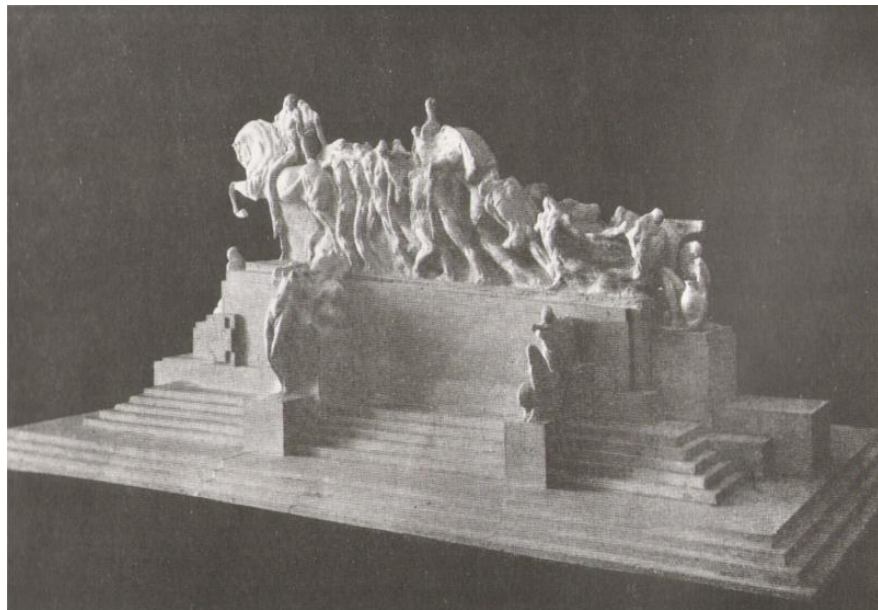
Figura 3 - “Bandeirante - Maquete da estátua de Goiânia, escultura de Armando Zago”, [s.d.], Paulo C. Florençano – Fonte: Coleção Affonso d’Escragnolle Taunay – CAT – Museu do Ipiranga

²¹ Esteve ligado, juntamente com Plínio Salgado e Menotti Del Picchia, ao Movimento Anta/Verde-Amarelo, vinculados a uma ala mais conservadora do modernismo brasileiro. No caso do monumento em Goiânia, será citado diversas vezes nos discursos de inauguração, sendo “referência” para a nova geração goiana, conforme atesta um jornal da época. No caso do monumento em São Paulo, terá protagonismo entre os agentes da campanha, além de ser o escritor do livro de apresentação da obra, “O que é o Monumento às Bandeiras”.

²² Escultor italiano com carreira artística paulista, com destaque na arte funerária, conhecido como o “artista da dor”, com algumas obras expostas no Cemitério da Consolação, em São Paulo. Para mais informações, ver: (SALVAGNINI, 2003).



Figura 4 - “Maquete do Monumento às Bandeiras”, Victor Brecheret, [1920] – Fonte: Ilustração Brasileira, RJ, set. 1920. Col. IEB USP. In: BATISTA, Marta Rossetti. Bandeiras de Brecheret: história de um monumento (1920- 1953), 1985



A primeira obra, o Monumento aos Bandeirantes de Goiânia (Figura 3), foi uma doação, um presente, do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da USP para a capital em construção, Goiânia. A segunda, o Monumento às Bandeiras de São Paulo (Figura 4), por outro lado, foi pensada, primeiramente, para a celebração do Centenário da Independência, em 1922, mas acabou sendo inaugurada no aniversário da cidade em 1953 (BATISTA, 1985), por razões político-econômicas, e retomada em atos com grande foco nas comemorações do IV Centenário da capital paulista, em 1954.

Ambos os monumentos tiveram suas imagens reproduzidas em divulgações de uso público e privado. A estátua/escultura foi transformada em cartão-postal de sua respectiva

cidade, usada como ícone no site da prefeitura, embalagens de produtos, propagandas, revistas, livros. Os nomes dos palácios, sedes dos respectivos governos estaduais de Goiás e São Paulo também fazem referência ao bandeirantismo: Palácio das Esmeraldas (GO) e Palácio dos Bandeirantes (SP). Ademais, podemos encontrar outras referências também na toponímia das cidades, em condecorações legislativas, entre outros. Em São Paulo, por exemplo, podemos destacar a fixação em 1924 da estátua do *Anhanguera*, na Av. Paulista, e a própria montagem do antigo Museu Paulista, hoje Museu do Ipiranga, por Afonso Taunay. Ou ainda, em Goiás, a inauguração, em 1917, do monumento da Cruz do *Anhanguera* no coração da antiga capital, a cidade de Goiás (TAMASO, 2007), bem como a inauguração do Museu das Bandeiras na mesma cidade, em 1954.

É possível identificar que a localização de fixação da estátua/escultura foi pensada e teve “alguma coisa de predestinado” (MOURA, 2011, p. 84). No caso do Monumento às Bandeiras, o significado simbólico do lugar ocupado pela escultura conversa com toda sua simbologia: voltado para o início da avenida Brasil, marchando rumo ao Brasil, de costas para a avenida Pedro Álvares Cabral. Ademais, o Parque Ibirapuera evidencia ainda “a predestinação de São Paulo à condução do país” (MARINS, 1999, p. 11), não somente com o Monumento às Bandeiras, mas também com o monumento e mausoléu ao soldado constitucionalista de 1932 e as edificações da exposição comemorativa do aniversário da cidade, realizada em 1954. Já no caso do Monumento aos Bandeirantes, o próprio arquiteto e urbanista do primeiro plano urbanístico da nova capital, Atilio Correia Lima, demarcou onde seria erigido o monumento (Figuras 5 e 6):

No cruzamento dos eixos das Pedro Ludovico, Araguaia, Tocantins, 10, 26, 34 e 35, deverá ser erigido futuramente um *monumento comemorativo das bandeiras*, descobertas, e das riquezas do Estado, figurando como *homenagem principal a figura de Anhanguera* (LIMA apud MONTEIRO, 1979, p. 142, grifo nosso).

Figura 5 - “Esboço da Praça Cívica com o monumento ao Anhanguera no centro”, [s.d.] – Fonte: Acervo Correa Lima

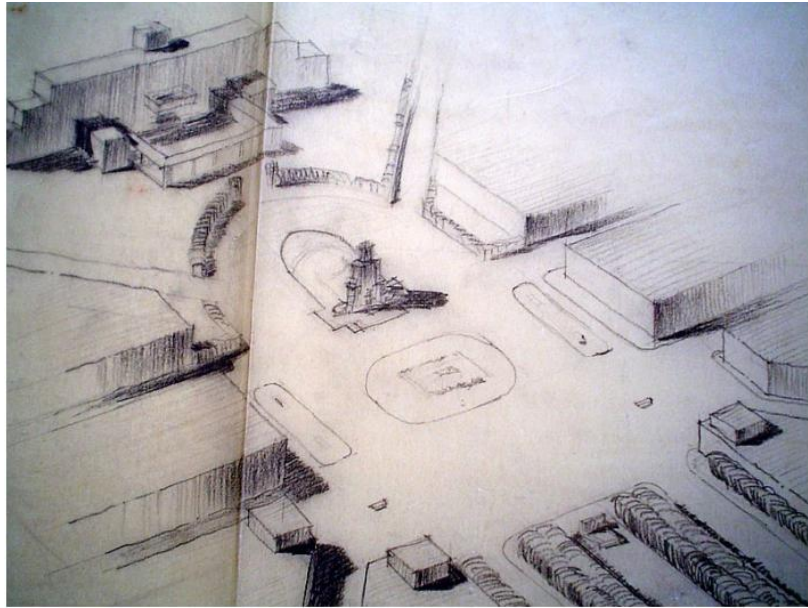
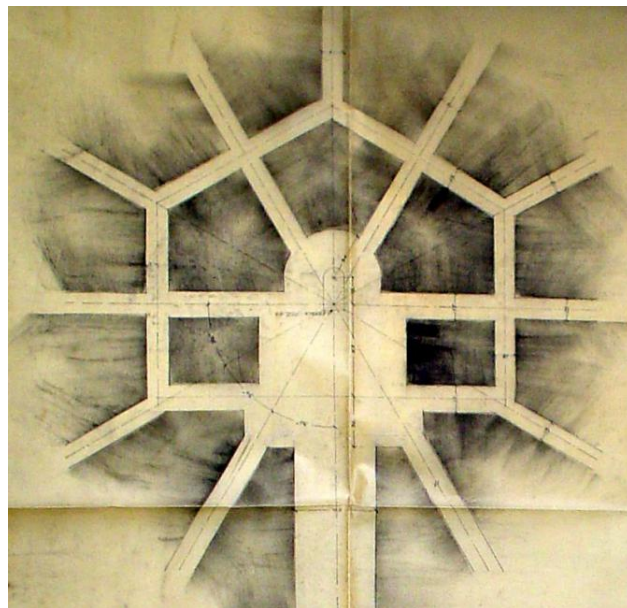


Figura 6 - “Estudo da Praça Cívica para traçar as principais vias da nova capital a partir do monumento ao Anhanguera”, [s.d.] – Fonte: Acervo Correa Lima



Tomaremos como objetos de estudo o Monumento aos Bandeirantes da cidade de Goiânia e o Monumento às Bandeiras da cidade de São Paulo. Uma análise comparativa e documental destes dois monumentos permitirá estabelecer relações entre os conflitos e consensos que permeiam a memória social das cidades (particularmente no que se refere ao bandeirantismo) e as transformações do espaço público urbano, bem como identificar os agentes que pleitearam em prol do protagonismo bandeirantista e daqueles que lutaram (e ainda lutam) pelo seu declínio.

É preciso esclarecer que procuramos esboçar uma etnografia dos monumentos aqui analisados, remontando o mosaico de suas histórias, desde as ideias de sua concepção, dadas por seus idealizadores, interessados nas mensagens que eles poderiam simbolizar; passando por sua gestação, com as afirmações políticas de sua relevância a compor apoios financeiros para sua imagem, até a sua aparição no mundo social. Partiremos, assim, em direção à história recente destas personagens, buscando descrever sua relação com toda a configuração urbana e com as narrativas sobre o bandeirantismo.

Para realizar essa pesquisa, tomaremos a estátua/a escultura como construções sociais e políticas, mais do que obras estéticas de enfeite da vida urbana, em constante interação com as dinâmicas da cidade. Pretendemos demonstrar como os agentes e as instituições responsáveis pela fabricação de imagens em torno dos bandeirantes, desde a primeira metade do século XX até os dias atuais, criaram repertórios comemorativos acerca das bandeiras e dos bandeirantes, que se materializaram na forma dos monumentos aqui estudados.

Assim, buscaremos demonstrar as conexões, a circulação e reconstruir as redes entre os agentes (intelectuais, artistas, políticos, empresários) e instituições que estiveram à frente da empreitada de homenagem aos “heróis de gibão e bota” nos respectivos períodos de fundação dos monumentos aqui estudados. Chave para o estudo comparativo aqui desenvolvido está a pergunta de quem esteve envolvido nesse processo de construção dos monumentos em Goiânia (GO) e São Paulo (SP), as tensões e a morfologia social dos grupos. Afonso Taunay, Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia, Movimento Anta/Verde-Amarelo, são alguns dos nomes e movimentos que podemos destacar, pois, apoiaram ou mesmo idealizaram as homenagens aos “desbravadores do sertão” para ambos os casos aqui estudados, com especial protagonismo na construção do Monumento às Bandeiras (SP), mas com reverberações nos planejamentos do Monumento aos Bandeirantes (GO). No caso do segundo monumento, parece-nos que o dominado, a nova capital do sertão imaginariamente inabitado, legitima o dominador, a locomotiva moderna, e interessa-nos pensar nos liames políticos deste apoio ou recusa.

Embora os monumentos-personagem tenham sido desenhados e esculpidos por artistas, Armando Zago e Victor Brecheret, estes “operários da memória” (UHLE, 2015) certamente tiveram influências estéticas e historiográficas para esboçar tal imagem e representação dos bandeirantes e das bandeiras. Nesse sentido, interessa-nos rastrear essas influências e esses ordenamentos políticos que buscavam inscrever no espaço urbano da capital paulista e da nova capital goiana uma memória heroica do bandeirantismo, isto é, interessa-nos aqui a rede de agentes e instituições que faz surgir o ponto focal na paisagem urbana (CULLEN, 2006), buscando financiamentos, decidindo sobre o local de fixação, reunindo em celebrações e

festejos para congregar apoio, promovendo palestras e conferências difundidas via rádio e imprensa para criação do consenso ideológico. Mas também acompanhar a trama interacional na construção da memória local pela qual envolvem-se essas “formas simbólicas espaciais” (CORRÊA, 2010) na contemporaneidade, com transformações que acompanham os monumentos a nível espacial e simbólico (novas leituras e representações).

Para esta pesquisa, os referidos monumentos serão lidos não somente como obras estéticas, sendo seu valor artístico de pouca importância neste trabalho, mas sobretudo como criações sociais feitas com objetivos e interesses definidos de impor no cenário urbano uma representação de memória coletiva; obras ou criações que acompanham as modificações do espaço, as interações com os habitantes, as mudanças de governos, os diferentes grupos sociais; as transformações e permanências espaço-temporais; os usos e apropriações; as referências; obras ou criações que possuem uma rede de relações que se modifica ao longo do tempo e com as quais interage. No período de suas respectivas inaugurações, essa rede era formada pelos políticos, historiadores, intelectuais, acadêmicos, empresários, jornalistas, pelo próprio arquiteto e urbanista projetista da capital, no caso do Monumento aos Bandeirantes (GO) aqui analisado. Com o desenrolar do tempo, são os pichadores, os estudantes, os artistas, os manifestantes políticos e lideranças de diferentes movimentos sociais que vão modificar essa relação que serve para manter a estátua/escultura presente na memória dos/as habitantes, uma vez que “a maior ou menor durabilidade e vigência do monumento como símbolo e testemunho de um tempo histórico dependerá de sua capacidade de reatualizar-se através das práticas dos agentes” (MÁRQUEZ e KRAUSE, 2014, p. 163, tradução nossa).

Assim, mais do que reconstruir o período de fundação dos monumentos a bandeirantes aqui analisados e abordar historicamente os contextos de suas respectivas idealização e inauguração, buscaremos acompanhar e mostrar o movimento histórico atual pelo qual atravessa a estátua/a escultura, entre 2000-2020, pois, permite questionar as representações hegemônicas no final dos anos 1930 sobre as bandeiras e os bandeirantes. Isso possibilitará comparar os diferentes períodos pelos quais atravessaram os homens de bronze/granito: períodos de valorizações e engrandecimentos, mas também de fúria e revolta.

A polissemia das representações acerca da figura do bandeirante e do fenômeno das bandeiras descrita anteriormente propicia a eclosão de memórias em conflito – o que justifica o título desta tese incluir as “disputas de memórias” – aclimatadas entre diferentes grupos (sociais, étnico-raciais, políticos, religiosos), suas lutas e seus interesses. A luta por representações, as disputas simbólicas, ideológicas, envolvem a construção dos espaços (de

memória), produzindo uma “guerra de lugares” (ARANTES, 2000) entre os grupos de interesse diferentemente posicionados na estrutura social e em suas relações frente ao poder público.

A partir disso é possível questionar: as representações em torno dos bandeirantes, enquanto personagem-estátua/escultura, atualmente, ainda se conformam ou contém elementos daquelas reproduzidas no final dos anos 1930 pelos grupos apoiadores e construtores da homenagem na nova capital goiana e na quatrocentona capital paulista? Essas representações mantiveram-se as mesmas ao longo do tempo de existência dos monumentos? Como se modificaram? São questionamentos relevantes, pois, “produzido no interior de uma teia de práticas e discursos, o bandeirante não é uma categoria fixa, dada de antemão, mas algo que se transfigura” (WALDMAN, 2018, p. 33). Ademais, é possível perguntar quais são, como se formam e se mantêm ligados os grupos de agentes e instituições que apoiaram as respectivas campanhas pró-monumentos.

Rastros que permitem investigar essas mudanças simbólicas são encontrados também nas transformações urbanas ocorridas nas praças que sustentam a estátua (praça Atílio Correia Lima²³) e a escultura (praça Armando Salles de Oliveira), bem como nas avenidas e edifícios ao redor: na paisagem urbana destes cruzamentos. E no próprio fato de serem cruzamentos: locais de passagem e não de permanência, o que retoma a mobilidade bandeirante, o movimento e o deslocamento constantes.

Para esta pesquisa, de viés comparativo, o Monumento aos Bandeirantes (GO) e o Monumento às Bandeiras (SP) serão lidos como personagens no cenário urbano, que vivem as modificações do espaço, as interações com os habitantes, os governos e grupos; as transformações e permanências espaço-temporais; os usos e agenciamentos; como personagens que possuem redes de relações que se modificam ao longo do tempo e com as quais interagem.

Assim, se, como veremos, num primeiro momento os bandeirantes foram tratados como “nobres heróis desbravadores”, em que momento passaram a ser “destruidores de quilombos”, “assassinos de indígenas”, assumindo um verdadeiro papel de “anti-herói”? Ou, na leitura historiográfica vigente, como “sujeitos históricos”, para além da dicotômica relação herói e vilão. Nesse sentido, objetivamos analisar ao longo desta tese *se/como* os agentes sociais dialogam com essas personagens urbanas (o bandeirante feito estátua/as bandeiras em granito), ao esboçarem novos discursos ou reproduzirem velhos; criarem representações diversas ou estruturarem a invisibilidade e a indiferença; a contestação e o ódio.

²³ Urbanista responsável pelo primeiro projeto urbanístico da nova capital. Para mais informações, ver: (DINIZ, 2007).

Entre os documentos analisados para recompor a história dos monumentos pelos/as pesquisadores/as encontram-se os próprios monumentos, tomados como documentos (LEGOFF, 1990), como testemunhos de um passado, a serem questionados e criticados, uma vez que são também uma construção social mediada por tensões envolvendo interesses de grupos conflitantes. Além disso, destaca-se a presença de documentos de cunho jornalístico na base de dados dos/as pesquisadores/as: fotografias, manchetes, reportagens etc. Semelhante ao que o/a leitor/a encontra nas páginas desta tese, pois, também temos os monumentos como testemunho de um passado, o período de sua construção, seus idealizadores e apoiadores, mas sobretudo temos os monumentos como objetos permeados de atualizações que atravessam as transformações espaciais do entorno e as mudanças a nível das representações dos personagens aos quais os monumentos se referem.

Prosseguindo com nosso estudo, vejamos a seguir os contextos de idealização dos monumentos, os períodos de angariar apoios e financiamentos, de consagrar os artistas e as obras, bem como os momentos que antecedem as inaugurações do Monumentos às Bandeiras (SP), em 1953, e do Monumento aos bandeirantes (GO), em 1942. Embora inaugurado posteriormente, escolhemos tratar o Monumento às Bandeiras (SP) primeiramente, pois, além de sua primeira maquete datar de 1920, os intelectuais e instituições que estiveram ligados à sua construção reverberaram, em menções públicas (jornalísticas) de apoio à Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia (GO), seus interesses e valores, bem como seu olhar heroico do bandeirantismo.

CAPÍTULO 1 – FABRICANDO O PERSONAGEM: DO MITO BANDEIRANTE À CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO ÀS BANDEIRAS (1920-1953) EM SÃO PAULO

A rima a seguir trata da inscrição presente na lateral direita do pedestal do Monumento às Bandeiras (SP), deixada por Guilherme de Almeida, poeta paulista, membro das Academias Paulista e Brasileira de Letras, ligado ao grupo do verdeamarelismo modernista: “Brandiram achas e empurraram quilhas, vergando a vertical de Tordesilhas”. Almeida escreveu, além do hino do estado de São Paulo²⁴, o livro de poesia “Raça”, lançado em 1925, que reflete suas tendências modernistas, apesar de conflitantes dentro do próprio movimento²⁵, com traços tradicionais e um tanto conservadores. O poeta fala numa espécie de fusão das três raças, numa raça brasileira, exaltando o fenômeno bandeirista: “mas na riba do rio lá embaixo, três braços torcidos num único empurram no mato / o primeiro canoão da primeira monção e soltam bem alto a primeira bandeira – bem alto!” (ALMEIDA, 1972, p. 18-19).

Há ainda o poema “Nossa bandeira”, publicado por Guilherme de Almeida como uma homenagem à bandeira do estado de São Paulo, que se caracteriza por honrar a “bandeira de bandeirantes”. Introduzimos o capítulo 2 com este escritor por ter sido ele um dos membros da comissão provisória do Monumento às Bandeiras (SP), como veremos a seguir neste capítulo, bem como por ele ter seus escritos gravados no próprio monumento, como vimos no parágrafo precedente e, como veremos no capítulo 3, por seu pensamento ter continuidades em outros projetos que envolvem o soerguimento da imagem de São Paulo a partir dos bandeirantes, não somente em território paulista, mas difundindo a mensagem das bandeiras interior adentro.

O Monumento às Bandeiras (SP) levou mais de trinta anos para ser construído, concluído e inaugurado (BATISTA, 1985; COELHO, 2022; MOURA, 2011; UHLE, 2013). A primeira maquete foi lançada, ainda em 1920, por Victor Brecheret, precursor escultor modernista ítalo-brasileiro, para ser inaugurada em 1922, mas o processo de consolidação da obra ficou parado num intervalo de dezesseis anos, por razões político-econômicas vinculadas às mudanças de governantes, ao enrijecimento do governo ditatorial decretado por Getúlio Vargas, marcadamente nacionalista²⁶, e ainda por ter a colônia portuguesa de São Paulo também

²⁴ Vai, segue a entrada! / Enfrenta, avança, investe! / Norte, Sul, Leste, Oeste! / Em bandeira ou monção / Doma os índios bravios / Rompe a selva, abre minas, vara rios! (Hino do estado de São Paulo, Guilherme de Almeida, 1974)

²⁵ Para acessar as críticas de Mário de Andrade e outros à série poética “Raça” (1925), ver: Ulrich, 2007. Guilherme de Almeida e a construção da identidade paulista. (Dissertação), USP.

²⁶ Ribeiro (2006, p. 53) aponta que: “o símbolo bandeirante aparece numa atitude ufanista, como forma de soerguer os ânimos dos paulistas vencidos na revolução de 1932”.

oferecido à cidade um monumento em homenagem aos bandeirantes na mesma época, optando o governo de Washington Luiz por desistir de ambas (CHIARELLI, 2022). O historiador brasileiro George L. S. Coelho (2022) escreve sobre a campanha realizada em 1936 para a construção deste monumento, destacando o papel do “Movimento Bandeira”, cuja origem remetia ao Movimento Verde-Amarelo, que tinha entre seus participantes Cassiano Ricardo, Paulo Menotti Del Picchia e Guilherme de Almeida.

Dado esse protagonismo de Cassiano Ricardo entre os intelectuais ligados à construção do Monumento às Bandeiras (SP), as principais fontes documentais que serão utilizadas neste capítulo, além da bibliografia consultada, estão presentes no acervo da Fundação Cassiano Ricardo. Tratam-se: 1) do livreto “O que é o Monumento dos Bandeirantes”, escrito pelo próprio Cassiano Ricardo, também localizado em sua versão francesa “Ce qu’est le monument des ‘bandeirantes’” (2006); 2) do manifesto “O bandeirismo” feito para justificar a criação de um grupo de intelectuais bandeiristas em São Paulo, assinada por Afonso d’Escagnolle Taunay, Cassiano Ricardo, Guilherme de Almeida, Mario de Andrade, Menotti Del Picchia, Monteiro Lobato, Paulo Prado e outros. Além disso, analisaremos fotografias do monumento, bem como outros documentos (recortes de jornais ou revistas), disponibilizados *online*, na hemeroteca digital e em outros acervos jornalísticos²⁷.

O jornal “O Estado de São Paulo”, em 1937, publica uma nota sobre essa nova organização cultural, o “Movimento Bandeira”, materializado com o manifesto “O bandeirismo”, que tinha objetivos culturais e políticos específicos, sendo uma “instituição de cultura e de pensamento destinada não só a incentivar as coisas do espírito como também a coordenar a ação intelectual do Estado para a defesa dos princípios que condicionam a organização social e política brasileira”²⁸. Veiculado como “obra necessária”, como “grande acontecimento intelectual”, uma vez que “ideias dissolventes” tentariam “deturpar nossa fisionomia moral”, a organização cultural “Bandeira”, ou “Movimento Bandeira”, foi endossada por Armando Salles de Oliveira, governador de São Paulo à época, que escreve em resposta ao grupo:

São Paulo, 20. Dr. Mário de Andrade. São Paulo. Agradeço-lhe vivamente, bem como aos demais membros da comissão executiva da ‘Bandeira’, que assignaram o seu atencioso telegrama de 17 do corrente, os cumprimentos que me enviaram pela iniciativa referente à construção do monumento dos bandeirantes, de acordo com o projeto Brecheret. Muito me desvanece o aplauso de uma organização como essa que tão expressivamente reflete o pensamento e a cultura de São Paulo. Cordiais

²⁷ As citações diretas desta tese encontram-se conforme o novo acordo ortográfico da língua portuguesa, de modo a facilitar e dinamizar a leitura.

²⁸ O Estado de S. Paulo – Acervo Estadão, 22 de julho de 1936, p. 7.

saudações – (a.) Armando de Salles Oliveira (O Estado de S. Paulo – Acervo Estadão, 22 de julho de 1936, p. 7).

Como mencionado anteriormente, o manifesto deste “Movimento bandeira” foi assinado por: Affonso de E. Taunay, Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo, Alcântara Machado, Almeida Prado, Fonseca Telles, Guilherme de Almeida, Mário de Andrade, Paulo Prado, Paulo Setúbal, Plínio Barreto, Rubens do Amaral, Valdomiro Silveira e outros (Figura 7). De acordo com a antropóloga brasileira Maria José Campos (2007, p. 222), a comissão executiva do movimento é formada inicialmente por Cassiano Ricardo, Mário de Andrade, Menotti Del Picchia, Paulo Setúbal e Valdomiro Silveira. Mário, no entanto, rompe com o movimento pouco tempo depois.

Figura 7 - O Estado de S. Paulo – Acervo Estadão, 22 de julho de 1936, p. 7



Outra reportagem do mesmo jornal, de 18 de julho de 1936, reproduz o telegrama recebido por Armando Salles de Oliveira, pelo “Movimento Bandeira”²⁹, a que se refere anteriormente o então chefe do poder executivo do estado de São Paulo:

S. Paulo, 16 – A ‘Bandeira’ felicita vossa excelência pela generosa iniciativa de construir o monumento das Bandeiras de acordo com o majestoso projeto de Brecheret. Essa iniciativa atende à aspiração mais íntima da alma paulista, prestando culto aos heróis formadores da nacionalidade e contribuindo grandemente para a religião da Pátria, mais do que nunca necessitada agora do amor e da dedicação de todos os seus filhos. Atenciosas saudações – Cassiano Ricardo, Mário de Andrade, Menotti del Picchia, Paulo Setubal e Valdomiro Silveira (O Estado de São Paulo – 18 de julho de 1936 – p. 3).

²⁹ O Estado de São Paulo – Acervo Estadão, 18 de julho de 1936, p. 3.

Segundo a historiadora brasileira Ana Rita Uhle (2013, p. 66), Monteiro Lobato teria sido nomeado por “um grupo de literatos paulistanos” para presidir a comissão provisória para a construção do Monumento às Bandeiras (SP). Entre estes literatos estavam ainda Menotti Del Picchia, Guilherme de Almeida, Oswald de Andrade e outros.

A ideia da construção de um Monumento aos Bandeirantes na cidade de São Paulo teria sido dada por Washington Luiz, o então presidente da época, na Festa Nacional da Independência (Reminiscências do modernismo, 1980). Assim, a comissão responsável pela encomenda feita a Victor Brecheret teria sido composta por Monteiro Lobato, Oswald de Andrade e Menotti Del Picchia, tendo este último maior destaque por ter sido ele, segundo ele próprio, como veremos adiante, o guia historiográfico da proposta e por ele ter escrito o memorial descritivo da primeira maquete feita em 1920 por Brecheret, hoje acolhida na Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Uhle (2013, p. 69) aponta, nesse sentido, para a “importância da rede de intelectuais modernistas na promoção do Monumento às Bandeiras (SP), especialmente em razão de ter sido uma obra encomendada, que não passou por concurso público, sendo necessário, portanto, comprovar o mérito do artista”. Desvendar essa rede de intelectuais e artistas modernistas que buscaram soerguer um monumento a bandeirantes no espaço público da quatrocentona cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX é nosso foco de análise nesse capítulo, a fim de analisar suas intenções e valores, seus interesses e projetos políticos, suas visões de Brasil.

De acordo com os documentos, o escultor ítalo-brasileiro teria sido “descoberto” pela “Bandeira dos modernistas” (Reminiscências do modernismo, 1980), nos anos 1920, por nomes como Menotti Del Picchia, Oswald de Andrade, Di Cavalcanti e Helios Selinger (Figura 8). Prontamente incorporado ao grupo dos modernistas, excitou os ânimos dos demais membros do movimento, sendo colocado por Menotti, redator do jornal “Correio Paulistano” à época, ao lado de grandes nomes da escultura moderna: “com Rodin concebeu dinamismos expressionais no refranger dos músculos e na solenidade esfingética das atitudes (...)” (Menotti Del Picchia apud Reminiscências do modernismo, 1980).

Figura 8 - Grupo de modernistas: Victor Brecheret, Di Cavalcanti, Menotti Del Picchia, Oswald de Andrade e Helios Selinger - Fonte: Reminiscências do modernismo, 1980



Ainda aos 16 anos, o jovem escultor parte para Roma a fim de estudar escultura e montar seu ateliê. De retorno ao Brasil, Victor Brecheret participa, então, da Semana de Arte Moderna de 1922 como escultor, com doze obras expostas no Teatro Municipal de São Paulo.

Após a Semana de 1922, Brecheret vai a Paris como bolsista do estado de São Paulo. Tanto seus anos de estudo no exterior, especificamente na Europa, como suas declaradas influências³⁰, revelam a força de sua formação europeia.

Mário de Andrade chega a apontar esses elementos na arte de Brecheret, ao tecer uma crítica sobre a exposição que o escultor apresentou em sua volta da Europa, em 1930:

Outro ponto digno de observar e admirar é a luminosidade a que o grande artista já chegou. Na evolução de Victor Brecheret se notam duas fases características: a fase da sombra e a fase da luz. A primeira vez até a ida para a Europa como pensionista do Estado. É o tempo das musculaturas ressaltadas, com as sombras lanhando vincos e permanentes entre os cordões fugitivos de luz, como na ‘Cabeça’ (coleção Paulo Prado); (...) é finalmente o tempo dos gestos retorcidos, das composições detalhadas e complicadas, que nem o *Monumento às Bandeiras* e a ‘Eva’ do Anhangabaú, em que sempre as sombras se valorizam mais que a luz. Foi com a ida a Paris que Brecheret aprendeu a gostar mais da luz que da sombra. (...) (ANDRADE apud Reminiscências do modernismo, 1980).

Serge Milliet (1898-1966), outro poeta e escritor modernista, além de tradutor brasileiro, refere-se a Victor Brecheret como “um grande escultor, um gênio da raça latina, digno de

³⁰ “Segundo Brecheret, a descoberta da reprodução de uma obra de Rodin seria a origem de sua vocação de escultor. Em 1917, viaja de Roma a Paris para acompanhar os funerais do grande mestre” (REMINISCÊNCIAS DO MODERNISMO, 1980).

suceder a Rodin e Bourdelle”³¹. Para ele, o Monumento às Bandeiras (SP) é, por assim dizer, a “epopeia da arte brasileira”³², sendo ainda “o quadro poderoso da conquista do Brasil pelo aventureiro povo paulista, à procura de ouro e dos escravos índios, a ambição desmedida e nostálgica dos descendentes dos gloriosos portugueses da grande época, a necessidade de conquistas e de dominação”³³.

Victor Brecheret fazia parte de um circuito de artistas cujos ideais políticos e estéticos abraçavam um certo tipo de modernismo, almejando uma arte nacional, uma identidade nacional, apesar de abertos a estrangeirismos. Junto a outros artistas desse movimento, que cresce heterogêneo, como Oswald de Andrade, Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo e outros³⁴, Brecheret transferiu para a escultura elementos de mestiçagem, construindo-a como característica ímpar da nação. Esse grupo, que via nas bandeiras a gênese (geográfica, político-econômica e cultural) da sociedade brasileira, reforçava, ao mesmo tempo, certa superioridade do “ser paulista”, colocando São Paulo (estado e capital) como *locus* privilegiado da civilização:

Os vanguardistas da Pauliceia consideram o Monumento às Bandeiras não apenas representação do desbravamento heroico no passado, mas sinônimo de uma cidade e de um estado comprometidos com a modernidade, prontos para proclamar essa sintonia nacionalmente no Centenário da Independência. Querem que a maquete seja concretizada para transmitir a mensagem da renovação em uma obra pública, como ocorria na Europa (LOPEZ, 2012, p. 36).

É importante ter em mente que o Monumento às Bandeiras (SP) fora pensado para ser inaugurado, primeiramente, nas celebrações do Centenário da Independência, em 1922. Essa ala dos modernistas da Semana de 1922, que analisamos neste capítulo, ligada à construção do monumento, além de não resumir todo o modernismo brasileiro, possuía traços fortemente nacionalistas, buscando alcançar uma arte moderna a partir de características que definissem uma cultura genuinamente brasileira.

Assim, era preciso elaborar uma narrativa que desse conta da complexidade da nação: sua formação (passado), seu desenvolvimento (presente) e seu futuro. Também por isso esse conjunto de intelectuais, artistas, políticos e outros agentes atuaram no sentido de construir uma imagem de Brasil em dívida com os heróis das bandeiras, esses homens paulistas que, dentro do discurso dominante, sacrificaram muitas vezes a si mesmos em prol da expansão territorial das fronteiras, não apenas políticas, mas sobretudo culturais. Os monumentos a bandeirantes

³¹ O Estado de São Paulo – Acervo Estadão, 14 de fevereiro de 1982, p. 189.

³² *Ibidem*

³³ *Ibidem*

³⁴ « Autour de cette plateforme, Cassiano Ricardo parvient à enrôler des artistes et des intellectuels de renom, comme Paulo Menotti Del Picchia, Mário de Andrade ou Paulo Prado, parmi les « novos bandeirantes ». » (ENDERS, 2021, p. 9).

aqui analisados aparecem, pois, nesse contexto como mais uma forma de constituir esse discurso dominante sobre as bandeiras paulistas.

A miscigenação racial, entre os homens das bandeiras (mais próximos aos brancos), povos indígenas e afrodescendentes, surge, então, como elemento incontestável e até mesmo positivo da brasilidade (uma vez controlada pela ideia de absorção da “raça” branca “superior”), e não mais como fator das mazelas e subdesenvolvimentos, como quiseram alguns escritores do pensamento social brasileiro, como Oliveira Viana. A miscigenação é louvada, então, por esses intelectuais paulistas dos anos 1920, como característica de diferenciação e contraste da sociedade brasileira com as demais. Vejamos como Menotti Del Picchia aborda esse “curioso fenômeno etnológico”:

No seu sangue [brasileiro] referveram os mais bizarros abastardamentos. Entraram a fervilhar nas suas veias glóbulos italianos, portugueses, africanos, holandeses e até... turcos! Só quem desconhece nossas populações rurais ignora este curioso fenômeno etnológico, observável num país em formação como o nosso (DEL PICCHIA [1918] apud CHIARELLI, 2022, p. 127).

A influência dessa ala modernista pela qual passa Victor Brecheret, dos intelectuais e artistas ligados ao movimento moderno no Brasil, pode servir de indício para explicar por que o Monumento às Bandeiras (SP) narra as bandeiras e não bandeirantes isolados, buscando retratar um movimento histórico nacional, representando, ainda que como subalternas, populações nativas indígenas e africanas e as situações as quais foram submetidas ao serem incorporadas às bandeiras. Para o historiador Paulo César Garcez Marins (1999), atual diretor do Museu do Ipiranga (antigo Museu Paulista), por outro lado, esse movimento representado na escultura, de fato, denota uma “hierarquia vencedora” (MARINS, 1999, p. 18), uma síntese.

É talvez por essa influência historiográfica de Brecheret, sustentada sobretudo nos intelectuais paulistas aqui analisados, ligados de alguma forma ao modernismo brasileiro, que no Monumento às Bandeiras (SP) conseguimos ver não somente bandeirantes heroicizados, mas também indígenas e africanos, ainda que na condição de escravizados. Algo que já não observamos no Monumento aos Bandeirantes (GO), doado pelos estudantes de direito da Universidade de São Paulo, que é comumente conhecido como uma estátua do Anhanguera (o bandeirante paulista “fundador” do estado de Goiás), ainda que, analisando alguns documentos do período, tenha sido constatado o interesse de construção de um Monumento aos Bandeirantes, de modo despersonalizado (SILVA, 2020b).

Nesse sentido, poderíamos nos perguntar: seria a escultura de Brecheret, de alguma maneira, uma provocação? Ou seria outra reafirmação da hegemônica narrativa dos bandeirantes desbravadores? Mas por que retratar as bandeiras tais como foram, com africanos

escravizados no trabalho manual de arrastar a canoa, indígenas também escravizados mais a frente, mostrando o caminho, uma mulher indígena amamentando, um homem ferido, e os bandeirantes a cavalo, imponentes, vitoriosos, liderando?

Nas palavras do próprio Brecheret ([1942] apud BATISTA, 1985, p. 84, grifos nossos):

Esse monumento, como você vê, não é dos bandeirantes, como figuras históricas, mas do *espírito das bandeiras*, do *ímpeto nacional que arrastou essas formidáveis massas humanas para os sertões*. Veja [...] se nós brasileiros temos ou não temos razões para nos orgulharmos da nossa história.

Aqui podemos ver como Brecheret volta-se para uma tentativa de articular o local ao nacional com a ideia de “espírito das bandeiras”, que seria um fenômeno estritamente paulista, com o “ímpeto nacional” mirando os “sertões”. As bandeiras são colocadas assim enquanto “espírito do tempo”, com continuidades e descontinuidades no futuro. O escultor evoca ainda um sentimento de identidade e pertencimento nacionais, ao acionar categorias como “nós, brasileiros” para acionar, na totalidade dos indivíduos que compõem o território, um “orgulho” da história nacional. Assim, as bandeiras paulistas são projetadas, mesmo pelo artista escultor, como símbolo de toda a nação.

Muito embora essas reflexões anteriores tenham surgido (se a escultura seria uma provocação), seu conjunto monumental narra abertamente o discurso dominante dos bandeirantes vitoriosos, com um mapa do Brasil “desbravado” pelos destemidos “heróis” de granito, assinado por Afonso Taunay, além de citações de Cassiano Ricardo e Guilherme de Almeida heroicizando e glorificando os bandeirantes por seu papel, principalmente, “na geografia do Brasil”, conforme vimos no capítulo anterior.

Ademais, como podemos ver na fala do próprio escultor, em 1952, sobre suas intenções de representação no monumento: “Como você sabe, pretendi transformar isto num Altar da Pátria. Aqui estão as raças que formaram o Brasil. Aqui se encontram o índio, o negro e o branco” (apud BATISTA, 1985, p. 123). Ao pretender construir um “altar da pátria”, na junção das três “raças que formaram o Brasil”, Brecheret retoma o mito das três raças, e com ele da democracia racial, alicerce (em disputa) das representações em torno do Brasil no período. Para a historiadora Armelle Enders (2021), trata-se de uma das mais ambiciosas alegorias da sociedade brasileira antes nunca representada em uma praça pública.

A representação das bandeiras no lugar de bandeirante isolados, para Paulo César Marins (1999) é justificada por interesses de lançar elementos de identificação que ao menos as três raças do período colonial, não se restringindo em representar apenas os descendentes de bandeirantes, antigos paulistas, numa tentativa de provocar o sentimento de pertencimento ao mito bandeirista em mais brasileiros. O autor chama de “personalismo laudatório” as

representações do período anterior ao Monumento às Bandeiras (SP), chefiadas por Taunay e Brizzolara, que em geral tratava-se de estátuas de bandeirantes específicos, nomeados.

Ademais, o próprio memorial descritivo publicado no jornal “Correio Paulistano”, em 28 de julho de 1920, por Victor Brecheret (apud PECCININI, 2004, p. 42-43), evidencia certa glorificação dos bandeirantes, como podemos ver a seguir:

O grupo monumental, que é a coluna dorsal do monumento, foi movido ritmicamente de maneira a sugerir uma ‘entrada’. A grande massa processional, guiada pelos ‘Genios’ – os Paes Lemes, os Antônio Pires, os Borba Gatos – avança para o sertão desconhecido. Os Guiadores, a cavalo – símbolo da força e do comando –, são seres titânicos, dignas expressões viris dos sertanistas de São Paulo. No centro, uma Vitória espalma as asas que cobrem piedosamente os ‘Sacrificados’, isto é, aqueles sertanistas que tombaram nas ciladas da selva. (...) Saindo da terra pisada pelos bandeirantes, serpejam em grupos laterais as ‘Insídias’. São, de um lado, as ‘Insídias da Ilusão’, mulheres enigmáticas e serpentes, belas como tudo o que promete e mente, a simbolizar as Esmeraldas de Paes Leme, as Minas de Prata de Roberto Dias, o mundo lendário das Amazonas de Orellana. (...) Do outro lado, as ‘Insídias do Sertão’ exprimem as Lesirias e as Febres, as Emboscadas e as Feras, a Fome e a Morte. Na parte posterior, a Ânfora que conterà água do Tietê, sagrado pela glória das ‘monções’. Sugeriu-nos essa ideia a conferência do sr. Afonso de Taunay neste tópico: ‘Ao padrão nacional evocador da glória das Bandeiras virá trazer a presença da ânfora da água do Tietê a nota do mais poderoso e poético simbolismo’.

Ao sugerir, com “poético simbolismo”, uma “entrada”, guiada pelos “gênios”, nomeados bandeirantes paulistas, “seres titânicos”, o texto do memorial descritivo busca na mitologia grega figuras heroicas capazes de equivalerem-se ao seu grupo monumental, destacando as dificuldades (ciladas da selva, lezírias, febres, emboscadas, feras e morte) que teriam enfrentado os “sertanistas de São Paulo”. Fora esses, a “grande massa” anônima simplesmente avança “para o sertão desconhecido”, comandada pelos bandeirantes.

“Sertão desconhecido”, do vazio e do mistério, que se oporia ao litoral do progresso, da civilização, da indústria e do comércio, do povoamento. Isso nos permite pensar nos imaginários que envolviam o sertão como espaço vazio, como uma folha em branco a ser preenchida. A socióloga e cientista política brasileira Lúcia Lippi Oliveira (1998) mostra como a natureza supostamente intocada que escondia o sertão por vezes era interpretada como paradisíaca, na vertente romântica, ou como perigosa, numa explicação de ordem político-cultural, que enfatizava a violência e o fatalismo. Outro imaginário recorrente sobre o sertão é de ser pouco povoado, o que promove a ideia de ocupação dos supostos “vazios demográficos” cujo objetivo maior seria equiparar temporal e socialmente o litoral e o sertão. Em outras palavras, tratava-se de engendrar processos econômicos de incorporação do sertão ao litoral, onde estruturavam-se os centros ou polos político-administrativos e econômicos do país. Isso porque, como veremos, esses intelectuais e artistas não deixavam de reconhecer que esse

“espaço desconhecido”, esse “vazio”, era sim habitado, ainda que por seres classificados por eles como minorias políticas e demográficas, insignificantes portanto.

Isso reforça a ideia de sertão vinculado ao atraso, em oposição ao litoral, vinculado ao progresso e à civilização. Outra característica dessa narrativa estigmatizante sobre o sertão tem em conta sua distância do litoral, que seria cosmopolita, aberto a influências diversas, em oposição ao interior, fechado em si mesmo e em seus regionalismos. Assim, haveria no sertão o predomínio de tradições e costumes antigos, ao passo que no litoral haveria o cultivo da civilização e das inovações. Para a autora Lippi Oliveira (1998, p. 200), “o sertão seria mesmo a prova da existência de fronteiras internas que ameaçavam a nacionalidade”. A disputa na arena ideológica pleiteada por esses intelectuais paulistas do início do século XX parece ter sido, portanto, contra essas fronteiras internas nacionais. Mais do que contra inimigos estrangeiros, eles lutavam contra “inimigos” internos ao próprio território “conquistado”.

As inspirações do artista escultor ítalo-brasileiro para representação da “glória das monções” teriam surgido de uma conferência de Afonso Taunay. Como afirma a historiadora Uhle (2013, p. 186), o poeta e político “Menotti Del Picchia foi o conselheiro iconográfico do Monumento”, uma vez que Victor Brecheret teve pouco tempo para se aprofundar na história paulista e no simbolismo das “bandeiras paulistas”. Isso é confirmado pelo historiador da arte brasileiro Domingos Tadeu Chiarelli (2022), ao citar o próprio Menotti Del Picchia:

Foi com surpresa e entusiasmo que [Victor Brecheret] conheceu, por mim, a grandiosidade da epopeia bandeirante, da qual eu, latinamente eloquente, com gestos agressivos ilustrando o avanço e o desbravamento, descrevia o arrojo das entradas. Foi talvez a impressão plástica desse relato que lhe sugeriu então a linha ascensional e processional do grupo mateiro. É ela, a espinha dorsal do majestoso monumento (DEL PICCHIA apud CHIARELLI, 2022, p. 125).

Esse “avanço e desbravamento”, característica fundamental da “epopeia bandeirante”, ilustrado por Del Picchia a Brecheret, teria sido materializado pelo escultor na obra com a “linha ascensional e processional do grupo mateiro”, que seria, para o intelectual, “a espinha dorsal do majestoso monumento”. Isso porque essa linha ascensional simbolizaria “o arrojo das entradas” com uma hierarquia estabelecida entre bandeirantes (mais próximos dos brancos e da civilização, portanto), indígenas e negros.

Segundo Chiarelli (2022), Menotti Del Picchia, o conselheiro iconográfico de Brecheret para a elaboração do Monumento às Bandeiras (SP), além de ter nutrido um forte sentimento nacionalista, considerava, no que diz respeito à miscigenação étnico-racial da sociedade brasileira, que todos eram imigrantes³⁵, “uma vez que a influência dos indígenas era

³⁵ Este era o pensamento que o próprio Menotti Del Picchia reconhecia ter extraído de Washington Luiz.

desprezível” (DEL PICCHIA, 1924a, p. 3 apud Chiarelli, 2022, p. 128). Negros seriam também imigrantes, trazidos da África, tal como imigrantes europeus ou asiáticos, e a população autóctone seria, para esse “porta-voz da elite” (Ibdem, p. 129) paulistana, inexistente no Brasil.

Uma das primeiras contradições que logo salta aos olhos sobre o que defende Menotti Del Picchia, vinculado ao grupo modernista Verde-Amarelo, está no que diz respeito à formação social do Brasil. Ele nutre, ao mesmo tempo, um sentimento extremamente nacionalista, de valorizar o que é local, que colide com a ideia de que todas as etnias e raças existentes no território brasileiro seriam imigrantes, vindas de fora.

Isso porque, para Del Picchia, durante o processo colonial, o branco teria atuado no sentido da “superioridade racial” sobre os demais tipos étnicos. O elemento lusitano teria conduzido sua ação no sentido de “absorver o aborígine e, pela mestiçagem, pela lenta plasmção da nova raça, destruir mesmo aqueles elementos etnológicos trazidos da África” (DEL PICCHIA apud Chiarelli, 2022, p. 129). Assim, se, por um lado, os negros foram “neutralizados” sob o prisma de imigrantes ou com seus “elementos etnológicos” destruídos pela plasmática ação dos lusitanos, por outro, Menotti desconsidera os indígenas enquanto realidade étnica do país: “O índio não passou de um ser errante – hoje quase mitológico – que não deixou um traço estético no Brasil” (DEL PICCHIA [1920] apud Ibdem, p. 130).

O consultor iconográfico do monumento aqui estudado, Del Picchia, chega a ser ainda mais preciso em seu menosprezo em relação aos povos originários, dessa vez reconhecendo-os enquanto grupo étnico, mas tecendo críticas aos modelos românticos de “indianismo” que buscavam exaltá-los:

[...] Admitiu-se essa hipótese romântica [Peri] como elemento formador da raça, atribuindo-se ao índio vadio, estúpido e inútil, uma função alta no caldeamento do nosso tipo nacional, chegando-se a crer que dele nos vinha a bravura nativa, o espírito de independência selvagem, a altivez reacionária de que somos dotados. Nada mais falso! (DEL PICCHIA [1921] apud CHIARELLI, 2022, p. 131).

Ao se referir aos autóctones brasileiros como “índios vadios, estúpidos e inúteis”, não resta ambiguidades ou possibilidades de interpretações, senão a confirmação do menosprezo de Menotti Del Picchia em relação aos povos originários. Quando volta a se pronunciar sobre as bases da “raça” brasileira, em 1935, o intelectual continua a ignorar, ou melhor, eliminar da história da formação nacional brasileira a importância indígena:

De fato: o elemento autóctone, o índio, não foi fator de civilização. A história dessa grande pátria nasceu com a audácia dos descobridores. Sua dilatação territorial e sua cristianização foi obra latina, logo, de elementos humanos imigrados (DEL PICCHIA [1935] apud Chiarelli, 2022, p. 152).

Ao afirmar que a história do Brasil “nasceu com a audácia dos descobridores”, que sua extensão territorial e sua cristianização foram obras latinas, “de elementos humanos imigrados”, Del Picchia deixa ainda mais evidente sua posição sobre as populações indígenas brasileiras (para ele, desconsideráveis), bem como reforça seu argumento de superioridade no elemento (branco) imigrado, uma vez que, para ele, a história nacional começa com os “descobridores”.

Como demonstra Chiarrelli (2022), em seu estudo sobre Menotti Del Picchia e seus pensamentos políticos que antecedem e que são contemporâneos à construção do Monumento às Bandeiras (SP), o intelectual aqui analisado caminha cada vez mais para a defesa veemente de uma “atuação (...) nacionalista”, que se sustenta em atributos estigmatizantes acerca das diferentes etnias que coabitam o território brasileiro:

A grande obra do momento é, pois, tornar nítidas essas fronteiras, exigindo de cada brasileiro uma atuação clara e insofismavelmente nacionalista [...] Estudar sua história, cultuar suas tradições, amar sua língua, prestigiar seus homens representativos, corrigir nossos abusos, vivificar a essência das nossas leis (HELIOS [1923b]³⁶ apud CHIARELLI, 2022, p.133).

Foi em reação ao manifesto da “Poesia pau-brasil”, publicado em 1928 por Oswald de Andrade, que Menotti Del Picchia e seus aliados, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado, conceberam o Movimento “Verdeamarelismo”, já mencionado na abertura deste capítulo. Teceram críticas ao uso do Pau-Brasil como elemento representativo da nacionalidade nascente, colocando-o como madeira mitológica, da história colonial, de interesse estrangeiro e não brasileiro. Já a poesia “Verde-amarela” proposta por eles seria não somente “um distintivo de jacobinos” (Del Picchia [1925] apud CHIARELLI, 2022, p. 143), mas

um símbolo de nação forte, livre de influências, uma nação que quer marchar, caipiramente inadaptável a feições morais e intelectuais de estrangeiros. Personagem ouriçado de individualidades irremovíveis... Ouvidos moucos ao “alto lá” da Europa [...] Basta de teorias. Basta de receitas da Europa. De esnobismos de adaptações e arremedos [...] Vamos fazer o nosso. Nem que não saia certo. Mas nosso. Arte intencionalmente, birrentamente brasileira (DEL PICCHIA [1925] apud CHIARELLI, 2022, p. 143).

Imerso nesse nacionalismo exacerbado e em diálogo intenso com seus colegas Cassiano Ricardo e Plínio Salgado, Menotti Del Picchia apresenta ainda interesse pelo líder fascista italiano Benito Mussolini.

Segundo Chiarrelli (2022), Del Picchia celebrou o líder fascista por ter ele “regenerado” a Itália. As palavras do próprio poeta sobre Mussolini não deixam dúvidas sobre seu convicto posicionamento patriótico e nacionalista:

³⁶ Menotti Del Picchia por vezes assinava como Helios em suas colunas nos jornais paulistas. No capítulo 3, que versará sobre o Monumento aos Bandeirantes (GO), Menotti Del Picchia também se pronunciará com o nome de Helios. Não confundir com Helios Selinger, pintor brasileiro do mesmo período.

[...] é outro herói iluminado, que mostra que as pátrias não morrem, quando há brio no sangue que corre nas veias dos seus filhos. É um bastião de heroísmo irredutível, anteposto à sanha dos usurpadores [...] Que a mocidade de todos os países leia nesses dois livros humanos a soberba lição da dignidade e do patriotismo. E que aprenda, quando preciso, a imitá-los (HELIOS [1922] apud CHIARELLI, 2022, p. 135).

Helios, pseudônimo que Menotti Del Picchia utilizava em alguns dos jornais paulistas, não esconde seu fascínio por Mussolini. O seu patriotismo inconfundível, contraditoriamente, faz com que ele afirme ser necessário que os demais países do mundo sigam o exemplo italiano do grande “herói iluminado”, imitando-o.

Suas palavras tampouco lançam dúvidas sobre o que Del Picchia entende por fascismo, como sendo, além de altamente nacionalista e patriótico, anticomunista e tradicionalista: “é o próprio espírito da ordem constitucional tradicionalista contra a subversão de valores jurídicos e econômicos preconizada pelo comunismo” (DEL PICCHIA [1925] apud CHIARELLI, 2022, p. 136). Ademais, coloca o fascismo como uma “força social instintiva” e o encarna como um “espírito universal”, dando exemplos de seus desdobramentos em outros lugares para além do território italiano, como Portugal, Turquia e Alemanha. Chega a cogitar o fascismo tendo lugar no Brasil como algo que “poderá fazer a nossa felicidade” (DEL PICCHIA [1934] apud CHIARELLI, 2022, p. 137).

Foi essa adesão e envolvimento às ideias fascistas que levaram Menotti Del Picchia a criar, juntamente com Cassiano Ricardo, o “Movimento Bandeira”, em 1936, que vimos na abertura deste capítulo. Chiarelli (2022) mostra como o afastamento de Menotti de seu então amigo Plínio Salgado (tendo em vista a guinada deste último para a extrema-direita, com a fundação da Ação integralista brasileira), teve como corolário o “Movimento Bandeira”, figurando como um “retorno” de Del Picchia à figura do bandeirante, para ele mais próximo dos brancos colonizadores.

[...] São Paulo, a quem o destino legou [...] a função de riscar as fronteiras geográficas da Pátria, conclama hoje, os intelectuais e os patriotas de todos os recantos da Nação, para se unirem e formarem a “Bandeira”, com o fito de defender a expressão original da nossa terra e a unidade espiritual da nossa gente (DEL PICCHIA [1936] apud CHIARELLI, 2022, p. 154).

A esse predestino paulista de guiar a nação nos rumos do progresso e da unidade espiritual seguiriam outras crenças, pois, acreditava Del Picchia: “no Brasil não temos preconceito de cor, de credo e de origem. É isso que aspira a Bandeira. [...] Nem fascismo, nem bolchevismo: bandeirismo!” (DEL PICCHIA [1936] apud CHIARELLI, 2022, p. 154).

É nesse contexto, em meados dos anos 1930, que Victor Brecheret encontraria um cenário favorável para aceitação de sua obra: “Menotti De Picchia e Cassiano Ricardo, grandes incentivadores do Monumento, eram assessores de [Armando] Sales Oliveira e estavam

envolvidos no Movimento Bandeira” (UHLE, 2013, p. 190), movimento que se expandia através de veículos midiáticos como a revista São Paulo (1936), dirigida por Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Leven Vampré³⁷.

Embora afirme que a revista ilustrada São Paulo não se trata de um periódico de propaganda política, mas sim de uma revista com implicações políticas, a artista e historiadora da arte brasileira Marina Castilho Takami (2012) demonstra como a revista se colocou como um meio de propaganda político-ideológica do progresso, desenvolvimento e modernização do estado paulista, muito vinculado às ideias de “marcha” para o oeste e “construção”, com fotomontagens de caráter gráfico modernista, porém com ideias fortemente conservadoras, como veremos a seguir. Para Takami (2012, p. 58):

Entende-se, então, por ideologia da marcha a recolocação do passado colonial paulista e a difusão dos predicados do antigo bandeirante como síntese da origem da fundação da nação e do desenvolvimento de São Paulo; esta ideologia encontra fundamento na historiografia territorialista e no pensamento conservador do grupo Verde-Amarelo.

A recuperação do passado colonial paulista e da figura do bandeirante como “síntese da origem da fundação da nação e do desenvolvimento de São Paulo” é feita pelos ideólogos do bandeirismo, entre o final do século XIX e início do XX, com força maior de propagação e divulgação nos anos 1930. As noções de “desbravamento” e “heroísmo” passaram a ser usadas nas propagandas paulistas como sinônimo de São Paulo, a “civilização” por excelência, divulgando assim Brasil adentro as realizações do governo paulista em direção à modernização do estado/capital.

Para Takami (2012, p. 61), vale destacar alguns fatores que possibilitaram o aparecimento da revista S. Paulo no estado paulista durante o ano de 1936. A necessidade de afirmação da identidade regional surge como um destes fatores. Isso porque a preocupação corrente centrava-se na necessidade de construção da identidade cultural de uma São Paulo moderna, uma vez que ela havia se tornado metrópole após as primeiras décadas do século XX e, por isso, vivia as transformações da modernidade: pós abolição da escravatura, estabelecimento da República, industrialização e imigração, urbanização acelerada, universidades, imprensa. Porém, a historiografia paulista apoia-se numa reinvenção do passado colonial para elaboração da modernidade de São Paulo, estado e capital. Nesse sentido, há um aparente desequilíbrio entre tradicional e moderno: “a revista traz em suas páginas um conteúdo

³⁷ Jornalista, também estudante da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1908, ingressou na mesma turma de Guilherme de Almeida, sendo contemporâneo de Menotti Del Picchia.

tradicional e conservador envolto por uma visualidade ousada e moderna caracterizada pelo uso da fotomontagem” (TAKAMI, 2012, p. 66).

A autora mostra como essas dualidades e contradições presentes nos discursos da revista S. Paulo, na verdade, são coexistências que não se anulam. Por exemplo, “a própria tradição paulista é uma afirmação de sua modernidade” (TAKAMI, 2012, p. 83). As coexistências dessas contradições parecem existir no âmbito político de igual modo, uma vez que a revista se apresenta de forma revolucionária na divulgação de um conteúdo reacionário. Ademais, os termos utilizados de “marcha” e “vanguarda” remetem ao universo militar, buscando unir movimento e disciplina. Como afirma Takami (2012, p. 83): “a ideologia da ‘marcha’ prega a uniformização do pensamento e a harmonia nacional; ela fez-se embutida de valores universais e atendia a interesses de um grupo específico”.

Essa era, portanto, uma das características distintivas dessa vertente do modernismo brasileiro nascido com os verdeamarelistas: a mistura do tradicional com o moderno; a invenção de uma nação que é colocada como continuidade de um estado/capital que se projetava nacionalmente.

Para Cassiano Ricardo (apud TAKAMI, 2012, p. 74), a S. Paulo era uma revista de “divulgação dos empreendimentos bandeirantes”, de divulgação do crescimento e dos feitos do estado bandeirante. O surgimento da revista S. Paulo veio a atender, portanto, interesses do próprio estado paulista e de intelectuais a ele ligados, como Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, diretores da revista. Segundo Takami (2012, p. 79), havia um desejo comum entre a elite paulista de divulgar entre os seus, os brasileiros em geral e mesmo estrangeiros, notícias sobre o progresso do estado/da capital, como forma de reafirmação de São Paulo diante do cenário nacional.

Os textos eram poucos, as imagens predominavam, mas tratavam de reportagens, segundo Takami (2012, p. 79), “carregadas de regionalismo e nacionalismo ufanista”, o que corroborava a ideologia conservadora do pensamento “Verde-Amarelo”, que buscava prestar contas do governador à elite local que apoiava a administração do estado. Complementa a pesquisadora:

A visualidade moderna despista o conservadorismo das ideias inseridas na publicação pelos diretores Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia e reforçadas a partir do exemplar de junho de 1936, que preparou o leitor para a publicação do programa-manifesto do Movimento Cultural ‘Bandeira’ que apareceria três exemplares depois (TAKAMI, 2012, p. 79).

Como revela Takami (2012), a revista S. Paulo sintetiza o pensamento do grupo “verdamarelo”, vanguarda dissidente do modernismo paulista de 1922, cujos representantes

estavam presentes atuando enquanto diretores da revista. Para ela, Armando de Salles Oliveira é colocado como o “bandeirante moderno” pelas reportagens da revista, mostrando que a nova “marcha” paulista para o oeste estaria sendo realizada pela administração estadual deste governador. A revista apresenta, assim, imagens e reportagens sobre grandes obras públicas, construções realizadas, durante o seu período de governo.

Não à toa a revista S. Paulo contava ainda com o apoio institucional e financeiro de Armando de Salles Oliveira (1887-1945), que fora interventor federal de São Paulo entre 1933 e 1935, e que, posteriormente, já como governador (1935-1936), manteria seu apoio ao Monumento às Bandeiras (SP) aqui analisado, uma das “grandes obras” públicas de sua gestão. Em seu livro de memórias, Cassiano Ricardo (1970) recorda o apoio de Armando de Salles à criação da revista S. Paulo graças à criação do Serviço de Publicidade e Informação. Esse vínculo entre o governador paulista e os intelectuais ligados à construção do monumento é demonstrado pela antropóloga brasileira Maria José Campos (2007, p. 222) que afirma:

Na administração de Armando de Salles Oliveira, tanto como interventor federal quanto como governador, a partir de 1935, Cassiano Ricardo torna-se amigo pessoal do líder e uma presença fundamental, novamente como chefe de gabinete. Sempre que oportuno Menotti Del Picchia é chamado a auxiliar Cassiano nas atividades jornalísticas perante o governo.

George Coelho (2023), em sua pesquisa sobre a Revista S. Paulo, evidencia quais foram as contribuições deste veículo midiático para a divulgação do “Movimento Bandeira” ao promover o ideário bandeirista, e para as propagandas político-ideológicas do governo paulista de Armando de Salles Oliveira. Para este historiador brasileiro (COELHO, 2023), os objetivos políticos principais difundidos por esses dois modernistas que elaboraram as ideias do “movimento bandeira”, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, era combater o Comunismo, o Integralismo e o Liberalismo.

A defesa do discurso bandeirante aparece como uma tentativa de narrar a história do Brasil como se ela fosse um desdobramento da história paulista, buscando construir os brasileiros dentro da “comunidade imaginada”, para usar o conceito de Anderson (2008), que teria se iniciado com a capitania de São Vicente, que no século XVI daria origem ao estado de São Paulo. A defesa do mito bandeirante, do que havia de mais autêntico na tradição paulista portanto, surge com uma forte conotação nacionalista, expandindo de São Paulo para as fronteiras do Brasil adentro, tendo a defesa da pátria de “ideologias forasteiras” como uma de suas principais bandeiras.

As orientações basilares desses intelectuais, desses “novos bandeirantes”, na década de 1930, vislumbravam incorporar o moderno sem perder de vista as tradições; valorizar a cultura

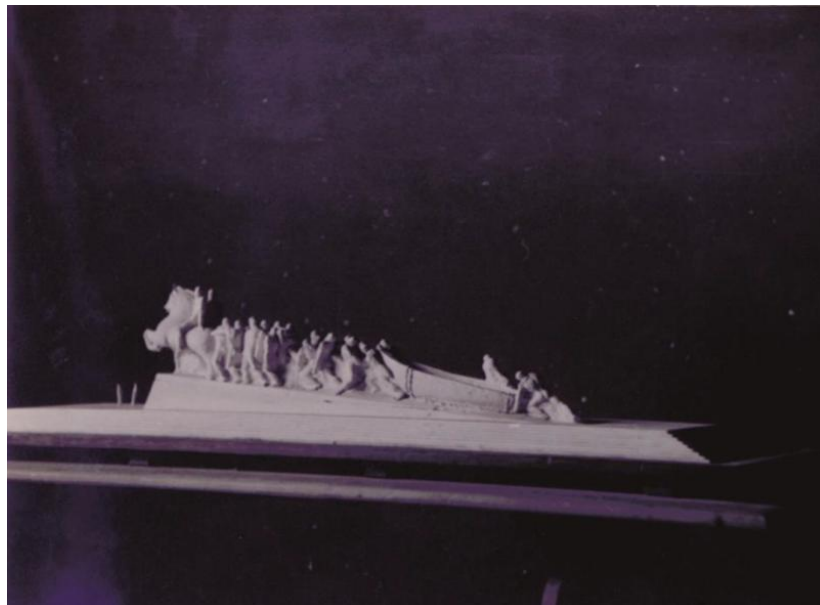
brasileira e negar estrangeirismos; defender uma arte comprometida com a realidade política, ainda que esse engajamento político fosse deliberadamente conservador.

A aparente ambiguidade desses agentes que partiam na defesa do mito bandeirante nesse período, ao reafirmar a tradição (o passado paulista na figura do bandeirante) e, simultaneamente, o moderno (o desenvolvimento econômico, a industrialização, os negócios da cafeicultura pujante, o urbano e o progresso), revela, na realidade, a complexidade da ideologia bandeirista elaborada por esses intelectuais e as contradições do próprio movimento. Esses agentes, ligados ao Verde-amarelismo, buscavam defender as fronteiras nacionais ao mesmo tempo em que as entendiam a partir de uma ótica paulista; ao mesmo tempo em que viam os “verdadeiros brasileiros” como sendo todos imigrantes por excelência.

Como podemos ver no documento “O bandeirismo”, identificado por George Coelho (2023) como “Manifesto bandeirista”, os intelectuais paulistas, que assinaram o manifesto e já foram citados precedentemente, buscavam uma unidade política nacional por meio da criação de uma “unidade espiritual”. Como aponta o historiador, citando a própria fonte:

Seus líderes defendiam que São Paulo orientaria os caminhos da nação, pois o Movimento Bandeira – assim como as ‘Bandeiras do século XVII’ e a ‘Semana de Arte Moderna de 1922’ – retomaria a ‘arrancada da mentalidade paulista para a (...) defesa (...) da Pátria’ (COELHO, 2023, p. 539).

Figura 9 - “Maquete do Monumento às Bandeiras”, Victor Brecheret, 1936. Fonte: Arquivo IEB- USP. Acervo: Mário de Andrade, código do documento: MA-F-1831 (apud LIMA, 2021).



Podemos ver aqui, com essa “arrancada da mentalidade paulista para defesa da pátria”, que o “Movimento Bandeira” promovia uma exaltação da identidade paulista que se respaldava em determinada imagem heroica e desbravadora dos bandeirantes, num ímpeto de nacionalismo

regionalista³⁸. É como se buscassem narrar a história do Brasil a partir de São Paulo, como dito anteriormente, exaltando o estado bandeirante de um país dele nascente e supostamente dependente, como podemos ver no discurso enviado à Assembleia Legislativa, em 1936, com fins de retomar o novo projeto de Brecheret (Figura 9), escrito por Armando Salles de Oliveira sobre o significado do Monumento às Bandeiras (SP):

Não há quem desconheça a concepção de Brecheret. É uma arrancada de Bandeirantes, para a *conquista* da Terra Virgem. É um instantâneo da vida de uma Bandeira apanhado com impressionante felicidade. Tudo, ali, é força, movimento e ação. Os homens, surpreendidos numa subida, caminham para o alto: é o *idealismo* paulista em ação. Alguns homens, ajudando com um braço a puxar o batelão, com outros sustêm companheiros desfalecidos de fadiga ou de febre: é a *solidariedade*, indispensável para o triunfo. Dois bandeirantes, os chefes, vão a frente a cavalo: é o princípio da *autoridade*, o mais forte esteio da civilização, que o comunismo tenta destruir. As figuras decrescem em tamanho: é a *hierarquia*, inseparável da *disciplina*, e um dos mais belos *princípios da organização social*, porque permite ao que está no ponto mais baixo ascender por si mesmo à posição mais alta. Na frente do grupo a grande figura de mulher que representa a *terra virgem*, em cuja conquista os Bandeirantes partem, mostra que eles sabem o que querem e para onde vão: é o pensamento dominando a ação. (...) Propõe-se que esse monumento seja levantado numa praça de São Paulo, atestando o desejo dos paulistas de renovar os princípios e os feitos que constituíram os fundamentos da nacionalidade (SALES OLIVEIRA apud PELLEGRINI, 2000, p.125, grifos nossos).

Esse discurso do governador paulista à época fundamenta-se em concepções de “conquista” da “terra virgem” por parte dos bandeirantes, que partilham entre os seus a “solidariedade” e entre os demais exercem os princípios da “autoridade”, da “hierarquia”, e da “disciplina”, sendo estes, para ele, os ideais da civilização “que o comunismo tenta destruir”. Há aqui, portanto, desdobramentos do pensamento bandeirante na ordem política, no que seria a “organização social” referida no discurso: lideranças brancas e solidárias entre si em evidência, indígenas e afrodescendentes “no ponto mais baixo”.

Nesse sentido, uma análise das reverberações no cenário político do “Movimento Bandeira” revela forte reverência à tradição (na figura do bandeirante, por exemplo) e a tentativa de manutenção de um discurso que reforçasse valores como hierarquia social, disciplina e ordem. Esses valores conduziram a um pensamento (e a uma ação), em grande medida, autoritário, que resultava na concepção de uma democracia restrita, na defesa de um Estado forte e no combate à fragmentação partidária.

Em sua análise sobre o jornal “*Anhanguera*”, criado também por Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, em 1937, para difundir as ideias do “Movimento Bandeira”, Coelho (2020) mostra que havia uma preocupação do grupo em se afirmar como uma alternativa aos

³⁸ Segundo Pacheco Neto (2007) e Souza (2007), houve uma dupla vinculação do “mito bandeirante”: 1) símbolo da paulistanidade, do ser paulista e 2) símbolo da nacionalidade, do ser brasileiro, valorizando a imagem do bandeirante enquanto construtor da nação.

extremismos, seja de esquerda ou de direita, mas sem se organizarem enquanto partido político. O historiador apresenta ainda articulações do jornal e seus editores com as Forças armadas, tendo aval de muitos generais no prosseguimento dos ideais do movimento.

Figura 10 - O Estado de São Paulo - 14 de março de 1970 - pág. 15



Cassiano Ricardo, na reportagem “Brecheret e sua obra máxima”, publicada no jornal “O Estado de São Paulo”, em março de 1970, recorda o processo de construção do Monumento às Bandeiras (SP), “grande iniciativa ligada ao movimento de 22 e vivida até 25 de janeiro de 1954 (data da sua inauguração)” (Figura 10). Segundo Ricardo, a iniciativa teria surgido de Washington Luis, então governador de São Paulo, ainda na época do 1º Centenário da Independência, e apenas Brecheret, “paulista que era”, seria capaz de “transpor para a pedra um fenômeno especificamente paulista, como foi o fenômeno bandeirante” (O Estado de São Paulo - 14 de março de 1970 - pág. 15). Alguns quiseram que Teixeira Lopes, escultor português, fosse o responsável pela construção do monumento, o que fez com que “a ideia do monumento” ficasse “parada e a ‘maquete’ de Brecheret (...) foi colocada na Pinacoteca do Estado” (Ibdem).

Em 1936, contudo, Armando Salles de Oliveira teria se interessado pela ideia, “resgatando a dívida de São Paulo para com os seus heróis máximos” (O Estado de São Paulo - 14 de março de 1970 - pág. 15) e enviando para a Assembleia Legislativa uma mensagem justificando a construção do monumento, discurso já analisado por nós. Sobre esse resgate da “dívida histórica” de São Paulo para com os seus “heróis máximos” realizado por Armando Salles de Oliveira, outra reportagem, ainda de Ricardo, também publicada no jornal “O Estado de São Paulo”, em julho de 1936, diz o seguinte:

De um governador com a preocupação das coisas do espírito era natural que brotasse a ideia de encerrar a sua mensagem com uma homenagem à Pátria, grande e forte, dentro dos sentimentos tradicionais da família e da religião, e de concretizar essa homenagem na edificação de um monumento, no centro de uma nova praça de São Paulo, em honra dos Bandeirantes (O Estado de São Paulo – 18 de julho de 1936 – p. 3).

O “alto significado histórico” do monumento seria já evidente para o autor que retoma aqui páginas do livro “O que é o monumento dos bandeirantes” ao dizer que este significado seria “o imortal feito dos paulistas na formação territorial do Brasil”, representando assim uma bandeira em marcha. As bandeiras são definidas, em uma outra reportagem, já nos anos 1970, por esse mesmo intelectual, como um “grupo organizado” que partia de São Paulo em busca de objetivos específicos: “busca de ouro, esmeraldas, índios (que estavam no sertão bruto com seus mitos resplandecentes (...) ainda virgem de qualquer contato com o homem branco)” (O Estado de São Paulo - 14 de março de 1970 - pág. 15).

Ricardo, ainda na reportagem dos anos 1970, acrescenta a “pobreza” rudimentar dos bandeirantes e a natureza comunitária do sertão (“pertencia a todos”), realizando uma série de indagações sobre as possíveis significações de cada personagem representado no Monumento às Bandeiras (SP), buscando falar pelo próprio artista escultor: “o que Brecheret procurou realizar foi uma síntese das bandeiras ‘numa só bandeira em marcha’” (O Estado de São Paulo - 14 de março de 1970 - pág. 15).

Para essa síntese, foi necessário ao artista, segundo Cassiano Ricardo, “compreender todos os elementos étnicos que participaram da prodigiosa avançada para o Oeste, alcançando ainda o Brasil todo” (O Estado de São Paulo - 14 de março de 1970 - pág. 15). Essas raças teriam sido incorporadas nas bandeiras “obedecendo a uma característica divisão de trabalho”, que seguia uma suposta “aptidão maior de cada etnia” (Ibdem) para determinado ofício. Assim, para Ricardo, Brecheret conseguiu capturar um instante da bandeira em marcha evidenciando certas “relações de obrigação” (Ibdem), visto por esse intelectual paulista como “um dos aspectos da organização social da bandeira”. Haveria, então, na bandeira, papéis sociais, em especial, ofícios e condutas esperadas, “atribuídos aos três elementos que a compunham (o branco, o índio, e o negro) (...) procurando manter sempre bem viva a solidariedade grupal, o consenso (...) e os sentimentos comuns” (Ibdem).

Ainda para essa síntese, indispensável seria a presença da canoa, que o Cassiano Ricardo chama de “batelão”, representando as monções e os trechos de via fluvial. Não nega, porém, o autor que “não raro, o bandeirante fazia arrastar as canoas por terra (...); é o que se vê na cena da embarcação arrastada pelo índio e pelo negro” (O Estado de São Paulo - 14 de março de 1970 - pág. 15). O bandeirante ferido representaria Manuel Preto ou Fernão Dias Paes Leme,

que, feridos em batalha, foram socorridos “pelos companheiros”, o que demonstra a solidariedade bandeirante entre seus iguais, e morreram. Os cavalos fariam referência a uma fase mais recente das bandeiras, com Francisco Pedroso Xavier ou o Anhanguera II, uma vez que o bandeirante, em geral, teria feito “quase toda a conquista a pé, ‘no duro’” (Ibdem).

Cassiano Ricardo interpreta a localização do Monumento às Bandeiras (SP) que, saindo do Ibirapuera, onde teria morado Caiubi, saindo “de sua origem indígena” (O Estado de São Paulo - 14 de março de 1970 - pág. 15), a bandeira segue em marcha em direção à Avenida Brasil, “de modo a não só evocar os caminhos que abriu como a incluir todos esses caminhos numa só e grande avenida que tem o nome do nosso país” (Ibdem).

Figura 11 - Monumento às bandeiras, Victor Brecheret - Fonte: Acervo pessoal (2022)



O Monumento às Bandeiras (SP) (figura 11), máxima realização tangível do movimento precedentemente analisado, possui uma grande proporção material, atraindo a atenção dos transeuntes que pelo Parque Ibirapuera, ruas e avenidas adjacentes, trafegam. A escultura é composta por 240 blocos de granito – com cerca de 50 toneladas cada – tem 9 metros de altura, 50 metros de extensão e 15 metros de largura.

O lançamento da pedra fundamental do Monumento às Bandeiras (SP), com as obras já sob regência da administração municipal e não mais do governo estadual, teria acontecido em 25 de janeiro de 1946 e “junto à pedra” foi “colocada uma caixa de ferro contendo jornais do batismo do avião ‘Alcântara Machado’, que lhe foi doado pela Campanha Nacional de Aviação” (O Estado de São Paulo, 25 de janeiro de 1946, p. 8), na ocasião do 392º aniversário da fundação da cidade de São Paulo (SP). Foi ainda padrinho deste avião “o prof. Gabriel Rezende Filho, diretor da Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo”. Isso é importante, pois, como

veremos no próximo capítulo, outros diretores e professores da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e da Universidade de São Paulo em geral, também apoiaram ou estiveram ativamente ligados na Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia (GO).

Essa mudança na administração das obras, transferindo do governo estadual, na figura do interventor federal Fernando Costa, para o poder municipal, na pessoa de Prestes Maia, foi aprovada, via decreto-lei n. 13.291, e promovida como “melhoramentos na capital” (O Estado de São Paulo, 19 de novembro de 1942, p. 6).

Outra reportagem, de 27 de janeiro de 1946, afirma que, junto à pedra fundamental, foram também depositados “vários documentos referentes à história das bandeiras, inclusive os livros autografados do historiador Afonso E. Taunay, bem como mapas, exemplares de jornais paulistanos datados de anteontem, moedas, selos do correio, estampilhas etc.” (O Estado de São Paulo, 27 de janeiro de 1946, p. 7).

Em 1949, na ocasião do 4º aniversário do falecimento de Armando de Salles Oliveira, e homenagens prestadas ao “grande líder democrático”, por meio do decreto-lei n. 406, a Prefeitura Municipal de S. Paulo, em 11 de março de 1947, através do prefeito Abraão Ribeiro, estabelece o nome de “Praça Armando de Salles Oliveira” à praça projetada “onde está sendo levantado o monumento das bandeiras” (O Estado de São Paulo, 17 de maio de 1949, p. 7).

Tombada em 7 de maio de 1985 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT-SP), o Monumento às Bandeiras (SP), na solenidade de tombamento, foi reconhecido pelo secretário estadual de cultura por sua “importância não somente artística mas também pedagógica” (O Estado de São Paulo, 7 de maio de 1985, p. 17). Para Ana Maria Martinez Correa, conselheira responsável pelo parecer no processo de tombamento, a obra revela um preciso “momento da produção cultural brasileira, que se estende de 1920 até o início de 1950” (Ibdem).

O monumento em homenagem às bandeiras paulistas, idealizado pelo grupo de modernistas aqui analisado, busca descrever uma imagem coesa e vitoriosa das “jornadas pelo sertão”, como descrito por Cassiano Ricardo, ensaísta paulista membro da Academia Brasileira de Letras³⁹, importante ideólogo do bandeirantismo, de acordo com a historiadora Armelle Enders (2021).

Para Ricardo (1959), as Bandeiras paulistas teriam sido, diferentemente da Casa Grande nordestina de Gilberto Freyre (2003 [1933]), a verdadeira raiz da nação brasileira, por ter

³⁹ Cassiano Ricardo foi recebido na Academia Brasileira de Letras por Guilherme de Almeida. Recebeu, por sua vez, Menotti Del Picchia em sua entrada na mesma academia. << <https://www.academia.org.br/academicos/cassiano-ricardo>>> (Acesso em 20/03/2024).

expandido as fronteiras, conquistado e construído cidades e, fundamentalmente, por ter implementado uma verdadeira “democracia racial”. Em seu livro, “Marcha para o Oeste – A influência da ‘Bandeira’ na formação social e política do Brasil” (1959), ao lado do mito das três raças (que o Brasil haveria nascido da miscigenação entre brancos, indígenas e negros), Cassiano Ricardo acrescenta a figura do “mameluco” (mistura de indígena e branco), epicamente representada e materializada nos bandeirantes paulistas:

Aux trois races évoquées précédemment, Cassiano Ricardo ajoute une « race nouvelle » celle des « géants » et des « héros », nés de la rencontre de la « terra de tanga » (l’Indienne) et du « dia marítimo » (le marin portugais) : la « race » des bandeirantes (ENDERS, 2021, p. 9).

Na escultura, podemos observar que os bandeirantes possuem lugar de destaque, como “gigantes”, mais altos que os demais personagens, “heróis”, montados em seus cavalos e liderando. Essas características também foram descritas por Cassiano Ricardo que colocava o bandeirante como líder: “O bandeirante (chefe) representa a ‘cidade’, o índio representa o ‘sertão’ e o negro a ‘vida rural’” (RICARDO, 1959, p. 46). E continua (Ibidem, p. 47) dizendo que “a hierarquização das cores se fez sem preconceito, antes como uma necessidade. Não foi o produto de uma coação”. Para ele, ainda, a mestiçagem “é produto típico da bandeira ou do grupo social móvel que fez o sangue de todas as raças circular pelos rincões mais distantes” (Ricardo apud CARVALHO, 2018, p. 10).

Ricardo (1959) via, assim, no sistema da Bandeira um elemento mais democrático do que no da Casa Grande, isso justificado tendo em vista o esquema de pequenas propriedades, com movimento e dinamismo. Diferente dos engenhos da casa grande, com suas fixas monoculturas latifundiárias, que permaneciam no litoral e não vislumbravam sertão adentro, tais como os chefes paulistas.

Essa posição de chefia dos bandeirantes é reforçada na escultura, bem como a hierarquia das expedições, colocando homens negros ao fundo empurrando a canoa, referência direta às “monções”, com braços fortes e posicionados abaixo e atrás dos indígenas, caracterizados com desenhos no rosto e uma mulher que amamenta (representação da mestiçagem e da “terra virgem”); por fim, mais altos e imponentes, dois bandeirantes como desbravadores destemidos. A historiadora Armelle Enders (2021, p. 11), em seu estudo sobre o Monumento às Bandeiras, descreve os seguintes elementos que podem ser visualizados na escultura: autoridade, disciplina/hierarquia, chefia, pacto social e solidariedade.

Isso vai ao encontro dos ideários por trás da construção do Monumento às Bandeiras (SP), destacados por Armando de Salles Oliveira como os quatro pilares da tradição paulista. Entre eles encontram-se: “o idealismo, a solidariedade, a autoridade e a hierarquia” (COELHO, 2022,

p. 76), também já visualizados no discurso deste governador à época de construção do Monumento às Bandeiras (SP). É possível observamos, na leitura da escultura, os ideais de “autoridade” e “disciplina/hierarquia” mais facilmente, seja na disposição dos elementos étnico-raciais no monumento, seja nos discursos estigmatizantes (baseados numa suposta imanente divisão racial do trabalho) sobre os grupos raciais que constituem a sociedade brasileira proferidos pelos políticos e intelectuais apoiadores da obra.

Porém, o elemento da “solidariedade” parece-nos mais difícil de visualizar, exceto quando observamos um dos bandeirantes abatido sendo carregado nos braços por um dos membros da bandeira. Nesse sentido, haveria uma “solidariedade” restrita aos bandeirantes entre si.

Além disso, havia o argumento repetidamente reforçado de uma suposta “democracia racial” originalmente brasileira, que, para esses intelectuais paulistas, era oriunda das bandeiras. Segundo o mito da “democracia racial”, que se constrói e solidifica no Brasil no final do séc. XIX e início do XX, com ênfase no pós-abolição, não haveria entre negros e brancos diferenças significativas do ponto de vista de oportunidades e condições socioeconômicas de existência, bem como culturais e políticas. Esse pensamento se sustenta, então, numa ideia de “fraternidade” entre as “etnias” e/ou “raças” que coabitariam o território brasileiro harmoniosamente, o que poderia nos fazer retornar ao elemento da suposta “solidariedade”.

Assim, comparativamente a sociedades como a dos Estados Unidos ou da África do Sul, onde haveria um confronto institucionalizado entre negros e brancos, o *apartheid*, o Brasil teria inaugurado um novo modelo de relações raciais, sem preconceito ou discriminação, produzindo uma “autoimagem positiva” de democracia racial (DOMINGUES, 2005).

Havia entre os idealizadores da obra, incluindo o próprio artista escultor, um investimento em imagens mitológicas, como vimos em uma de suas declarações, vinculando os bandeirantes a feitos heroicos epopeicos. Assim, um esforço se concentrava no sentido de aproximar a obra em homenagem às bandeiras paulistas de uma abordagem literária e não factual ou propriamente historiográfica do tema (UHLE, 2013). Nas palavras de Del Picchia: “*a epopeia da conquista da terra não se fragmentaria em episódios, é um todo oriundo de obra complexa e continuada, única como expressão de heroísmo e de glória de uma raça*” (MEMORIAL..., 1920, grifos nossos).

O linguista Antonio V. S. Pietroforte (2018) observa o monocromatismo deste monumento que remonta às esculturas clássicas da Grécia. A categoria topográfica, para ele, é a que contém indícios mais importantes de significação. Os contrastes entre a disposição da forma horizontal versus vertical, alto versus baixo, contêm significados sociais: “nas Bandeiras,

a forma horizontal aparece nos índios, subalternos dos bandeirantes, que, montados em seus cavalos, têm forma vertical” (PIETROFORTE, 2018, p. 146). De modo semelhante, a disposição em fila das personagens, anterior *vs* posterior, relaciona-se, na leitura do autor, à anterioridade dos indígenas, que estariam mais próximos à natureza, e à posteridade dos bandeirantes, ligados à cultura. Em termos narrativos, a escultura moderna de granito representa a formação do Brasil a partir de uma interpretação do fenômeno bandeirista, que reafirma a rasa distinção entre selvagens e civilizados.

É possível afirmar que o Monumento às Bandeiras (SP) diz tanto sobre o contexto da capital paulista no período de sua construção, desde a primeira maquete, em 1920, até a sua fundação, em 1953, uma vez que seu erguimento e surgimento no espaço público se alinham ao projeto modernista, que buscava forjar uma história local que se lançaria não somente enquanto parte da história nacional, mas como seu berço fundador. Esse período fora marcado pelo expressivo desenvolvimento econômico da cidade e profundas transformações urbanas. Nesse contexto, “o bandeirante foi celebrado como personagem chave do imaginário regional” (MOURA, 2011, p. 78), uma vez que era necessário “recuperar o orgulho dos paulistas abalados com” a ascensão do Estado Novo nos anos 1930, que desestimulava manifestações regionais, a fim de ressaltar a unidade da nação.

O governador de São Paulo, Armando de Salles Oliveira apoia, então, em 1936, o projeto, estimulado ainda por figuras como Cassiano Ricardo e Afonso Taunay, bem como por seu apego à epopeia bandeirante somado ao seu projeto de renovação política e cultural em São Paulo. Como disse a historiadora A. Enders (2021, p. 6) : « Si Afonso Taunay est l’historien des bandeiras, Cassiano Ricardo en est sans conteste le principal idéologue, ainsi que l’élément de continuité d’un projet dont la réalisation s’étale sur plus d’une génération ».

No pequeno livro deixado por Cassiano Ricardo, “O que é o monumento dos bandeirantes”, publicado pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo de São Paulo, sob governo de Abreu Sodré (o que nos faz supor a data entre 1967 e 1971), que serviria como uma guia cultural e turístico, podemos observar como o escritor buscava inscrever o simbolismo da obra, especificamente no sentido da conquista territorial e da formação étnico-racial da nação:

Mas o Monumento dos Bandeirantes tem um grande significado histórico, que é o imortal feito dos paulistas na formação territorial do Brasil. Representa uma bandeira em marcha, na conquista da extensão de terra que hoje forma, no mapa da América do Sul, o perfil geográfico do Brasil. E cada uma das figuras que o integram representa, por sua vez, a contribuição de cada raça, das que entraram no *melting pot* brasileiro, ou seja, na formação do nosso povo. O mameluco (nascido do cruzamento branco-indígena), o índio e o negro figuram unidos num só grupo social e humano (RICARDO, s.d., p.3, grifos do autor).

Aqui podemos ver, novamente, o esforço de vincular a história das bandeiras paulistas como precursoras e definidoras da dimensão territorial do Brasil. O movimento, a conquista, o perfil geográfico, são evocados como características ou consequências do bandeirismo. As raças, juntas, no *melting pot* brasileiro, conviveriam no caldeirão da cultura brasileira, na grande mistura, sem preconceito ou coação, “unidos num só grupo social e humano”, mas com hierarquias internalizadas, necessárias à ordem, com funções atribuídas a cada raça.

Para justificar a presença de cada uma das etnias/raças nas bandeiras paulistas e na representação que Brecheret fez no monumento, Cassiano Ricardo continua:

Enquanto comando, direção, rumo a seguir, predomina o branco, ou mameluco; enquanto movimento, ímpeto para as travessias continentais, sertão adentro, o índio, nômade, é que predomina (sem índio não haveria bandeira); enquanto pouso pelos caminhos, plantações em torno dos descobertos auríferos, mineração, o elemento indispensável é o africano (sedentário) (RICARDO, s.d., p.).

Ricardo reforça aqui suas ideias anteriormente debatidas, de supostas habilidades intrínsecas a cada etnia/raça, do que decorreria uma divisão racial do trabalho, implementada “sem coação” dentro das bandeiras. Assim, para ele, o branco (ou mameluco, o mais perto do branco que há) estaria ligado ao “comando”, à “direção”; o indígena, “nômade”, estaria vinculado ao “movimento”, ao “ímpeto às travessias continentais”; e o “elemento africano”, estaria ligado ao plantio, “pouso pelos caminhos”, visto que era “sedentário”.

O “Manifesto Bandeirista”, assinado pelo grupo de intelectuais modernistas já previamente citado, apresenta ainda alguns elementos que nos servem de análise. Uma das grandes preocupações deste grupo era a originalidade da arte, da cultura, brasileira. Não queriam influências estrangeiras nas obras nacionais. Era preciso “manter viva a consciência da nacionalidade” (O BANDEIRISMO, s. d., p. 1) e, por isso, o conceito de pátria é revisitado enquanto “fronteira espiritual”, sendo o ponto de referência moral de cada povo.

Tratava-se de “um movimento de legítima defesa”, com vistas a manter viva a alma brasileira, que sofria constantes ataques do exterior, de influências artísticas, estéticas e políticas. Partia-se em defesa de um nacionalismo que se opunha veementemente às influências estrangeiras para construção da identidade cultural brasileira. Além disso, apoiava-se em mitos de criação da nação a partir de um estado bandeirante e seus dependentes, o que sugere a ideia de uma certa configuração social de colonialismo interno (GONZÁLEZ CASANOVA apud WEINSTEIN, 2022). Isso será ainda mais evidenciado quando tratarmos das relações entre os estados de São Paulo e Goiás durante a construção do Monumento aos Bandeirantes (GO).

Para os intelectuais que assinaram o “Manifesto Bandeirista”, a principal urgência nacional estava centrada na “preservação da originalidade brasileira contra as influências

estranhas que pretendam deturpá-la”. Nesse sentido, podemos constatar que a construção do Monumento às Bandeiras (SP) aparece como símbolo de um movimento mais amplo, que abrangia parte do modernismo brasileiro, mas não o esgotava; como símbolo de um projeto regional de expansão territorial que, com isso, se promovia nacional.

Sobre o modernismo brasileiro, a arquiteta e urbanista Ana Carolina F. R. Lopes (2006) caracteriza-o como heterogêneo, ou seja, a autora identifica tendências diferentes dentro do próprio modernismo que procuraram definir a identidade nacional. Entre os anos 1920 e 1930, tem-se: a figura de Mário de Andrade e a criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1936; o movimento antropofágico de Oswald de Andrade; e, o que nos interessa mais, por ter tido mais destaque na promoção do monumento aqui estudado, o movimento Verde-Amarelo, liderado por Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e outros, estes dois primeiros vinculados à construção do Monumento às Bandeiras (SP).

A construção da figura do bandeirante, como ser que encarna o espírito paulista, o “sangue intemorato” (ABUD, 2019), está relacionada à criação da imagem da cidade e do estado de São Paulo como “capital bandeirante” ou “estado bandeirante” por excelência. O mito bandeirante, nesse sentido, aparece como ideologia política, acoplado-se nos símbolos e no “caráter paulista” do empreendedorismo e pioneirismo, por exemplo. Ideologia aqui compreendida como um instrumento de legitimação de regimes políticos no mundo moderno, que busca constituir uma consciência nacional, com vistas à integração social e coesão (CARVALHO, 1990), a fim de criar os laços que sustentem a “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008).

No esforço de criar e manter esses laços da “comunidade imaginada”, como explica o historiador Anderson (2008), os estados-nação modernos voltaram-se para a criação de símbolos, datas celebrativas, eventos e personagens marcantes, monumentos e outros “lugares de memória” (NORA, 1993), a fim de testemunhar o surgimento e desenvolvimento da nação. Em sua elaboração do Brasil, essa ala de modernistas paulistas via na retomada do mito bandeirante, com seu desbravamento e audácia rumo ao interior desconhecido, uma maneira de projetar o futuro nacional rumo ao progresso e desenvolvimento:

[...] a figura do bandeirante vincula-se às imagens de modernidade e progresso. Os bandeirantes, os responsáveis pela expansão do território brasileiro, despontam, nesta construção, como precursores dos fazendeiros e empresários que levaram a cabo a expansão da cafeicultura e industrial, em suma, sua imagem idealizava os responsáveis pelo aumento de riqueza e de poder político pelo qual passava o Estado de São Paulo (LOPES, 2006, p. 53).

Outro expoente dessa construção mitológica dos bandeirantes foi o já mencionado intelectual Afonso d'Escragolle Taunay (1876-1958), diretor do Museu Paulista (entre 1917 e 1945), vinculado ao IHGSP, membro da Academia Brasileira de Letras⁴⁰, cuja contribuição à historiografia paulista pode ser vista ainda em seu denso estudo “História geral das bandeiras paulistas”, publicado entre 1924 e 1950. Segundo Lopes (2006, p. 54), “o Museu Paulista tornou-se, nas mãos de Taunay, um grande centro de referência de pesquisa voltado à 'epopeia da conquista do Brasil pelos bandeirantes', tema escolhido como enredo privilegiado para criar e difundir a identidade paulista”.

Os historiadores Alberto L. Schneider e Renato Martins (2019), em suas reflexões sobre a questão da expansão paulista em Afonso Taunay e Sérgio Buarque de Holanda, procuraram mostrar como esses dois historiadores paulistas interpretaram o fenômeno do bandeirismo, dentro de suas respectivas tradições. Ambos os intelectuais analisados pelos historiadores teriam ainda relações institucionais que permitiria articular suas ideias: ocuparam, em momentos distintos, a direção do Museu Paulista, bem como a cadeira de História da Civilização Brasileira na Universidade de São Paulo.

Em seu estudo, os autores remontam à institucionalização da disciplina de História no Brasil, moldada pelos Institutos Histórico e Geográfico Brasileiro e os institutos estaduais e, posteriormente, pela própria USP. A primeira tradição de estudos teria exercido papel importante na composição da disciplina “ao estar alocada no Museu Paulista que, consoante ao menos em parte com o IHGSP e mesmo com o IHGB, ajudou a arregimentar o pressuposto de que os bandeirantes foram os construtores da nacionalidade brasileira” (SCHNEIDER e MARTINS, 2019, p. 4). Afonso Taunay estaria, de certo modo, mais próximo à primeira tradição, nutrindo uma “visão ufanista” de “São Paulo como locomotiva da nação” (BLAJ apud Ibidem, p. 5), ao passo que Sérgio Buarque simbolizaria, por outro lado, o oposto do que representava Taunay: “reconhecendo nas expedições o interesse cobiçoso de formação de mão de obra escrava para lavouras da capitania de São Vicente, depois São Paulo” (Ibidem, p. 5).

Porém, como mostram os autores (SCHNEIDER e MARTINS, 2019), essa dicotomia, embora intrínseca à questão do bandeirismo, suporta certa “conciliação metodológica” entre os intelectuais analisados, uma vez que ambos, Taunay e Buarque de Holanda, fundamentavam-se na documentação como mediador metodológico à elaboração de uma concepção crítica das

⁴⁰ Afonso Taunay foi recebido na ABL por Roquette-Pinto, acadêmico que será trabalhado no próximo capítulo, pois, também escreveu em apoio ao Monumento aos Bandeirantes (GO). Vale notar ainda que Afonso Taunay recebeu, como membro da ABL, Oliveira Viana.

bandeiras. Além disso, para os autores, Sérgio Buarque não deixa de ver no bandeirante “um formador das bases da nacionalidade brasileira” (Ibdem, p. 5).

Sob influência dos “primeiros historiadores das bandeiras” (SCHNEIDER e MARTINS, 2019, p. 10), frei Gaspar Madre de Deus (1715-1800) e Pedro Taques de Almeida Pais Leme (1714-1777), que também serão citados pelos intelectuais que apoiaram a construção do Monumento aos Bandeirantes (GO), como veremos no capítulo 3, Afonso Taunay se alicerça em uma tradição que narra os bandeirantes como “homens de força e coragem incomum, conquistadores de terras, gentes e metais preciosos” (Ibdem, p. 10). Embora seja possível visualizar a elaboração da mitologia que envolve os bandeirantes, Schneider e Martins (2019, p. 6) chamam a atenção para a produção historiográfica de Taunay, “desde logo crítica, pautada na pesquisa sob a forma de monografias especializadas e documentadas que visam apreender o passado pela ótica de sua diferença”.

Esses fundamentos empíricos e críticos em que se fundamentava Afonso Taunay serviriam, de acordo com os autores, para aproximar, comparativamente, as rupturas e continuidades entre ele e Sérgio Buarque de Holanda. Haveria, para eles, uma certa assimetria nas relações entre as ideias dos intelectuais analisados: “nem Taunay pode ser visto unicamente como entusiasta de uma visão ufanista das bandeiras, embora predominantemente o seja; nem seria aconselhável atribuir a Sérgio Buarque o papel exclusivo de crítico a tais proposições, apesar de o ser de forma preeminente” (SCHNEIDER e MARTINS, 2019, p. 11).

Em livros como “Monções” (1945) e “Caminhos e fronteiras” (1957), em que Sérgio Buarque se propõe a pensar propriamente o tema da expansão para o oeste, é possível perceber um teor nacionalista, que se traduz “principalmente, nos processos de modernização das fronteiras territoriais do Brasil” (SCHNEIDER e MARTINS, 2019, p. 12). Processos esses que, sobretudo atentos à modernização das fronteiras internas nacionais, reverberariam na própria Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia (GO), pois se tratava, como veremos no capítulo seguinte, de uma formação de alianças político-ideológicas entre agentes das elites paulistas e goianas, cujos interesses voltavam-se às riquezas do território; à modernização do estado de Goiás através da valorização da construção da nova e moderna capital, nos anos 1930; à difusão do ideário bandeirantista visando exaltar a imagem de São Paulo (estado e capital).

Ao analisar, dentre outros elementos, as propostas de curso de Afonso Taunay e Sérgio Buarque, Schneider e Martins (2019, p. 16) concordam que há dois aspectos que por vezes se acercam e noutras se afastam na abordagem dos intelectuais: “o papel do bandeirismo e da busca de síntese da história do Brasil”. Em sua análise, os autores notam que embora crítico à experiência do apresamento e do extermínio de indígenas, explicitando a dimensão escravocrata

dos sertanistas, Sérgio Buarque não rompe radicalmente com seu antecessor na direção do Museu Paulista e na cadeira de História da Civilização Brasileira da USP, desfazendo críticas, porém vinculando em muitos momentos a expansão dos primeiros paulistas à formação territorial brasileira, colocando São Paulo, assim, como núcleo da expansão bandeirante.

O livro “Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira”, de Paulo Prado (1981), publicado em 1928, similarmente, também faz parte de um projeto modernista de elaboração de uma ideia acerca da formação da nacionalidade brasileira sob uma ótica paulista. Talvez por isso Paulo Prado inclui em seus escritos, especialmente nos capítulos que tangenciam o povoamento e a exploração do território nacional, a figura aqui analisada dos bandeirantes. Além disso, como vimos, ele foi um dos intelectuais que assinou o “manifesto bandeirista” já analisado.

A figura do bandeirante é descrita por Paulo Prado como minimamente dúbia, apontando para as dicotômicas faces deste personagem. Com diria Paulo Prado (1981, p. 62-63): “É uma entidade histórica [os bandeirantes de São Paulo] que aos poucos surge da legenda que lhe criaram os seus admiradores ou os seus detratores”. No primeiro caso, é possível visualizar construções que remontam à expansão territorial, ao aumento dos contornos geográficos, fronteiras e limites internos e externos nacionais; como uma síntese do movimento bandeirantista, um resumo dessa expansão (PRADO, 1981). No segundo caso, vemos que essa “fama guerreira” dos bandeirantes pode ter sido utilizada por governadores locais para “frear os negros dos Palmares e os gentios revoltados” (Ibdem, p. 60), o que nos indica certa truculência, violência e dizimação de etnias e/ou raças na ação bandeirante.

O autor chama atenção para os fatos que desenharam a “feição específica”, a originalidade, dos bandeirantes paulistas no desenvolvimento da história do Brasil:

Ânsia de independência levada até o motim e a revolta, excessos e *bruteza de homens de engenho rude*, escrúpulos exíguos, fortaleza física apurada pela endogomia e seleção num meio propício, *ambição do mando* que o isolamento da montanha desenvolvia, *ganância de riqueza rápida* a que não era estranha a influência semítica dos cristãos novos de São Vicente e Piratininga, ausência de elementos alienígenas, conseqüente predominância dos fatores indígenas na cruz e no pessoal das expedições do sertão – fenômenos e condições que deram ao movimento das bandeiras paulistas uma feição específica no desenvolvimento da história do Brasil (PRADO, 1981, p. 62-63, grifos nossos).

Como revela o trecho, essa feição característica da sociedade brasileira teria sido pincelada com elementos como: o desejo de independência que provocava revoltas e motins contra os grupos “incorporados” pelas bandeiras; ambição pelo comando, pela ordem e obediência de outros; ganância de riqueza rápida, em geral vislumbrada no ouro e metais preciosos. Não seriam homens cultos, nobres, ricos; nem se trataria de políticos, membros de

ordens religiosas ou de intelectuais. Paulo Prado os desenha como homens brutos, rudes, “com predomínio de fatores indígenas em seu cruzamento”, o que reforça o argumento da “nova raça” bandeirante: a dos mamelucos. Esses foram os homens que se lançaram rumo às “expedições do sertão”.

O sertão se revela, para o autor, como área inexplorada, terra desconhecida, cujas bandeiras correram para desbravá-la:

O sertão vivia como ainda vive hoje, *inexplorado*, guardando em seu arcano, para o escoteiro, a esperança de todas as possibilidades. A sua história, nas suas linhas gerais, será a história dos catadores, faiscadores e lavageiros de ouro, da prata e das pedrarias. Atrás dessa ambição correram as bandeiras por toda a vastidão da *terra desconhecida* (PRADO, 1981, p. 61, grifos nossos).

E, continua o autor:

No desbravamento dos sertões a bandeira foi sempre uma empresa concebida e organizada para a exploração de negócio. O granjeio do índio escravizado e vendido nos mercados de beira-mar ou utilizado nos latifúndios do planalto preparou e tornou possível as entradas de mineração que rapidamente se multiplicaram à procura de ouro — ou na ilusão do ouro, como disse Preschel. Com essa miragem, o movimento bandeirante se intensificou em São Vicente e nos campos da serra do Mar, irradiando-se num sem-número de expedições (PRADO, 1981, p. 65-66, grifos nossos).

Neste trecho novos elementos são introduzidos, já mencionados anteriormente: a escravização e mercantilização indígena; a procura do ouro (cobiça); a exploração intrínseca ao movimento das bandeiras no processo de interiorização para os sertões, que são entendidos como áreas inexploradas, desconhecidas, porém não despovoadas. Alguns desses elementos são reforçados em outros trechos, tais como: “*algumas bandeiras paulistas que andavam à procura de índios a escravizar*, e levando talvez das lavras do litoral mineiros mais práticos, tiveram em seguida a revelação deslumbrante da riqueza aurífera da região” (PRADO, 1981, p. 70, grifo nosso). Diante disso, podemos afirmar que o poeta, advogado, cafeicultor e empresário Paulo Prado não deixava de reconhecer a existência de “índios” no interior do Brasil, porém os coloca na posição de “a escravizar”, com os bandeirantes à sua procura.

Ainda sobre a ambição por riquezas e os negócios da escravidão, revela-nos o autor cujo pai fora o primeiro prefeito da cidade de São Paulo e esteve envolvido na elaboração da Lei Áurea, sendo membro de uma aristocracia cafeeira paulista:

No fenômeno do bandeirismo tudo nos demonstra que a preocupação única do sertanista era a aquisição de riqueza, o desenvolvimento de seu negócio em escravos enquanto não afluía o metal, e quando este surgiu, com ele feneceram as bandeiras. Não se lhe encontra o mínimo apego à pobre vila piratininga donde partia (PRADO, 1981, p. 96).

Para o autor, portanto, há uma ambição desmedida, bem como uma certa dependência do “negócio” bandeirista estruturado no câmbio de escravos, pois, uma vez encontrado os metais preciosos, teria ocorrido a falência das bandeiras.

Algumas posturas encontradas no texto sublinham práticas de escravização de indígenas, destruição de quilombos, procura e exploração desmedida por metais preciosos. Em contraponto, há posicionamentos que argumentam no sentido de reforçar uma exaltação dos bandeirantes. Entre eles, está por exemplo a fala ainda no século XVII do padre jesuíta Vieira, que afirma ter sido o movimento das bandeiras “uma das mais notáveis que até hoje se tem feito no mundo” (apud PRADO, 1981, p. 67). Ou ainda, como coloca o próprio Paulo Prado: “representam (...) uma força de heroísmo anônimo e individualista, decisiva na integração do território” (Ibidem, p. 63).

É nesse sentido que argumenta Gilberto Freyre, intelectual pernambucano, no capítulo I de Casa Grande & Senzala, ao vincular os bandeirantes e jesuítas à mobilidade, ao dinamismo, à expansão pelos sertões adentro, à procura de ouro, de escravos e almas: “O bandeirante, particularmente, torna-se desde os fins do século XVI um fundador de subcolônias. (...) *Com o bandeirante o Brasil autocoloniza-se*” (FREYRE, 2003, p. 44, grifo nosso).

Este argumento da integração territorial é recorrente nas afirmações positivas sobre os bandeirantes e o movimento das bandeiras, como se, sem sua ação, não houvesse transformação das fronteiras internas e externas nacionais, nem a “incorporação” de populações nativas às estruturas do mundo branco. É preciso notar sobremaneira que essa incorporação de nativos ao universo dominante foi feita a partir da violência, do conflito, do que Roberto Cardoso de Oliveira (1996) chamou de “fricção interétnica” e não por um harmonioso processo de aculturação, por um encontro pacífico.

Nesse sentido, chamamos atenção para o que Paulo Prado (1981, p. 79, grifo nosso) colocou: “numa derradeira arrancada, prestes a *terminar a finalidade histórica do seu papel na formação do país*, as bandeiras multiplicam-se em demanda do próprio coração do continente”. Essa ideia de que as bandeiras estariam destinadas a cumprir um papel histórico na formação do país também é recorrente nos discursos dos intelectuais do período, bem como a ideia de que há uma “demanda do próprio coração do continente”, um desejo, dessa “conquista”. O autor continua trazendo traços característicos da formação das bandeiras: “Interesse, Dinamismo, Energia, Curiosidade, Ambição.” (Ibidem, p. 80). Todavia, alerta que:

Faltavam-lhe os estimulantes afetivos de ordem moral e os de atividade mental. Nunca soubera transformar em gozo a riqueza conquistada. A sua energia intensiva e extensiva concentrava-se num sonho de enriquecimento que durou séculos, mas

sempre enganador e fugidio. Com essa ilusão vinha morrer sofrendo da mesma fome, da mesma sede, da mesma loucura. Ouro. Ouro. Ouro. Cobiça (PRADO, 1981, p. 80).

Para ilustrar essa fascinação do ouro, Paulo Prado traz além de outros exemplos de bandeirantes como Fernão Dias Paes (Ibdem, p. 96), Manoel Preto e Antônio Raposo (Ibdem, p. 66), a figura de Sebastião Pinheiro Raposo, bandeirante paulista:

Vindo de São Paulo, percorreu com a comitiva de camaradas e escravos índios e negros os sertões do Norte e Nordeste, *deixando por toda a parte um rasto sanguinolento e uma lenda de riqueza*. Acompanhava-o um *bando de mucambas*, com quem tinha inúmeros filhos. Uma vez, duas destas, exaustas pelo caminho montanhoso, caíram desfalecidas à beira da estrada. O sertanista mandou-as despenhar pelo precipício abaixo, pois “não queria deixá-las vivas para não servirem a outrem”. Teve fama de riquíssimo, com as borrachas e surrões sempre cheios de ouro: eram as suas “arobinhas”, dizia. Denominaram-no o rei do Ouro e da Volúpia. (PRADO, 1981, p. 91, grifos nossos).

Este trecho é muito ilustrativo da crítica ensejada pelo autor: “deixando por toda a parte um rasto sanguinolento e uma lenda de riqueza”. O “bando de mucambas” a que o trecho se refere leva-nos ainda à questão racial, tão cara aos estudos da formação social brasileira, uma vez que “mucamba” é relativo à escrava negra e muitas vezes os inúmeros filhos que os bandeirantes tinham com elas e abandonavam eram frutos de processos forçados de estupro e violência. Sobre a questão a racial no “estado bandeirante”, Paulo Prado coloca que:

A história de São Paulo, em que a amalgamação se fez intensamente, favorecida pelo segregamento, é prova concludente das *vantagens da mescla do branco com o índio*. Hoje, entretanto, depois de se desenrolarem gerações e gerações desse cruzamento, o caboclo miserável – pálido epígono – é o descendente da esplêndida fortaleza do bandeirante mameluco. A mestiçagem do branco e do africano ainda não está definitivamente estudada. É uma incógnita (PRADO, 1981, p. 137).

Aqui o autor traz de modo categórico que a história de São Paulo “é prova concludente das vantagens da mescla do branco com o índio”. O bandeirante, portanto, contrariaria o mito da “pureza racial” paulista (SOUZA, 2007) por ser ele próprio um “mameluco”, isto é, descendente da “esplêndida fortaleza” racial que seria o “bandeirante mameluco”. Essa composição racial dos bandeirantes ditada por Paulo Prado vai ao encontro do que Gilberto Freyre colocou no prefácio à primeira edição do livro *Casa Grande & Senzala*. Ao fazer uma comparação entre os bandeirantes e os senhores de engenho no que diz respeito ao “nomadismo aventureiro dos bandeirantes” e à “estabilidade patriarcal” dos senhores das casas-grandes, Freyre coloca que os bandeirantes eram “em sua maioria mestiços de brancos com índios”. No capítulo II, Freyre relaciona o bandeirante e o índio:

Muito auxiliou o índio ao bandeirante mameluco, os dois excedendo ao português em mobilidade, atrevimento e ardor guerreiro; sua capacidade de ação e de trabalho falhou, porém, no rame-rame tristonho da lavoura de cana, que só as reservas

extraordinárias de alegria e de robustez animal do africano tolerariam tão bem (FREYRE, 2003, p. 81).

Diferente do que vimos com Menotti del Picchia, aqui Freyre reconhece a existência e o papel dos indígenas na formação nacional, ainda que coloque nos negros as características de “robustez animal” e “reservas extraordinárias de alegrias”, o que os fariam ser capazes de carregar o “tristonho” trabalho forçado e escravo nas lavouras de cana. Paulo Prado, na citação anterior, também deixou claras suas reservas ao “elemento africano”, sendo, para ele, uma “incógnita” a mestiçagem do branco com o negro.

Outro intelectual paulista, modernista à sua maneira, que se debruçou sobre a temática da mestiçagem em sua obra e em seus engajamentos políticos, que já foi mencionado, sendo o “ideólogo” do bandeirismo, foi Cassiano Ricardo. Autor do livro de divulgação do Monumento às Bandeiras (SP) aqui analisado, “O que é o monumento dos bandeirantes”, reeditado na versão francesa pela Fundação Victor Brecheret (2006), podemos ver a destinação da escultura na capital paulista, ao trazer uma tradução para o público francófono do livro explicativo da obra que se sustenta numa interpretação da simbologia do monumento a partir de uma homenagem aos homens das bandeiras, para ele principais contribuintes do: “imortal feito dos paulistas na formação territorial do Brasil” (RICARDO, 1967-71, p. 5).

A escolha de Victor Brecheret em representar uma bandeira e não apenas bandeirantes isolados é explicada por Cassiano Ricardo (1954) como uma forma de integrar a “contribuição de cada raça” na formação do povo brasileiro. Embora exalte que todos os “elementos étnicos” (RICARDO, 1967-71, p. 8) resultavam “num só grupo social e humano” (Idem, p. 5), o poeta modernista verdeamarelista buscava justificar um tipo de divisão racial do trabalho, ou ainda, uma divisão do trabalho em função de cada cor: “cada raça em seu momento e ofício próprios” (Idem, p. 8).

O branco (ou mameluco, mistura de branco e indígena, mais próximo do branco, portanto) estaria, na lógica ricardiana, ao lado do comando, da direção, da chefia; o índio, nômade, seria o movimento, o ímpeto sertão adentro; e o africano, por fim, o “elemento indispensável” (Idem, p. 8) para as plantações e minerações em torno das terras “descobertas”. Para complementar esse discurso racialista, o autor acrescenta a fala já analisada anteriormente de Armando de Salles Oliveira, na ocasião da retomada do projeto de Brecheret, em 1936, em que o governador de São Paulo, em mensagem à Assembleia Legislativa, se apoia na estrutura física da escultura para justificar a hierarquia inerente às bandeiras e ao sistema político de organização social que ele defende.

A inauguração do Monumento às Bandeiras (SP) teria ocorrido oficialmente nas celebrações do aniversário de 399 anos da cidade, em 25 de janeiro de 1953, por motivos de saúde do escultor, pois estava previsto para o ano do IV Centenário da cidade, 1954. Tanto assim que o monumento foi palco também das comemorações do IV Centenário da cidade, conforme os documentos (Figura 12), a bibliografia acessada e até mesmo de acordo com a memória de uma moradora local que, me interpelando acerca do meu interesse em registrar e observar a escultura, fez questão de me contar tudo o que sabia sobre a construção do monumento e em destacar sua presença, ainda criança, no dia da inauguração.

Figura 12 - O Estado de São Paulo, 16 de janeiro de 1953, p. 10



Outra reportagem do jornal “O Estado de São Paulo”, em 25 de janeiro de 1953, sem autor definido, traz em destaque a inauguração do Monumento às Bandeiras (SP), com fotografias da escultura, retomando a mensagem de Armando de Salles Oliveira à Assembleia Legislativa, proferida em julho de 1936, em que o governador enfatiza os valores que direcionaram a obra “dentro dos sentimentos tradicionais da família e da religião” (O Estado de São Paulo, 25 de janeiro de 1953, p. 13), para que a “nobre nação” brasileira “e com ela os puros ideais do homem cristão” (Ibidem) se mantivessem diante do “naufrágio” em que os povos “se afogarão”. Além disso, a reportagem, que trata da inauguração do monumento, relembra o processo de construção da obra, seu idealizador (Armando de Salles Oliveira), seu autor (Victor Brecheret), evocando significados e interpretações possíveis para os detalhes escultóricos (Figura 13):

Assim, o Monumento às Bandeiras, partindo da face posterior da base, uma reta ascende continuamente, unindo todas as figuras, desde o índio que, na quase horizontalidade do esforço desmedido, forma um só corpo com o batelão que impele, até as cabeças altaneiras dos capitães que, a cavalo, rompem a marcha. Entre esses extremos, nas posições que lhes impõe a fadiga ou a coragem, a febre ou a esperança, o extenuamento da velhice ou o ímpeto da juventude, sucedem-se as figuras dos que marcham. Poucos traços, e mesmo esses simplificados, distinguem os componentes da caminhada heroica: as barbas longas indicam um português, uma pequena cruz ao pescoço de um corpo nu caracteriza o bugre catequizado, um menino ao colo da mulher índia sugere o caldeamento das raças (O Estado de São Paulo, 25 de janeiro de 1953, p. 13).

Nesse sentido, portanto, o governador à época, Armando Oliveira, teria mandado erigir todo esse “conteúdo simbólico” (O Estado de São Paulo, 25 de janeiro de 1953, p. 13) que seria capaz de unir em um mesmo “espírito de brasilidade empreendedora e heroica, a passada conquista da terra e a futura conquista do progresso” (Ibdem). Esse conjunto escultural como um todo buscaria narrar “a epopeia das bandeiras” (Ibdem), surgindo para simbolizar “toda uma fase da vida nacional” (Ibdem), uma vez que não representa um bandeirante específico ou uma bandeira particular, sendo, na verdade, uma representação alegórica das bandeiras, “nos seus traços mais gerais, em suas qualidades mais essenciais e (...) mais eloquentes” (Ibdem).

Figura 13 - O Estado de São Paulo, 25 de janeiro de 1953, p. 13



Em uma reportagem intitulada “Brecheret, uma vasta obra para rever”, de Leonor Amarante, publicada no jornal “O Estado de São Paulo”, em 1984, temos acesso a uma entrevista concedida por Sandra Brecheret, filha do escultor, que além de lembrar parte da trajetória biográfica de seu pai, tece comentários acerca da obra que aqui nos interessa mais: o Monumento às Bandeiras (SP), destacado por ela como “sua obra maior”. Alguns amigos são citados, dentre eles “Monteiro Lobato, Paulo Duarte, Menotti Del Picchia, Sérgio Milliet e Anita Malfatti” (O Estado de São Paulo, 22 de fevereiro de 1984, p. 17).

Outra reportagem menciona a exposição chamada “Bandeiras de Brecheret”, cujo livro homônimo de Marta Rossetti Batista, 1985, é catálogo da exposição realizada no Monumento às Bandeiras (SP), de 25 de janeiro a 15 de março de 1984. A exposição procurou contar a história do monumento “através de 60 painéis ilustrados com fotografia, documentos de época e texto explicativo” (O Estado de São Paulo, 21 de fevereiro de 1984, p. 18).

Figura 14 - Inauguração do Monumento às Bandeiras / Fonte: Jornal A Gazeta, 26/01/1953



Recordado no discurso de sepultamento de Afonso Taunay, proferido pelo presidente da Academia Brasileira de Letras, Elmano Cardim, o Monumento às Bandeiras (SP) surge como cenário das grandes realizações de São Paulo (estado e capital), bem como deste historiador das bandeiras e sua obra:

Quando esta noite, chegando a São Paulo para a triste missão de trazer a Afonso de Taunay estas palavras de despedida da Academia Brasileira de Letras, cruzei com o Monumento às Bandeiras, senti que o gênio do artista, ao esculpir na pedra o denodo daquele punhado de heróis desconhecidos, se identificava, no espaço, pela beleza da sua inspiração, com a criação grandiosa que pelo tempo se encerra nas páginas admiráveis da História Geral das Bandeiras Paulistas. Um mesmo sentimento sublima o momento em que o granito imortaliza e o livro traduz para a eternidade (O Estado de São Paulo, 22 de março de 1958, p. 10).

Palco ainda de manifestações políticas diversas, em geral de caráter nacionalista nos primeiros anos de sua existência, com eventos do Exército, da Aeronáutica e outras Forças Armadas, Polícia Militar, ou ainda para celebrações de aniversário da cidade, o Monumento às Bandeiras (SP) teria recebido ainda em fevereiro de 1960, o presidente dos Estados Unidos, Eisenhower, que fora saudado com uma caravana de veículos, bandeirolas do Brasil e dos Estados Unidos, com “cerca de mil pessoas” (O Estado de São Paulo, 26 de fevereiro de 1960, p.6) que ali esperavam a celebridade política. O monumento teria sido palco ainda da recepção aos astronautas estadunidenses Richard Gordon e Neil Armstrong, em 1966, com a seguinte manchete: “EUA vão à Lua nesta década” (O Estado de São Paulo, 22 de outubro de 1966).

Os trinta anos da escultura foram celebrados com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura, que promoveu um concurso de arte fotográfica do Monumento às Bandeiras (SP).

Todos os trabalhos inscritos, cerca de 20 fotos, foram “expostos no Museu da Imagem e do Som” (O estado de São Paulo, 22 de fevereiro de 1983, p. 40) de São Paulo (SP).

Outra reportagem volta-se ao monumento de Brecheret para dizer que se trata de uma “homenagem a todo o ciclo de penetrações que vergaram a vertical de Tordesilhas” (O Estado de São Paulo, 25 de outubro de 1968), retomando o mapa de Afonso Taunay deixado na escultura, bem como os dizeres de Cassiano Ricardo e Guilherme de Almeida, que vimos no capítulo 1.

Como afirma a historiadora Armelle Enders (2021), em seu estudo sobre Cassiano Ricardo e as ideologias por trás da construção do Monumento às Bandeiras (SP), a hierarquia é ali representada como “um dos mais belos princípios de organização social” (Salles de Oliveira apud ENDERS, 2021, p. 14), sendo sustentada discursivamente sobretudo sobre uma divisão racial dos papéis sociais, em função de qualidades atribuídas a cada etnia e/ou raça. Um discurso que se ancorava numa suposta mistura harmoniosa entre as raças, que seria hierárquica, porém não coercitiva, por se sustentar em características supostamente inatas a cada grupo étnico.

Ainda na análise do livro “O que é o monumento dos bandeirantes”, podemos ver como Cassiano Ricardo (2006, p. 5, tradução nossa) define quais eram os objetivos principais das bandeiras: busca de ouro, esmeraldas e índios que se encontravam nas regiões “ainda virgens do contato com o homem branco”. As terras virgens, representada pela mulher que amamenta no Monumento às Bandeiras (SP), é reiterada na ideia de sertão, de vazio, de inexplorado.

Essa perspectiva de Ricardo coaduna assim com as visões de seu contemporâneo, Plínio Salgado, que por algum tempo fez parte do mesmo “Movimento Bandeira”: “O escritor [Plínio Salgado] idealizou o interior como um lugar onde os traços autênticos da cultura brasileira estariam resguardados da ameaça dissolvente do cosmopolitismo do litoral” (EL-DINE, 2019, p. 459). Além disso, concorda com o ideário dos verdeamarelistas de se fecharem a influências estrangeiras e buscarem o que há de veementemente original para representar o povo brasileiro.

Cassiano Ricardo (1940), em “Marcha para Oeste: A influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil”, apresenta mais uma vez sua concepção de “democracia biológica”, originada na sociedade brasileira através da solidariedade e confraternização das raças, fundamentando assim o seu projeto de formação do Estado brasileiro. Para ele, a origem da democracia brasileira estaria na “Bandeira” que, enquanto fenômeno histórico-social, foi capaz de ordenar o caos da mistura do sangue de todas as raças, a partir da figura do chefe, do líder, da autoridade forte necessária: “há, pois, uma ordem estabelecida e a garantia dessa ordem está no chefe da bandeira” (RICARDO, 1940, XIV).

Para o poeta de “Martim Cererê”, a “Bandeira” seria o intermediário democratizante entre o feudalismo dos engenhos de açúcar e o “comunismo” dos autóctones. Porém, para o autor, a democracia implica em hierarquia: “Não é possível pensar em democracia sem a organização hierárquica da sociedade, que possibilita a utilização de todos os valores humanos pela capacidade viva de cada um, e não pela igualdade abstrata, irracional ou estandarizada” (RICARDO, 1940, p. 3).

Nas bandeiras, para Ricardo (1940), cada raça teve sua contribuição: ao branco deve-se a liderança e direcionamento; ao indígena deve-se a expansão do território, devido à mobilidade étnica e biológica do grupo; ao negro, a descoberta dos metais preciosos⁴¹, diferentemente do que afirmara Afonso E. Taunay e Alfredo Ellis Jr. sobre a ausência do elemento africano no bandeirismo.

Alfredo Ellis Jr. que, por sua vez, em seu livro “Raça de gigantes”, de 1926, concentrou-se no aspecto racial do bandeirante, buscando contrapor-se a Oliveira Vianna, intelectual fluminense, ao desenvolver a tese de que não havia em Portugal, seja no século XVI seja no atual, uma aristocracia racialmente germânica, dada sua diluição (o que remete à “plasticidade” do tipo português destacada por Gilberto Freyre). Do cruzamento deste tipo português com os povos indígenas da região teria surgido o mameluco, o bandeirante, fruto da mestiçagem que teria originado uma “sub-raça” nova, argumento também utilizado por outros adeptos da mitologia bandeirante.

Ainda em sua oposição a Oliveira Vianna⁴² e, de certa maneira, à narrativa fundacional brasileira a partir das Casas Grandes nordestinas, Ellis Jr. evidencia que os bandeirantes foram homens pobres, da plebe, sem instrução e posses. Para esse intelectual paulista, que fora membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Instituto de Estudos Genealógicos e da Academia Paulista de Letras, essa pobreza dos bandeirantes teria servido para o “endurecimento da raça”. Além disso, o regime de pequenas propriedades que teria predominado na São Paulo colonial diferiria das monoculturas latifundiárias e seria mais uma demonstração da originalidade e excepcionalidade da história regional paulista, sendo nesse sentido mais democrática.

Muito próximo, portanto, do que argumentava Cassiano Ricardo, para quem a bandeira, “mais democrática”, é impreterivelmente anticomunista, uma vez que: “Biologicamente, o

⁴¹ “Sem negro não haveria ouro das minas” (RICARDO, 1940, p. 262).

⁴² Para mais informações sobre o embate entre os dois intelectuais ver “O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. (1920-1926)”, Danilo J. Zioni Ferretti, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p. 59-78.

comunismo é impedido pela mestiçagem e pela hierarquização das cores nas especializações de funções que se processa na bandeira. Economicamente pela distribuição proporcional e classificação social pela posse da terra” (RICARDO, 1940, p. 91). Na elaboração de seu argumento, o autor se apoia na família, no clã patriarcal e na bandeira, como unidades características da sociedade brasileira. Preceitos como liberdade individual confundem-se com a hierarquização necessária à ordem nas bandeiras, i. é, liberdade e escravidão coexistem como se não se anulassem mutuamente.

Sobre a escravização nas bandeiras, que atingiu negros e indígenas, Cassiano Ricardo fundamenta-se em Gilberto Freyre aferindo ser essa “catástrofe histórica” intrínseca aos processos de expansão colonial e à conquista de novos territórios⁴³. Inspirado no autor pernambucano, Ricardo procura suavizar os efeitos perversos da escravidão afirmando haver democracia na distribuição de funções sociais dentro das bandeiras, apesar de reafirmar que a mesma ocorreria segundo tendências étnicas ou “biopsicológicas”. Conforme afirma a historiadora Mônica Pimenta Velloso (1983):

Ora, este homem livre, consciente de sua liberdade e em condições de exercê-la, Cassiano Ricardo o encontra no elemento branco, cuja ‘especialidade psicológica’ é o comando. Assim, ele é o fundador do Estado, o dominador e denominador comum capaz de promover a integração nacional. O índio e o negro são os ‘heróis anônimos’ que inconscientemente contribuem para a construção da nacionalidade brasileira, alicerçada na ‘biodemocracia’. A sua escravidão pela Bandeira não se constitui, portanto, violentação da sua individualidade e sentimento, na medida em que a Bandeira respeita o seu ‘ser cósmico’. Cassiano Ricardo procura mostrar que, na escravidão, a propriedade econômica não se dissocia da sentimental, fato que torna o regime de trabalho forçado perfeitamente compatível com a liberdade individual (VELLOSO, 1983, p. 137).

Como vimos acima, o raciocínio ricardiano conduzia à defesa da democracia racial, baseada numa divisão racial do trabalho que tinha em vista elementos biológicos e sociais supostamente distintivos para cada “raça”, buscando argumentar que a bandeira não se sustentava na coerção, embora não negasse em momento algum a escravidão de indígenas e afrodescendentes. A autora (VELLOSO, 1983) ressalta ainda certa romantização, certo apelo sentimental à suposta “solidariedade” existente nesse regime de trabalho forçado, na obra de Cassiano Ricardo, coexistindo com a não violentação da individualidade dos “heróis anônimos” (indígenas e negros).

⁴³ “A classificação social se fazia, de resto, à custa de escravos. Era preciso ter 4 escravos para obter uma légua de terras. Para iniciar a nova sociedade, uns teriam que subir nas costas dos outros. Mas quem serviu de primeiro degrau foi o índio. Pintores, ferreiros, carpinteiros possuíam os seus escravos. A escravatura não era uma separação linear entre ricos e pobres. Pois até os pobres precisavam de escravos. Até os mendigos pediam esmolas de rede, nos ombros de dois escravos” (RICARDO, 1940, p. 84).

Essa descrição de Velloso (1983) poderia nos servir para pensar a própria simbologia do Monumento às Bandeiras (SP), uma vez que a escultura retrata os bandeirantes na figura do comando, da direção, de dominador, e os indígenas e negros, por sua vez, como personagens anônimos, anteriormente e abaixo dos bandeirantes posicionados, que, ainda assim, não teriam deixado, na visão do autor de “Marcha para o Oeste”, de contribuir para a construção da nação.

A obra de Victor Brecheret, para Enders (2021), dá ênfase ao papel das bandeiras como mito nacionalista de origem do Brasil, colocando em cena uma sociedade racialmente hierarquizada. Para a historiadora, dentro da perspectiva dos anos 1930, o bandeirante foi montado com a indumentária do paulista por excelência, aquele que fabricou as fronteiras do país, sendo a sua “locomotiva”. Porém, ao encarnarem os males da escravidão, do racismo e da colonização, os bandeirantes paulistas ultrapassam o quadro regional e servem para interrogar toda a história do Brasil, como veremos adiante com o caso do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, nova capital do estado de Goiás desde meados dos anos 1930.

CAPÍTULO 2 – REPRODUZINDO A NARRATIVA: A RECEPÇÃO DO MONUMENTO AOS BANDEIRANTES (1938-1942) EM GOIÂNIA

José Mendonça Teles, que foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e da Academia Goianiense de Letras, é o historiador, bacharel em direito, escritor e intelectual goiano, responsável pela escrita do poema que, musicado por Joaquim Jayme, se transformaria no Hino oficial do Estado de Goiás em 2001. Embora não diretamente envolvido na construção do monumento aqui estudado, veremos, no próximo capítulo, como este acadêmico irá partir em defesa da permanência da estátua atualmente, fazendo prevalecer no imaginário histórico (mitológico?) goiano a narrativa (do homem-branco) de seu poema: “Anhanguera (...) bota fogo nas águas do rio vermelho, de ouro assustado foge o índio na sua canoa”.

Figura 15 - Anhanguera, Theodoro José da Silva - Fonte: Coleção Museu Paulista - FMP



Essa imagem, presente na Coleção do Museu Paulista, serve como ilustração da narrativa mitológica de construção do território goiano. O que a imagem representa, destacando justamente o momento narrado no poema/hino oficial do Estado, são populações indígenas amedrontadas, com feições assustadas, em posição de defesa ou fuga, e bandeirantes posando, no centro da imagem, mais altos, com armas e fogo.

O *Anhanguera* foi construído como o fundador de Goiás (estado e ex-capital), não só por este historiador goiano e nem somente em sua versão do hino oficial do Estado, mas, como veremos neste capítulo, todo o interior do Brasil foi visto como despovoado, vazio, até a chegada desses “desbravadores dos sertões”, em especial de Bartolomeu Bueno da Silva, filho,

o segundo *Anhanguera*, que teria sido o responsável pelo erguimento do Arraial de Sant’Ana, antiga Vila Boa de Goiás, atual cidade de Goiás, ex-capital do estado.

Assim, o bandeirante paulista aparece com protagonismo no imaginário goianiense, tanto nos textos científicos da história, sociologia e outras disciplinas, como nos discursos literários e jornalísticos, além de estarem presentes na toponímia, na bandeira da cidade, em *slogans* de lojas no centro da cidade, entre outras lembranças simbólico-materiais do domínio bandeirante em território goiano. O caso célebre desse mecanismo de rememoração utilizado pelos paulistas para não serem esquecidos pelas gerações goianas será a construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia (GO), em 1942, projetada como nova capital do Estado em meados dos anos 1930.

O Monumento aos Bandeirantes (GO), popularmente reconhecido como “Estátua ao *Anhanguera*”, é o mais antigo da capital goiana, tendo sido inaugurado no ano do Batismo cultural da cidade, em 1942, meses após as festividades e celebrações, em 9 de novembro (SILVA, 2020b). A estátua homenageia a figura dos bandeirantes, comumente lida não apenas pelo senso comum, mas também pela literatura folclórica ou científica, como a personificação de Bartolomeu Bueno da Silva Filho (LACERDA, 1981), o *Anhanguera*, dito responsável pela fundação do Arraial de Sant’Anna, antiga capital do Estado, a atual Cidade de Goiás.

Americano do Brasil, historiador goiano contemporâneo aos fatos aqui analisados, no livro “Súmula de História de Goiás” (1982 [1932]), dedica um capítulo para tratar das bandeiras paulistas dos séculos XVI e XVII e das bandeiras de ouro do século XVIII de Bartolomeu Bueno da Silva filho: “Anhanguera não descobriu a terra, mas evidenciou aos olhos pasmos de reinóis e paulistas os pactolos goianos, as acumuladas riquezas que os bandeirantes suspeitaram apenas (...)”. Para o historiador goiano, então, Anhanguera teria sido quem revelou à metrópole e aos paulistas os “pactolos” goianos, isto é, povo de grande riqueza inexplorada, embora afirme não ter sido o bandeirante o “descobridor” das terras goianas.

Isso vai ao encontro do que disse o historiador goiano Luis Palacín, no livro “História de Goiás” (1994a, p. 9):

nem bandeirantes nem jesuítas vinham para fixar-se em Goiás. Levavam índios goianos para o sul e para o norte, traçavam roteiros para mostrar o caminho, mas não vinham a Goiás para criar povoações. [...] É costume dizer que o descobridor de Goiás foi Anhanguera. Isto não significa que ele fosse o primeiro a chegar a Goiás, mas sim que ele foi o primeiro a vir a Goiás com intenção de fixar-se aqui.

Assim, como pudemos ver, prevalecia, entre os intelectuais goianos, a ideia reforçada de que teriam sido as terras goianas levadas à integração com o litoral civilizado por Bartolomeu Bueno da Silva filho, o *Anhanguera*. Esse fator, malgrado as escravizações de afrodescendentes

pelo caminho e o aprisionamento das populações autóctones, fora narrado como virtuoso tanto para colocar Goiás na cartografia do Brasil, como para o avanço do projeto colonial.

É importante apontar que os eventos observados nas próximas linhas desta tese surgem sobretudo como ações tomadas tendo em vista um avanço nacionalizador em direção ao “sertão”, um projeto modernizador de certas elites político-econômicas paulistas e goianas, como ficará mais elucidado ao analisarmos os discursos das autoridades intelectuais, políticas e/ou religiosas que saíram publicamente (via jornais e rádio, predominantemente) apoiando e discursando pela Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, entre os anos 1938 e 1942. Dito de outra maneira, vemos como os acadêmicos de direito de São Paulo, com sua empreitada ao Oeste, reforçam imaginária e ideologicamente um movimento de desenvolvimento do interior brasileiro, a fim de construir uma ideia de nação que incorporasse, ao mesmo tempo, todo o território nacional, elaborando uma narrativa que dava destaque ao protagonismo paulista na “História do Brasil”.

A “bandeira Anhanguera” e a morte do “último bandeirante”, o sertanista Hermano Ribeiro da Silva, como prelúdio da idealização do monumento

De acordo com os documentos analisados, um dos motivos que levou uma denominada “Embaixada Universitária Paulista”, em 1938, formada por estudantes e professores da recém-criada Universidade de São Paulo, em direção da também recente capital projetada, Goiânia, além do convite do próprio interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, foi a morte de Hermano Ribeiro da Silva (1902-1937)⁴⁴, lido pelos documentos como o “último bandeirante”. Tratava-se de um jornalista, ex-estudante da Faculdade de direito de São Paulo, sertanista da “bandeira Anhanguera”, chefiada por ele e Francisco Brasileiro, tendo sido morto às margens do rio Araguaia, em Goiás, durante uma expedição que empreendeu, entre populações autóctones, a fim de “descobrir” e “conhecer” os “índios de Goiás”, para regressar a São Paulo com conhecimentos para o público letrado paulista e utensílios para o Museu Etnográfico Paulista.

⁴⁴ Para mais informações sobre este sertanista e suas expedições, ver: RODRIGUES, Cíntia Régia; MURARI, Luciana. “Os nossos bugres”: As expedições de Hermano Ribeiro da Silva ao Brasil central e a questão indígena. *Revista de História Regional*, 25 (2), p. 261-187, 2020.

Em livro, escrito e publicado pela neta de Francisco Brasileiro em 2006, tem-se a citação do próprio chefe da “bandeira Anhanguera” sobre a composição do grupo e seus resultados:

O lirismo da época era fazer Bandeira. Levamos geólogos, médicos, cinegrafistas e até jornalistas. [...] No entanto, os resultados positivos, os dados colhidos, acabaram sendo entregues ao Instituto Histórico e Geográfico e ao Museu do Ipiranga (BRASILEIRO apud Brasileiro, 2006, p. 42).

Podemos observar que a “bandeira” era formada por homens, letrados, cientistas vinculados ou não a institutos de pesquisa, além de outros capazes de divulgar os feitos durante a viagem (jornalistas, cinegrafistas). E que os objetos expropriados das populações autóctones eram levados como “resultados positivos”, “dados colhidos”, ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e ao Museu do Ipiranga. Alguns desses artefatos ainda podem ser encontrados no acervo online do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Se pesquisarmos por “bandeira Anhanguera” em “Coletor/Colecionador”, é possível encontrar 6 ocorrências, entre elas vasilhas, cordões e tecidos, em especial dos Carajás.

Nesse livro, organizado pela neta de Francisco Brasileiro, com vistas a comemorar o centenário da memória de seu avô, podemos ver algumas fotografias dos membros que constituíram o que teria sido a “bandeira Anhanguera” (Figura 16).

Figura 16 - Em comemoração ao centenário de seu nascimento em 27 de outubro de 1906 - Fonte: Joana Brasileiro, 2006.



Em seguida, o livro supramencionado traz o ano, 1938, o lugar, a Serra do Roncador, e a “bandeira Anhanguera” como uma “vanguarda” em uma jornada “que abriu novas fronteiras para a conquista do oeste brasileiro” (BRASILEIRO, 2006, p. 23). A Serra do Roncador é descrita como um lugar “pouco explorado e terra dos temíveis xavantes” (Ibdem). Ao lado de

cientistas e pesquisadores, Hermano Ribeiro da Silva é lembrado por seu “destino trágico” (Ibdem).

Outro sertanista que deixou um texto escrito, além de seu acervo fotográfico, arquivado pelo Museu Histórico da cidade de Cárceres, no Mato Grosso, foi Antônio Senatore, que escreveu um diário de viagem intitulado “Bandeira Anhanguera: viagem à Serra do Roncador” (1937). Trata-se de um filho de imigrantes italianos que teria sido escolhido para compor a bandeira como fotógrafo e cinegrafista.

Como coloca a apresentadora do livro de Senatore (2001), Loredana de Stauber Caprara, “a ‘bandeira’ representou um momento da construção da imagem nacional brasileira na apropriação do espaço do interior do país”, tendo como fonte de informações para “conhecimento” das regiões ainda “desconhecidas” do homem branco “civilizado” essas expedições. Na introdução do mesmo livro, Acir Fonseca Montecchi coloca que a “bandeira Anhanguera” teria percorrido “os sertões mato-grossenses” e goianos, eu acrescentaria, partindo de São Paulo, “inscrevendo-se num cenário de identidade nacional, de brasilidade” (SENATORE, 2001, p. 15), mostrando que essas expedições tinham “um caráter nitidamente, logicamente nacionalista” (Ibdem, p. 15).

O livro, para Acir, permite visualizar o cotidiano da expedição, as dificuldades encontradas no período e no ambiente que “eles chamavam de sertões inexplorados”. Coloca Antônio Senatore como um aventureiro, narrando que em 1937 ele seria selecionado, não se sabe como, para compor a “bandeira Anhanguera”, “que iria percorrer um dos últimos espaços considerado desconhecido e onde, no dizer da imprensa paulista, imperava a barbárie do homem primitivo: era o espaço dos Xavantes, que alguns homens letrados do MP, do IHGSP e da USP classificavam de ferozes” (SENATORE, 2001, p. 16).

Na década de 1930, o mito do Eldorado, do encontro do ouro e metais preciosos, do interesse pela mineração, instigava a imaginação desses “novos bandeirantes”, o que os lançou em direção aos sertões de Goiás e Mato Grosso à procura de ouro e outras riquezas. Como narraremos adiante, o retorno da “bandeira Anhanguera” a São Paulo rendeu diversas publicações em jornais e revistas paulistas, realizando-se conferências, palestras, exposições de material etnográfico “coletado” da cultura material Xavante, Carajá e Javaé, nas expedições.

Em relação aos nativos da região, Antônio Senatore, em seu diário, posiciona-se não muito diferente de seus contemporâneos, Hermano Ribeiro e Francisco Brasileiro: são vistos ora como crianças inocentes, ingênuas, ora como selvagens, ferozes. Como afirma Loredana: “Antônio Senatore estranha as naturais reações dos indígenas e, ao mesmo tempo, pretende que eles compreendam a conduta dos brancos invasores” (SENATORE, 2001, p. 14).

A viagem de Hermano Ribeiro da Silva pelo interior do Brasil era lida pelos jornais de circulação primordialmente em São Paulo como uma “bela iniciativa sertanista dos paulistas” (Figura 17). A reportagem coloca o estado de São Paulo como “pioneiro de belas e patrióticas iniciativas de cunho marcadamente nacionalista” (Correio Paulistano, 10 de junho de 1937), buscando apelar para “resultantes que interessam à comunidade do país antes de interessar à nossa própria comunidade regional” (Ibdem), resultantes essas em geral da ação de “civilizar” e “desbravar” o Brasil central. A reportagem enaltece, nesse sentido, a “bandeira Anhanguera”, idealizada e organizada pelo escritor e sertanista Hermano Ribeiro da Silva que, partindo de São Paulo, saía em uma “jornada no rumo das selvas inóspitas da linha limítrofe do Mato Grosso com o Pará” (Ibdem).

Figura 17 - Correio Paulistano, 10 de junho de 1937, São Paulo - Fonte: Hemeroteca Digital

Uma bella iniciativa sertanista dos paulistas



Um grande 'jaburu', uma das maiores aves das margens do lendário rio das Mortes

Sob a chefia de Hermano Ribeiro da Silva, apresta-se para ir a regiões inexploradas de Mato Grosso a "Bandeira Anhanguera" — Um largo projecto de magnífica amplitude nacional — Justo apello dirigido á gente do Piratininga

Inóspitas da linha limítrofe de Mato Grosso com o Pará — procurou ouvir o chefe da bandeira, e isso com o intuito de amavelmente informar os nossos leitores acerca dos por menores da arrojada e utilíssima façanha. Promptamente o nosso jovem conturbado se precipitou a dar-nos os informes pedidos, o que passamos a expor, segundo as declarações que nos foram dadas:

Um sonho que se corporifica — Esta presente ambição sertanista que nos domina o espirito, pelo fascínio e até mesmo pelos perigos inerentes á sua perspectiva, nada mais é que o resultado das longas e repetidas viagens em que me compartilhei, juntamente com varios companheiros, em raras dividas das globais selvagens do nosso país.

De tal forma, desde os passos iniciais das nossas caminhadas, nos movemos a



Visita do rio das Mortes, morada dos bravos chovantes, apañada pela expedição fluvial do sr. Oliveira Borges, de São Paulo

isso o desembramento, talvez atávico, me intelectual da nossa elite do pensamento, uma índole diversa contrastante, pela parece incrível que nos perduram desconhecidas da nossa cultura indígena e abandonadas na inerência econômica da falta do seu aproveitamento econômico. Claro está que aqui, nos dois milhões e tanto de kilometros quadrados, estão campeando as derradeiras tribos barbaras e agressivas do sertão, constituem um motivo de profunda melancolia para as pessoas que amam em verdade a nossa terra. De tradições dos nossos heróicos ancestrados, constituem elles tambem, no zoz...

(Continua na 11.ª pagina).

São Paulo tem sido sempre o pioneiro de bellas e patrióticas iniciativas de cunho marcadamente nacionalista. Em toda a nossa história, ahí estão gravados committimentos da gente de Piratininga, idealizados e realçados com objectivos nitidamente brasileiros, isto é, com resultantes que interessam a comunidade do país antes de interessar a nossa própria comunidade regional.

É, sem dúvida, com esse felleo digno dos maiores jovens, que foi planejada e organizada nesta capital a "Bandeira Anhanguera", aspiração partilhada de um grupo de moços radicados quasi todos nos velhos troncos das nossas famílias: sob a chefia do sertanista

de um grupo de moços radicados quasi todos nos velhos troncos das nossas famílias: sob a chefia do sertanista

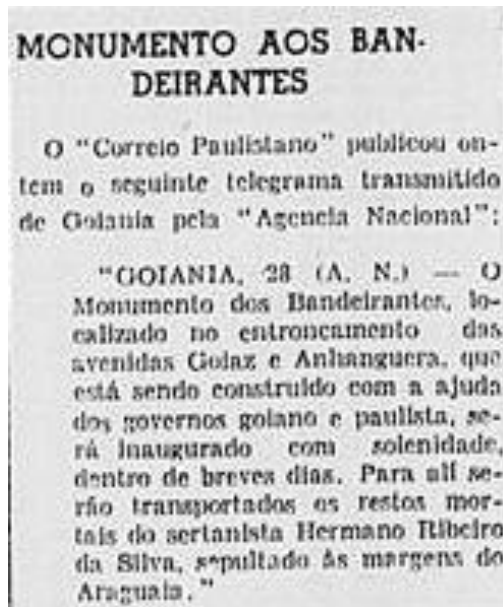
de um grupo de moços radicados quasi todos nos velhos troncos das nossas famílias: sob a chefia do sertanista

A partir dos documentos analisados neste capítulo, é possível ver como o Monumento aos Bandeirantes (GO), de fato, surgiu como vontade de rememorar os feitos, não dos homens rudes que aprisionavam indígenas e afrodescendentes ex-escravizados que fugiam para os quilombos no período colonial, mas sobretudo dos “novos bandeirantes”, estes desbravadores paulistas reatualizados no século XX, em especial de Hermano Ribeiro da Silva e outros sertanistas, que partiam sertão adentro, saindo de São Paulo, para “conhecer” e traçar planos de exploração das riquezas encontradas.

Assim, mais do que de Bartolomeu Bueno da Silva filho (o segundo Anhanguera), como ecoa a narrativa oficial e o senso comum sobre a estátua, esse monumento, em sua origem, tinha como objetivo rememorar os feitos desta nova elite política e intelectual que surgia não apenas em São Paulo, com os grandes cafeicultores, mas também na nova capital de Goiás, com os novos grupos e redes de articulação político-econômica. Como afirmam o sociólogo e o historiador, Eliezer C. Oliveira e Marcos Vinicius A. Pires (2023), fazia parte do planejamento

do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda realizar o traslado dos restos mortais de Hermano Ribeiro da Silva de Leopoldina para Goiânia, para enterrá-lo junto a pedra fundamental do Monumento aos Bandeirantes (GO). Também podemos afirmar que as intenções de transportar os “restos mortais do sertanista Hermano Ribeiro da Silva, sepultado às margens do rio Araguaia” existiam entre as autoridades (Figura 18).

Figura 18 - Correio Paulistano, 30 de maio de 1938 - Fonte: Hemeroteca Digital, Ano 1942/Edição 26449 (1)



Ainda na reportagem anteriormente citada, de 1937, em entrevista ao jornal Correio Paulistano (Figura 17), Hermano Ribeiro da Silva fala sobre essa “ambição sertanista” que lhe fascinava, causava espanto pelos perigos que se lhe apresentavam, e deslumbramento pelos mistérios, fruto de “longas e repetidas viagens” nas quais o sertanista se empenhou em rotas diversas “das glebas selváticas do nosso país” (Correio Paulistano, 10 de junho de 1937).

O sertanista diz preocupar-se com as “imensas regiões brasileiras que ainda perduram desconhecidas da nossa cultura indígena e abandonadas na inércia desoladora da falta do seu aproveitamento econômico” (Correio Paulistano, 10 de junho de 1937), se referindo aos povos indígenas como “bugres”, termo de uso corrente na época do acadêmico e jornalista para definir esses povos, em especial àqueles tidos como “mais resistentes a projetos de ocupação de seus territórios” (RODRIGUES e MURARI, 2020, p. 262). Ainda, fala sobre o território onde habitam “as derradeiras tribos bárbaras e agressivas do gentio” (Correio Paulistano, 10 de junho de 1937) como “um motivo de profunda melancolia para as pessoas que amam em verdade a nossa terra” (Ibidem). Ligam-se aos argumentos de patriotismo e amor à nação do sertanista que a “bandeira Anhanguera” tem como propósito, então, “o reavivamento das antigas entradas dos nossos heroicos ancestrais”, fazendo referência, portanto, aos bandeirantes paulistas dos tempos coloniais.

Essa expedição liderada pelo chefe sertanista, metido a etnógrafo e geógrafo, além de Francisco Brasileiro, já citado, estava atrelada a um movimento de “aventureiros, empreendedores, garimpeiros, missionários, cientistas, caçadores e exploradores, brasileiros e estrangeiros, que acorriam ao Brasil central na década de 1930” (RODRIGUES e MURARI, 2020, p. 263). Para compreender as ideias de Hermano Ribeiro da Silva acerca dos povos autóctones e das tentativas de cristianizá-los, as historiadoras Rodrigues e Murari (2020) analisam os posicionamentos intelectuais, políticos e ideológicos tomados pelo jornalista que, como veremos ainda neste capítulo, será homenageado pela “Embaixada Universitária Paulista” que visita Goiânia em janeiro de 1938.

Hermano prossegue, na mesma reportagem (Figura 17), dizendo que as finalidades e objetivos da “bandeira Anhanguera” não se mesclam ao universo fantasioso das fábulas sobre o sertão, mas se mantém em “investigações de caráter científico, da colheita do seu respectivo material documentário, da execução de um filme cinematográfico testemunhando as paisagens de um mundo abandonado, de possíveis descobertas de minérios úteis à economia nacional” (Correio Paulistano, quinta-feira, 10 de junho de 1937. Ano 1937\Edição 24920 (2)). Com isso, evidenciam-se os interesses de expansão e exploração econômica do centro-oeste brasileiro, sustentados em discursos e práticas supostamente científicas; interesses em estreita ligação com os interesses das elites intelectuais e políticas paulistas (e goianas).

Esse projeto expansionista dos anos 1930, ilustrado na “bandeira Anhanguera”, organização de caráter científico, liderada por Hermano Ribeiro da Silva, foi financiado por uma elite paulista que contribuía para o empreendimento que, nas palavras de Hermano, visava “muitas riquezas” que seriam “descobertas, de incalculável valor, tanto no que diz respeito aos problemas econômicos, como à dilatação dos nossos conhecimentos científicos” (O Estado de São Paulo, 19 de março de 1937, p. 10). Para persuadir os patrocínios aos custeios da “moderna bandeira” (Ibdem), o sertanista adianta que a própria bandeira “contaria com a participação de zoologistas, mineralogistas etc., que buscariam lá, no Brasil selvagem, e para nosso próprio proveito, as riquezas que até então têm sido canalizadas para os museus e cofres estrangeiros” (Ibdem).

Algumas entidades, como a rádio Bandeirantes e o jornal “O Estado de São Paulo”, concederam seus patrocínios ao “valioso desbravamento” (O Estado de São Paulo, 13/5/1937, p. 11). Ademais, Ribeiro da Silva acrescenta os integrantes da “comissão de honra” da “bandeira Anhanguera”, dos quais destacamos a presença de homens com funções públicas no governo paulista, bem como Afonso d'Escragolle Taunay e José Torres de Oliveira, ambos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (este último sendo seu presidente, e o primeiro

além de membro do IHGSP, era diretor do Museu Paulista e membro da Academia Brasileira de Letras), ambos com relativo protagonismo na Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, como veremos ainda neste capítulo.

A chamada “bandeira Anhanguera” foi uma expedição, uma “moderna entrada” (O Estado de São Paulo, 13/5/1937, p. 11), um projeto de “grande penetração” (Ibidem), composto por cerca de quarenta homens que partiram de São Paulo, em julho de 1937, rumo à Goiás, com vistas a incorporar efetivamente ao país novos territórios ainda não mapeados, em especial do Mato Grosso, Pará e Amazonas, bem como “índios completamente divorciados da nossa civilização, vivendo hodiernamente a vida idêntica à dos seus antepassados que povoavam o Brasil por ocasião do descobrimento” (O Estado de São Paulo, 26/3/1937, p. 3). Essas bandeiras eram, em grande parte, legitimadas por instituições acadêmicas e culturais paulistas, bem como por sua elite local, uma vez que gerariam retornos a elas, pois visavam, de acordo com as palavras do próprio projeto da bandeira, “a viável reunião de uma preciosa cópia de investigações etnográficas e a respectiva coleta e classificação do completo material aborígine de diferentes agrupamentos” (O Estado de São Paulo, 13/5/1937, p. 11).

Na palestra em que declara as palavras anteriores, Hermano Ribeiro da Silva, um dos chefes da “bandeira Anhanguera”, visava angariar fundos e recursos para a empreitada. Intitulada “Os sertões do Brasil”, a palestra foi proferida pelo “sertanista moderno” que, apresentando seu projeto à elite paulista, no salão nobre da “tradicional instituição bandeirante” (o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo), assim o fez a convite do próprio IHGSP. Ali Hermano refere-se às populações autóctones como “os mais numerosos representantes do homem primitivo sobre a terra, vegetando de forma absoluta na idade da pedra, estratificados os primeiros passos das criaturas racionais” (O Estado de São Paulo, 26/3/1937, p. 3).

A mesa que conduziu a palestra foi composta por nomes como José Torres de Oliveira (presidente do IHGSP) e Enzo da Silveira, membros do instituto que professarão, no ano seguinte, conferências em favor da realização do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia (GO), dos quais analisaremos alguns trechos posteriormente. Em suas palavras, Hermano, o “repórter excursionista”, retoma seus “ideais de explorações das selvas”, e refere-se aos “sertões do Brasil” como “ermos”, identificando um fenômeno sobressalente de “despovoamento”, com “amplos espaços integralmente desertos de cristãos e desconhecidos”, em especial nas regiões do centro e da Amazônia (Goiás, Mato Grosso, o atual território do Tocantins, Pará e Amazonas).

Ainda nesta palestra, Hermano busca convencer seus assistentes a contribuírem com a empreitada a partir de argumentos que versavam tanto sobre o ponto de vista econômico como

político, isto é, fala tanto de um lucro possível das “incalculáveis paragens desaproveitadas” (O Estado de São Paulo, 26/3/1937, p. 3), dos “tesouros enclausurados” (Ibdem), em “naturais e fascinantes possibilidades econômicas que oferece a região” (Ibdem), como sobre o “valor legítimo e palpável” (Ibdem) para a pátria brasileira que significaria enfim uma “soberania” (Ibdem). O sertanista alerta o público intelectual paulista para imigrantes estrangeiros, “‘trusts’ imperialistas alienígenas” (Ibdem), que têm voltado suas “garras com extremado apetite para a aquisição de vastíssimas glebas interiores indígenas e assenhoreiam-se assim, pouco a pouco, de infinitos tratos que apenas se vão desvendando a civilização” (Ibdem). Dentre seus interesses, além dos já citados, Hermano revela “apaixonada simpatia pelas olvidadas distâncias do país” (Ibdem), por essas “zonas inexploradas” (Ibdem), buscando ainda com a expedição a elaboração de mapas, a “coleta” de materiais culturais para museus, amparando-se na quase inexistente presença de “especialistas nacionais” ou de “bibliografia da literatura indígena especializada” (Ibdem).

Vemos aqui, assim, evidentes interesses econômicos de exploração das terras indígenas já ocupadas, portanto não desabitadas ou despovoadas como enfatizava Hermano e outros, por etnias como a xavante ou karajá (para mencionar as que são citadas nas matérias jornalísticas, na bibliográfica acessada e nos acervos consultados), sendo essas mesmas terras colocadas como “vazios”, porque “desaproveitadas”, isto é, sem valor produtivo, sem lucro, sem exploração; sem estarem absorvidas pelo modo de produção capitalista e por isso que chamavam “civilização”.

Além desse valor econômico, dos benefícios e retornos financeiros, riquezas materiais, que poderiam gerar essa “bandeira moderna” aos paulistas, o sertanista fala sobre ganhos políticos, de soberania do Estado-nação brasileiro, e culturais, mesmo que não mencione, obviamente, que, nesse processo de “assimilação” cultural, perde a cultura minoritária, com o etnocídio e conseqüente epistemicídio, e ganha a cultura dominante, com apetrechos para enfeites museológicos e folclore para a “história oficial”. Ainda, insiste sobre como a viagem exploratória, em 1937, pode ser proveitosa para essa elite político-econômico-intelectual em formação, no sentido da confecção de mapas da região que permitiria o surgimento de “especialistas” e de uma “bibliografia da literatura indígena” (O Estado de São Paulo, 26/3/1937, p. 3).

Assim, o sertanista demonstra um desejo na “realização das mais diversas pesquisas indianistas” (O Estado de São Paulo, 13/5/1937, p. 11), e procura validar seus estudos sobre os povos indígenas, ao colocá-los em estado de “absoluto primitivismo”, fixados “na idade da pedra”, e enfatizar que os povos desta região ainda não foram estudados “pelos especialistas da

matéria”. Nesse sentido, argumenta que, com a “bandeira Anhanguera”, os museus nacionais, com “suas desoladoras e paupérrimas mostras das peças indígenas, as quais nunca cessam de ser canalizadas para os admiráveis arquivos dos departamentos científicos de muitos países amantes da cultura universal”, poderiam lucrar “imensamente com a empresa” apresentada pelo “jovem bandeirante”, Hermano Ribeiro da Silva.

O autor recorda outras excursões “pelas selvas”, como a “magnífica, a gigantesca epopeia traçada pelo general Rondon e pelos seus [...] valorosos auxiliares do Serviço Geográfico do Exército” (O Estado de São Paulo, 26/3/1937, p. 3), “pertinaz e magnífica conquista científica desenvolvida pela oficialidade da missão Rondon” (Ibdem), para se inspirar em seus sacrifícios e resultados obtidos, como, a exemplo do autor, o “melhor mapa que possuímos no concernente à gleba, levantado em grande escala pelos cartógrafos da missão Rondon” (Ibdem). Além de Rondon, Couto de Magalhães, Euclides da Cunha e Roquette Pinto foram citados. O sertanista finaliza, então, sua palestra com comparações entre a terra que ocupa o estado de São Paulo e o território cuja superfície ocupada se encontraria, aos olhos destes homens, “praticamente inexplorada e despovoada” (Ibdem), como sendo “dez vezes a área do Estado de São Paulo” (Ibdem), identificado como um terço da “superfície pátria que continua afundada nas sombras” (Ibdem). Reitero: era de conhecimento destes homens (brancos) a existência de povos indígenas na região, mas suas visões sobre os autóctones os representavam, a partir de um evolucionismo corrente à época, como selvagens ou dóceis, a serem incorporados ao projeto nacional.

Descrevendo o projeto da “bandeira Anhanguera”, uma reportagem do jornal “O Estado de São Paulo”, em 15 de maio de 1937, traz na íntegra alguns tópicos contidos nele, como: “exploração do enorme patrimônio” (O Estado de São Paulo, 13/5/1937, p. 11), “observações geográficas” (Ibdem) e “observações de um caráter econômico geral, no que respeita às condições de utilidade da terra e do seu aproveitamento para a colonização posterior” (Ibdem). Para as historiadoras Rodrigues e Murari (2020, p. 277), “Hermano Ribeiro da Silva buscou não apenas descrever e diagnosticar a realidade do Brasil central como também especular sobre as melhores políticas a serem adotadas para sua integração efetiva ao país”. Nesse sentido, o sertanista pensava a questão indígena a partir de suas perspectivas e de uma atuação que conduziria à pacificação, incorporação e assimilação das populações nativas à sociedade brasileira, a suas instituições e modos de vida “civilizados”.

Com viagem marcada para 15 de julho de 1937, uma reportagem intitulada “Revivendo a gloriosa tradição das Bandeiras” (O Estado de São Paulo, 4 de julho de 1937, p. 10), publicada pelo jornal “O Estado de São Paulo”, traz sentimentos coletivos de “vivo entusiasmo” (Ibdem)

compartilhados por parte da intelectualidade e elite paulista para com o “moderno empreendimento sertanista” (Ibdem), manifestando assim sua “solidariedade” (Ibdem), seu “real interesse” (Ibdem), pelo motivo primordial da “atual entrada” (Ibdem): “reviver um pouco das páginas fundamentais da criação do nosso domínio territorial e racial” (Ibdem).

A partida dos “novos bandeirantes” paulistas dos anos 1930, assim colocados pelo jornal, é legitimada tendo em vista seus “objetivos de caráter científico” (O Estado de São Paulo, 4 de julho de 1937, p. 10), com homens da Universidade de São Paulo, do Museu Paulista, e outras instituições acadêmicas e culturais que endossaram o empreendimento, uma vez que trariam, ao voltarem da expedição, peças para “seus mostruários e informações relativas à fauna daquela região” (Ibdem).

A chamada “marcha dos modernos devassadores das selvas” (O Estado de São Paulo, 4 de julho de 1937, p. 10) estaria em contínuo contato com o “mundo civilizado” (Ibdem), via “aparelho transmissor e receptor de radiotelegrafia” (Ibdem), cedido pelo secretário da Segurança Pública do estado de São Paulo à época. Além disso, registros das “peripécias da nossa avançada” (Ibdem) seriam divulgados pela rádio Bandeirantes e pelo jornal “O Estado de São Paulo”, ambos financiadores da “bandeira Anhanguera”.

Figura 19 - Radiolândia, 11 de setembro de 1937, São Paulo - Fonte: Hemeroteca Digital



Ainda em viagem, em setembro de 1937, em uma mensagem à São Paulo, emitida “em plena região dos índios Xavantes” (Figura 19), aos quais se referia como “gentios” (Radiolândia, 11 de setembro de 1937), através da rádio Bandeirantes, Hermamo diz estarem ele e os demais membros de sua bandeira aliviados em saber que “o mundo civilizado acompanha os nossos passos” (Ibdem), que duraram cerca de oito meses. Acrescenta em seu relato percalços e sofrimentos enfrentados pela “bandeira *Anhanguera*”, em 1937, no Brasil central: cansaço, seca, sol, falta d’água, acidentes topográficos, longas caminhadas a pé, fome.

Além disso, relata que “grupos selvagens” (Ibdem) tentaram “atacar” (Ibdem) os companheiros de surpresa, mas que “foram repelidos a tiros sem haver mortes, felizmente” (Ibdem).

O sertanista afirma em sua mensagem terem “colhido” (Radiolândia, 11 de setembro de 1937) interessante material “abandonado” (Ibdem), mas sobre os nativos diz serem seus utensílios “completamente toscos” (Ibdem) e estarem os “índios Xavantes” (Ibdem), segundo suas observações, em um “estágio social muito primitivo, talvez tão recuado quanto a idade da pedra” (Ibdem). Além disso, este sertanista menospreza alguns costumes e hábitos, bem como o valor funcional e artístico de artefatos culturais desses autóctones: “dormem sobre folhas de coqueiros. Seus objetos são todos malfeitos, sem nenhuma manifestação artística” (Ibdem). Além dos Xavantes, Hermano teria encontrado diversas outras etnias, como os Carajás, Javaés, Bororos, Tapirapés e Caiapós.

Rodrigues e Murari (2020) mostram que essas ideias estavam atreladas ao contexto da época, de extremo nacionalismo e, com isso, de iniciativas e discursos de incorporação de todo território nacional e de todas as populações nele residentes à institucionalidade do Estado-nação brasileiro. No livro “Nos sertões do Araguaia” (1935), de Hermano Ribeiro da Silva, o sertanista parte logo explicando a toponímia do estado de Goiás a partir de uma narrativa que se sustenta na visão grandiloquente de Bartolomeu Bueno da Silva, o primeiro *Anhanguera*, que teria posto fogo em um prato com aguardente simulando ser água para assustar e ameaçar os indígenas da região a revelarem onde encontraram o ouro que carregavam consigo. Esses indígenas do primeiro contato teriam desaparecido deixando apenas o nome do estado como uma distante memória ao genocídio desse povo provocado pela ação e contato com esses grupos bandeirantes.

O interior goiano é visto, por este sertanista, como atrasado e violento, e as populações autóctones foram percebidas como um “déficit de nacionalidade” (RODRIGUES e MURARI, 2020, p. 265). Nas palavras do próprio autor, ao identificar os nativos como crianças, em concordância com um evolucionismo intrínseco às suas ideias, afirma terem perdido sua “belicosidade inata, transformaram-se atualmente os Carajás em grandes crianças quase inofensivas, para as quais, todavia, é oportuna a intimidação dos revólveres dos cristãos a fim de evitar tolices lamentáveis” (SILVA, 1935, p. 105). Em relação à língua indígena, o sertanista retoma um sermão do padre jesuíta Antônio Vieira para afirmar que “as tais línguas não se ouvem, pois que não se ouvem delas mais que o som e não palavras articuladas e humanas”⁴⁵.

⁴⁵ Trecho do “Sermão do Espírito Santo”, proferido pelo Padre Antônio Vieira em junho de 1657. VIEIRA, Antônio. “Sermão do Espírito Santo, proferido em São Luís do Maranhão, do Padre Antônio Vieira” (1657). In: VIEIRA, Antônio: Sermões. Tomo V. Lisboa: Lello, 1985. p. 399.

Aqui percebe-se logo que os indígenas não são, para o sertanista e acadêmico do século XX, que retorna a um discurso do século XVII, sequer humanos, conferidos de um suposto atraso, agressividade e irracionalidade, classificando-os como “selvagens brasileiros” (Ibdem, p. 111) a partir de seu grau de passividade e integração com a sociedade dita civilizada, isto é, pelo maior ou menor grau de “assimilação pelos invasores” (SILVA, 1935, p. 114).

Sobre os Xavantes, o autor destaca a “índole rebelde desses seres embrutecidos” (SILVA, 1935, p. 225), pois, entre as viagens de Hermano em 1932 e 1937, eles haviam recusado contato com outras etnias, com sertanejos ou forasteiros, o que teria atraído a atenção de exploradores e missionários cristãos movidos pelo ineditismo do possível intercâmbio. Nesse sentido, os Xavantes, simbolizavam um suposto conhecimento dos nativos em seu estado “original”. Além disso, o sertanista parece condená-los a uma existência fora da História, pois, embora nutrisse certa admiração pelas “valorosas” populações nativas, ele afirma que “com o andar do tempo os próprios elementos merecedores de fé vão desaparecendo ou se confundindo com uma miscelânea penosa de desvendar” (SILVA, 1935, p. 115).

Vale lembrar que esse contexto é marcado pela criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1930, vinculado ao Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, cujo primeiro diretor foi o marechal Cândido Rondon, já citado por Hermano Ribeiro da Silva, que teve uma aproximação inicial com este órgão em 1932, na ilha do Bananal. Em 1934, com o fim do governo provisório, é decretada a transferência do SPI para o Ministério da Guerra, o que faz com que o discurso adotado pela nova política indigenista incorporasse a integração do nativo à sociedade, enfatizando a “nacionalização do indígena”⁴⁶. Isto significaria, fundamentalmente, sua incorporação à sociedade brasileira por meio do trabalho. Nesse contexto, os povos autóctones são vistos como úteis na proteção das fronteiras nacionais, por “suas qualidades físicas e sua adaptação ao clima” (RODRIGUES e MURARI, 2020, p. 277). Em 1936, foi decretado em caráter provisório o Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios com propósitos assistencialistas e protecionistas, tutelares⁴⁷, que visavam “por em execução medidas e ensinamentos para a nacionalização dos selvícolas, com o objetivo de sua

⁴⁶ Para mais informações, ver: ROCHA, Leandro Mendes. A política indigenista no Brasil. 1930-1967. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 2003.

⁴⁷ Para mais informações, consultar a conferência de Antônio Carlos de Souza Lima: “Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI”.

incorporação à sociedade brasileira” (COLEÇÃO das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil, 1936, p. 348).

A incorporação dos Xavantes ao mundo “civilizado” ou à nacionalidade brasileira, apontam as historiadoras Rodrigues e Murari (2020, p. 285), se deu primeiramente com os missionários e depois com os agentes da política indigenista e “demonstram a centralidade da cristianização do indígena para a imposição da ordem moderna à totalidade do território brasileiro, reduzindo os cada vez mais raros quistos de alteridade à lógica hegemônica do estado”. Essa ordem moderna incluía o projeto nacionalizador dessas elites de expandir para as populações do Brasil central uma forma de vida específica, capitalista e pretensamente “civilizada”.

Hermano Ribeiro da Silva, viajante, explorador, aventureiro, conquistador, jornalista, acadêmico de direito, sertanista, fazia parte desse projeto expansionista rumo ao Brasil central. Com sua morte acontecendo ainda em expedição, tombando “morto, queimado pela febre da maleita insidiosa” (O Estado de São Paulo, 28 de novembro de 1937, p. 6), sua vida foi transformada pelas páginas do jornal paulista “O Estado de São Paulo” e outros em “mártir”, unindo-o a outros “triunfadores” (Ibdem), “batalhadores e heróis” (Ibdem), “condutores na nacionalidade” (Ibdem), que teriam sacrificado e renunciado a tudo, num gesto de “devotamento” à “pátria brasileira” (Ibdem). Hermano foi colocado, assim, junto aos “rudes caçadores de esmeraldas”, como se encarnasse o caráter (bandeirante) paulista, “na febre de transpor as distâncias e conquistar o sertão” (Ibdem). Esses “bravos preadores do gentio (...) indomável” (Ibdem), esses “altivos brasileiros” (Ibdem), ou mesmo esses “novos bandeirantes”, são descritos como heróis da nacionalidade que, avançando no rumo das “florestas virgens, iam alargando o Brasil das cartas lusitanas” (Ibdem), fazendo referência aos bandeirantes setecentista para equipará-los aos do século XX.

Aqui a reportagem traz ainda outro objetivo incrustado na “bandeira Anhanguera”, chefiada por Hermano Ribeiro da Silva: “legitimar a posse dos nossos sertões desconhecidos, através da documentação científica da sua riqueza, dos vestígios das idades passadas e dos seus povoadores” (O Estado de São Paulo, 28 de novembro de 1937, p. 6). A empreitada é colocada como “conquista nobre e pacífica dos bons cristãos e dos bons patriotas” (Ibdem).

A reportagem traz notícias enviadas ao público paulista por nomes que serão importantes na construção do Monumento aos Bandeirantes (GO), como Pedro Ludovico Teixeira (interventor do estado de Goiás), Câmara Filho (diretor do Departamento de

Propaganda e Expansão Econômica), e Coimbra Bueno (diretor dos serviços de construção da cidade de Goiânia), comunicando com pesar a morte do sertanista Hermano Ribeiro da Silva:

Notícias do rio Araguaia informam haver falecido ali o conhecido escritor paulista Hermano Ribeiro da Silva, chefe da “bandeira Anhanguera”, que se encontra naquela região em serviços de estudo. A notícia do falecimento do ilustre intelectual vem sendo recebida em todo o Estado de Goiás com o maior pesar. O dr. Pedro Ludovico, interventor do Estado, sabedor da morte de Hermano, tomou todas as providências, fazendo seguir imediatamente para as margens do Araguaia o dr. Câmara Filho, diretor do Departamento de Propaganda e Expansão Econômica, e o dr. Coimbra Bueno, diretor dos serviços de construção da cidade de Goiânia, acompanhados os dois médicos para embalsamar o corpo, caso ainda seja possível. Seguiram também vários carros conduzindo pessoas que acompanharão o corpo de Hermano, do rio Araguaia a esta capital. Preparam-se, aqui, grandes demonstrações de pesar pelo infausto acontecimento que veio enlutar a “bandeira Anhanguera”, a qual se propusera, patrioticamente, desvendar a região desconhecida dos rios Araguaia e das Mortes. Desconhecem-se ainda pormenores do falecimento de Hermano Ribeiro da Silva, autor do conhecido livro “Nos sertões do Araguaia”. Calcula-se, porém, que a sua morte se tenha dado pela falta de recursos, por ter avançado além do que lhe permitiam os recursos de que dispunha, seduzido pela beleza selvagem daquela importante região goiana, em parte ocupada pelos índios xavantes (O Estado de São Paulo, 28 de novembro de 1937, p. 6).

Várias instituições, escolas e associações públicas e privadas de São Paulo prestaram suas homenagens à “memória do expedicionário falecido” e agentes como o prefeito da capital paulista à época, Fábio Prado, e outros nomes (O Estado de São Paulo, 28 de novembro de 1937, p. 6). As “demonstrações de solidariedade” por parte do público paulista para com a morte de Hermano Ribeiro da Silva visavam deixar claro a “alta compreensão dos objetivos patriotas da ‘bandeira Anhanguera’”, “caravana da ciência”, iniciativa do homem agora morto. Colocado como um “bandeirante” que, “armado de civilização, a serviço de um objetivo transcendental”, teria penetrado “as regiões inexploradas do território brasileiro partindo do planalto de Piratininga em função da conquista como outrora partiam as bandeiras, de São Paulo para todo o Brasil (...)” (O Estado de São Paulo, 26 de novembro de 1937, p. 5).

Figura 20 - Correio Paulistano, 9 de dezembro de 1937, São Paulo - Fonte: Hemeroteca Digital (Ano 1937\Edição 25076 (1))



A morte de Hermano Ribeiro da Silva foi recebida com muito pesar e lástima pela comunidade paulista e sua expedição “aos sertões do Araguaia” ficou sendo sua “última viagem” (Figura 20). E não somente pelas elites intelectuais e políticas paulistas, mas também por parte da elite política e intelectual goiana, que prestou homenagens tanto na figura de seu interventor, Pedro Ludovico Teixeira, quanto no próprio sepultamento de Hermano, que ocorrera em território goiano, no cemitério do porto de Leopoldina, às margens do rio Araguaia, hoje cidade de Aruanã (GO)⁴⁸. O diretor do departamento de propaganda e expansão econômica do Estado de Goiás, Joaquim Câmara Filho (1899-1955), em conversa com um membro da “bandeira *Anhanguera*”, após o trágico desenrolar da aventura, escutou de José Leite Penteado, médico da bandeira, que Hermano chegou a pedir antes de morrer que “o transportassem para um lugar com maiores recursos”⁴⁹, o que já não era possível. Também não foi possível embalsamar o corpo e realizar um sepultamento na antiga capital de Goiás, como desejavam a família, membros e outros apoiadores da expedição.

Joaquim Câmara Filho, diretor do Departamento de Propaganda e Expansão Econômica de Goiás, nasceu no Rio Grande do Norte, era agrônomo, com formação em Minas Gerais, embora tenha se aproximado do jornalismo ao entrar em contato e tornar-se amigo do médico e historiador goiano Americano do Brasil, em Goiás, sendo assim, em 1938, um dos fundadores

⁴⁸ Hemeroteca Digital: Correio Paulistano (SP), Ano 1937\Edição 25068 (1)

⁴⁹ Hemeroteca Digital: Correio Paulistano (SP), Quarta-feira, 1 de dezembro de 1937, Ano 1937\Edição 25069 (1)

do jornal goiano “O popular”, em circulação até hoje. Também foi prefeito em cidades mineiras e goianas.

Vale pontuar que Americano do Brasil, ao dizer sobre a presença bandeirante no imaginário goianiense, em um texto divulgado pelo Correio Oficial, em 1918, narra, em um breve relato intitulado “O desbravador dos sertões”, de maneira audaciosa os feitos de Bartolomeu Bueno da Silva filho, responsável pelo mito fundador do estado de Goiás. Para ele, o impetuoso bandeirante paulista era imparável: “o ataque dos índios, os animais selvagens, as terríveis moléstias, nada impedia seus passos” (BRASIL, 1980).

Figura 21 - Correio Paulistano, 5 de dezembro de 1937, São Paulo - Fonte: Hemeroteca Digital



A reportagem acima (Figura 21), do jornal “Correio Paulistano”, de 5 de dezembro de 1937, mostra uma fotografia de uma multidão em uma estação de trem, que representa a chegada da “bandeira Anhanguera”, sem Hermano Ribeiro da Silva, à estação da Luz, em São Paulo. Os membros da bandeira foram recebidos como “intrépidos sertanistas” e os que restaram em território goiano, “nas selvas”, foram considerados como “bandeirantes”.

A reportagem coloca esses doze componentes da “bandeira Anhanguera” que regressaram das “selvas goianas” (Correio Paulistano, 5 de dezembro de 1937) ao território paulista como “heroicos paulistas, bandeirantes impávidos da moderna epopeia de desbravamentos” (Ibdem) ou ainda como “expedicionários”. Os dez membros da bandeira que continuaram, sob a chefia de Francisco Brasileiro, teriam assim se expressado sobre os resultados conquistados:

A bandeira Anhanguera alcançou todos os seus fins. Entrou em contato com os destemidos Xavantes, conseguiu penetrar em suas aldeias, e da pacífica visita, trouxe objetos interessantes de uso desses índios.

Trouxemos farto material científico. Apenas lamentamos e profundamente a morte de nosso chefe, que sempre se mostrou ser um verdadeiro bandeirante (Correio Paulistano, 5 de dezembro de 1937, São Paulo - Fonte: Hemeroteca Digital)

Ainda Francisco Brasileiro⁵⁰, em sua versão sobre o episódio “heroico” de invasão de um território Xavante, narra, com espírito de conquista, terem sido eles os primeiros homens brancos a ingressarem em uma aldeia daquela etnia, louvando o feito de um “ataque-surpresa” (RODRIGUES e MURARI, 2020, p. 273) forjado contra os autóctones, soltando “poderosos foguetões” (BRASILEIRO, 1938, p. 191) para afugentá-los e, após tentativas de trocas e pacificação, com efeitos reais de esvaziamento e desocupação, tornarem-se “senhores da aldeia” (Ibidem, p. 191).

Outra reportagem de dezembro de 1937 informa ainda que o material da “bandeira Anhanguera” seria exposto no centro da cidade de São Paulo. Esse material, formado por fotografias e filmes, “material etnográfico, plantas, minerais e pássaros (...)” (O Estado de São Paulo, 19 de dezembro de 1937, p. 9), teria sido tratado pelo professor Fernando de Azevedo, do Instituto de Educação, e, posteriormente, divulgada em uma casa no centro da capital paulista com exposição promovida pela rádio Bandeirantes e pelo jornal “O Estado de São Paulo”. Além desses materiais, a reportagem fala ainda em “mapas, gráficos (...), barracas, barcos de lona, armas e outros utensílios utilizados pelos expedicionários paulistas” (Ibidem) que seriam colocados à mostra.

Figura 22 - Fonte: O Estado de São Paulo, 26 de dezembro de 1937, p. 12

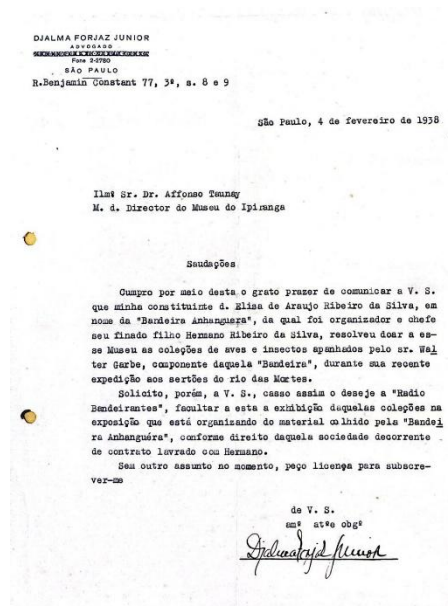


⁵⁰ Para mais informações, ver: BRASILEIRO, Francisco. Na Serra do Roncador. (A vanguarda da Bandeira Anhanguera). Companhia Editora Nacional, 1938.

Nessa última reportagem (figura 22), ainda de dezembro de 1937, período que antecede a ideia e as iniciativas de construção de um monumento a bandeirantes em Goiânia, a “bandeira Anhanguera” é vista como uma “missão de estudos” (O Estado de São Paulo, 26 de dezembro de 1937, p. 12), na região da Ilha do Bananal, no rio Araguaia. A reportagem nomeia os “bandeirantes” que regressaram da aventura, sem esquecer, em clima de “grande tristeza”, daquele que foi o chefe da bandeira, Hermano Ribeiro da Silva, guiando os homens “nas pegadas dos bandeirantes do Brasil setecentistas, à conquista de outras vitórias e de novos louros” (Ibdem, p. 12).

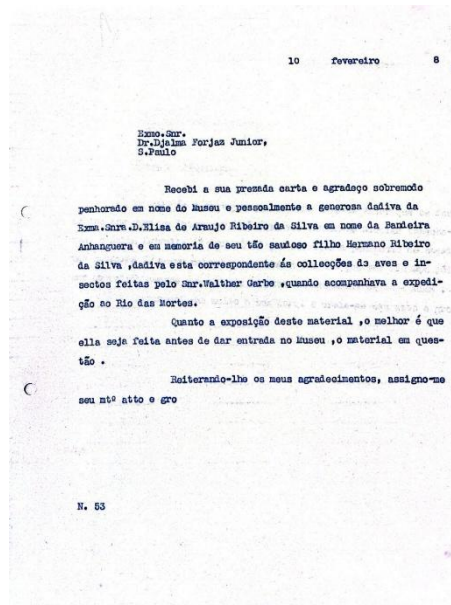
Afonso Taunay, que compôs a comissão de honra da “bandeira *Anhanguera*”, enquanto diretor do Museu Paulista, recebeu, em fevereiro de 1938, uma carta comunicando que a mãe de Hermano Ribeiro da Silva, em nome da expedição da qual seu filho havia sido organizador e chefe, decidindo doar ao museu “as coleções de aves e insetos apanhados pelo sr. Walter Garbe”, outro membro da bandeira (Figura 23).

Figura 23 - Carta ao diretor do MP, Afonso Taunay, sobre a bandeira Anhanguera / Fonte: Arquivo Permanente do Museu Paulista. Grupo: Direção e administração. Subgrupo: Comunicação e intercâmbio. Série: Correspondência



Afonso Taunay responde à correspondência de Elisa de Araujo Ribeiro da Silva, agradecendo a “generosa dádiva” dada em nome da “bandeira *Anhaguera*” e “em memória de seu tão saudoso filho Hermano Ribeiro da Silva” (Figura 24):

Figura 24 - Resposta de Afonso Taunay à mãe de Hermano Ribeiro da Silva / Fonte: Arquivo Permanente do Museu Paulista. Grupo: Direção e administração. Subgrupo: Comunicação e intercâmbio. Série: Correspondência



No decorrer do ano de 1938, ano que, como veremos a seguir, foi o principal ano da Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, ocorreu ainda uma exposição do “material etnográfico”, espécie de “mostra da arte e costumes indígenas” (Figura 25), que teria sido coletado pela “bandeira Anhanguera” em expedição na região do rio das Mortes (bacia Araguaia-Tocantins). Além disso, no Cine São Bento, em São Paulo, em novembro de 1938, foi estreado o filme intitulado “Bandeira Anhanguera: a epopeia de Hermano Ribeiro da Silva”, colocado como “um trabalho cinematográfico que retrata ao vivo a aspereza do sertão brasileiro” (Figura 26).

Segundo Dammy e Hartmann (1986), a Coleção Bandeira Anhanguera chega ao MAE/USP através de doação do coletor “bandeira *Anhanguera*”, tendo entrado primeiramente no Museu Paulista em dezembro de 1937. Contém peças do povo Karajá, que se localizam na aldeia de Leopoldina, no rio Araguaia, Goiás, e da etnia Xavante. Trata-se de 54 peças, entre armas, adornos, cestarias, trançados e amostras de matérias-primas. Ainda de acordo com esse artigo (1986), Dammy e Hartmann afirmam que compuseram a expedição à bacia do Araguaia, esta que buscava a penetração de “regiões pouco acessíveis na época” como a do vale do rio das Mortes e da Serra do Roncador, além do chefe Hermano Ribeiro da Silva, Arnaldo Otávio Nébias (responsável pelas observações meterológicas e registro cartográfico), Jorge Rego Freitas (encarregado de assuntos geológicos), o médico Arion Bueno de Oliveira, Darci Bandeira de Melo (responsável pela coleta de material etnográfico), Fabiano Alves (pela coleta botânica), Carlos Felben (pela cinematografia) e Antônio Senatore (fotografia).

Figura 25 - Fonte: O Estado de São Paulo, 23 de setembro de 1938, p. 7



Figura 26 - Fonte: O Estado de São Paulo, 20 de novembro de 1938, p. 3



Joaquim Câmara Filho, o diretor do departamento de propaganda e expansão econômica de Goiás, já mencionado anteriormente, escreveu também para o jornal “Correio Paulistano”, em janeiro de 1938, uma reportagem denominada “Araguaia misterioso” para tratar da morte do sertanista. O que logo nos chama atenção nesta reportagem é a manchete contendo um resumo do que o/a leitor/a encontrará: “À procura de um chefe branco – Rumo a Araés – A dança dos ossos – Uma tribo contristada”. Nesta reportagem, Câmara Filho fala sobre os recursos naturais de Goiás que são, para ele, “imensos, sobretudo nos domínios de seu solo e subsolo” (Correio Paulistano, domingo, 23 de janeiro de 1938, Ano 1938\Edição 25114 (1)) e aposta no turismo, nesse “turismo sadio e vitorioso que descortina a América do Sul perspectivas de grandes progressos”. Além disso, aposta na atração de caravanas dos “grandes centros de civilização” para o estado central, onde há um Brasil, nas palavras dele, “ainda sob as modalidades maravilhosas de um primitivismo que empolga e emociona”. Essa atração teria chegado até aos Estados Unidos da América, pois, afirma o burocrata, foram recebidos pedidos

de informação referentes ao itinerário entre o Rio de Janeiro e o Araguaia, Ilha do Bananal e Rio das Mortes (meios de transporte, passagens, hospedagens).

Sobre os povos indígenas que habitam a região, Câmara Filho afirma que “as tribos que povoam as margens do rio Araguaia já estão catequizadas e sentem-se satisfeitas ao receber o contato benéfico do homem civilizado” (Correio Paulistano, domingo, 23 de janeiro de 1938, Ano 1938\Edição 25114 (1)). Na parte em que trata da procura por um chefe branco, o burocrata goiano nota que um dos motivos para o deslocamento de muitas caravanas que passavam pela cidade de Goiânia em direção à região do Araguaia foi a “preocupação dominante de encontrar o famoso cel. Fawcett”, reconhecido como “valoroso oficial inglês, desaparecido nas florestas brasileiras”, por ter sido “aprisionado pelos ferozes xavantes, quando procurava descobrir as lendárias minas de ouro de Araés”.

Câmara Filho afirma que essas minas de ouro de Araés, que alguns afirmam se localizar “na região ocupada pelos xavantes”, estão sendo “bravamente” defendidas por esses “selvícolas” e que “ninguém conseguiu ainda penetrar, com sucesso, no âmago daquela região, onde se supõe existirem grandes tesouros, muitos deles conquistados dos nossos primeiros desbravadores, pelos índios, em lutas constantes e renhidas” (Correio Paulistano, domingo, 23 de janeiro de 1938, Ano 1938\Edição 25114 (1)). Para ele, o fato de os “selvagens” defenderem com tanta disposição e interesse suas terras é significativo de que há ali algo que faça valer o sacrifício.

Aqui, o diretor de propaganda e expansão econômica do estado de Goiás, Câmara Filho, introduz “o saudoso Hermano Ribeiro da Silva”, que “avançou bastante por essa região adentro”, estabelecendo contatos com os povos indígenas Xavantes “que procuravam oferecer-lhe toda sorte de resistência” (Correio Paulistano, domingo, 23 de janeiro de 1938, Ano 1938\Edição 25114 (1)). A “bandeira Anhanguera”, chefiada por esse sertanista, teria padecido em plena expedição, faltando “os recursos necessários”, “passaram fome” e foram forçados a voltar para São Paulo.

Outra bandeira, a “bandeira Piratininga”, é introduzida no texto para tratar de uma “excursão turística” que ocorrera sob chefia de Willy Aurelli, pelo Araguaia, também em 1937, para conhecer a Ilha do Bananal e, ainda, o rio das Mortes, “penetrando no domínio dos ferozes xavantes” (Correio Paulistano, domingo, 23 de janeiro de 1938, Ano 1938\Edição 25114 (1)). O jornalista potiguar, que chegou à Goiânia a convite do interventor Pedro Ludovico Teixeira, continua dizendo que “a reação oferecida pelos selvícolas não se fez tardar e o jovem bandeirante paulista teve que retornar a S. Paulo (...) a fim de aparelhar-se mais e melhor para nova tentativa” (Ibidem). Essa nova tentativa estaria ainda por vir, “sob os auspícios da ‘Folha

da Noite””, pois, pretendia esse “jovem bandeirante paulista”: “atravessar, de meio a meio, toda aquela porção territorial ocupada pelos Xavantes, para contar ao Brasil as riquezas daquela região, cheia de lendas e cheia de mistérios”.

Para ele, a pouca literatura existente para se descrever o Araguaia, mesmo com os livros de Couto de Magalhães ou de Ribeiro da Silva, tem relação com as dificuldades de “antes de tudo, viver-se longamente com contato com os indígenas que povoam aquela imensa região” (Correio Paulistano, domingo, 23 de janeiro de 1938, Ano 1938\Edição 25114 (1)). O estabelecimento e a manutenção desse contato, para ele, não é tarefa fácil, pois, “o índio, por índole esquivo e reservado, dificilmente revela ao homem branco as coisas de sua tribo”. Diz ainda que só o contato de larga convivência faria o indígena “revelar os segredos de sua aldeia”.

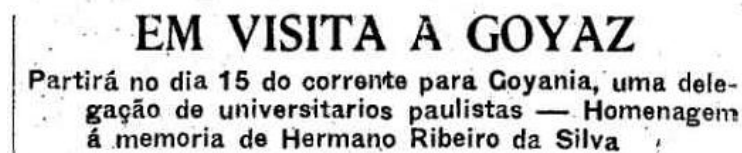
Câmara Filho expõe ainda um relato de um turista que visitara a região, em que uma certa tribo, já desaparecida, teria o costume de enforcar os membros que cometessem alguma traição e que seus corpos eram deixados na floresta para, já apodrecidos, movimentarem-se pelos ventos, produzindo barulho infernal e aspecto aterrorizante: a chamada “dança dos ossos”. A escolha desse elemento cultural, fictício ou não, para caracterizar os povos desconhecidos parece-nos realçar a força do argumento evolucionista da reportagem e corrente no período, que vê no “homem civilizado” o destino dos “selvagens”, “primitivos”.

O apelo final de Câmara Filho foi sobre a morte de Hermano Ribeiro da Silva e sua pouca repercussão “sobretudo nos meios intelectuais”. Seu apelo direcionou-se no sentido de uma “chamada de atenção” nos intelectuais do país para memória deste “brilhante homem de letras” (Correio Paulistano, domingo, 23 de janeiro de 1938, Ano 1938\Edição 25114 (1)). O “bravo sertanista”, “em cujas veias corria o sangue dos antigos bandeirantes”, teria sido vítima “de um sertão cheio de intempéries”, mas com “elevado espírito de brasilidade” teria feito seu sacrifício. Ribeiro da Silva é lembrado por este jornalista e burocrata do estado de Goiás como tendo realizado “uma grande obra de nacionalismo”, tendo sido um mártir: “morreu pelo Brasil”. Hermano teria morrido por seu ideal, “aquele mesmo que no alvorecer dos tempos de colônia consubstanciou a epopeia das bandeiras”. Isso porque Hermano teria avançado, “levando além do que imaginávamos, nos domínios dos xavantes”, em suas tentativas de “conquistar para o patrimônio da civilização uma imensa faixa de terra até hoje, em pleno século XX, ainda virgem do contato do homem civilizado”.

A viagem dos estudantes paulistas a Goiás: homenagem a Hermano, riquezas inexploradas no “sertão” e a ideia do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia

Ainda que os documentos não mostrem diretamente, há uma conexão entre esse apelo de Câmara Filho, em dezembro de 1937, e a viagem que será narrada a seguir dos acadêmicos e professores da Universidade de São Paulo em direção à Goiânia, a cidade feita sob “os moldes do moderno urbanismo” (Coleção BAND – Série VEUP – Subsérie 1 – Dossiê 1 – Item 5), para usar as palavras de Ulysses da Silveira Guimarães, orador da Embaixada Universitária Paulista.

Figura 27 - Fonte: O Estado de São Paulo, 9 de janeiro de 1938, p. 10



-Por um período de vinte e um dias, em janeiro de 1938, uma nomeada Embaixada Universitária Paulista, formada por estudantes e professores da Universidade de São Paulo, parte de trem em direção ao oeste brasileiro, com vistas a estreitar “laços de amizade entre os filhos dos dois estados” (Coleção BAND – Série VEUP – Subsérie 1 – Dossiê 1 – Item 17), ou ainda de estreitar “os laços da unidade brasileira”, realizando por onde passavam uma série de ações e formando alianças. O Estado de Goiás é colocado como um estado “promissor” (O Estado de São Paulo, 9 de janeiro de 1938, p. 10) diante do já consolidado e grandioso Estado de São Paulo.

Chefiada por Antônio Sylvio da Cunha Bueno (acadêmico da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco), uma caravana universitária aceita o convite do interventor Pedro Ludovico Teixeira para “conhecer” a nova capital de Goiás, desenvolvendo assim um “programa de visitas” (O Estado de São Paulo, 9 de janeiro de 1938, p. 10) e “prestando uma homenagem ao bravo sertanista (...) recentemente falecido” (Ibdem). Os universitários levaram consigo uma placa comemorativa “A Hermano Ribeiro da Silva, pioneiro intemorato de um Brasil cada vez mais vasto e mais forte, o jornal ‘O Estado de São Paulo e a mocidade da Faculdade de Direito trazem a homenagem e a gratidão da terra de Piratininga” (Ibdem). O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), na figura de José Torres de Oliveira, acrescenta seu apoio à iniciativa da “Caravana Universitária” em prestar “mais essa homenagem (...) ao bravo piratiningano” (O Estado de São Paulo, 15 de janeiro de 1938, p. 7).

Figura 28 - Fonte: O Estado de São Paulo, 29 de janeiro de 1938, p. 9



Em entrevista ao jornal “Diário de São Paulo”, publicada em fevereiro de 1938, o chefe dessa embaixada, Cunha Bueno, nos traz pistas sobre as razões para esse convite num primeiro momento. Ao repórter, ele responde que “Goiás necessita de propaganda”, de divulgação, para que se faça conhecer seus recursos econômicos e as vantagens de seu clima. Na mesma reportagem estaria embrionariamente a ideia, ainda não verbalizada, de um monumento a bandeirantes, pois, nesta mesma reportagem, Antônio Sylvio Cunha Bueno antecipa: 1) as ações da “Embaixada Universitária” (promoção de artigos e palestras radiofônicas) a fim de enaltecer “as qualidades morais do povo goiano e procurando despertar a atenção dos brasileiros para aquela região de grande futuro nacional” (Coleção BAND – Série VEUP – Subsérie 2 – Dossiê 2 – Item 3); 2) a próxima visita de uma nova caravana a Goiânia em junho do mesmo ano.

Assim, mais do que uma viagem de “intercâmbio de amizade e de estudos” (Coleção BAND – Série VEUP – Subsérie 2 – Dossiê 2 – Item 1), essa excursão de estudantes paulistas, hospedada oficialmente pelo estado de Goiás, recepcionada pelas autoridades e imprensa goiana, demonstra a desproporcionalidade de poder entre os estados de S. Paulo e Goiás. Podemos comprovar isso no fato do convite à embaixada ter surgido pelo interventor federal de Goiás, que parece com isso legitimar uma posição subalterna na relação entre os Estados, como se reconhecesse sua dependência (econômica, política, de comunicação e divulgação) para com o Estado quatrocentão. Ao convidá-los para “observar as maiores realizações do governo” (Coleção BAND – Série VEUP – Subsérie 2 – Dossiê 2 – Item 1), Pedro Ludovico endossa certa dependência de Goiás em relação à S. Paulo, que precisa ser lembrado pelo estado bandeirante. A morte de Hermano Ribeiro da Silva é retratada pelo interventor de Goiás como

um grande acontecimento de lástima pública; como se a ação empreendedora da “bandeira Anhanguera”, de algum modo, fosse também benéfica às elites e cofres goianos.

Figura 29 - Embaixada Universitária Paulista na estrada de ferro de Goiás - Fonte: Coleção BAND - Série VEUP - Subsérie 1 - Dossiê 2 - Item 14



A Estrada de Ferro Goiás levou a caravana de estudantes e professores à cidade de Leopoldo de Bulhões, dali para Goiânia seguiram de jardineira. É curioso pensar as dissonâncias entre as promessas do poder público e as efetivas realizações, pois, em entrevista concedida ao Diário Popular, em 7 de fevereiro de 1938, dois acadêmicos W. Cid Valério e Celso Dias de Moura, disseram saber que “o plano de ligação ferroviária entre aquela cidade [Leopoldo de Bulhões] e a Capital já está traçado, sendo provável que sua construção seja executada dentro de pouco tempo” (Coleção BAND – Série VEUP – Subsérie 2 – Dossiê 2 – Item 4).

Sublinhamos a presença do prof. Tarcísio Sousa Santos, da seção de geologia do Instituto de Pesquisas Tecnológicas da USP, além de alguns estudantes e professores de engenharia, que acompanharam a Embaixada, formada predominantemente por estudantes de direito, a fim de “estudar” questões “relativas à mineralogia”, dando especial atenção às minas de níquel de S. José do Tocantins, atual cidade de Niquelândia-GO. A partir das manchetes abaixo (Figuras 30 a 32), podemos destacar que os interesses da caravana paulista ao visitar cidades goianas eram também econômicos, interesses de exploração e escoamento das riquezas minerais do estado interiorano para a capital quatrocentona.

Figura 30 - Recorte de jornal aponta riquezas minerais em Goiás como atrativo para estudantes paulistas. Fonte: Coleção BAND - Série VEUP - Subsérie 1 - Dossiê 5 - Item 3

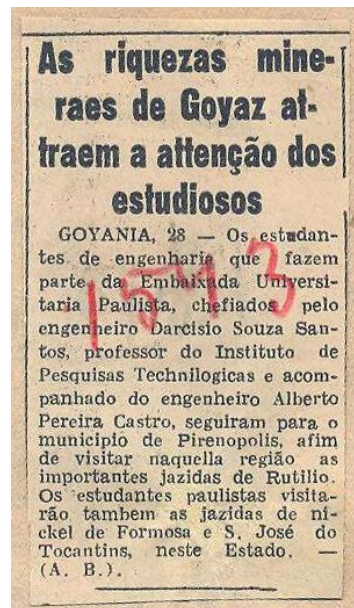
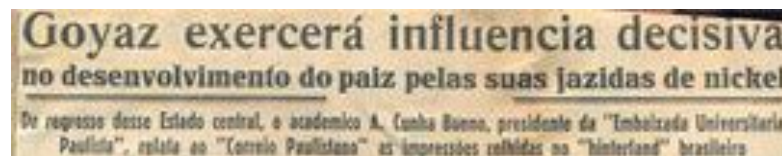


Figura 31 - Recorte de jornal cita fala de Antônio Sylvio Cunha Bueno sobre o níquel em Goiás. Fonte: Coleção BAND - Série VEUP - Subsérie 1 - Dossiê 5 - Item 4



Figura 32 - Recorte do Jornal "Correio Paulistano" sobre o regresso da Embaixada Universitária a São Paulo, com as declarações de Antônio Sylvio Cunha Bueno sobre as impressões da viagem a Goiás. São Paulo, 04 fev. 1938. Fonte: Coleção BAND – Série VEUP – Subsérie 2 – Dossiê 2 – Item 2



A caminho de Goiânia, a Embaixada encontrou diversas “manifestações de apreço” em todas as cidades do triângulo mineiro (Uberlândia-MG, Uberaba-MG, Araguari-MG). Foram convidados, ainda, para uma excursão em Catalão-GO, a fim “observar as minas de ferro” (Coleção BAND – Série VEUP – Subsérie 1 – Dossiê 2 – Item 12) e, antes de retornarem a São Paulo, foram recebidos pelas autoridades de Anápolis-GO, visitando suas indústrias. Estiveram ainda em Ipameri e Pires do Rio, ambas cidades goianas. A criação de gado foi a principal ocupação da população destacadas pela embaixada, nessas cidades goianas visitadas, além do destaque do níquel na mineração (Coleção BAND – Série VEUP – Subsérie 2 – Dossiê 2 – Item 4).

Figura 33 - Viagem da Embaixada Universitária Paulista a Goiás - Fonte: Coleção BAND - Série VEUP - Subsérie 1 - Dossiê 1 - Item 15



A chegada da embaixada em Goiânia foi recepcionada por uma comissão goiana composta por: Coimbra Bueno, engenheiro chefe da construção de Goiânia; Paulo Fleury, professor da Faculdade de Direito de Goiás; Venerando Freitas, prefeito de Goiânia; Câmara Filho, diretor do Departamento de Propaganda de Goiás; e Jorge Diniz Carneiro, membro da Comissão Construtora de Goiânia. Os estudantes paulistas foram recebidos ainda pelo interventor federal em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, em seu gabinete.

Figura 34 - O interventor federal Pedro Ludovico Teixeira e a Embaixada Universitária Paulista - Fonte: Coleção BAND - Série VEUP - Subsérie 1 - Dossiê 4 - Item 25



Na noite seguinte, o interventor federal em Goiás Pedro Ludovico Teixeira ofereceu um banquete à caravana no Grande Hotel, um dos principais edifícios da nova capital que tivera

hóspedes “ilustres” como o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss. Nesse banquete de 120 talheres, com convidados contados e selecionados, a Embaixada, na figura de seu presidente Antônio Sylvio Cunha Bueno, entregou a Pedro Ludovico um pergaminho com os seguintes dizeres:

Mocidade Universitária da Academia de Direito de S. Paulo, em visita oficial ao glorioso Estado de Goyaz, saúda, na pessoa do ilustre dr. Pedro Ludovico, estadista esclarecido e amigo sincero dos estudantes, a fidalga e hospitaleira gente do grande Estado central, que é o coração do Brasil. Janeiro de 1938 (a.) Cícero Augusto Vieira, presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto”. (Coleção BAND – Série VEUP – Subsérie 1 – Dossiê 3 – Item 8)

Figura 35 - Entrega do pergaminho a Pedro Ludovico Teixeira por Cunha Bueno no banquete à Embaixada Universitária Paulista em Goiânia - Fonte: Coleção BAND - Série VEUP - Subsérie 1 - Dossiê 4 - Item 26



Pedro Ludovico, em seguida, nesse mesmo banquete, ergue, sob calorosa salva de palmas, que simboliza um pacto entre os presentes, um brinde a Getúlio Vargas. Fato contrastante com os conflitos que viviam os paulistas com a gestão Vargas, tendo perdido a guerra civil que usualmente chamam “revolução de 1932”. Porém, os documentos não deixam registros de constrangimentos sociais por parte dos goianos ou outras formas de resistência por parte dos paulistas.

Houve, naquela mesma semana, um grande baile no salão no Automóvel Clube de Goiás, homenagem oferecida também pelo interventor à mocidade da pauliceia. O dr. Colemar Natal e Silva, que futuramente seria o primeiro reitor da Universidade Federal de Goiás, teria sido quem, em nome do governo de Goiás, ofereceu o baile (Coleção BAND – Série VEUP – Subsérie 1- Dossiê 3 – Item 2).

A Embaixada Universitária Paulista, após os primeiros dias de saudações e celebrações, prestou homenagem, em território goiano, a Hermano Ribeiro da Silva. Como vimos, a morte

deste sertanista causou comoção entre as elites político-econômicas e intelectuais paulistas e goianas. A embaixada, assim, juntamente com autoridades goianas, em evento solene de inauguração realizado em frente ao Palácio de governo do estado, na Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, praça central da nova capital, instalou uma placa de bronze (Figura 36) enviada pelo jornal “O Estado de São Paulo” sob um pedestal cuja construção fora ordenada por Jeronymo Coimbra Bueno (engenheiro-chefe da Comissão construtora de Goiânia).

Figura 36 - Placa em pedestal a Hermano Ribeiro da Silva - Fonte: Coleção BAND - Série VEUP - Subsérie 1 - Dossiê 4 - Item 50



Nessa solenidade, estiveram presentes nomes como João Teixeira Alvares, secretário geral do estado de Goiás; Gomes Pereira, secretário da Segurança Pública de Goiás; Coimbra Bueno, engenheiro-chefe da Comissão Construtora de Goiânia; Venerando Freitas, primeiro prefeito de Goiânia; Zoroastro Artiaga, diretor do Departamento de Administração Municipal; Vasco dos Reis, secretário do Interior; Câmara Filho, diretor do Departamento de Propaganda e Expansão Econômica do estado de Goiás; além de coronel da Polícia militar e outras autoridades políticas, militares ou intelectuais.

Zoroastro Artiaga, diretor do Departamento de Administração Municipal de Goiânia, era também intelectual com escritos nas áreas da história, geografia, geologia, destacando-se também como jornalista e advogado. Foi o primeiro diretor do museu estadual que atualmente leva seu nome, localizado na Praça dr. Pedro Ludovico Teixeira, praça cívica, no centro da nova capital. Em alguns de seus escritos foi possível constatar opiniões como as proferidas no jornal Folha de Goiás, em 1968: “oficialmente Goiás nasceu de São Paulo” (ARTIAGA, Folha de Goiaz, 27 mar., 1968, p. 4), frase que sintetiza o pensamento hegemônico dos intelectuais paulistas, mas também goianos, como é o caso.

Em outra ocasião, o mesmo intelectual diz que:

[...] O povo goiano provinha do índio, altivo e nobre, e do africano conformado e humilde, religioso e fraternal, que tinha orgulho de haver nascido aqui, mas vivia das migalhas que sobravam, numa terra imensamente farta e pródiga, do rei (ARTIAGA, Folha de Goiaz, 01 mar., p. 6., 1968).

Aqui é possível observar que Zoroastro Artiaga, juntamente com os modernistas paulistas, encampa o mito das três raças como elemento gerador de uma nacionalidade, com nítida exaltação à mestiçagem como traço característico do nativismo brasileiro. Ademais, inclui em seu repertório estigmas atribuídos a cada etnia/raça da qual proviria o “povo goiano”: o índio (“altivo e nobre”) e o africano (“conformado e humilde”, “religioso e fraternal”).

Em uma “saudação a Goiânia”, publicada pelo Correio Oficial de Goiânia, os nomeados embaixadores da USP, autoproclamada “mocidade bandeirante”, afirmam que esta nova capital se fixa como um marco “da nova era de progresso” graças ao triunfo do “incomparável chefe goiano”, Pedro Ludovico Teixeira. Retomam a narrativa, inscritas por eles como sendo “os escaninhos da História”, que vincula a formação territorial do Brasil na América Latina, primordialmente, mas não só, às Bandeiras paulistas. Falam dos bandeirantes como sendo os “fundadores da nossa Pátria, os esteios da nossa Civilização”, sem negar que eles caminhavam “vencendo índios”, como parte da função que desempenhavam. Além disso, reiteram ter o *Anhanguera*, o bandeirante paulista fundador de Goiás como pintaram os acadêmicos de Direito, estabelecido, “para sempre, os laços da mais sólida amizade entre paulistas e goianos” (Coleção BAND - Série VEUP - Subsérie 1 - Dossiê 3 - Item 15).

Para finalizar, esses “embaixadores”, grupo formado por acadêmicos e professores da USP, voltam a Hermano Ribeiro da Silva, o “último bandeirante”, quem para eles teria sido “o idealista sem par na História Moderna do Sertanismo”, que faleceu tentando “descobrir os segredos do Rio das Mortes” (Coleção BAND - Série VEUP - Subsérie 1 - Dossiê 3 - Item 15).

Ainda sobre suas impressões sobre Goiânia, os embaixadores, na figura de Cunha Bueno, disseram ao jornal Correio Paulistano, em 4 de fevereiro de 1938, terem voltado entusiasmados com sua viagem, definindo a nova capital de Goiás como uma “cidade moderníssima” (Coleção BAND – Série VEUP – Subsérie 2 – Dossiê 2 – Item 2) e valorizando-a por sua localização topográfica excelente e de fácil acesso, sobretudo “aos centros mais progressistas do sudeste e do sul” (Ibdem). Exalta o “progresso” do estado de Goiás, chefiada por seu administrador, como uma “ânsia incontida de elevar o grau de riqueza do nosso ‘*hinterland*’” (Ibdem). E continua valorizando o “sub-solo riquíssimo, diversas jazidas, [que] estão à espera da força humana para desenvolverem-se e construírem (...) de uma riqueza inestimável para o Brasil de amanhã” (Ibdem). O prof. Tarcísio Sousa Santos, que seguiu com

sua comissão de estudantes a S. José do Tocantins a fim de estudar as minas de níquel situada naquele município, atesta na prática o projeto de exploração das terras vistas como vazios demográficos, com potenciais econômicos e até então isolados.

O “hinterland”, o interior do país, o sertão, neste contexto, que coincide com o da construção simbólica e material da Marcha para Oeste, foi colocado como um “espaço geográfico impreciso, instável e precariamente ocupado, exigindo a ação racional do poder central no sentido de sua incorporação social e econômica por meio da colonização” (Maia apud LOPES, 2019, p. 145).

Para Cunha Bueno, a “exploração de minérios que começa a impressionar a atenção do governo federal, constituirá fonte de riqueza, principalmente, se levarmos em conta o vasto plano de rodovias que vem sendo realizado paulatinamente pelas autoridades” (Coleção BAND – Série VEUP – Subsérie 2 – Dossiê 2 – Item 2). O chefe da caravana de estudantes paulistas não oblitera tampouco omite seus interesses e os daqueles que com ele selam acordos: “exploração” das riquezas (minerais, no caso) de Goiás, com comunicação via terrestre, a partir do plano de rodovias, suficiente para fazer escoar essas riquezas ao sudeste e sul do país.

Figura 37 - Recorte de jornal "O Estado de S. Paulo", informa a visita do Sr. Câmara Filho a sede do Centro Acadêmico XI de Agosto. São Paulo, 25 mar 1938. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 10



Em retribuição à viagem realizada pela Embaixada Universitária Paulista a Goiânia e outras cidades de Goiás, que ocorrera em janeiro de 1938, em março do mesmo ano, Câmara Filho, diretor do Departamento de Propaganda e expansão econômica do estado de Goiás, viaja até S. Paulo, reencontrando-se com a Embaixada, no Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da USP. Além disso, foi recebido ainda pelo interventor federal de São Paulo.

A partir da fotografia revelada pelo jornal O Estado de São Paulo (Figura 37) do reencontro entre representantes das elites goianas e paulistas, na visita de Coimbra Bueno ao Centro Acadêmico XI de Agosto em São Paulo, é possível verificar a presença de uma masculinidade hegemônica. Apenas homens, brancos, posam para a foto, aparecem, engajam-se na articulação desses interesses bandeirantes no jogo político. Apenas homens, brancos, decidem sobre a memória que chamamos coletiva. Dizem o que precisamos lembrar e reforçam, ignorando, o que é importante esquecer.

Tavares e Wichers (2022) já anunciavam essa masculinidade hegemônica nos patrimônios culturais goianos, relacionando-a à própria noção de colonialidade, que sempre esteve atrelada ao poder concedido à masculinidade e à branquitude. Como afirmam: “são os homens cis, heterocentrados, brancos e de elite que nomeiam museus, ocupam suas narrativas expográficas de forma hierárquica, bem como são “imortalizados” em espaços de memória e bens patrimoniais” (TAVARES e WICHERS, 2022, p. 258). Em suas pesquisas, constataram que, entre os homens representados nos patrimônios goianos, encontram-se sobretudo “homens brancos, religiosos, militares, ocupantes de cargos políticos ou estudiosos reconhecidos em suas áreas de atuação” (Ibidem, p. 261). Acrescentamos a este argumento o protagonismo masculino também na promoção desses patrimônios antes mesmo de seus processos de patrimonialização e posteriormente na legitimação dessas construções de memória (qual memória?) em espaço público, buscando sua manutenção.

Figura 38 - Recorte do jornal "Folha da Manhã", relata a homenagem prestada à Embaixada Universitária Paulista pela Coimbra Bueno e Cia. Ltda., onde foi anunciada a iniciativa de se construir um Monumento aos

Bandeirantes em Goiânia. [São Paulo], 13 fev. 1938 – Fonte: Coleção BAND - Série VEUP - Subsérie 2 - Dossiê 2 - Item 6



A Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia: auxílios financeiros e apoio ideológico (palestras, conferências, bailes)

A Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia teria ocorrido no ano de 1938, a partir de abril, em cidades paulistas e goianas⁵¹, tendo sido resultado de uma empreitada paulista liderada pelos acadêmicos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo. Estes acadêmicos⁵², herdeiros de certa elite paulista foram responsáveis pela idealização e concretização do monumento em solo goiano, com anuência e apoio, evidentemente, de uma certa elite goiana que se projetava e consolidava.

Este grupo de acadêmicos de direito, cuja ideia de construção de um Monumento aos Bandeirantes teria surgido da viagem à Goiânia realizada pela Embaixada Universitária Paulista, promoveu um conjunto de conferências, palestras, bailes, alocações em rádio, em cidades paulistas e goianas, que veremos detalhadamente ao longo deste capítulo, proferidas por nomes como Agrippino Grieco, Pedro Calmon, Afonso D’Escragnolle Taunay, Cesar Salgado, e outros como: Torres de Oliveira (presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico), D. José Gaspar de Affonseca e Silva (bispo auxiliar da diocese de São Paulo), Ulysses Paranhos (membro da Academia Paulista de Letras), Enzo Silveira (do Institutos

⁵¹ É possível observar uma “rota” documental: os documentos seguem os trilhos da ferrovia que ligava, nos anos 1938, SP-MG-GO. Também por isso, muitas cidades contribuíram ou apoiaram a Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes dos estudantes paulistas: em Goiás, Pirenópolis, Anápolis, Rio Verde; em São Paulo, Santos, Campinas, Pirajuí, Lins...

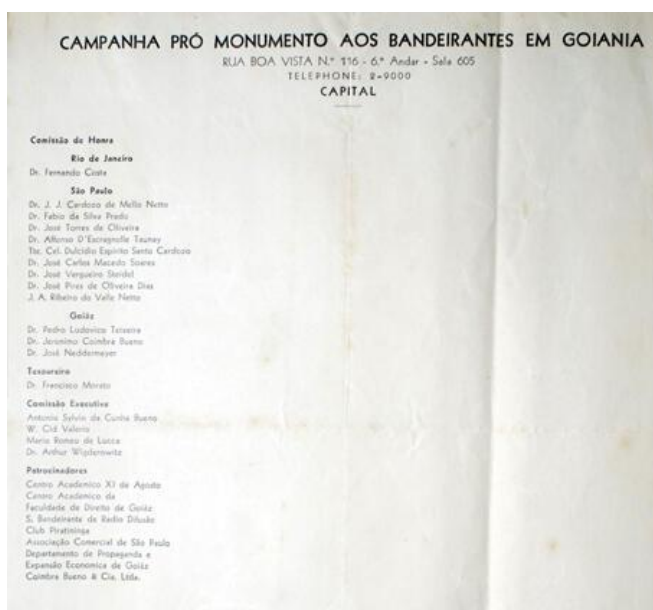
⁵² Ulysses Silveira Guimarães, Antônio Sylvio Cunha Bueno, Jânio da Silva Quadros, entre outros.

Históricos e Geográficos de São Paulo e Santos), Carvalho Franco, Hermes Vieira, Guilherme de Almeida. Artigos foram publicados nas imprensas paulistanas e cariocas por “peças consagradas” como Menotti Del Picchia, Francisco Patti, Corrêa Junior (poeta e jornalista), Rubens do Amaral, Lellis Vieira, entre outros.

Organizados em comissões de honra, conferencistas, palestrantes, patrocinadores, apoiadores, comissão pró-monumento, entre outras, a Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes contou ainda com publicações e palavras de professores da Faculdade de Direito de São Paulo, como Francisco de Almeida Morato, diretor desta faculdade entre 1935 e 1938, membro do IHGSP e primeiro presidente e fundador da Ordem dos Advogados de São Paulo; e Spencer Vampré, futuro diretor desta mesma faculdade entre 1938 e 1939. Vejamos detalhadamente a participação desses agentes nessa campanha.

Figura 39 - Folha impressa, descrevendo os nomes dos patrocinadores, membros da comissão executiva, tesoureiro, comissão de honra dos Estados de Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro, referente a "Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia" – Fonte: Coleção BAND - Série CPMB - Subsérie 1 - Dossiê 1 - Item

12

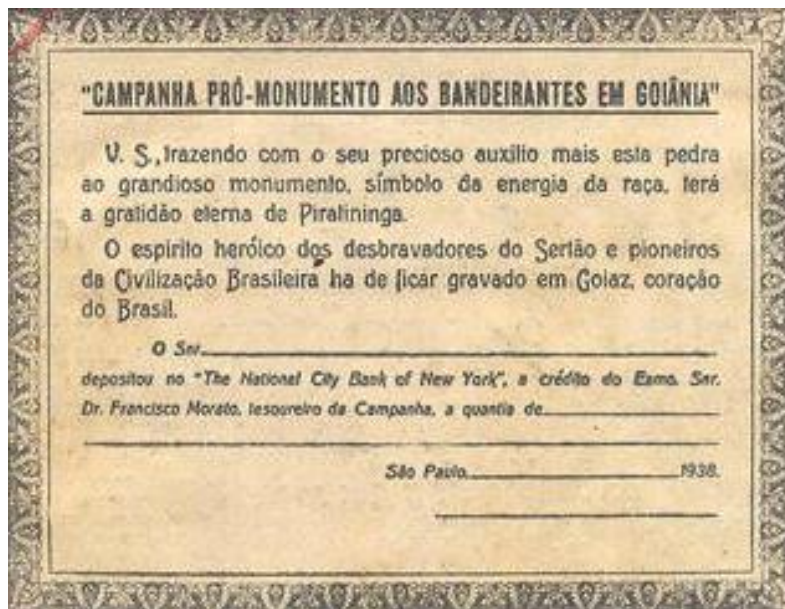


A imagem acima mostra a organização da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia: suas comissões de honra nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás; seu tesoureiro; sua comissão executiva; seus patrocinadores (Figura 39). Destacamos a presença do Departamento de Propaganda e Expansão Econômica de Goiás entre os patrocinadores, um órgão estadual, cujo diretor à época era Câmara Filho. Além disso, não vemos na comissão de honra de cada Estado a figura dos interventores presentes, apenas em Goiás isso é encontrado, na figura de Pedro Ludovico Teixeira.

O apoio ao monumento é buscado em toda extensão das sociedades goianas e paulistas. A Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia movimentou prefeituras, imprensas

locais, governos estaduais, além de tecer recorrente apelo à sociedade civil, ao contribuinte anônimo, como podemos ver na imagem que segue (Figura 40).

Figura 40 - Diploma entregue a quem contribuir com o valor de 50\$000 contos de réis para a Campanha pró-monumento. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 12



Esse diploma demonstra literalmente o que significa o monumento para esse grupo de homens da elite intelectual e político-econômica paulista e goiana: “símbolo da energia da raça”. Qual raça? Aquela que faz brotar o “espírito heroico dos desbravadores do Sertão e pioneiros da Civilização Brasileira”. Esse argumento vincula os bandeirantes ao mito do desbravamento enquanto símbolo de progresso e modernização, enquanto fator necessário à civilização. Mistifica, porque ignora, silencia, aspectos de exploração, etnocídio, racismo, contidos no cerne do movimento das bandeiras, seja ele da época colonial ou do século XX.

A Campanha ainda buscou e conseguiu “apoio” e “solidariedade” do grêmio da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, formada nos anos 1933. O gesto configura apreço pela iniciativa que busca homenagear, no bronze, “de Paes Leme a Hermano Ribeiro da Silva”, como se pode ver na imagem abaixo (Figura 41).

Figura 41 - Recorte de jornal "O Estado de S. Paulo", informa o apoio do Grêmio da Escola de Sociologia e Política à construção do Monumento aos Bandeirantes. São Paulo, 29 mar 1938. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 1 – Dossiê 1 – Item 6



Olavo Baptista Filho, o presidente do grêmio de uma das escolas pioneiras de ciências sociais no Brasil, mencionada acima, a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, escreve ao governo do Estado de Goiás:

Exmo. Sr. Presidente do Estado de Goyaz. – O Grêmio da Escola de Sociologia e Política de S. Paulo resolveu em sua última reunião officiar à v. exa. participando a sua adesão aos festejos que os estudantes paulistas pretendem levar a efeito para *homenagear os feitos gloriosos e dignificantes*, cuja descrição nos têm mostrado o valor dos *nossos antepassados* e a existência de *contemporâneos bravos e merecedores de nossa admiração, veneração e reconhecimento*, como aqueles que *devemos a Hermanno Ribeiro da Silva, o bandeirante illustre que São Paulo chorou recentemente*. Esse nome nos lembra o passado e as glórias de nossa gente; o presente e as realizações que nos orgulham e *nos servirá para o futuro como bandeira sublime que deverá orientar os ideais das gerações vindouras*.

O Grêmio da Escola de Sociologia e Política sentiu com São Paulo a perda irreparável de Hermanno Ribeiro da Silva, e neste momento almeja que a mente humana possa representar no bronze *aqueles que se sacrificaram pela Pátria*, tão admiráveis quanto o foram na realidade (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 1 – Dossiê 1 – Item 6).

Em sua carta ao governo goiano, percebe-se logo que o apoio à Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, concedido pelo grêmio de estudantes da Escola de Sociologia e Política, sustenta-se nos argumentos de “feitos gloriosos e dignificantes” dos bandeirantes paulistas, colocando-os como “nossos antepassados”, o que busca construir, apelativamente, uma proximidade ancestral de todo povo paulista e goiano com os chefes das bandeiras coloniais. Mas não apenas com eles, pois, como continua, Hermanno Ribeiro da Silva, “o bandeirante illustre que São Paulo chorou recentemente”, demonstraria a existência desses “contemporâneos bravos e merecedores de nossa admiração, veneração e reconhecimento”. O

que significa que haveria, naquele contexto, bandeirantes atualizados, modernos, cientistas, como o sertanista falecido em 1937.

O secretário dessa mesma escola, Adriano Pires de Andrade, endossa a associação do grêmio da escola aos estudantes paulistas de direito da USP e reitera “admiração e estima” aos colegas estudantes que buscavam com a empreitada a glorificação da memória bandeirante em bronze:

Ilmo. Sr. Presidente do Centro Acadêmico “Onze de Agosto” – Estando a diretoria do Grêmio da Escola de Sociologia e Política de São Paulo informada que os estudantes paulistas pretendem, por intermédio de seus colegas da Faculdade de Direito, *homenagear a memória dos gloriosos desbravadores do sertão, cujas façanhas assombraram a todos que delas tiveram a ciência, pelo aspecto inédito que apresentaram*, participamos que nos associamos a esse justíssimo ato de reconhecimento aos serviços prestados por *nossos ilustres antepassados*.

O espírito sequioso de aventuras, aliado ao corpo são e à coragem indômita, permitiu a *Hermano Ribeiro da Silva* um lugar proeminente e honroso entre aqueles que *tornaram a história de nossa terra um manancial de glórias*, espelho cristalino para as gerações vindouras.

O estudante paulista foi feliz por haver escolhido um momento em que todos choram a perda de tão valoroso expoente da pujança de nosso povo, para perpetuar no bronze o agradecimento sincero da pátria que nos deixaram.

Os nossos protestos de admiração e estima à v. s. são enviados juntamente com os desejos de felicidade para tão brilhante campanha (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 1 – Dossiê 1 – Item 6, grifos nossos).

No trecho, vemos ainda o secretário do grêmio da Escola de Sociologia e Política de São Paulo que, no ano seguinte, seria incorporada à USP, reafirmar o apoio à iniciativa de “homenagear a memória dos gloriosos desbravadores do sertão, cujas façanhas assombraram a todos que delas tiveram a ciência, pelo aspecto inédito que apresentaram”, utilizando, portanto, dos argumentos de ineditismo da ação bandeirantista em território brasileiro, sendo os bandeirantes reiteradamente colocados como “desbravadores do sertão”.

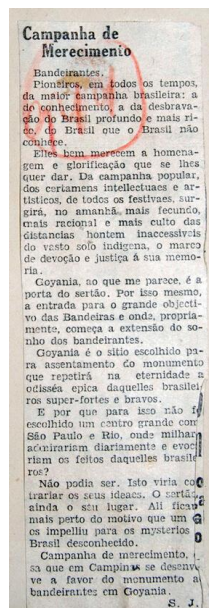
Além disso, vemos no trecho acima como o secretário do grêmio constrói a morte de Hermano Ribeiro da Silva como o “momento” oportuno para a Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes, uma vez que “todos choram a perda de tão valoroso expoente da pujança de nosso povo”.

É importante ter em mente que, no contexto de construção do Monumento aos Bandeirantes, período que se estendeu de 1938 a 1942, a preocupação com a interiorização da nação rumo ao oeste era imperante, tendo em vista o incentivo ao processo de modernização do país e do nacionalismo promovido pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas. A nova capital de Goiás, Goiânia, surge a partir de um decreto emitido, em 1933, por Pedro Ludovico Teixeira, nomeado por Vargas como interventor federal da província goiana. Como estamos acompanhando, os eventos que antecedem a Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em

Goiânia acontecem em 1937, com a morte de Hermano Ribeiro da Silva e sua repercussão na imprensa goiana, mas sobretudo paulista.

O recorte de jornal do “Correio Popular” (Figura 42), de maio de 1938, traz um texto assinado por S. J. que relata por que Goiânia foi escolhida como a cidade recebedora do Monumento aos Bandeirantes:

Figura 42 - Recorte de jornal "Correio Popular", relata o porquê da escolha da cidade de Goiânia como merecedora do monumento em homenagem aos Bandeirantes. Campinas (SP), 27 maio 1938.



Antes de justificar a escolha de Goiânia como a cidade recebedora do Monumento aos Bandeirantes, o texto inicia colocando estes últimos como “pioneiros da maior campanha brasileira”, caracterizando-a como sendo a do desbravamento do “Brasil profundo”. Apoiado, portanto, com suas palavras, a “merecida” homenagem e “glorificação que lhes quer dar” com a construção do monumento.

Em outro parágrafo, S. J. afirma ser Goiânia “a porta do sertão”, “a entrada para o grande objetivo das Bandeiras”, “onde (...) começa a extensão do sonho dos bandeirantes”, por isso teria sido escolhida para a recepção do monumento “que repetirá na eternidade a odisseia épica daqueles brasileiros superfortes e bravos”. Chega a questionar por que não construir o monumento em um “centro grande como São Paulo e Rio”, mas enfatiza que “isto viria contrariar os seus ideais”, pois seria nos “mistérios do Brasil desconhecido” que estaria o motivo que impeliu os bandeirantes em suas bandeiras e expedições.

Como afirma o antropólogo goiano Lima Filho (2001, p. 147, grifo nosso):

Goiânia era a primeira capital moderna no sertão. Ideia materializada por uma estátua do bandeirante Anhangüera mirando para o Oeste, numa praça central da cidade, por um Monumento das Três Raças na Praça Cívica e, finalmente, pelo nome Palácio das Esmeraldas, dado ao prédio central do Governo do Estado.

Por um decreto, assinado em abril de 1938, Pedro Ludovico Teixeira, o interventor federal de Goiás nomeado por Getúlio Vargas, apoia com auxílio financeiro à iniciativa dos acadêmicos de direito de São Paulo de construir um Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, contribuindo em nome do estado com 20 contos de réis (Figura 63). Este mesmo valor seria depositado, alguns meses depois, pelo interventor federal em São Paulo no período, Adhemar de Barros (Figura 43).

Figura 43 - Recorte de jornal [?], publica o Decreto lei número 585 de 7 abr. 1938, concedendo o auxílio de vinte contos de réis para construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. Goiânia, 7 abr. 1938. Fonte: Coleção BAND - Série CPMB - Subsérie 1 – Dossiê 1 – Item 13

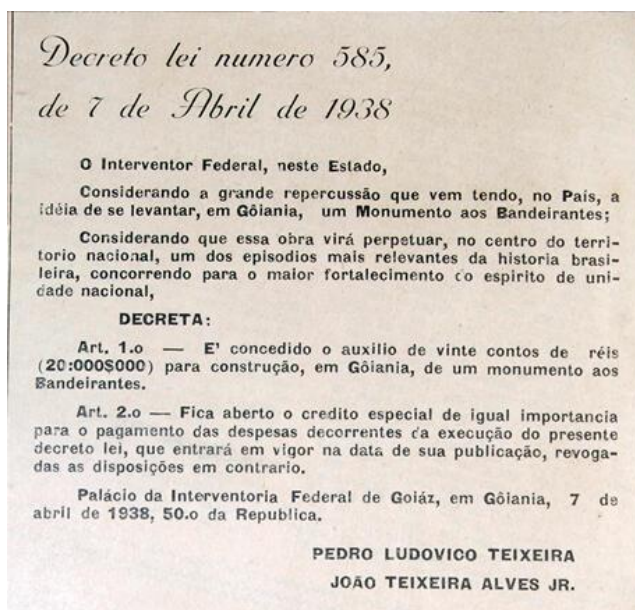
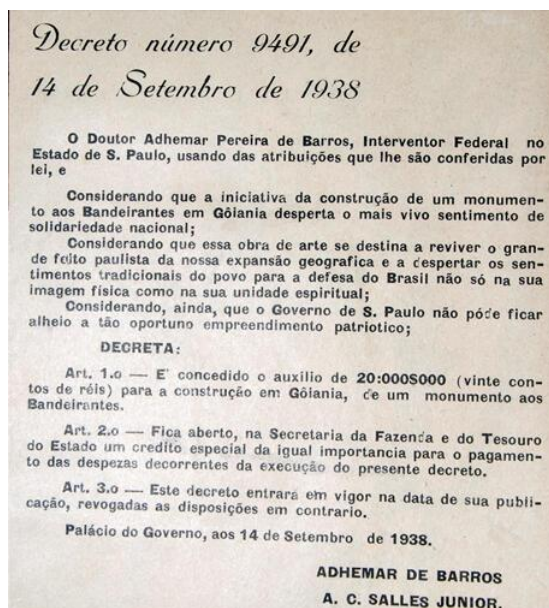


Figura 44 - Decreto n.9491 em que Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal no Estado de São Paulo, concede o auxílio de vinte contos de reis (20.000\$000) para a construção, em Goiânia, de um Monumento aos Bandeirantes. São Paulo, 14 set. 1938. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subserie 1 – Dossiê 1 – Item 14



Ambos os decretos consideram a iniciativa de construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia uma ideia a ser valorizada. O primeiro decreto, do estado de Goiás, para justificar o auxílio financeiro concedido à obra, afirma que o monumento iria “perpetuar (...) um dos episódios mais relevantes da história brasileira, concorrendo para o maior fortalecimento do espírito de unidade nacional” (Figura 43). Esse argumento do “espírito de unidade nacional” é recuperado no segundo decreto, do estado de São Paulo, ao enfatizar que a “obra de arte”, o Monumento aos Bandeirantes (GO), tem como destino ou finalidade “reviver o grande feito paulista da nossa expansão geográfica e despertar os sentimentos tradicionais do povo para a defesa do Brasil não só na sua imagem física como na sua unidade espiritual” (Figura 44).

Esse discurso da “unidade nacional” (decreto 1: figura 43) ou da “unidade espiritual” (decreto 2: figura 44) da nação, do Brasil, retoma os argumentos presentes no “Movimento Bandeira”, movimento político-intelectual levado por nomes como Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia já analisado no capítulo 2. Buscava-se, sobretudo por meio de uma reconstrução da história nacional a partir de uma história paulista-bandeirante, fazer surgir sentimentos de pertencimento ao coletivo “Brasil”, que seria resultado do “grande feito paulista” de “expansão geográfica”.

Também nesse sentido, as palestras e conferências proferidas em nome da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, que serão narradas e analisadas a seguir, possuem indubitavelmente teor patriótico, nacionalista.

A série de alocações de rádio ou palestras radiofônicas, que foi divulgada e realizada em nome da Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, visava construir um significado histórico para o ciclo das bandeiras paulistas. Proferidas por uma gama de intelectuais predominantemente paulistas, e alguns cariocas, tinham como finalidade principal angariar, através das emissoras de rádio e dos jornais impressos principalmente, apoio massivo não apenas das elites locais paulistas, mas da população (paulista e goiana) em geral. Algumas alocações, emitidas em sua maioria pela rádio Bandeirantes, rádio paulista, foram inclusive retransmitidas em praça pública goiana.

José Romeiro Pereira, professor do Colégio Universitário da Faculdade de Direito, presidente de honra da Comissão pró-monumento, fala em 23 de março de 1938 sobre o início da Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia e da palestra que proferirá em Goiânia sobre Hermano Ribeiro da Silva, “o último bandeirante” (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 31):

Iniciamos hoje, sob a presidência do sr. Câmara Filho, presidente da Comissão de Propaganda do Estado de Goiás, *um movimento e que é dos mais patrióticos*, pró *construção de um monumento comemorativo das ‘Bandeiras’*, na linda e florescente cidade de Goiânia.

A ideia, surgida no espírito moço do nosso colega Cunha Bueno, que há pouco chefiou uma delegação de estudantes que visitou Goiás a convite do sr. Pedro Ludovico, já é uma esplêndida realidade. Com o apoio dos interventores de São Paulo e de Goiás, da firma paulista Coimbra Bueno e Cia., construtora de Goiânia, e ainda com o apoio sempre generoso da mocidade e da Imprensa, a ideia pouco falta para concretizar-se. O nosso programa de propaganda é vasto e dos mais produtivos, *sempre visando a maior aproximação possível entre o nosso Estado e o grande Estado central*.

Faremos intensa e extensa propaganda pelo rádio, pelo jornal, por meio de conferências, projeções, e sobretudo patrocinaremos caravana, facilitando assim as visitas à Goiás etc. etc.

O acadêmico Cid Valério Castro, da Comissão de Propaganda, por estes dias, iniciará uma campanha pelo rádio, fazendo uma conferência sobre o indômito e último bandeirante Hermano Ribeiro da Silva.

Dentro de algumas semanas, a convite do governo goiano, realizarei naquela cidade uma conferência também sobre Hermano Ribeiro da Silva, partindo comigo de São Paulo, em avião fornecido pela Vasp, uma caravana de professores da Universidade, que terá assim ensejo de conhecer o florescente Estado central (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 84, grifos nossos).

Esse movimento de construção de um monumento “comemorativa das ‘bandeiras’” é colocado por esse professor como “um dos mais patrióticos”, uma vez que parte de um programa político que visa sempre “a maior aproximação possível entre o nosso Estado [São Paulo] e o grande Estado central [Goiás]”. José Romeiro menciona ainda caravanas a Goiás que serão patrocinadas pela Campanha, informando sua própria visita à capital goiana para uma conferência sobre Hermano Ribeiro da Silva, juntamente com outros professores da Universidade de São Paulo, no “ensejo de conhecer o florescente Estado central”.

A inauguração da série de palestras, contudo, aconteceu na rádio Bandeirantes, no dia 19 de abril de 1938, com um discurso de José Torres de Oliveira, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (Figura 45). Neste discurso, este historiador paulista trata a Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia como um “belo ato de justiça e de reparação histórica” (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 29), uma vez que “esse preito de justiça e de gratidão e de amor cívico não lhes foi prestado devidamente” (Ibdem) e chama atenção para os “gloriosos feitos dos incomparáveis bandeirantes de Piratininga” (Ibdem). Para ele, “ainda há, nos recessos do nosso ‘hinterland’, muita criatura humana a cristianizar, muita riqueza a descobrir (...), quer na fauna, quer na flora” (Ibdem); e essa missão de cristianizar, explorar riquezas, sejam elas culturais ou econômicas, seria dessa “raça de gigantes” (Ibdem), os bandeirantes, conforme dito pelo viajante francês Saint-Hilaire e reforçado por Torres de Oliveira: “raça verdadeiramente extraordinária, de que a história não paradigma” (Ibdem).

Figura 45 - Recorte de jornal "Ação", informa sobre a inauguração da série de palestras na rádio Bandeirantes e traz um trecho do discurso do Sr. José Torres de Oliveira. São Paulo, 20 abr 1938. Fonte: Coleção BAND - Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 24



Nos trechos destacados do discurso do historiador paulista, presidente do IHGSP, que inaugura a série de palestras em apoio à construção de um monumento a bandeirantes em Goiânia, depreende-se que, para ele, a homenagem que busca fazer os estudantes de direito paulistas a essa “raça de gigantes” seria um “belo ato de justiça e de reparação histórica”. Isso porque, para ele, os bandeirantes paulistas não teriam recebido ainda os devidos gestos de gratidão e amor cívico da sociedade brasileira (espécie de fusão entre as sociedades paulista e goiana).

Às muitas criaturas humanas “a cristianizar”, ou seja, as sociedades indígenas, visíveis para ele apenas no nível em que poderiam ser incorporadas ao progresso nacional, não era necessário prestar homenagens, construir memoriais, nem sequer nomeá-las em seu extermínio. Nomeia-se “bandeirantes” essa “raça (...) de que a história não paradigma”, responsável de fato por esse extermínio, como uma categoria de homens “extraordinários”, tendo como foco em seu discurso tanto os homens coloniais quanto e, principalmente, os “novo bandeirantes”, esses sertanistas do começo do séc. XX, que partiam em expedições rumo ao Brasil central, com projetos políticos onde a captura indígena transfigura-se em incorporação, via tutela, desses povos originários pelo Estado brasileiro.

Ulysses Paranhos (Figura 46), da Academia Paulista de Letras, profere, também em 19 de abril de 1938, na rádio Bandeirantes, uma palestra intitulada “O bandeirismo e Fernão Dias” (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Itens 21 e 26). A reportagem com seu discurso fala sobre outros intelectuais e escritores, como Mário de Andrade, Guilherme de Almeida, Pedro Calmon, Corrêa Junior, que farão alocações nas estações de rádio de São Paulo. Porém, não há registros de discursos do primeiro modernista, Mário de Andrade. Em seu discurso, o orador procura destacar “os feitos heroicos, bravos e civilizadores dos bandeirantes paulistas”, colocando-os como os “homens que construíram o Brasil”, argumentando no sentido de uma certa “função civilizadora das bandeiras”.

Figura 46 - Recorte de jornal "Folha da Manhã", relata o discurso pronunciado pelo Sr. Ulysses Paranhos em prol da construção do Monumento aos Bandeirantes exaltando o bandeirismo e Fernão Dias. São Paulo, 19 abr 1938. Fonte: Coleção BAND - Série CPMB – Subsérie 4 - Dossiê 1 - Item 21



Afirma Ulysses Paranhos que essas bandeiras, num primeiro momento vistas como “simples aventuras para caça ao índio e para a descoberta das minas”, encontraram na selva

uma finalidade maior, que seria justamente o argumento reiteradamente afirmado da dilatação territorial do Brasil, acrescentando a isso uma espécie de “ação civilizadora” dos bandeirantes, no sentido da construção de cidades, cultivo de terras, atribuindo a eles a feitura da “nação – vasta e gloriosa”:

Por muito tempo consideravam-se essas caravanas, *simples aventuras para caça ao índio e para a descoberta das minas*; depois, (...) da selva uma *finalidade maior - a da expansão geográfica do Brasil*; e só, agora, começou-se a estudar as bandeiras como *elementos civilizadores, cultivando terras, criando rebanhos, fundando cidades*. Fazendo, enfim, *a Nação - vasta e gloriosa* (...).

(...)

A essa gente nova que mostra descender dos homens que construíram o Brasil, um beijo fraterno de solidariedade e gratidão (...) (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Itens 21 e 26).

No mesmo sentido, Côrrea Junior, poeta e jornalista, em seu discurso pronunciado em 24 de abril de 1938, faz referência aos bandeirantes como “civilizadores de antanho” e “deuses de gibão de couro e pulso de ferro, que levaram às matas virgens e misteriosas as primeiras carícias e os primeiros segredos da paixão desbravadora da raça” (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 30). Raça esta que seria para ele uma “raça eleita, ciosa de criar e construir, de civilizar e dilatar” (Ibdem), como podemos ver:

A alma paulista está sendo mais uma vez chamada a contemplar-se na transparência cristalina do seu glorioso passado histórico. A voz da mocidade, galharda e sonhadora, unvida de bravura e de civismo, corre agora a transportá-la do palco da vida contemporânea, das agitações absorventes da atualidade, do dinamismo empolgante da hora que passa para o cenário maravilhoso da distância, por onde desfilam, nos corcéis da imortalidade, aqueles vultos soberbos predestinados a fecundar e dilatar a grandeza da terra abençoada.

Reaviva-se, na tela trepidante dos nossos dias, a imagem épica e remota do bandeirismo audaz e infatigável que depois de ter culminado no sonho verdade de Fernão Dias, quis ainda avançar sangue adentro do coração paulista, a fim de mover para novas conquistas e novas mesmas deslumbrantes, o espírito curioso e intemorato de gente nova de Piratininga.

Há uma palpitação de milagres, uma sinfonia de passos e de almas, um cântico de energia e de fê, por toda a vasta extensão geográfica quente, ainda, do hábito criador desses *deuses de gibão de couro e pulso de ferro, que levaram às matas virgens e misteriosas as primeiras carícias e os primeiros segredos da paixão desbravadora da raça*. A semente prodigiosa não caíra inutilmente naquele desvão de mata que presenciou a agonia delirante do ‘Caçador de Esmeraldas’.

Era bela demais, para morrer na aridez, na solidão daquele crepúsculo. Os ventos que sopram sobre os destinos humanos, as auras caprichosas que conduziram nas suas asas o pólen da vida, trouxeram até nós a essência daquela centelha fecunda, para com ela renovar, através dos séculos, a *aventura magnífica dos civilizadores de antanho*. *Eis porque, nos alicerces ainda frescos da metrópole goiana, entre as promessas risonhas que desabotoam no coração da terra brasileira, pensa a mocidade patricia construir um grande monumento em memória dos bandeirantes paulistas, perpetuando-lhes, no bronze, imperecível, a bravura sem par e a fê sem desfalecimentos*. Torna-se mister compreender, em toda a sua extensão e profundidade, *a significação deste gesto da nossa juventude estudiosa, tão gratamente acolhido pelo governo e pelo povo de Goiás*, e que necessita agora, não só dos justos aplausos, senão também da eficiente e imediata contribuição da boa gente de São Paulo. Porque *esse Monumento aos*

Bandeirantes não se destina a encerrar apenas uma das mais belas páginas das gloriosas tradições paulistas.

Ele será como um pedaço do coração sempre moço e visionário de São Paulo a reflorir continuamente de encontro ao coração fraterno da terra goiana. São tantas as glórias que São Paulo tem conquistado com o pensamento no Brasil, que, decerto, o Brasil inteiro se ufanaria (como se vai ufanar Goiás com o Monumento aos Bandeirantes), em ostentar, nas praças públicas de suas capitais, a memória de muitos desses feitos.

Que cidade brasileira não se orgulharia de guardar em bronze um pedaço de glória paulista? Como seria agradável ao sentimento de brasilidade de cada terra irmã de São Paulo ostentar um pouco dessas glórias de São Paulo, que não pertencem somente aos paulistas, porque são obras do Brasil e para um Brasil maioria. Quem, do Amazonas ao Prata, se recusaria a contemplar com admiração, orgulho e respeito, a imagem monumental de um Borba Gato, de um José Bonifácio, de um Pereira Barreto, de um João Mendes, de um Carlos Gomes, de um Martins Fontes, figuras que dignificaram o país com a sua coragem, a sua cultura, o seu extraordinário valor a serviço da nacionalidade? E como São Paulo poderia sentir mais de perto o coração de toda a terra brasileira, e como toda terra brasileira sentiria mais profundamente o grande amor brasileiro de São Paulo, se se multiplicasse por todo o nosso território esse gesto que está agora reservado a Goiás de glorificar, num monumento paulista, um feito de tão alta expressão nacional.

O empreendimento da mocidade acadêmica, a que neste momento trago minha fraternal e vibrante solidariedade, dá margem a meditar-se, pois, numa aproximação mais íntima, desprevenida de qualquer sombra de restrição regional, entre brasileiros de São Paulo e brasileiros que fora daqui nasceram. Que se perpetue por aqui também os grandes feitos da gente do Norte, do Sul e do centro do Brasil, formando-se, com os de São Paulo, um compêndio magnífico, acessível a todas as almas e capaz de criar e estimular, sob as bênçãos do Cruzeiro do Sul, a mais estreita amizade e a mais sólida confiança mútua nos povos desta nossa querida e incomparável terra brasileira.

O bandeirismo paulista que se dilatou através das águas do Tietê e do São Francisco, deixando pelos campos inóspitos a sementeira florida e a promessa de radiosas messes de prosperidade e de alegria, não foi uma aventura que se nutriu de ambição material ou de áspero capricho. Ele obedeceu a uma predestinação histórica. Foi o desejo, a vontade firme e forte de uma raça eleita, ciosa de criar e construir, de civilizar e dilatar, de servir, desde cedo, a uma terra, a sua terra, que tinha sede de espaço e sede de glória.

O monumento que se vai erguer em Goiânia em glória a esse bandeirantismo, deve contar, paulista de hoje, com o vosso apoio, com os vossos aplausos, e com a vossa decidida e eficaz contribuição.

Conta convosco a mocidade que sonha e quer tornar realidade esse empreendimento tão profundamente paulista, tão altamente brasileiro.

Ninguém ousaria supor, ninguém se aventuraria a imaginar, que vós mostrásseis indiferentes ao apelo da vossa mocidade. Sim, paulista, vós sabereis continuar o que sempre fostes: justos e bons. Nós vos confiamos ardentes de fé, a vitória de nossa causa (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê – Item 30, grifos nossos).

O poeta inicia seu discurso evocando um suposto “glorioso passado histórico” paulista que deveria ser contemplado. “Reaviva-se”, continua, “na tela trepidante dos nossos dias, a imagem épica e remota do bandeirismo audaz e infatigável”, que constrói os bandeirantes como “aqueles vultos soberbos e predestinados a fecundar e dilatar a grandeza da terra abençoada”, homens que se moviam para “novas conquistas”, geradores do “espírito curioso e intemorato de gente nova de Piratininga”.

Para o poeta paulista, a ideia de “construir um grande monumento em memória dos bandeirantes paulistas”, no “coração da terra brasileira”, nos “alicerces ainda frescos da

metrópole goiana”, surge da mocidade patricia, ou como o escrito coloca da “juventude estudiosa”, para perpetuar no bronze “a bravura sem par e a fé sem desfalecimentos” desses homens.

Ao mencionar a “significação desse gesto (...) tão gratamente acolhido pelo governo e pelo povo de Goiás”, Correia Junior reforça o apoio do governo goiano ao empreendimento e conta com os aplausos, mas também a “eficiente e imediata contribuição da boa gente de São Paulo”, solicitando auxílio financeiro e defesa ideológica do Monumento. E continua afirmando que o “Monumento aos Bandeirantes não se destina a encerrar apenas uma das mais belas páginas das gloriosas tradições paulistas. Ele será como um pedaço do coração (...) de São Paulo a reflorir continuamente de encontro ao coração fraterno da terra goiana”. Nesse sentido, para o poeta, não haveria cidade brasileira que não se orgulharia de guardar no bronze “um pedaço da glória paulista”. Para ele, “o Brasil inteiro se ufanaria (como vai se ufanar Goiás com o Monumento aos Bandeirantes), em ostentar, nas praças públicas de suas capitais, a memória" das "glórias que São Paulo tem conquistado” através dessas “figuras que dignificaram o país com a sua coragem, a sua cultural, o seu extraordinário valor a serviço da nacionalidade”.

Conclui o poeta que o bandeirismo “obedeceu a uma predestinação histórica”, não sendo “uma aventura que se nutriu de ambição material ou de áspero capricho”, tendo sido obra do “desejo, (d)a vontade firme e forte de uma raça eleita”. O Monumento aos Bandeirantes de Goiânia aparece então como uma homenagem “em glória a esse bandeirantismo”, sendo a construção desse monumento um “empreendimento tão profundamente paulista” quanto “tão altamente brasileiro”.

Guilherme de Almeida, poeta modernista, que também era jornalista e presidente da Associação Paulista de Imprensa, no mesmo dia que Corrêa Junior, profere na rádio Bandeirantes, uma alocução em prol da Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, demonstrando seu apoio aos estudantes de direito do Largo de São Francisco e aos demais intelectuais, artistas, políticos, empresários, acadêmicos, que sustentavam a ideia que se ancorava na sociedade paulista e goiana (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê – Item 28 e 32).

O discurso de Dalmo Belfort de Mattos, acadêmico, presidente da Academia de Letras da Faculdade de Direito de São Paulo, além de jornalista paulista, professado em 25 de abril de 1938 sobre “O primeiro *Anhanguera*”, na rádio Bandeirantes, será o próximo que analisaremos:

Junho de 1682. Os sinos do Colégio replicam, num bimbalar festivo, alvissareiro. Respondem, uníssonos, os bronzes da Sé, da Misericórdia, de São Bento, da Boa Morte e da Igreja de São Pedro Rojões espocam pelo ar. A buzina soa três vezes, para além do Pátio da Cadeia. Há lenços acenando, agitados, por braços convulsos, das que

vão ficar... Mas o capelão beneditino traça uma benção vagarosa, sobre os sertanistas, englobando, num mesmo gesto, pretos, brancos e vermelhos. João Paes saca da funda a bandeira das quinas.

E Bartolomeu Bueno parte à procura da Serra dos Martírios, que deve ficar, muito além dos campos de Mogi, além dos Botujuru de Aracara. Para lá das Gerais...

(...)

Assim partiu o primeiro Anhanguera. Ia verificar, nos confins do mundo conhecido, a veracidade daquela tradição que infundia pavor e cobiça na alma pávida dos alienígenas...

Ele ia procurar, para além dos relvados do Capim Mimoso, a serrania onde se viam esculpidos os instrumentos que supliciaram o Messias. E onde rolavam areias fulgentes como os dobrões joaninos, - como as fibras tornesas, que vinham de França...

Ele ia buscar mais ouro e mais glória. Ouro que enchesse as arcas dos tesouros do Reino. E glória para São Paulo. Para que o nome paulista rolasse, com um estrondar, de morteiros de guerra, no recesso das florestas. Abafando a audácia mentirosa, dos que alardeavam as vitórias emboabas...

Ele ia romper o sertão. Batalhar contra os bugres. Levar a cultura paulista para as terras misteriosas d'além Paranaíba. Deixando empós de si os ranchos das paradas, e a fama das gentes de Piratininga...

(...)

E ele seguiu. Cortou o “mato grosso de Jundiá”. Virou as campinas de Atibaia. Deixou à direita os cocurutos da Serra Negra e os tributários do Mogi Guaçu. Palmilhou o massapé das colinas que se erguiam, roxos, num roxo de saudade. Atravessou o rio Grande, e os campos da Farinha Podre. Vagueou, depois, longamente, pelos Araxá. À procura dos Martírios.

Como se não bastassem os martírios da fome, o frio cortante das invernias, a sede nos altiplanos ressequidos... E a nossa nostalgia. E os sonhos, onde via São Paulo, com seu casario esparso pela rua direita de São Bento, suas torres, erguidas como a dizer adeus aos que partiam...

(...)

Sete anos vagueou pelo sertão-de-fora. Venceu os Araé. Esmagou motins. E prosseguiu, levando bandeira rasgada pelos espinhos. A bandeira, que sua esposa – d. Maria Rodrigues do Prado – lhe dera ao partir. E que era um pedaço de São Paulo. A flutuar sob os céus...

(...)

Chegou, enfim, à “bocaina da Serra Dourada”, na região dos Goyazes. A indiada parecia irmã dos Guaianazes, que o seguiam. Falava dialeto Tupy, e não a “língua travada”, dos Xavantes e dos Caiapós... As mulheres traziam ouro pregado aos cabelos. Mas não queriam dizer o segredo das jazidas...

Foi, então, que se deu a cena conhecida. O fogo, queimando o álcool da bateia, ameaçou de incêndio a floresta, e os rios, e os ares. A bugrada uivou de pavor. E o reflexo do fogo como que dava ao bandeirante um halo de luz avermelhada...

(...)

E, desta forma, Bartholomeu Bueno da Silva conseguiu o seu fim. O ouro e a glória. Mas, ele não imaginava que o rápido fulgor do incêndio, que ateara, era bem um símbolo do seu destino. E que seus descendentes iriam passar misérias sobre a terra que ele conquistara para o Rei e para Deus...

(...)

Mas era o destino dos bandeirantes. Destino bem paulista. Alguns anos depois, o seu filho, o Segundo Anhanguera – arrastava uma velhice paupérrima pelos vilarejos do sertão. D. Luís de Mascarenhas – capital-general de São Paulo e Minas Novas de Goyazes emprestou-lhe uma arroba de ouro. Mas essa generosidade sublevou protestos no Conselho Ultramarino. Choveram doesto. E o marquês de Pombal obrigou o bandeirante a repor a importância recebida.

E ele – o Segundo Anhanguera – que lutara dez anos, para redescobrir as minas de seu pai. Ele, que fundara Villa Boa, e Ribeirão Vermelho, e Meia Ponte. Ele, que fora capitão regente das terras de Goiás. Ele que dera, outrora, 8000 oitavas coruscantes ao governador paulista, e enchera de ouro as “casas dos quintos” e o erário del Rey –

faleceu na miséria, no povoado de Barra. Tendo, por única renda, os vagos direitos de passagem dos rios – numa região deserta e desabitada.

(...)

Paulistas que me ouvis! Urge reparar esta injustiça. É preciso cultivar a memória dos que tombaram, erguendo mais alto o nome de São Paulo. É preciso lembrar, às gerações futuras, o que foi a nossa gente no passado. Para que aprendam a imita-la, quando for preciso.

Bem haja, pois, a comissão encarregada de erguer, em Goiânia, um monumento àqueles que levaram, bem longe, o renome de Piratininga. E que o vosso óbolo sirva para perpetuar em bronze, a figura dos Heróis da Epopeia das Bandeiras.

São Paulo o quer. E, quando São Paulo exige alguma coisa, só há um gesto – obedecer! (Correio Paulistano, Ano 1938\Edição 25193 (1), 28 de abr. 1938).

Em seu discurso, como podemos ver, Dalmo B. de Mattos, evoca o séc. XVII, época do primeiro *Anhanguera*, Bartolomeu Bueno da Silva, que partia “à procura da Serra dos Martírios”, indo atrás do mito do eldorado, “para lá das gerais”. Bartolomeu, para o acadêmico, foi “verificar, nos confins do mundo conhecido”; foi “procurar”, “buscar mais ouro e mais glória”. Ouro para encher de riquezas os “tesouros do Reino” e “glória para São Paulo”. Curioso notar como o acadêmico da Faculdade de Direito menciona os conflitos dos bandeirantes contra os chamados “emboabas”: os primeiros são os vitoriosos verdadeiros e os últimos perdedores.

Anhanguera, para esse acadêmico, seguiu para “romper o sertão”, “batalhar contra os bugres” e “levar a cultura paulista para as terras misteriosas d’além Paranaíba”. As intenções, razões, motivos, que impulsionaram as ações desses homens coloniais, desses bandeirantes, não são ocultadas. Bugres eram como os grupos vinculados às esferas dominantes da estrutura colonial se referiam aos indígenas. O sertão é representado por esse intelectual paulista como terra misteriosa, que necessita, espera, anseia, a chegada da “cultura paulista”.

No discurso do acadêmico, podemos ver ainda como as comunidades indígenas somente são demarcadas no sentido de fixar uma parte do território ou de serem exterminadas: “vagueou (...) pelos Araxá”; “venceu os Araé”; “chegou, enfim, à ‘bocaina da Serra Dourada’, na região dos Goyazes”. Em seguida, há o reforço do mito do fogo queimando álcool na bateia de Bartolomeu que, após encontrar mulheres indígenas que traziam consigo ouro pelo corpo e que se recusaram a entregar as jazidas, teria ameaçado por fogo na floresta, nos rios e ares. Chega a caracterizar a cena: “a bugrada uivou de pavor”, animalizando ainda mais os indígenas encontrados pelo invasor.

Lamenta, por fim, a “velhice paupérrima” em que se arrastava o Segundo *Anhanguera*, aquele responsável pela fundação de Villa Boa, a antiga capital de Goiás, que teria morrido “na miséria (...). Tendo, por única renda, os vagos direitos de passagem dos rios - numa região deserta e desabitada”. Essa é a maior injustiça cometida contra esses homens “que tombaram,

erguendo mais alto o nome de São Paulo”, sendo preciso, para o orador, lembrar “a nossa gente no passado” para as gerações futuras.

Figura 47 - Recorte de jornal "Diário da Noite" informa a adesão das cidades Rio Verde e Pirenópolis à campanha pró monumento e o ciclo de conferência que acontece na rádio Bandeirantes. São Paulo, 27 abr 1938.

Fonte: Coleção BAND - Série CPMB - Subsérie 1 – Dossiê 1 – Item 5



Sobre o apoio concedido à Campanha ao longo das conferências, vemos diversas prefeituras goianas e paulistas (Figura 47), além dos governos estaduais de Goiás e São Paulo e da capital federal alocarem suas contribuições ideológicas e financeiras. Com relação ao apoio oriundo da capital federal à época, o Rio de Janeiro, podemos destacar, além do grande evento da campanha que foi a conferência de Agrippino Grieco, que será analisado em breve, a palestra de Pedro Calmon, membro da Academia Brasileira de Letras e catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, além de membro do Instituto Histórico Brasileiro, que teve como tema “O bandeirante e a unidade nacional”, serve de análise (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 183).

Figura 48 - Correio Paulistano, 25 de setembro de 1938 - Fonte: Hemeroteca digital, Ano 1938\Edição 25322 (1)



Grupo feito, ontem, na Faculdade de Direito, antes da palestra do dr. Pedro Calmon, vendo-se, em primeiro plano, além do conferencista, os profs. Lucio Martins Rodrigues e Spencer Vampré, cel. Mario Xavier, dr. Torres de Oliveira, d. Alayde Borba e outras pessoas gradas

Estiveram presentes nesta solenidade, a conferência de Pedro Calmon, que ocorreu na Faculdade de Direito de S. Paulo, o prof. Lucio M. Rodrigues, reitor da Universidade de São Paulo; Francisco Pati, diretor do Departamento Municipal de Cultura; coronel Mário Xavier,

comandante da Força Pública; tenente Mauro Mariano, representante do interventor federal de S. Paulo; J. Torres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; Alcântara Machado, presidente da Academia Paulista de Letras; Guilherme de Almeida e Francisco Morato. A sessão foi presidida pelo prof. Spencer Vampré, diretor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

Com Calmon (Figura 49), novamente, a questão da mestiçagem como símbolo da nacionalidade brasileira é retomada ao citar João Ramalho, aventureiro e explorador português, que teria dado início ao “Brasil caboclo”, “mestiço do índio” (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 183). Segundo o argumento do orador, no litoral havia o predomínio do tipo europeu e no sertão a raça/etnia “era tipicamente nova, essencialmente cabocla” (Ibdem). Para o autor, os paulistas das primeiras décadas do séc. XX são como “novos bandeirantes”, dissipando a civilização do café sertão adentro, pois, para ele, o paulista dos anos 1930 guardava consigo os mesmos traços do bandeirante colonial: “orgulho racial, profundo amor à pátria (...) e a mística da liberdade” (Ibdem).

O historiador paulista Paulo César Marins (2003, p. 13) escreve sobre isso ao dizer que historiadores como Afonso Taunay e outros do mesmo período foram tentando semear pouco a pouco a “transformação dos paulistas sertanejos, de passado rústico e empobrecido, nos míticos, heroicos e intrépidos bandeirantes de que se orgulhariam inicialmente apenas seus descendentes cafeicultores”.

Figura 49 - Recorte de jornal [?] sobre a conferência de Pedro Calmon na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo com o tema "O bandeirante e a unidade nacional". [?], [1938]. Fonte: Coleção BAND - Série CPMB - Subsérie 4 - Dossiê 1 - Item 185



A conferência ocorreu, dentro das programações da Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, na Faculdade de Direito de S. Paulo, contando com a presença de autoridades civis e militares, além de professores, intelectuais e representantes do interventor federal e dos secretários de Estado, como mencionado anteriormente. Ainda, Ulysses da Silveira Guimarães, orador da Campanha, saudou o conferencista em nome da Comissão pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia.

Em sua palestra, Pedro Calmon afirma haver dois tipos de povoadores da era colonial de S. Paulo: o bacharel de Cananeia e João Ramalho. O primeiro teria atuado no meio paulista, aliando-se aos castelhanos, inimigos da colonização portuguesa, e recebendo mal Martim Afonso de Sousa quando este apartou em São Vicente. João Ramalho, por sua vez, teria aprofundado a conquista portuguesa em território brasileiro, teria possibilitado o nascimento do Brasil caboclo. Caboclo que seria um “tipo humano que iria criar esse Brasil, era um produto da terra, mestiço do índio que a habitava” (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 183).

Para o conferencista, havia um confronto entre a civilização que nasceu no planalto com João Ramalho e a que restava no litoral. As civilizações do planalto guardariam o que há de genuinamente brasileiro, unicamente caboclo, ao passo que no litoral estaria uma civilização mais europeia. O orador termina evocando o “espírito das bandeiras”, ao dizer que “o espírito que alimentou essa arrancada heroica não desapareceu. Revive no paulista que criou a

civilização do café, no fazendeiro que empurra cada vez mais para dentro a mata verde, substituindo-a pelo café” (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 183).

Figura 50 - Recorte de jornal "O Diário", relata a adesão da prefeitura de Santos e do Instituto Histórico e Geográfico de Santos à campanha pró Monumento aos Bandeirantes. Santos, 04 maio 1938. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 1 – Dossiê 1 – Item 8



Enzo da Silveira, diretor do Instituto de Pesquisas Genealógicas de São Paulo, representando os Institutos Históricos de S. Paulo e de Santos, que concederam seu pleno apoio à construção do monumento, profere uma palestra pela Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, na rádio Bandeirantes, em 27 de abril de 1938, intitulada “O bandeirismo paulista no planalto goiano”, que podemos conferir na íntegra:

Meus senhores!

Não podiam os estudantes da nossa gloriosa Faculdade de Direito, que sempre estiveram à frente de empreendimentos patrióticos de finalidades tão nobres (...), terem melhor lembrança do que a construção do Monumento aos Bandeirantes patrióticos, que no planalto goiano realizaram feitos memoráveis e que tanta influência vieram exercer nos destinos da nossa história pátria.

Ainda em tempo de hoje, o paulista sentindo em seu sangue a influência de seus ancestrais, como nos tempos do bandeirismo de outrora, na ânsia de conquista e para levar a civilização às terras ainda bárbaras do nosso ‘hinterland’, realiza feitos onde a tenacidade e coragem se alinham em primeiro plano, para provar até onde poderá atingir a capacidade de ação de um ser humano.

Um destes bandeirantes modernos, aquele que tinha a alma embalada pelo ideal de verdadeiro conquistador e que encarnou a personalidade do bandeirante audaz e intrépido, que não recuava, não retrocedia e não trepidava ante o imprevisto era Hermano Ribeiro da Silva, que nesse mesmo sertão do Araguaia, onde tantas léguas palmilhou, embalado pelo sonho de sertanista audaz, haveria de roubar-lhe a existência!

Mas, estava assim escrito fortemente no livro do destino. O sertanista jaz para sempre em Leopoldina, à beira do Araguaia, esse mesmo Araguaia que ele nos contou que ‘nestes tempos maravilhosos de estio, desdobra-se em cenários de beleza imagináveis. A limpidez do azul, puríssimo, do firmamento, casa-se com a cor das mansas águas, distendidas entre orlas de infinitas e alvas praias de areia. Extasiam-se as nossas vistas na serena majestade dos panoramas hieráticos”.

Que os feitos de nossos ancestrais se juntem, também, às conquistas deste bandeirante que, com as suas entradas memoráveis, era o exemplo vivo do arrojo e da coragem de um povo, do qual disse Saint-Hilaire ser uma raça de gigantes!

As páginas da história do Brasil estão assinaladas de feitos tão insignes e gloriosos que, por eles, bem se pode calcular a envergadura de seus realizadores, “os chapéus de couro”, “os gigantes de botas”, “os de Piratininga” que levaram, para longe, na ponta de suas espadas e na mira dos seus bacamartes, as fronteiras de nossa pátria, lhe traçando a sua fisionomia geográfica, e à custa dos mais incríveis sacrifícios nos

legaram um passado, onde somente as “cavalarias sertanistas” constituíram o supremo orgulho e toda a infinita glória de um povo.

Bem se pode calcular como ponderou Pedro Calmon a influência que o bandeirismo veio escrever nos destinos de nossa nacionalidade, com o movimento de expansão iniciado “de São Paulo, que abrangeu o sul do país, e o Oeste; o da Bahia, que se encontrou, de um lado, com a irradiação paulista, de outro, com as tentativas, simultâneas, de povoamento do Norte; e do Pará, entre o Maranhão e o Amazonas”. A obra do bandeirismo paulista teve tal significação que se pode afirmar, com absoluta certeza, que “se não fora esta atitude e a pertinácia do rechaçamento dos espanhóis para oeste, seria, hoje, a fronteira meridional do Brasil e a linha divisória dos Estados de São Paulo e do Paraná. Ao sul do Paranapanema, teríamos o Paraguai, a Argentina ou o Uruguai, mas, certo, é que os nossos três Estados Meridionais não seriam brasileiros”.

Observando-se o roteiro de diversas bandeiras, tira-se claramente a conclusão, do supremo tato dos seus dirigentes, que tudo faziam para serem aproveitadas as vantagens que ofereciam as conformações e acidentes topográficos das zonas a serem percorridas.

E, dentre estas trilhas, palmilhadas pelos nossos arrojados ascendentes, vamos encontrar a mais primitiva que era a Peabiru, “uma picada pré-cabraliana de duzentas léguas que, com duas varas de largura, ia do litoral até Assumpção do Paraguai. Governando do alto da sua acrópole a estrada nacional dos índios, São Paulo tinha nas mãos a chave dos sertões, e uma barreira intransponível contra o avanço atlântico de Castela.

É desse fato que decorre toda a expansão territorial trans-tordesilhana. O Peabiru foi a primeira estrada das bandeiras e explica a missão catequista em 1553 que Anchieta, queixando-se da sua destruição, localiza a 9 milhas daqui, justamente a distância de Itu, a antiga Maniçoba. Anchieta conhecia a importância topográfica do Peabiru, quando escrevia: “É aqui a porta de inúmeras gerações do gentio”.

Perdeu-se, no entanto, a tradição desse caminho, cujo tronco e cuja forquilha são, hoje em dia, a linha da Inglesa e as rodovias de Itu e Sorocaba”.

O Tietê, por exemplo, era como uma estrada líquida para o sertão, principalmente pelo fato de atravessar todo o Estado, encontrando-se com o Paraná, que favorecia o caminho para o sul do país por via fluvial.

Afonso d’E. Taunay, na sua monumental “História Geral das Bandeiras Paulistas”, diz com clareza: “À medida que o século XVII avança, multiplicam-se as jornadas pelas águas do Anhembi”.

Por elas, provavelmente, navegaram Antônio Raposo Tavares, no seu périplo sul-americano, Luís Pedroso de Barros, a grande expedição de Francisco Pedroso Xavier, em demanda das terras paraguaias em 1767 e as bandeiras que a ela se seguem como a série de entradas de Medes Paes, de que resultou a fundação do campo entrincheirado de Pascoal Moreira Cabral, dos Taveiros, dos Ferrazes, de Francisco Dias Mainardi, dos Lemes, de Gaspar, de Gogoy Collaço e Amaro Fernandez, dos Campos Bicudo etc.”.

Na zona do Paraíba, junto ao Embaú, como fez Garcia Rodrigues Paes, foi ali o ponto da partida, nos sopés da Mantiqueira, para ser varado as Cataguazes, as tão formosas Gerais, por onde Domingos Jorge Velho e Mathias Cardoso alcançaram o São Francisco e o Paraíba, se afundam nos sertões da Bahia, dando margem a que surgisse a obra da colonização do famoso vale do São Francisco, com os primeiros arraiais.

Ainda pelo Tietê e o Paraná usavam seguir as bandeiras paulistas para alcançar Mato Grosso, tomavam o rio Pardo, em seguida o Coxim, o Taquari, o São Lourenço e o Cuiabá. Pelo Tapajós e o Madeira, alcançavam o caudaloso Amazonas, sendo que um de seus afluentes, o Xingu, “só foi objeto de exploração do século XIX”. Em 1682, saía de terras piratininganas aquele *Anhanguera* tão famoso que deixaria o seu nome para sempre ligado ao passado histórico da fundação do Estado de Goiás.

E quem era este Anhanguera, este Diabo Velho, que “nos sertões do gentio Goya”, ameaçava com fogo as florestas opulentas e seculares e os rios caudalosos e encachoeirados?

Era descendente de bandeirantes de alta linhagem. Seu pai foi o Francisco Bueno que, em 1637, numa estrada, se internara no Rio Grande do Sul. Um irmão deste bandeirante, seguia, mais tarde, o mesmo roteiro, sendo que outro, de nome Jerônimo

Bueno, em 1644, “pereceu nos sertões do rio Taquari, às mãos dos índios”, segundo Taques.

Bartolomeu Bueno da Silva era descendente do famoso sevilhano D. Bartolomeu Bueno da Ribeira que, em 1571, portanto 17 anos antes da fundação de São Paulo, se achava no altiplano de Piratininga, com seu venerando pai.

Na sua entrada pelo sertão goiano, levou o *Anhanguera*, em sua companhia, um seu filho de 12 anos, que, mais tarde, ali voltou para fundar as primeiras povoações goianas. Naquele tempo, era assim: muito logo se iniciava aquela gente na escola rude das bandeiras.

Cassiano Ricardo, na sua magistral obra “O Brasil no original”, nos conta que “a educação familiar se fazia, desde cedo, dentro da própria bandeira. As leis do perigo e da natureza intervinham em tudo. Os costumes trazidos da península teriam que se colorir de novo sob a influência decisiva do meio, do clima e, principalmente, dos costumes da terra, isto é, dos modelos de vida criados e impostos pela vida.

Curumins e pequenos mamelucos nasciam juntos, brincando no mesmo brinquedo. Os que iam crescendo já estariam matriculados na escola rígida da coragem para se diplomarem, depois, no mesmo ofício desbravador e agreste. Terríveis predadores do gentio e rompedores do sertão, dentro de um mundo fechado e violento, que não oferecia outros caminhos para o triunfo, faziam-se acompanhar pelos filhos numerosos que, mas crescidos ainda, já eram bandeirantes tão sabidos e resolutos como os pais. Os descendentes seguiriam, durante várias gerações, o rastro dos seus maiores. O Anhanguera-menino, que sururucara pelos atalhos abertos pelo Anhanguera-pai, seria tão famoso quanto o pai e levaria a sua bandeira para o mesmo objetivo, como quem obedecesse, no seu subconsciente, a uma prescrição familiar tão forte que lhe indicou o mesmo rumo e a mesma Serra dos martírios” ...

Naquele ano de 1632, Bartolomeu Bueno da Silva, o ‘Anhanguera’, descobriu Goiás, atingindo em seguida o Araguaia, onde se encontrou com Antônio Pires de Campos que, acabando de descobrir Cuiabá, tinha entrado com uma expedição até aquém do rio das Mortes, da conquista dos índios Araés e no descobrimento de ouro.

Este encontro se acha confirmado num roteiro que é a certidão do descobrimento de Cuiabá e que foi dada por Pires de Campos, filho do descobridor daqueles sertões, ao capitão mor Antônio Rodrigues Villares, e no qual se lê o seguinte período: “Na volta que fizemos, encontramos com o pai do capitão-mor Bartolomeu Bueno, e, ouvindo a meu pai, todo o referido, foi nas mesmas vizinhanças onde tínhamos deixado uma aldeia de gentio da mesma nação Arês, por não podermos conduzir aquelas duas aldeias, e o dito Bartolomeu Bueno aleivosamente as conduziu... e o dito entrou por Goiás e nós por Cuiabá”.

São estes heróis, estes plantadores de cidades, estes construtores de uma pátria que em terras goianas serão imortalizados no bronze e seus feitos perpetuados pelo supremo tribunal da justiça que é a verdade incontestada e inatacável da própria história. Esta realização da mocidade culta e brilhante da nossa tradicional Faculdade de Direito, merece o apoio de todo aquele que sente pulsar, dentro do peito, um coração cheio do mais patriótico civismo.

Numa hora como a que atravessamos no presente momento, em que todos nos unimos com o mais encendido nacionalismo em torno de nossas coisas, cumpramos mais este dever para com os nossos heroicos ancestrais, que tudo fizeram para nos legar, na posteridade, uma história de que tanto nos orgulhamos (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 180).

Em seu discurso, Enzo da Silveira evoca alguns “empreendimentos patrióticos de finalidades tão nobres” (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 180) que sempre tiveram como liderança a “gloriosa Faculdade de Direito” de São Paulo. A construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia não estaria fora dessa lista de empreendimentos. Seria uma lembrança dos bandeirantes “patrícios, que no planalto goiano realizaram feitos memoráveis e que tanta influência vieram exercer nos destinos da nossa

história pátria”. E reforça que, “ainda em tempo de hoje”, no final da década de 30 do séc. XX, o paulista sentiria em seu corpo a presença de seus antepassados bandeirantes e, “na ânsia de conquista e para levar civilização às terras ainda bárbaras do nosso ‘hinterland’”, efetivaria ações em que “a tenacidade e coragem se alinham em primeiro plano”.

Nesse sentido, sobre os “bandeirantes modernos”, Enzo relembra a morte de Hermano Ribeiro da Silva, “aquele que tinha a alma embalada pelo ideal de verdadeiro conquistador e que encarnou a personalidade do bandeirante audaz e intrépido, que não recuava, não retrocedia e não trepidava ante o imprevisto”. Assim, o intelectual junta os feitos dos ancestrais paulistas, os bandeirantes, com as “conquistas deste bandeirante que, com as suas entradas memoráveis, era o exemplo vivo do arrojo e da coragem de um povo”. Reitera ainda o jargão de Saint-Hilaire, dizendo se tratar de uma “raça de gigantes”.

Insiste em relacionar as “páginas da história do Brasil” com realizações dos “chapéus de couro”, dos “gigantes de botas”, dos “de Piratininga”, que, para ele, foram os que “levaram, para longe, na ponta de suas espadas e na mira dos seus bacamartes, as fronteiras de nossa pátria, lhe traçando a sua fisionomia geográfica”, constituindo o “supremo orgulho e toda a infinita glória de um povo”. A influência do bandeirismo “nos destinos de nossa nacionalidade, com o movimento de expansão iniciado de São Paulo”, para Enzo da Silveira, citando Pedro Calmon, teria abrangido tanto o sul, o oeste, quanto o norte e alguns estados do nordeste, como a Bahia e o Maranhão. A verdadeira significação da “obra do bandeirismo paulista” teria sido, então, a extensão territorial do Estado nação brasileiro.

Após nomear uma série de bandeirantes e suas entradas por afluentes e estradas, Enzo da Silveira coloca *Anhanguera* como o bandeirante “tão famoso que deixaria o seu nome para sempre ligado ao passado histórico da fundação do Estado de Goiás”. E, continua respondendo à pergunta que ele mesmo se propõe: “quem era este *Anhanguera*, este Diabo Velho, que ‘nos sertões do gentio Goya’, ameaçava com fogo as florestas opulentas e seculares e os rios caudalosos e encachoeirados?”. Responde que se tratava de um descendente de bandeirantes de “alta linhagem”, que, em sua entrada pelo sertão goiano, levou, “em sua companhia, um seu filho de 12 anos, que, mais tarde, ali voltou para fundar as primeiras povoações goianas”. Desse modo, o segundo Anhanguera é colocado como quem “descobriu Goiás”.

O palestrante cita, assim, Cassiano Ricardo na íntegra, um trecho em que o intelectual modernista paulista afirma que as crianças nas bandeiras eram formadas “na escola rígida da coragem para se diplomarem, depois, no mesmo ofício desbravador e agreste” e que “os descendentes seguiriam, durante várias gerações, o rastro dos seus maiores”. Não nega, porém, que se tratavam os bandeirantes de “terríveis predadores do gentio e rompedores do sertão”,

mas coloca-os “dentro de um mundo fechado e violento, que não oferecia outros caminhos para o triunfo”.

Os bandeirantes são colocados, por esse intelectual palestrante na Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, como “heróis”, “plantadores de cidades”, “construtores de uma pátria”, que “em terras goianas serão imortalizados no bronze”, sendo julgados pelo “supremo tribunal da justiça”, que seria a “própria história”. Finaliza seu discurso solicitando a “todo aquele que sente pulsar, dentro do peito, um coração cheio do mais patriótico civismo”, o apoio à campanha “da mocidade culta e brilhante”, que pretende homenagear os “heroicos ancestrais” paulistas, que legaram “uma história de que tanto nos orgulhamos”.

O orador retoma ainda o pensamento de Cassiano Ricardo, inscrito no livro “Marcha para o Oeste – A influência da ‘Bandeira’ na formação social e política do Brasil”, de 1959, ao tratar da questão racial nas bandeiras, pois, diz que elas eram verdadeiras “democracias raciais” ou “democracias biológicas” (RICARDO, 1959, p. 55), em que “curumins e pequenos mamelucos nasciam juntos, brincando no mesmo brinquedo” (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 180). Nesse sentido, ambos intelectuais, tanto Cassiano Ricardo como Enzo da Silveira, não negam a hierarquia própria das bandeiras, mas, como afirma Cassiano, esta hierarquização não teria se dado em termos da “subjugação violenta de tipos raciais ‘inferiores’ pelo ‘superior’”, e sim em termos de qualidades distintas atribuídas a cada raça/etnia.

No próximo discurso a ser analisado, com título “A influência do bandeirismo na civilização brasílica”, destacamos certos trechos que nos permitem ver como Francisco de Assis Carvalho Franco, autor de “Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo” (1940), em palestra proferida à rádio paulista Bandeirantes, em 1 de maio de 1938, reitera o argumento que vincula os bandeirantes, que Saint-Hilaire chamou de “raça de gigantes” (e ele repete), à dilatação das fronteiras nacionais brasileiras:

A comissão executiva da Campanha pró Monumento aos Bandeirantes, em Goiânia, honrou-me com um convite para dizer ao nosso povo algumas palavras, recomendando-lhe a iniciativa da mocidade acadêmica, visando levantar, no coração da Pátria, *um monumento que perpetue os feitos daqueles que, no tempo, dilataram as fronteiras brasileiras.*

Buscando satisfazer a esse desejo, lembrarei que *a ocupação de Goiás proveio como a de Minas Gerais, de um idealismo bandeirante.*

(...)

Atrás dessa mística quimera entrou por último Bartolomeu Bueno da Silva, o moço, *mais conhecido por Anhanguera, dando em resultado o desvendamento de Goiás, mas sem que jamais se soubesse daqueles morros que afirmavam mais azuis que o céu para o qual se erguiam.*

(...)

E na capital goiana existe um monumento singelo, mas significativo perto da casa que Bartholomeu Bueno da Silva, o moço, ali possuiu. É a denominada Cruz do

Anhanguera, que no alto de um pedestal constituído por um grupo de colunas sobre uma base em escada, foi colocada protegida por um revestimento de vidro. Essa cruz foi chantada por volta de 1722, pelo Anhanguera, na estrada de Porto Velho, fazenda dos Casados – e foi o primeiro marco da civilização erguida em terra goiana. E assim, não é, pois, demais que agora *daqui concitemos a todos brasileiros para que contribuam na transmutação desse marco de Anhanguera num monumento bandeirante coletivo*, digno do duradouro reconhecimento de todos seus derradeiros descendentes e digno principalmente da grandiosidade *daqueles homens que Saint-Hilaire justamente classificou de 'raça de gigantes'* (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 34, grifos nossos).

Como vimos na citação, Francisco de A. C. Franco convoca *Anhanguera* como a figura responsável pelo “desvendamento de Goiás”, atribuindo a um bandeirante paulista a existência de todo um Estado. Ao lembrar, como ele mesmo diz, que “a ocupação de Goiás proveio como a de Minas Gerais de um idealismo bandeirante”, o intelectual paulista abre brechas para perguntas que não serão respondidas aqui, mas que valem a reflexão: por que esse movimento, essa campanha, de construção de um monumento a bandeirantes não foi direcionada à capital ou outra cidade mineira? Será que as cidades mineiras aceitariam o presente?

Ainda, coloca o monumento da Cruz do Anhanguera como “o primeiro marco da civilização erguida em terra goiana”. Ao colocar como o “primeiro marco da civilização”, um monumento representativo da história bandeirante em território goiano, o autor atesta não existir “civilização” em Goiás antes da chegada de Bartolomeu Bueno da Silva, o *Anhanguera*.

Figura 51 - Recorte de jornal "Diário de S. Paulo" sobre a palestra de D. José Gaspar de Affonseca e Silva, na rádio Bandeirantes, no ciclo de palestras da "Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia". São Paulo, 05 maio 1938. Fonte: Coleção BAND - Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 42



Em conferência proferida em 5 de maio de 1938, o bispo auxiliar da Diocese de São Paulo, d. José Gaspar de Affonseca e Silva (Figura 51), sai em defesa da construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia concedendo seu apoio e do clero à iniciativa dos estudantes paulistas. O orador retoma os argumentos utilizados pelos intelectuais que

impulsionaram o Monumento às Bandeiras (SP) que vimos no capítulo anterior. Há um apelo à valorização da cultura brasileira a partir das bandeiras paulistas, afirmando terem os bandeirantes “genialmente adivinhado o Brasil”:

Os estudantes da Faculdade de Direito sob o patrocínio de nomes paulistas altamente expressivos trabalham para erguer, em Goiânia, um Monumento aos Bandeirantes.

Ilustres homens de letras daqui leram formosas páginas de nossa história, encorajando a iniciativa. Trago, hoje, para ela, o modestíssimo concurso de minha palavra, usufruindo a grata satisfação do aceder à delicada insistência dos universitários. Não há brasileiro que deixe de seguir, com simpatia e esperanças o ressurgimento de Goyaz, onde a energia de um homem de Estado fez viver esta maravilha de coragem que é a nova capital goiana. Já escreveu um economista, e com acerto, que, ao Brasil, faltou o equilíbrio de sua vida. Ao longo do litoral e nas primeiras zonas do planalto situaram-se as cidades mais importantes, localizou-se a indústria, restabeleceu-se o comércio e intensificou-se o povoamento. O interior ficou sempre o sertão abandonado. E comove-nos pensar no prodígio de vida própria das nossas cidadezinhas do interior, sem meios de se desenvolver e que, entretanto, resolveram, tranquilamente, seus problemas locais, organizando-se, defendendo-se, progredindo como lhes era possível e, o que é mais admirável, conservando, por um milagre da bondade de Deus, em toda extensão do país, a mesma fisionomia brasileira. Hoje, a rapidez dos meios de transporte modifica o sertão, levando-lhe o comércio e a indústria, repovoando-o. No futuro, arrastará, fatalmente, para ele, o centro político do Brasil. Só assim o país adquirirá seu perfeito equilíbrio como nação. A vida, circulando por todo seu imenso corpo, fará dele uma pátria próspera e feliz! E se nossos olhos o não contemplarem assim, já lhes não foi pequena ventura adormecer na certeza do advento destes dias melhores. Não há dúvida alguma: os Bandeirantes, adivinharam, genialmente, o Brasil. Calogeras, feliz e exato sempre, os alcunhou de “decifradouros do enigma geográfico e econômico do Brasil”. Quando desciam o Tietê em vagarosas monções ou picavam de estradas as matas misteriosas não os fascinava apenas a miragem das pedrarias e do ouro; quando apontavam nas extremas quase do continente e ali, contra os tratados, plantavam os marcos divisórios, não os movia só o desejo de alargar os limites da América portuguesa. Agiam tendo a intuição do Brasil. Procuravam conhecê-lo para povoá-lo, medi-lo: para lhe dar um centro orgânico, equilibrando-o destarte na sua vida econômica e política. Representam, ainda, as Bandeiras um grande movimento de curiosidade da nossa terra e de valorização do nosso país. Em vez de se voltarem para o reino, os Bandeirantes volviam-se para o interior, na ânsia de conhecê-lo, de esquadrihá-lo, de nele buscar o ambiente para os progressos da pátria. Quanta energia não guardou o coração desta gente rude, que se sucedeu pelos sertões afora! Movimentando-se em todas as direções, eles conduziam a orientação de muitos séculos da nossa História. Hoje o percebemos e, quando mais se for o tempo, mais constataremos. É da contingência humana. De longe, vemos melhor as coisas do que de perto; próximas de nós, enxergamos-lhes os detalhes pequeninos e, neles, nos perdemos, afastadas, contemplamo-las na sua grandeza. Na totalidade da perspectiva é que melhor se conhece a verdade das coisas.

As Bandeiras, quanto mais se alongam na História, mais se avultam aos nossos olhos, reaparecendo, na transparência de suas sucessões, como o mais empolgante movimento nacionalista do Brasil. Cada documento que se salva da destruição, cada nova obra que sai das mãos conscienciosas de nossos historiadores, nos revelam aspectos surpreendentes e conseqüências inimagináveis deste feito. E, quanto ainda há, para salvar, colecionar, estudar e conhecer! Enquanto, porém, tarda, para o Brasil, o amparo devido às pesquisas históricas, é justo que os moços guardem no bronze, numa das praças da nova capital goiana, a homenagem de sua geração aos desbravadores dos sertões. Que esta iniciativa desperta outras, douradas de intenso nacionalismo, para valorizar tudo que é nosso e salvar do esquecimento e da destruição tudo que é brasileiro.

Já foi moda entre nós só dar valor ao que chega de fora. Copiou-se tudo. Ideias e figurinos. Julgando-se possuidor de todos os defeitos, o brasileiro imitou dos outros povos o que lhe parecia qualidades boas, esquecendo-se que deficiências e virtudes as

há em todas nações e raças. Valorizemos nossas qualidades que é este o melhor meio de começar a corrigir nossos defeitos. Valorizemos nossa história, nossos homens, nossas instituições, nossas tradições, nossos costumes bons, nossa arte, nossa vida e nossa terra e haveremos de nos convencer que não somos tão pequeninos como se nos afigurava. Na história das bandeiras há uma rica epopeia capaz de faltar de glória e orgulho o povo mais ambicioso do mundo. Recordando-a no bronze possa a mocidade de hoje não deixar morrer a fibra que enrijou o Bandeirante e com a qual defenderão sempre a grandeza e a prosperidade do Brasil. (Coleção BAND - Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 42).

O discurso do bispo inicia lembrando o encorajamento dado por outros oradores que palestraram pela Campanha, “ilustres homens de letras daqui (que) leram formosas páginas de nossa história”. Agradece ao convite dos estudantes, universitários, da Faculdade de Direito. Segue afirmando que “não há brasileiro que deixe de seguir (...) o ressurgimento de Goiás, onde a energia de um homem de Estado fez viver esta maravilha de coragem que é a nova capital goiana”. Este homem de Estado, Pedro Ludovico, é recordado, portanto, pela construção de Goiânia. Em seguida, evoca algum economista não nomeado que, para ele, acertadamente dividiu o Brasil entre o litoral desenvolvido, onde se situaram “as cidades mais importantes”, a “indústria”, o “comércio” e o “povoamento”, e o interior, “sempre o sertão abandonado”.

Para o bispo, é “a rapidez dos meios de transporte” que, no final dos anos 1930, “modifica o sertão, levando-lhe o comércio e a indústria, repovoando-o”. O futuro reservaria ainda “fatalmente”, para o interior do país, “o centro político do Brasil”, fazendo com que o país adquira “seu perfeito equilíbrio como nação”.

Os bandeirantes são colocados, pelo bispo, citando Calogeras, como “decifreadores do enigma geográfico e econômico do Brasil”, pois em suas monções e acampamentos, “não os fascinava apenas a miragem das pedrarias e do ouro”; ao chegarem nos extremos do continente e, contra os tratados firmados entre as coroas portuguesa e espanhola, “plantavam os marcos divisórios, não os movia só o desejo de alargar os limites da América portuguesa”. Para o bispo, os bandeirantes agiam “tendo a intuição do Brasil”, procurando “conhecê-lo para povoá-lo, medi-lo: para lhe dar um centro orgânico”.

As bandeiras, para o bispo José Gaspar d’Affonseca e Silva, que seria o segundo bispo de São Paulo, representam, ainda, “um grande movimento de curiosidade da nossa terra e de valorização do nosso país”. Afirma que, voltados de costas para o reino, viravam-se de frente para o interior do Brasil, “na ânsia de conhecê-lo, de esquadrihá-lo, de nele buscar o ambiente para os progressos da pátria”. Os bandeirantes, essa “gente rude, que se sucedeu pelos sertões afora”, teriam, para o bispo, conduzido “a orientação de muitos séculos da nossa História”.

As bandeiras são colocadas, portanto, “como o mais empolgante movimento nacionalista do Brasil”. Coloca, por fim, a iniciativa de construção de um Monumento aos

Bandeirantes em Goiânia, dessa “homenagem de sua geração aos desbravadores dos sertões”, uma campanha, que deveria despertar outras, “douradas de intenso nacionalismo, para valorizar tudo que é nosso e salvar do esquecimento e da destruição tudo que é brasileiro”. Nesse sentido, convida os ouvintes a valorizarem a “história”, os “homens”, as “instituições”, “tradições”, “costumes bons”, “arte”, “vida” e “terra” brasileira (paulista). Evoca, enfim, o termo “epopeia” para dar conta da “história das bandeiras”, alertando que há ali uma “rica epopeia capaz de farta de glória e orgulho o povo mais ambicioso do mundo”.

Essa perspectiva histórica que via nas bandeiras paulistas o berço da civilização brasileira já estava, como vimos no capítulo anterior, sendo gestada pelos intelectuais paulistas desde o final do século XIX, tendo recebido maior força por figuras como o historiador Afonso Taunay, que se destaca na construção dos monumentos aqui analisados, já no começo do século XX.

Figura 52 – Fala à Radio Bandeirante em prol do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, maio de 1938. / Fonte: Coleção Affonso d’Escragnolle Taunay. Série: Cadernos com recortes de jornais.



Taunay, à época diretor do Museu Paulista e vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, profere em 6 de maio de 1938 uma palestra na rádio Bandeirantes pela Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia (Figura 52). Nesta palestra, o historiador das bandeiras ressalta o “sentido patriótico” e “profundamente nacionalista” da Campanha e demonstra-se preocupado com o futuro da antiga capital, “a velha cidade do *Anhanguera* e de seus heroicos calções de couro” (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 45), uma vez que, para ele, o progresso chega ao Estado de Goiás com a construção da moderna capital Goiânia no começo dos anos 1930. Espera o intelectual que a antiga capital receba “dos poderes públicos o amparo justíssimo que já se concedeu a Ouro Preto”.

Esse mesmo historiador responde aos membros da Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia que se dirigiam a ele para informar que seu nome fora incluído na Comissão de honra da Campanha, agradecendo-os. Além disso, deixa indicações de sertanistas,

mencionando alguns nomes de bandeirantes que “não podem ser olvidados nas placas votivas do projetado monumento”, não podem ser esquecidos na homenagem a ser feita pelo Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da USP à nova capital de Goiás:

Recebi o honroso officio de V. Exa. agradecendo o comunicado que me fez da inclusão do meu nome na Comissão de honra dos trabalhos da sua Campanha. Com prazer indico a V. Exa. alguns nomes de grandes sertanistas que não podem ser olvidados nas placas votivas do projetado monumento. O mais notável de todos é o de Bartholomeu Bueno da Silva, segundo deste apelido e alcunhado, como seu pai já o fora, Anhanguera. Convém lembrar, pois, os nomes de ambos os Anhangueras. Na primeira plana destes sertanistas figuram vários nomes do maior relevo, como sejam: Bartholomeu Paes de Abreu; João Leite da Silva Ortiz; Domingos Rodrigues do Prado; Sebastião Paes de Barros; Paschoal Paes de Araujo; padre Antônio Raposo; Antônio Pires de Campos, etc. Conviria lembrar ainda outros sertanistas não tão notáveis quanto estes, mas assim mesmo de grande relevo, como sejam: Bartholomeu Bueno do Prado; João Godoy Pinto da Silveira; Amaro Leite; Sebastião Marinho, etc. O melhor é que v. exa. se entenda verbalmente comigo, porque me é necessário saber quais as proporções do projetado monumento. Aproveito o ensejo para apresentar-lhe os protestos de meu alto apreço. - (a) Afonso Taunay (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 5 – Dossiê 2 – Item 6 – Recorte de jornal “A gazeta”, em que Afonso de Taunay relata suas impressões acerca da construção do Monumento aos Bandeirantes. São Paulo. 25 abr 1938).

Nessa mesma direção, em 12 de maio de 1938, Manuel Victor, apresentado como doutor pelo jornal “O Estado de S. Paulo”, pronunciou o seguinte discurso pela rádio Bandeirantes:

O Brasil nasceu com Cabral, mas a pátria, essa que brota do coração, da índole, da raça, da família, essa que vive latejando em nossas veias nos ímpetos do nosso amor-próprio, nos impulsos do nosso entusiasmo, essa começou quando um Fernão Dias Paes Leme, escrevendo a epopeia hercúlea das bandeiras, gizou no mapa o contorno da nacionalidade!

E daí por diante ficaram valendo como nossos os limites que os bandeirantes demarcaram e as maravilhas que desse plantio heroico de valores brotaram para a aurora da raça!

Não se pode encerrar numa só obra a história desses feitos como não pode caber dentro da mão a imensidade da terra conquistada. Mas pode caber dentro do peito e deve caber dentro da admiração de cada brasileiro, o culto desses antepassados que sozinhos, sem o recurso da máquina, pelo seu brio e pela sua coragem, consolidaram os alicerces de uma nação, transformando a gleba num potentado e edificando uma realidade sobre o mistério do sertão.

Sertão não houve mais audaz e mais exuberante que o coração do Brasil. Numa época em que ainda ali se condensavam todas as energias da terra, todas as forças da gênese criadora, os pigmeus humanos, vestidos apenas do heroísmo do seu ideal, penetraram, ao preço da saudade ou da própria vida, os arcanos intransponíveis da selva!

Todas as fúrias da natureza lhes foram gigantescas: as árvores, os rios, as cachoeiras, os vales, as montanhas, opondo à sua energia a impressão ciclópica do incomensurável!

Inferno verde onde o verde é soberano, majestade o vegetal, poder oculto a raiz...

Não tiveram esses heróis antepassados o bálsamo do atalho para os seus pés feridos, nem o conforto da roda para as suas arrancadas. Tudo lhes era hostil: o rio, a mata, a enchente, a seca, a sede, a febre...

Mas contra todos esses inimigos implacáveis mantiveram intacto o exemplo do amor pela sua terra, ligando-se ao seu Brasil, pelo coração e pelo corpo.

Morre o bandeirante com o mormaço e a canícula, mas dela não se aparta: extingue-se com o seu sonho, mas dele não se arreda...

Morrem os idealistas, mas não more a ideia. Morrem os mártires, mas ficam imortais os seus exemplos...

Paes Leme, Jorge Velho, Borba Gato, puseram os seus arrojados em holocausto à pátria, mas conseguiram essa pátria para a sua glória!

E a grande lição ficou dentro da raça como uma apoteose! *Hoje não se aclama o nome do Brasil sem que do fundo do seu passado, varonis e dantescos, trazendo em cada farrapo de carne um retalho de audácia, surjam os bandeirantes paulistas, como os titãs das fábulas para reivindicar um direito de aplauso que está no sangue da terra...*

Que pensar, pois, meu *caro ouvinte brasileiro*, quando sabemos ser certo nada haver sido feito para guardar tal epopeia no bronze – único relicário capaz de fazer atravessar os séculos a lembrança dessa glória...

E o resgate desse olvido é o dever da gratidão nacional que move hoje um pugilo de bravos na *tarefa redentora de erguer bem no coração do Brasil um monumento aos heróis da sua formação*, um monumento que seja o eco do seu eco, na perpetuação de um passado que não pode morrer...

E não há melhor cenário para receber essa joia do que Goiânia – a cidade nova, traçada pelo progresso no sertão de Goiás, centro do corpo nacional.

Fazei, meu caro ouvinte brasileiro, do vosso patriotismo um altar de cooperação e de eficiência, não negando logo que se vos peça, o vosso apelo, para cimentar em realidade, através do século que passa, a epopeia desse São Paulo dentro de um cerne de bronze sobre o dorso do Brasil (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 55, grifos nossos).

Este discurso reforça a narrativa colonizadora de que “o Brasil nasceu com Cabral” e apoia-se nos argumentos de que a pátria “começou” quando um bandeirante escreveu a “epopeia hercúlea das bandeiras”, demarcando “no mapa o contorno da nacionalidade”. Novamente, portanto, vemos o argumento da expansão territorial, ou dilatação das fronteiras nacionais, para construir uma imagem positiva dos bandeirantes, vinculando a homenagem e culto a esses “antepassados” a um sentimento de “patriotismo” nos “ouvintes brasileiros”. Antepassados que, para ele, “sozinhos, sem o recurso da máquina (...) consolidaram os alicerces de uma nação, transformando a gleba num potentado e edificando uma realidade sobre o mistério do sertão”; que “vestidos apenas do heroísmo do seu ideal, penetraram (...) os arcanos intransponíveis da selva!”.

Aqui o sertão é gleba, terra indivisa; é selva, é terra de ninguém; é mistério, é risco, é o “inferno verde”. E a ação bandeirante teria sido a única capaz de transformar a gleba “num potentado”, sem o auxílio de “atalho para os seus pés feridos” ou do “conforto da roda para as suas arrancadas”. O “amor pela sua terra” teria sido, contudo, maior que “todos esses inimigos implacáveis”. Para Manuel Victor, não é possível falar em Brasil sem que “do fundo do seu passado (...) surjam os bandeirantes paulistas, como os titãs das fábulas”. Quem reivindica, porém, o direito de aplauso a esses bandeirantes não são eles próprios ou seus descendentes diretos. São esses “novos bandeirantes”, esses homens dessa elite política e intelectual que se estruturava em São Paulo e Goiás, que ressuscitam e reivindicam para essa figura dos bandeirantes uma “glória”, uma homenagem em bronze, capaz de perdurar os séculos, em nome de uma suposta “gratidão” ou dívida da sociedade brasileira para com esses sujeitos.

Goiânia aparece, assim, nos argumentos do intelectual paulista, como o cenário perfeito para receber essa “joia”, esse monumento, essa memória viva das bandeiras paulistas: localizada no “centro do corpo nacional”, “sobre o dorso do Brasil”, cidade planejada nos moldes do urbanismo moderno e “traçada pelo progresso no sertão de Goiás”.

Figura 53 - Recorte de jornal "Folha da Noite", relata as declarações feitas pelo eng. Coimbra Bueno acerca da doação feita pelo interventor Dr. Pedro Ludovico Teixeira, para a "Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia". São Paulo, 13 maio 1938. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 56



A reportagem com declarações ao jornal “Folha da noite” feitas pelo engenheiro Jeronymo Coimbra Bueno, superintendente geral das obras de Goiânia, abre dizendo que “é a melhor possível a repercussão em Goiás da iniciativa dos acadêmicos de Direito de S. Paulo, relativamente à construção, ali, de um monumento em memória dos bandeirantes” (Figura 53). Coimbra Bueno afirma em entrevista que “em todo Goiás reina o mais intenso entusiasmo (...) da magnífica ideia da mocidade paulista” e continua dizendo que “mesmo nos mais longínquos rincões do Estado, a repercussão tem sido extraordinária, sendo grande o número de prefeituras que se dispuseram a emprestar o seu apoio moral e financeiro à iniciativa”.

Além disso, Coimbra Bueno divulga que, “em Goiânia, preparam-se grandes festividades, cuja renda será empregada na construção do Monumento. A sociedade local fará realizar, dentro em breve, um grandioso baile que terá a mesma finalidade”. Informa ainda que na Faculdade de Direito de Goiás será iniciada pelos intelectuais goianos uma série de conferências que terão “um caráter altamente significativo”.

Outra reportagem que anuncia as viagens feitas pela comissão pró-monumento e os patrocínios e contribuições conseguidos de prefeituras paulistas, de Santos e Campinas, em especial, destinados à Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. A reportagem

coloca os bandeirantes como “figuras heroicas que no alvorecer da nacionalidade fizeram as fronteiras brasileiras recuarem de maneira tal que, hoje, esta grande pátria possui a maior extensão territorial da América”. Novamente o argumento da dilatação territorial, da expansão das fronteiras nacionais, que teria sido obra da ação bandeirante, para esses homens. Por fim, o jornalista afirma o apoio da sociedade goiana à construção do monumento, ao dizer que “a comissão executiva tem recebido constantemente telegramas e ofícios do Estado de Goiás, pelos quais pode-se aquilatar o intenso entusiasmo que esta iniciativa logrou despertar no seio da sociedade goiana” (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 1 – Dossiê 2 – Item 6).

Figura 54 - Recorte de jornal "Correio Popular", informa sobre o "Baile da Chita", cuja renda fora revertida em prol da "Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia". Campinas (SP), 20 maio 1938. Fonte: Coleção BAND - Série CPMB - Subsérie 4 - Dossiê 2 – Item 15



A cidade de Campinas-SP logo é procurada para se aliar à Campanha, o que acaba acontecendo, como vimos na reportagem anterior, sendo a cidade representada nas figuras de seu prefeito Euclides Vieira e da Federação de Estudantes de Campinas, principalmente. Foram realizadas ali palestras radiofônicas por intelectuais locais como Alfredo Ribeiro Nogueira, presidente da Academia Literária Ruy Barbosa do Ginásio Diocesano Santa Maria e do Sindicato dos Professores de Campinas. Ou ainda pelo prof. José Villagelin Neto, jornalista e diretor do jornal “Diário de São Paulo”; também pelo pe. Luiz de Abreu, ex-deputado estadual; e por Antônio da Costa Neves Junior, promotor público da 1ª vara (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 100).

Em suas alocuções, os intelectuais campinenses exaltavam o gesto “significativo e patriótico” (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 101) do interventor federal em Goiás, Pedro Ludovico, em ceder um local para a construção de um monumento

“comemorativo da nossa história e da nossa grandeza” (Ibdem). Há, portanto, um sentido abertamente nacionalista, que buscava ser amplamente brasileiro, na campanha engajada pelos estudantes paulistas. Brasileiro, embora se concentrasse em São Paulo e Goiás.

Em Campinas (SP), houve ainda a promoção de um grande baile de gala, chamado de Baile de Chita, organizado pela Federação dos Estudantes de Campinas, que foi realizado no Tênis Clube. Esse baile congregou homens e mulheres da “alta sociedade” campineira, paulistana e goiana, das elites político-econômicas e intelectuais, participando representantes do governo de Goiás, da Embaixada Universitária Paulista e outras autoridades.

Fora da estrada que ligava os estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, contribuíram com a Campanha pró-monumento ainda intelectuais “de renome, tais como Gilberto Freire, Tristão de Atayde e outros” (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 51), contribuindo com a circulação de uma Revista comemorativa da Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, que circulara em São Paulo em julho de 1938, que trouxe, além de discursos de intelectuais cariocas e paulistas, uma reportagem inédita sobre a “bandeira Anhanguera” e sua “estada (...) entre os índios Xavantes” (Figura 55 e 56).

Na capital federal à época, o Rio de Janeiro, a Campanha se expandiu além de Pedro Calmon, tendo ainda o apoio da Casa do Estudante do Brasil e a contribuição de Roquete Pinto, também da Academia Brasileira de Letras. O grande evento da Campanha, a conferência de Agripino Grieco, que será analisada adiante, também reforça o apoio prestado pelos intelectuais cariocas à iniciativa dos universitários paulistas.

Figura 57 - Recorte de jornal "Folha da Manhã", descreve trechos da fala do Sr. Cesar Salgado, proferida durante a conferência no clube Piratininga, em prol da "Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia". São Paulo, 27 maio 1938. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 111



O intelectual conduz seu discurso falando ainda sobre o desenvolvimento histórico de São Paulo, destacando o progresso econômico que caracterizou esse estado desde a Abolição da escravatura, em 1888, até a Proclamação da República, em 1889. Conclui sua conferência com o apoio direcionado aos estudantes de direito de São Paulo pela iniciativa de erigir um monumento “àqueles que, como Paes Leme, o *Anhanguera*, e Hermano Ribeiro da Silva, souberam levar longe o nome da civilização de S. Paulo” (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 114).

Vale dizer que, o orador principia seu discurso retomando Olavo Bilac, poeta parnasiano, afirmando haver em São Paulo uma “predestinação” em seu próprio nome, sendo “até o final do doutrinamento cívico do Brasil, o novo Apóstolo dos Gentios”:

São Paulo, pela predestinação do seu nome, pela virtude que lhe deu o baptismo onomástico, tem sido, e será, até o final do doutrinamento cívico do Brasil, o novo Apóstolo dos Gentios. Daqui têm partido em torrentes fertilizadoras, para a catequese dos pagãos, atos e palavras que valem as viagens do evangelizador de Tarso aos países idólatras da Ásia Menor, e as suas epístolas aos Coríntios e aos Efésios (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 108).

O promotor retoma ainda “os eternos pessimistas” (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 178) que viam no Brasil “um povo irremediavelmente fadado à decadência; que é inútil qualquer esforço no sentido de obviar ao fatalismo da nossa inferioridade” (Ibidem), para reforçar uma ideia “positiva” da mestiçagem, apoiando-se em autores como Oliveira Vianna para afirmar que nenhum outro povo colonizador, seja germano, eslavo, saxão, escandinavo ou latino, fora capaz de realizar a obra inigualável dos bandeirantes

paulistas. Finaliza sua palestra com as seguintes palavras, sendo endossado pelo público presente com salva de palmas:

Não morreu o espírito do bandeirante. Antes, ele persiste como luz interior, animando as nossas ações, fortalecendo o nosso espírito, orientando os nossos passos. É audácia, força, ideal. Mas acima de tudo, ideal; o nosso (...) de todos os tempos. Rendam-se à evidência: os gentios e os descrentes. Um povo que inscreveu nos seus fatos essas duas datas imperecíveis coloridas de sangue e refulgentes de glória – 23 de maio e 9 de julho – é digno dos seus antepassados. São Paulo, em marcha para o futuro, continua no seu glorioso predestino de civilização (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 178).

O “espírito do bandeirante”, que o intelectual afirma não ter morrido, é o que faz “São Paulo, em marcha para o futuro”, continuar “no seu glorioso predestino de civilização”. Levar a civilização ao Brasil interior, essa seria a missão de São Paulo. O promotor não nega, porém, que se trata de um povo que teceu suas ações e conquistas, marcando-as em datas “coloridas de sangue e refulgentes de glória”, sendo, na verdade, por isso mesmo, “digno dos seus antepassados”, os bandeirantes.

Em 9 de junho de 1938 ocorreu o grande evento da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia: a conferência de Agripino Grieco, intelectual da capital federal, membro da Academia Brasileira de Letras, “ilustre escritor e crítico literário fluminense”, que aconteceu no Teatro Municipal de São Paulo. Menotti del Picchia, à época da Academia Paulista de Letras, foi o cerimonialista da conferência proferindo uma palestra com o título “Martins Fontes e sua obra poética” (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 152). Também estiveram presentes os intelectuais Guilherme de Almeida, presidente e representante da Associação Paulista de Imprensa, e Alcântara Machado, presidente e representante da Associação Paulista de Letras.

Para a conferência foram convidadas, além da população de maneira geral através de difusão via rádio e jornais, certas autoridades locais: além dos interventores federais de Goiás (Pedro Ludovico representado por Arthur Wigderowitz) e São Paulo (Adhemar de Barros na figura do tenente Mauro Mariano), estiveram presentes os secretários da Justiça, da Agricultura, da Fazenda, da Viação, da Segurança Pública e da Educação; o comandante da 2ª Região Militar; o reitor da Universidade de São Paulo; o prefeito da capital paulista, Prestes Maia, representado por Annibal de Andrade; o prefeito de Santos; o diretor do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, Francisco Patti, que em 1941 tomaria posse na Academia Paulista de Letras. Além disso, o comandante Mario Xavier faz uma seção de música com a banda da Força Pública de São Paulo (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 152).

Figura 58 - Ingresso para a conferência de Agrippino Grieco em favor da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. [São Paulo], [1938]. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 194



Os ingressos para a conferência de Agripino foram vendidos no Clube Piratininga, na rádio Bandeirantes, na Casa Mappin e no IHGSP (Figura 58). O ingresso vendia também a ideia de que “a mais bela forma de amar a pátria é” cultuando “suas tradições”, colocando a construção do Monumento aos Bandeirantes (GO) como um “empreendimento de perpetuar em bronze os soberbos feitos dos recuadores de nossas fronteiras”. Como uma tradição da pátria brasileira, os redatores do ingresso colocam as bandeiras como fenômeno a ser recordado, uma vez que, em sua visão, elas teriam contribuído com a expansão das fronteiras nacionais brasileiras.

Um recorte do jornal “Diário da Noite” publica a mensagem do sr. Helios (pseudônimo de Menotti del Picchia), enaltecendo a pessoa de Agripino Grieco e o trabalho realizado pela mocidade acadêmica em favor da construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 - Item 139). Menotti Del Picchia, assinando com seu pseudônimo reconhecido nos jornais paulistas, Helios, escreve ainda convocando o apoio de todos os brasileiros a aderirem, apoiando, à Campanha pró-monumento, em especial participando da conferência de Agrippino Grieco:

Iniciativa das mais nobres: a criação de um Monumento aos Bandeirantes, em Goiânia, capital do Estado que foi dado à pátria comum, mercê da ação homérica dos desbravadores do planalto.

Cada monumento é uma lição cívica de bronze. É uma lição perpétua. É a página aberta do livro da nossa história, assinalando um jeito máximo, alertando na lembrança de todos a grandeza do nosso passado. É um exemplo e um estímulo.

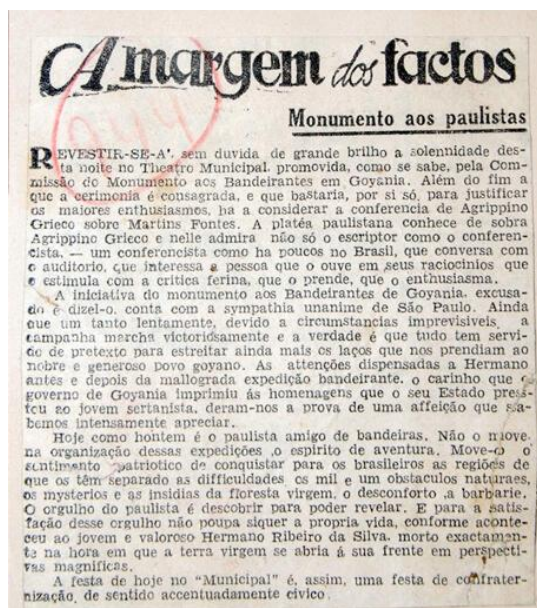
Com entusiasmo, a mocidade trabalha em tão generoso objetivo. Todos cooperam. Cada qual quer contribuir com sua pedra para que o monumento se levante o mais breve, em reverência ao esforço daqueles homens rudes, para os quais não existiam distâncias. Não fossem suas caminhadas lendárias, num Brasil matinal, hostil ao passo do homem branco, e a nossa pátria teria a feiura de um território mutilado. O risco de

Tordesilhas tirar-lhe-ia não apenas regiões fartas e ricas, capazes de acolher um terço da humanidade, mas também o seu desenho, que é, como notou Cassiano [Ricardo], uma projeção da própria conformação geográfica do continente. O monumento é, portanto, uma dívida a resgatar (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 - Item 139).

A fala de Helios, ou Menotti del Picchia, reforça a ideia de que o Estado de Goiás “foi dado à pátria comum, mercê da ação homérica dos desbravadores do planalto” e de que a iniciativa de criação do Monumento aos Bandeirantes (GO) é “das mais nobres”, sendo “um exemplo”, “um estímulo”. Para ele, o monumento, essa “lição cívica de bronze”, “essa dívida a resgatar”, se erguerá “em reverência ao esforço daqueles homens rudes”; e afirma que “não fossem suas caminhadas lendárias, num Brasil matinal, hostil ao passo do homem branco, (...) a nossa pátria teria a feiura de um território mutilado”. Esse discurso coloca as entradas bandeirantes como “caminhadas lendárias”, realizadas pelo “passo do homem branco” e reforça que sem elas não haveria na pátria a beleza de um território com “regiões fartas e ricas, capazes de acolher um terço da humanidade”. Recorre, por fim, a Cassiano Ricardo que via no desenho cartográfico do Brasil, pós ação bandeirantista, uma projeção da própria conformação geográfica do continente.

A próxima reportagem, do jornal “Folha da Noite”, publicada no dia da conferência do escritor Agripino Grieco, fala sobre o estimado orador, sobre a iniciativa de construção do Monumento aos Bandeirantes (GO) e recorda a morte de Hermano Ribeiro da Silva, capaz de não poupar nem mesmo a própria vida em prol de um ideal patriótico. Como veremos a seguir na íntegra, a reportagem reforça uma visão dos bandeirantes paulistas e justifica a homenagem:

Figura 59 - Recorte de jornal "Folha da Noite", sobre a conferência do escritor Agrippino Grieco e a iniciativa da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. São Paulo, 09 jun. 1938. Fonte: Coleção BAND - Série CPMB - Subserie 4 - Dossiê 1 - Item 161



Além do propósito da Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, para a reportagem, a conferência de Agripino Grieco traria “maiores entusiasmos” (Figura 59) por se dedicar, em seu tema geral, de Martins Fontes. Afirma, a seguir, que a iniciativa “do Monumento aos Bandeirantes de Goiânia” conta “com a simpatia unânime de São Paulo”. Refere-se à Campanha como uma bandeira em marcha que se dirige “vitoriosamente” rumo ao seu objetivo e que tudo tem acontecido de forma a “estretiar ainda mais os laços que nos prendiam ao nobre e generoso povo goiano”.

A reportagem, intitulada “Monumento aos paulistas”, comenta sobre a reação do povo goiano à morte de Hermano Ribeiro da Silva, o sertanista chefe da “bandeira Anhanguera”: “as atenções dispensadas a Hermano antes e depois da malograda expedição bandeirante, o carinho que o governo de Goiânia imprimiu às homenagens que o seu Estado prestou ao jovem sertanista, deram-nos a prova de uma afeição que sabemos intensamente apreciar”. Isso mostra diversos tipos de apoio conferidos do governo goiano ao considerado fatídico evento da morte do sertanista: apoio emocional (“atenções dispensadas”, “carinho”, “afeição”), apoio ideológico (prestando “homenagens” ao “jovem sertanista”) e apoio político à “expedição bandeirante”, como vimos anteriormente.

Para o redator, o paulista, “hoje como ontem”, é “amigo de bandeiras”, não movendo-o “na organização dessas expedições” o simples “espírito de aventura”, mas “o sentimento patriótico de conquistar para os brasileiros as regiões (...) que os têm separado as dificuldades, os mil e um obstáculos naturais, os mistérios e as insídias da floresta virgem, o desconforto, a

barbárie”. Aqui, muitos preconceitos e estereótipos do sertão, do interior brasileiro: “floresta virgem”, lugar de “desconforto” e “barbárie”. A saída “civilizatória”, para ele, estaria na patriótica ação de “conquistar para os brasileiros” essas regiões interiores. Mas quais brasileiros? Os paulistas? Paulistas e goianos? Quem são esses brasileiros que “conquistaram” o interior, incorporando-o à nação “civilizada” litorânea?

Figura 60 - Recorte de jornal "Diário da Noite", divulga a chegada do escritor Agrippino Grieco a São Paulo, saudado pelos Srs. Mario Romeu de Lucca, Ulysses Guimarães, Cunha Bueno, Geraldo Teixeira, Chiquinha Rodrigues e Maragliano. São Paulo, 1 jun. 1938 – Fonte: Coleção BAND - Série CPMB - Subsérie 4 - Dossiê 1 - Item 126



Sobre sua própria conferência, em uma entrevista, Agrippino Grieco diz o seguinte:

Antes de mais nada, o que mais me animou na minha vinda a S. Paulo foi prestar ao grande Estado as minhas homenagens. Falarei sobre Martins Fontes duplamente satisfeito. Uma homenagem ao malabarista da palavra e outra ao versificador admirável. O grande poeta santista, de que vou me ocupar, é uma dessas figuras controvertidas; possuía inúmeros dons, mas estes eram efêmeros porque desapareciam com o homem. O poder descritivo de Martins Fontes era qualquer coisa de soberbo. Excelso ao traçar os painéis da nossa natureza, era prodigioso na produção. A sua obra representa trabalho para dez poetas. Martins Fontes nos seus primeiros tempos foi apenas um malabarista da palavra. Com o passar dos anos, os seus trabalhos traziam um cunho diferente, paralelo, por assim dizer, ao de outro grande gênio – Vicente de Carvalho. Eram seus dois extremos. Um a mocidade, outro a velhice. Conhececi-o a sorrir eternamente, era felicidade. Ele era Santos (Correio Paulistano (SP), 9 de junho de 1938 – Fonte: Hemeroteca Digital, Ano 1938\Edição 25229 (1)).

O conferencista exalta o “grande Estado”, São Paulo, no caso, dizendo estar animado em prestar suas “homenagens” a ele, estando “satisfeito” de falar sobre Martins Fontes, o “grande poeta santista”, paulista de Santos, o “malabarista da palavra”, cujo poder descritivo era “soberbo”, com trabalhos de um “grande gênio”. O tema de seu discurso girou em torno de Martins Fontes e sua obra.

Figura 61 – Correio Paulistano, 10 de junho de 1938. Fonte: Hemeroteca digital, Ano 1938\Edição 25230 (2)



Um membro da Academia Brasileira de Letras, presente na conferência de Agripino Grieco, Maurício de Medeiros, ao comentar o discurso do intelectual carioca, parte em defesa da celebração dos feitos bandeirantistas tendo em vista que, para ele,

Nós não temos história. Os quatros séculos de nossa formação decorrem sem grandes episódios militares, que são geralmente os marcos de acontecimentos extraordinários e dignos de relevo na formação histórica de um povo. A guerra é o desfecho violento de um episódio político. E, tirando a guerra de expulsão dos holandeses, a da Independência, muito apagada nos seus limites tão restritos, nós só temos revoluções. A nossa história está, pois, principalmente nessa dilatação pacífica das fronteiras, por obra do espírito de aventura e de audácia dos bandeirantes. E, no entanto, os compêndios de História do Brasil são muito sumários na narrativa desses feitos. É preciso ir-se buscar a literatura especializada, como a desse excelente livro de Alcântara Machado, para encontrar-se algo de mais minucioso. Ou, então, pesquisar em publicações oficiais, como essa que o sr. Washington Luís mandou organizar sobre o assunto.

(...)

Os bandeirantes, que descobriram o Brasil interior, precisam ser descobertos pelos brasileiros de hoje, que, na sua maioria, ignoram a exata influência que eles exerceram na formação do Brasil (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 140).

Para Maurício Medeiros, o Brasil não tem história sem os bandeirantes, uma vez que os séculos de formação nacional decorreram “sem grandes episódios militares”, pois, uma guerra seria, para ele, “o desfecho violento de um episódio político” e o Brasil contaria apenas com revoluções, com exceção da “guerra de expulsão dos holandeses” e “a da Independência”. A história nacional brasileira estaria, para ele, “principalmente nessa dilatação pacífica das fronteiras, por obra do espírito de aventura e de audácia dos bandeirantes”; bandeirantes “que descobriram o Brasil interior”.

A “História do Brasil”, porém, traria apenas resumidamente uma “narrativa desses feitos”, sendo preciso ir além da “literatura especializada”, citando o livro de Alcântara Machado como exemplo, para encontrar uma análise mais aprofundada, bem como as “publicações oficiais”, como a que “Washington Luís mandou organizar sobre o assunto”. Por fim, reitera, como fizeram os intelectuais paulistas em seus discursos, que esses bandeirantes “precisam ser descobertos pelos brasileiros de hoje, que, na sua maioria, ignoram a exata influência que eles exerceram na formação do Brasil”.

Na reportagem a seguir (Figura 62), vemos informações das conferências de Cesar Salgado, já analisada, e de Agrippino Grieco, não disponível para ser analisada. Além disso, a reportagem anuncia as propagandas da Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia no interior de São Paulo e Goiás e no Rio de Janeiro, capital federal no período. Mais importante, porém, é a planta do centro cívico de Goiânia, enfatizando o “local onde será erigido o Monumento aos Bandeirantes, no pátio fronteiro do palácio do governo”.

Figura 62 - Recorte de jornal "Folha da Manhã", relata acerca da conferência do Dr. Cesar Salgado, no Clube Piratininga, e de Agrippino Grieco, no Teatro Municipal, em prol da construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. São Paulo, 17 maio 1938. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 62



Alguns meses após a conferência do prestigiado escritor e crítico literário carioca em favor da construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, Agrippino Grieco, intelectual e jornalista, parte para Roma, na Itália, e é recebido por Mussolini, líder fascista italiano (Figura 63).

Figura 63 - Correio Paulistano, 8 de nov 1938. Fonte: Hemeroteca digital, Ano 1938/Edição 25358 (1)



A seguir, vemos um recorte da “Revista XI de Agosto”, que circulou em partes do Brasil (São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, principalmente), contendo o “Manifesto ao povo goiano”, escrito e assinado por nomes que compunham o Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo, responsáveis pela iniciativa da Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes, como Antônio S. Cunha Bueno, Ulysses S. Guimarães e outros (Figura 64).

Figura 64 - Recorte da revista "XI de Agosto", referente ao Manifesto ao Povo Goiano na etapa final da Campanha Pró-Monumento, agradecimentos a famosos intelectuais e saudação entusiasta do Centro Acadêmico XI de agosto. [S.l.], [?] nov. 1938. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subserie 4 – Dossiê 1 – Item 1



O “Manifesto ao povo goiano” começa com a constatação de que se encontra em “etapa final” a Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, levada a cabo pela

“mocidade acadêmica piratiningana”, com fins de “resgatar a dívida de reconhecimento e apreço que a Pátria brasileira tem para com os intrépidos doutores de sua grandeza territorial”. Fala ainda de “uma bandeira de civismo e brasilidade”. Sobre a escolha de Goiás como estado recebedor da doação, os acadêmicos escrevem que apelaram “para o generoso coração de nossos compatriotas”, estando “convencidos de que eles não arrefeceriam nosso entusiasmo de moços, contrapondo à nossa boa vontade o espetáculo contristador de uma posteridade que se furta a prestar sua homenagem a um passado de glórias imorredouras”. De onde viria essa certeza, esse convencimento, de que os goianos não negariam a ideia da dádiva oferecida pelos paulistas?

O manifesto faz ainda um breve resumo dos palestrantes e conferencistas da Campanha. A convite da Comissão pró-Monumento aos Bandeirantes (GO), discursaram em conferências nomes como Agripino Grieco, Pedro Calmon, Afonso d’E. Taunay e Cesar Salgado. Também teriam proferido palestras radiofônicas “dezenas de intelectuais conhecidos e admirados do Brasil culto”, como Torres de Oliveira (presidente perpétuo do IHGSP), d. José Gaspar de Afonseca e Silva (bispo auxiliar da diocese de São Paulo), Ulysses Paranhos (membro da APL), Enzo da Silveira (do Instituto Genealógico de São Paulo), Carvalho Franco, Hermes Vieira, Guilherme de Almeida. Além disso, “a imprensa paulistana e carioca” também teria franqueado seu patrocínio à iniciativa dos estudantes paulistas do Centro Acadêmico XI de Agosto. Menciona ainda nomes como Menotti del Picchia, Francisco Pati, Maurício de Medeiros, Belmonte, Correa Junior, Rubens do Amaral, Lelis Vieira e outros. Professores da USP, como Spencer Vampré e Francisco Morato também foram lembrados.

Os estudantes paulistas agradecem ainda “as autoridades governamentais” que “souberam cumprir sua missão”, não hesitando em auxiliar e contribuir com a ideia do Monumento aos Bandeirantes (GO), lembrando as doações dos respectivos interventores dos estados de Goiás e São Paulo, Pedro Ludovico Teixeira e Adhemar de Barros. Comunica ainda que “os governos federal e estadual de Minas Gerais”, se estiverem certos, “brevemente trarão o valioso apoio de seus auxílios, a fim de que seja erigido em vossas praças (goianas) um monumento, que será verdadeiro altar da Pátria, onde arderão permanentemente as esperanças (...) de um futuro próspero, forte e feliz”.

O encerramento da Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, em 1938, e a inauguração do monumento, em 1942, serão narrados no próximo tópico. Antes, analisaremos uma reportagem publicada entre os anos de silêncio documental, 1939 e 1941, especificamente em 1939, em que Antônio Sylvio Cunha Bueno surge na Rádio Cruzeiro do Sul para louvar Goiânia, em celebração à data de sua fundação, com seus seis anos de vida,

exaltando sobremaneira os feitos de Pedro Ludovico Teixeira que, consolidando na realidade concreta um ideal, seriam comparáveis aos dos bandeirantes paulistas. Em sua fala, o orador afirma que “hoje parece tornar a orientar nossos destinos o mesmo ímpeto patriótico formador das Bandeiras”, isso porque vê na cidade de Goiânia “um milagre bandeirista”, tendo em vista que mesmo com sua existência ainda tão curta ela “já se nota como uma capital moderna e progressista. É como que símbolo o fato dela localizar-se no Brasil Central, tantas vezes palmilhado pelos ‘caçadores de léguas’” (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 186).

Em seu discurso, o idealizador do Monumento aos Bandeirantes (GO), Cunha Bueno endeusa os bandeirantes, definindo-os como “indômitos”, como “empolgantes símbolos do heroísmo e da tenacidade de uma raça”, e sublinha as graciosas páginas da “História” que eles teriam escrito com as bandeiras paulistas em território brasileiro, em especial atendendo “no chamamento do Oeste”; os bandeirantes teriam, na concepção de Cunha Bueno, adivinhado o Brasil:

Volvendo nossos olhos para a História, deixando-nos transportar através do cenário maravilhoso da existência, vemos desfilar ante nossos olhos extasiados os vultos imperecíveis dos indômitos Bandeirantes.

E esses Bandeirantes, esses empolgantes símbolos do heroísmo e da tenacidade de uma raça, ainda não mereceram uma condigna homenagem. Os Bandeirantes adivinharam o Brasil. São uma síntese viva da nossa alma, porque souberam atender no chamamento do Oeste.

A história das bandeiras é a história da formação de nossa Pátria.

Nela se conta a luta homérica de punhado de homens rasgando com a sua audácia a exuberância da terra virgem, que encerrava no seu âmago todas as energias do futuro, todas as forças da gênese criadora.

Vestidos apenas do Heroísmo do seu ideal, não desesperaram ante as fúrias da natureza que desafiando a sua tempera procuravam embarçar-lhes as passadas de gigantes.

E os moços da Academia de Direito de São Paulo, procurando cooperar para a grandeza do nosso passado, neste momento em que o país é sacudido de norte a sul por um frêmito do mais puro nacionalismo, idealizaram cultivar no bronze a memória daqueles que pela prática de feitos que os imortalizam no reconhecimento dos pósteros merecem a admiração e o aplauso da mocidade.

É o resgate desse olvido, é o dever de gratidão nacional, que fez surgir a ‘Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia’ que tenciona erguer um marco redentor aos iniciadores de nossa formação, um monumento que seja o eco do seu eco, na perpetuação de um passado que não pode morrer.

Os monumentos são páginas vivas da história de um povo (Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 4 – Dossiê 1 – Item 186).

O presidente da embaixada universitária paulista, idealizador do Monumento aos Bandeirantes, foi ainda o agente que colecionou e sua família doou à Faculdade de Direito de Goiás (que, em seguida, coloca a Universidade Federal de Goiás, o CIDARQ especificamente, como encarregada da documentação), ainda nos anos 1980, toda a agora chamada “Coleção BAND”, acervo arquivístico que reúne grande parte dos documentos consultados nesta tese,

que contempla desde a viagem da Embaixada Universitária Paulista a Goiânia até a inauguração do Monumento aos Bandeirantes na nova capital.

Como vemos na citação acima, Cunha Bueno procurou reelaborar a história das bandeiras retomando argumentos de “heroísmo” bandeirante, de força indômita, caracterizando-os como seres imbatíveis contra a natureza e “audaciosos” em suas “lutas homéricas” de “homens rasgando (...) a exuberância da terra virgem”, para justificar a criação de uma homenagem em espaço público goiano a esses “iniciadores de nossa formação” territorial e nacional. O estudante paulista enfatiza o período histórico que atravessava o Brasil enquanto discursava, “neste momento em que o país é sacudido de norte a sul por um frêmito do mais puro nacionalismo”, sendo a criação do monumento em Goiânia mais um ato de cooperação dos estudantes paulistas na onda nacionalista. Vale lembrar que Getúlio Vargas já havia assumido sua ditadura estadonovista, em 1937, que duraria até 1945.

O orador enfatiza, por fim, o tipo de homenagem aos bandeirantes que desejam os “moços da Academia de Direito de São Paulo” construir e fixar em Goiânia: um monumento. E acrescenta serem estes como “páginas vivas da história de um povo”, que funcionam como objetos que atuam “na perpetuação de um passado que não pode morrer”, que “imortalizam no reconhecimento dos pósteros” os “feitos” daqueles/as que merecem “admiração” e “aplauso”.

A obra, o artista e a cidade: validação do projeto, encerramento da Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia e inauguração do monumento

Em 8 de abril de 1941, a pedra fundamental do monumento foi lançada, com a presença, de acordo com o jornal “Correio Paulistano”, de uma “grande massa popular [que] assistiu à cerimônia” e de várias autoridades (Correio Paulistano, 9 de abril de 1941 – Fonte: Hemeroteca Digital, Ano 1941\Edição 26102 (1)).

Ao analisar as representações da cidade de Goiânia na “Revista Oeste”, periódico publicado entre 1942 e 1944 (a primeira data coincidindo, portanto, com o monumento estudado neste capítulo e com o Batismo Cultural de Goiânia, que ocorreram ambos em 1942), o arquiteto e urbanista goiano Leonardo Dimitry S. Guimarães (2018) observa que a revista contribuiu para cristalizar representações dos projetos estadonovistas em Goiás, usando expressões como “Goiânia, capital do sertão” (ARRAIS, 2013) ou “metrópole do Oeste”. Ainda, o autor mostra

como o governo ditatorial getulista foi incorporado pelas construções imagéticas da revista a partir do prisma da “modernidade”, de um “marco de progresso” e da “ruptura com o atraso”.

Nesse sentido, duas são as principais figuras políticas homenageadas nas ruas, praças, avenidas e monumentos da cidade de Goiânia: *Anhanguera*, o bandeirante paulista lido como o “fundador de Goiás”; e Pedro Ludovico Teixeira, lido como o “fundador de Goiânia”. Essas figuras povoam o imaginário goianiense (SOUZA, 2015) concedendo nomes a avenidas, sendo exaltadas nos pedestais públicos de bronze, nos livros de história.

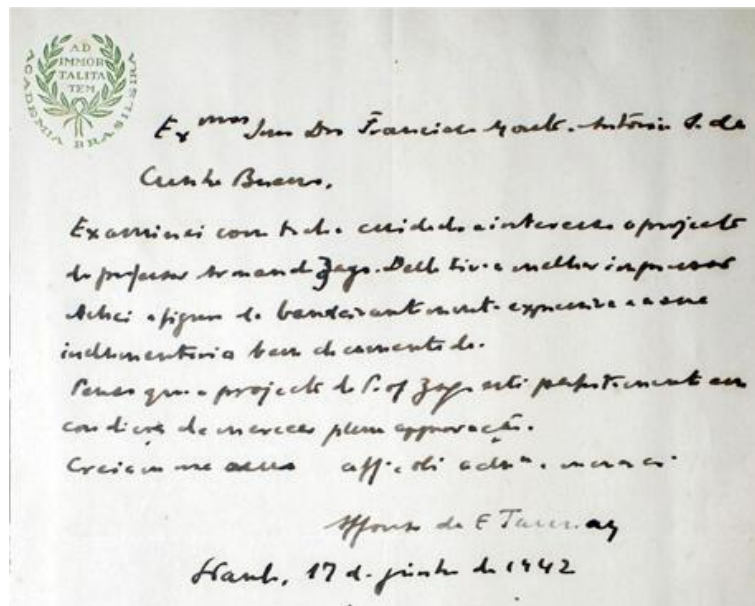
No documento a seguir (Figura 65), podemos visualizar Pedro Ludovico, na condição de interventor federal de Goiás, nomeado por Getúlio Vargas, posando para uma fotografia ao lado da maquete esculpida da futura estátua de bronze de um bandeirante paulista, o Monumento aos Bandeirantes, nas vésperas de ser inaugurado, em 1942, em um dos cruzamentos de avenidas mais movimentados e importantes da nova capital à época: Av. *Anhanguera* e Av. Goiás (antiga Av. Pedro Ludovico Teixeira). O documento menciona ainda uma viagem de Ludovico Teixeira à capital paulista para ajustar a data oficial e os acertos finais para “os festejos que se realizarão por ocasião da inauguração do referido monumento”. Para ele, ainda, a Campanha dos estudantes paulistas, representa mais uma “prova eloquente do espírito patriótico” destes agentes. Nesta reportagem é, então, inserido o nome do artista responsável pela criação do desenho e da escultura, do monumento, Armando Zago, mostrando-se o interventor federal de Goiás “entusiasmado com o trabalho do escultor” ítalo-brasileiro, de São Paulo.

Figura 65 - Item 1 - Recorte de jornal [?], informa sobre a viagem do interventor Pedro Ludovico Teixeira a cidade de São Paulo, a fim de acertar a data definitiva e festejos de inauguração do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. [S.l.], [1942]. – Fonte: Coleção BAND/CIDARQ-UFG



Ainda sobre o projeto final de Armando Zago, o historiador, membro do IHGSP, Afonso d'Escragnolle Taunay, declara, em carta, sua aprovação ao desenho feito pelo escultor, aos senhores Francisco Morato, diretor da Faculdade de Direito de S. Paulo e tesoureiro da Campanha pró-monumento, e Antônio Sylvio Cunha Bueno, líder da Campanha (Figura 66).

Figura 66 - Carta do Sr. Afonso de E. Taunay aos Srs. Francisco Morato e Antônio Sylvio Cunha Bueno, referente a considerações acerca da aprovação do projeto do professor Armando Zago. São Paulo, 17 jun. 1942. Fonte: Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 1 – Dossiê 1 – Item 4



Sobre a obra de Armando Zago, o diretor do Museu Paulista à época, Afonso d'E. Taunay, escreve para Antônio Sylvio Cunha Bueno, oficial do gabinete do Secretário da Justiça, o seguinte:

Examinei com todo cuidado e interesse o projeto do professor Armando Zago. Dele tive a melhor impressão. Achei a figura do Bandeirante expressiva e a sua indumentária bem documentada.

Penso que o projeto de A. Zago está perfeitamente em condições de merecer plena aprovação. (Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 1 – Dossiê – Item 3).

Um das mais prestigiadas (se não a mais) figuras públicas paulistas sobre o tema das bandeiras à época, Afonso Taunay, ao aprovar o projeto de Zago, realça que, no desenho, “a figura do bandeirante (é) expressiva e a sua indumentária bem documentada”. Vejamos de perto o projeto mencionado (Figura 67), a seguir:

Figura 67 - Projeto gráfico do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, criado pelo Escultor Armando Zago. [São Paulo], [26 jun. 1942]. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 2 – Dossiê 1 - Item 3



Armando Zago, professor de artes e escultor nascido em Bovolone, na Itália, já nos anos 1930 participava de encomendas paulistas de arte pública, concorrendo em concursos, e destacava-se sobremaneira na arte funerária, ou arte cemiterial, sendo conhecido como o “artista da dor” e contratado por entes privados, famílias das elites paulistas, com obras, como mausoléus, túmulos, jazidas, estátuas/esculturas, presentes no Cemitério da Consolação, na cidade de São Paulo (Figura 68).

Figura 68 - Il Pasquino Coloniale - Fonte: Hemeroteca Digital, Ano 1931\Edição 01182 (1)



Figura 69 - A Gazeta, São Paulo, 1 de novembro de 1932. Fonte: Hemeroteca digital, Ano 1932\Edição 08040 (1)



Figura 70 - A Gazeta, São Paulo, 1 de novembro de 1933. Fonte: Hemeroteca digital, Ano 1933\Edição 08346 (1)



As reportagens acima (Figura 69 e 70) trazem obras funerárias de Armando Zago, construídas respectivamente em 1932 e 1933. A primeira trata-se, para a reportagem, de um “belo trabalho do escultor” ítalo-brasileiro, o monumento à “família Francisco Leite”. A segunda define uma das obras de Zago inauguradas como “o maior monumento erigido esse ano no Cemitério de São Paulo, em memória da família Dr. Benedito Montenegro”.

O livro de Gigi Salvagnini, “Armando Zago: o escultor da dor”, publicado em italiano, em 2003, sem tradução para o português até então, retrata alguns processos na carreira do escultor, inserindo o Monumento aos Bandeirantes (GO) na trajetória artística de Zago, que se

inicia na Itália, mas se consolida em São Paulo, no Brasil. O livro anuncia a construção do Monumento aos Bandeirantes (GO) como sendo o “terceiro monumento público na história brasileira de Armando Zago” (sendo o primeiro o Monumento a Verdi, e o segundo o Monumento ao arquiteto Francisco de Paula Ramon de Azevedo).

Salvagnini (2003, p. 24) menciona uma oportunidade que se apresenta a Zago: “desta vez com a tarefa de levantar um monumento numa praça da cidade; não de São Paulo, *infelizmente*, mas de um centro urbano muito distante que emerge *do nada* em 1938”. Destacamos o trecho em que o autor lamenta ser Goiânia, sequer nomeada, o centro urbano “muito distante” escolhido para receber a obra de Armando. Além disso, acrescenta que esse centro urbano teria surgido “do nada em 1938”. Isso nos permite refletir sobre o que seria o nada para o escritor italiano: a ausência de “civilização”?

No trecho seguinte, ele traz pistas para sua concepção de “nada”, ao afirmar que, no monumento, “o homem a ser glorificado não é um único indivíduo, mas uma categoria de aventureiros que com sua coragem abriram novos caminhos para o trabalho e a colonização do país: os ‘Bandeirantes’” (SALVAGNINI, 2003, p. 24). Os bandeirantes são, portanto, vinculados à “colonização do país”, tendo “com sua coragem” aberto “novos caminhos” para a interiorização do Estado-nação.

Alguns dados presentes no livro de Salvagnini (2003, p. 24) confirmam outras informações já adiantadas nesta tese: “a ideia nasceu entre um grupo de estudantes universitários que visitavam recém-fundada cidade de Goiânia (900km a noroeste de São Paulo)” e “passaram-se uns bons quatro anos entre o comissionamento e a inauguração” do monumento. O autor acrescenta que não era necessária uma arquitetura para o monumento, um cenário fictício, uma “cenografia”, uma vez que “este bandeirante de bronze não precisa disso. Seu ambiente é o espaço real sem limites que só pede para ser domesticado” (Ibdem).

Ao buscar retratar, de acordo com a “imaginação e a memória populares (...) um homem de verdade, vivo, forte, cansado e suado” (Salvagnini, 2003, p. 24), e, ao mesmo tempo, prestes a ser glorificado, ou seja, enobrecido, Zago “cria o seu homem que agora alcançou o sucesso, vestindo boas roupas, pronto para ser admirado, aplaudido, fotografado” (Ibdem). E, continua dizendo, sobre o bandeirante em bronze (Figura 90), que “suas mãos, que seriam um obstáculo quando nuas, estão ocupadas segurando as ferramentas que o qualificam. Seu olhar é confiante, fixo na distância, o peito estufado de orgulho merecido” (Salvagnini, 2003, p. 24).

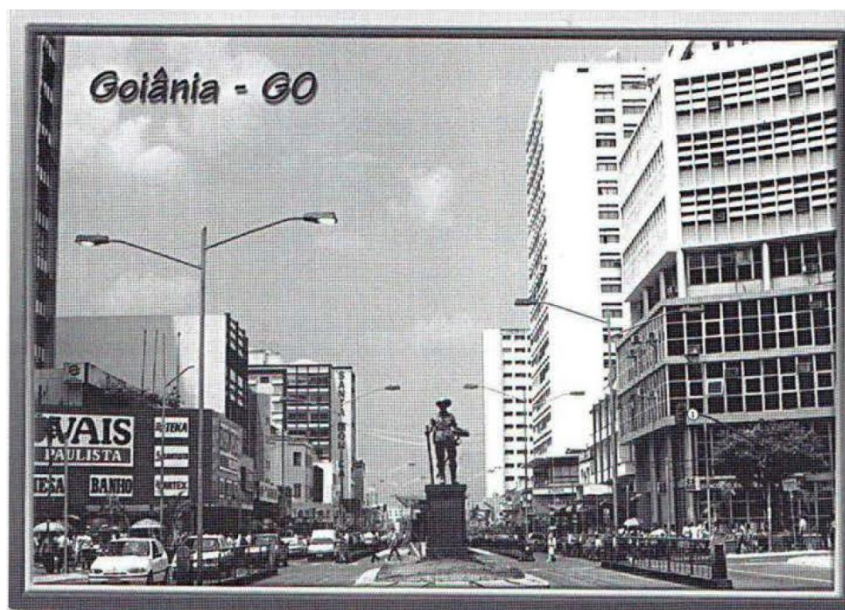
Figura 71 - Monumento aos Bandeirantes, Goiânia, 1938 - Fonte: SALVAGNINI, 2003, p. 23



O autor, estudioso da obra de Armando Zago, acrescenta ainda estar o Bandeirante de Goiânia “situado num cruzamento de ruas largas, empoeirado” (Salvagnini, 2003, p. 24-25), não pelo esquecimento dos habitantes da cidade, mas por canteiros de obras pela cidade. Assim, “esta figura de bronze (...) parecia expressar o orgulho de atuar, de alguma forma, como elemento gerador da cidade” (Salvagnini, 2003, p. 25). Ao colocar o bandeirante atuando como “elemento gerador da cidade”, Salvagnini reforça a narrativa de que seriam as cidades goianas resultado da ação dos bandeirantes paulistas, enfatizando a dominação de um território sobre o outro.

Para finalizar, ao mencionar um moderno cartão postal da cidade de Goiânia, o escritor italiano coloca que a obra de Zago, em “uma cidade de concreto e caos”, teria virado “um pino de boliche” no meio das praças, um mero elemento de mobiliário urbano (Figura 72). Porém, reforça o escritor, o Bandeirante de Zago teria vindo “antes da praça, antes da cidade”. Finaliza, enfim, essa parte do livro com uma expectativa de que “os habitantes percebam este espírito e respeitem a estátua não como uma memória nostálgica, mas como uma estaca de bronze cravada no deserto para sinalizar um local, um destino, um futuro, uma esperança” (Salvagnini, 2003, p. 25).

Figura 72 - Cartão Postal, Monumento aos Bandeirantes, Goiânia - Fonte: Salvagnini, 2003, p. 25

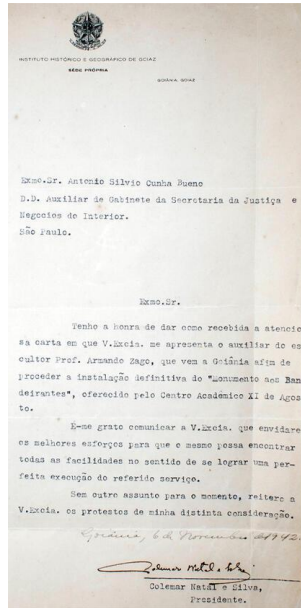


Outro agente importante na recepção do Monumento aos Bandeirantes (GO), dessa vez goiano, foi Colemar Natal e Silva, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (que à época tinha uma década de funcionamento), futuro membro fundador da Academia Goiana de Letras, em 1939, e primeiro reitor e um dos fundadores da Universidade Federal de Goiás, nos anos 1960.

Colemar Natal e Silva responde, em 6 de novembro de 1942, Antônio Sylvio Cunha Bueno (Figura 73), presidente da Comissão pró-monumento e auxiliar de gabinete da Secretaria da Justiça e Negócios do Interior do Estado de São Paulo, em 1942, falando sobre o recebimento da carta enviada por Cunha Bueno que apresenta o auxiliar do escultor prof. Armando Zago que virá de São Paulo a Goiânia a fim de proceder com a instalação definitiva do Monumento aos Bandeirantes (GO), “oferecido pelo Centro Acadêmico XI de Agosto”.

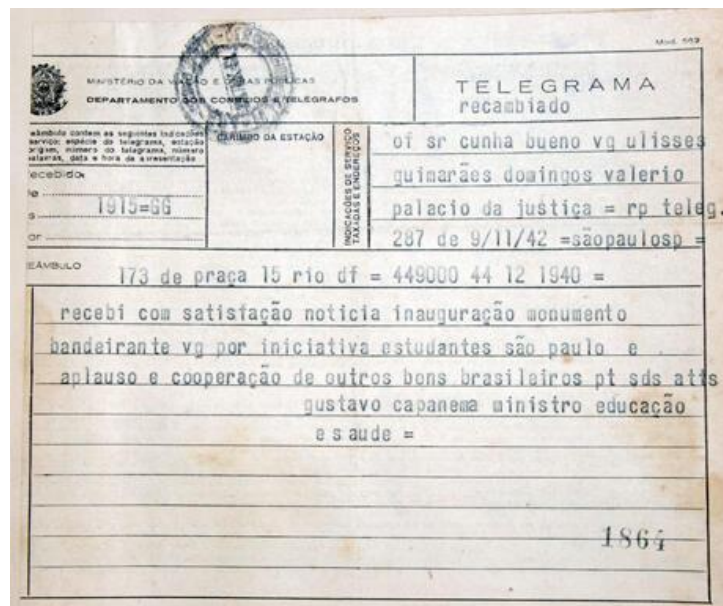
O intelectual e político goiano, Colemar Natal e Silva, comunica ao estudante paulista, Cunha Bueno, que aplicará com empenho “os melhores esforços” para que o auxiliar do escultor prof. Armando Zago que virá instalar o Monumento aos Bandeirantes “possa encontrar todas as facilidades no sentido de lograr uma perfeita execução do referido serviço” (Coleção BAND - Série CPMB – Subsérie 2 – Dossiê 2 - Item 3).

Figura 73 - Carta de Colemar Natal e Silva dá como recebida a carta em que é apresentado o auxiliar do escultor Armando Zago para a instalação do Monumento aos Bandeirantes. Goiânia, 06 nov. 1942. Fonte: Coleção BAND – Série CPMB – Subsérie 2 – Dossiê 2 - Item 3



O documento a seguir é um telegrama enviado, em 9 de novembro de 1942, por Gustavo Capanema, à época Ministro da Educação e Saúde, aos membros da Comissão pró-monumento nas pessoas de Cunha Bueno, Ulysses Guimarães e Domingos Valérios, comunicando que ele teria recebido “com satisfação” a notícia da inauguração do Monumento aos Bandeirantes, reforçando que seria esta uma iniciativa dos estudantes de São Paulo, congratulando com “aplausos e cooperação de outros bons brasileiros” (Figura 74).

Figura 74 - Telegrama enviado pelo Sr. Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, ao Dr. Cunha Bueno, Ulysses Guimarães e Domingos Valério, acerca da inauguração do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. Rio de Janeiro (RJ), [9 nov. 1942]. Fonte: Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 1 – Dossiê 4 – Item



Outro telegrama, desta vez enviado por outro goiano, diretor do Departamento de Estado de Imprensa e Propaganda de Goiás, Câmara Filho, ao líder da Comissão pró-monumento e oficial de gabinete da Secretaria da Justiça e Negócios do Interior do Estado de São Paulo, Cunha Bueno, comunica ao “ilustre amigo” que acaba de receber o telegrama que consta que o presidente da República à época, Getúlio Vargas, tomou conhecimento do telegrama do dia 9 de novembro de 1942, que comunica a ele a solenidade inaugural da homenagem em bronze aos bandeirantes em Goiânia (Figura 75).

Figura 75 - Telegrama enviado pelo Sr. Câmara Filho, ao Dr. Cunha Bueno, comunicando que o presidente da república tomou conhecimento de telegrama acerca da solenidade de inauguração do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. Goiânia, 13 nov. 1942. Fonte: Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 1 – Dossiê 4 – Item 17

MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFAS		TELEGRAMA	
O prelo do telegrama a seguir indica número e de serviço: ex-111 do telegrama, estação de origem, número do telegrama, nome do palmar, data e hora de apresentação.		CARRIMBO DA ESTACAO	
Recebido: De 1420 B às por		Dr Antonio Silvio Cunha Bueno Oficial Gabinete Secretario Justiça Secretaria Justiça São Paulo sp	
PREÂMBULO 95 = Goiania go 468 67 13 13,30			
TEXTO E ASSINATURA	Comunico ilustre amigo acabo receber vg endereçado seu nome e outros membros comissao executiva monumento bandeirantes vg seguinte telegrama b1pts aspas presidente republica tomou conhecimento vasso telegrama 9 corrente comunicando lhe solenidade inaugural bronze homenagem bandeirantes pt cords sds pt a freire alvim oficial gabinete pt aspas atts sds pt camara filho diretor deip goias		
	897		

O encerramento da Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes a ser inaugurado em Goiânia aconteceu no auditório de “A gazeta” (Figura 76), em São Paulo. A mesa de encerramento foi composta por Goffredo T. da Silva Telles, presidente do Departamento Administrativo da cidade de São Paulo; prof. Francisco Morato, da Faculdade de Direito de São Paulo; Ruy Nogueira Martins, representante de Abelardo Vergueiro Cesar, secretário da Justiça de São Paulo; Antônio Sylvio da Cunha Bueno, Mario Romeu de Lucca e Ulysses Guimarães, da Comissão pró-monumento, membros do Centro Acadêmico XI de Agosto.

Nessa sessão solene de fechamento da Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, que ocorreu em São Paulo, Antônio Silvio Cunha Bueno, do gabinete do secretário da Justiça, realizou a abertura da sessão. Mário Romeu de Lucca, ex-orador do Centro Acadêmico XI de Agosto, apresenta o palestrante do dia. Ulysses Silveira Guimarães, agora já advogado do Departamento Administrativo do Estado de S. Paulo, prefere uma palestra com o tema “O significado do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia”. Wilfrido Cid Valerio, advogado do

Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Comerciários, também se faz presente. O encerramento foi realizado pelo prof. Francisco Morato, ex-diretor da Faculdade de Direito de São Paulo e tesoureiro da Campanha pró-monumento. Os discursos foram todos realizados em frente a uma larga bandeira nacional brasileira, pano de fundo da mesa composta por homens representantes políticos e intelectuais que apoiaram e/ou levaram a cabo a Campanha.

Figura 76 - Recorte de jornal [A Gazeta], publica trechos dos discursos pronunciados durante a Sessão Solene realizada no auditório de "A Gazeta" sobre a significação da inauguração do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. [S.l.], [1942]. Fonte: Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 1 – Dossiê 3 – Item 1



A Faculdade de Direito de Goiás esteve presente, representada pelo Centro Acadêmico XI de Maio, e se comprometeu com um programa especial de comemorações de inauguração do Monumento aos Bandeirantes (GO), vista como uma “patriótica dádiva da mocidade paulista ao povo de Goiás” (Correio Paulistano, 12 de novembro de 1942 – Fonte: Hemeroteca Digital, Ano 1942\Edição 26589 (1)). Em 9 de novembro de 1942, partiu de S. Paulo, por via aérea, a Comissão Executiva da Campanha promotora do monumento, composta pelo Antônio Sylvio Cunha Bueno, do gabinete do Secretário da Justiça; Ulysses Silveira Guimarães, advogado do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo; Mário Romeu de Lucca, Wilfrido Cid Valério e Domingos Luz Faria.

A comissão foi recepcionada pelas autoridades locais de Goiânia, incluindo o prefeito Venerando de Freitas. No centro cívico, o ato inaugural contou com a presença ainda do interventor federal de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, juntamente com sua esposa, d. Gercina Borges, além de representantes do Departamento de Imprensa e Propaganda de Goiás e do coronel chefe da 7ª Circunscrição de Recrutamento.

Figura 77 - Fotografia da Comissão Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. [Goiânia], [1942]. Fonte: Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 2 – Dossiê 1 – Item 1



Um jornalista do jornal *Correio Paulistano*, em 12 de novembro de 1942, fala sobre a oficial inauguração do Monumento aos Bandeirantes (GO) ocorrida no dia 9 do mesmo mês na cidade de Goiânia:

O povo enchia literalmente o local, tendo aplaudido entusiasticamente o desfile militar e escolar então realizado, bem como o Hino Nacional, executado pela banda da Força Militar.

O dr. Jurema Guimarães, diretor geral da Fazenda, foi o primeiro a fazer uso da palavra, saudando a delegação paulista e enaltecendo o alcance cívico do empreendimento dos jovens de S. Paulo. A entrega do artístico bronze, foi a seguir realizada pelo dr. Antônio Sylvio Cunha Bueno que, sob demorados aplausos, descerrou a cobertura do monumento.

Em nome do Centro Acadêmico “XI de Agosto” discursou o universitário Fernando Melo Bueno, cuja oração foi muito aplaudida. Subiu à tribuna, depois, o dr. Ulisses Silveira Guimarães, que em belíssima exortação cívica, enalteceu o bandeirismo, e, sob demorada salva de palmas, finalizou declarando que a epopeia de nossos maiores constitui a maior garantia da inviolabilidade, da soberania e das fronteiras da pátria, no momento gravíssimo, em que elas são rondadas pela pirataria imperialista.

Uma vez encerrada a cerimônia inaugural, que deixou funda impressão pelo calor patriótico que a animou, os visitantes foram homenageados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda de Goiás e pelo Centro Acadêmico “XI de Maio”, que lhes ofereceu um banquete.

Às 20h30, no belo edifício do Automóvel Clube, teve lugar concorrida sessão cívica, sendo a embaixada saudada pelo dr. Juvelino de Campos, presidente do Tribunal de Apelação. Agradecendo, falou o dr. Mario Romeu de Lucca, que discorreu sobre a fundação e desenvolvimento de Goiânia, e apresentou o conferencista da noite, dr. Ulisses Silveira Guimarães.

Falando de improviso, o dr. Ulisses Silveira Guimarães demorou-se em considerações sobre o tema “Anhanguera, ancestral bandeirante da gente goiana”, analisando ambiente social e histórico do São Paulo do século XVIII, para situar a façanha do segundo Bartolomeu Bueno da Silva, que partindo do burgo anchietano em 30 de junho de 1722, foi ter, já em idade provecta, aos campos dos Goiazes, só retornando em 1725. Descreveu o que foi essa arrancada em busca da serra dos Martírios, em que os legendários calções de couro lutaram contra febres miasmáticas, surpresas indígenas, fome e sede, e, por último, várias sublevações de seus elementos amotinados. A seguir, sob aplausos, disse que a fundação de Goiânia, pelo Interventor

Pedro Ludovico, entronca-se entre as façanhas dignas dos bandeirantes, pois era um autêntico milagre de coragem e perseverança.

O trabalho desenvolvido pelo orador causou magnífica impressão no seio da sociedade goiana. Encerrando-se a sessão cívica, houve elegante reunião, que se prolongou até a madrugada, tendo o dr. Antônio Sylvio Cunha Bueno, em rápidas palavras, homenageado na pessoa da exma. Sra. Dr. Pedro Ludovico Teixeira as virtudes de bondade e devotamento, que sempre exornaram à mulher brasileira.

De Goiânia, foram enviados telegramas, dando ciência das significativas festividades, ao dr. Getúlio Vargas, dr. Gustavo Capanema, interventor Fernando Costa, interventor Pedro Ludovico e prof. Francisco Morato, que por motivos de força maior não pode comparecer às mesmas.

Pela enorme repercussão que alcançou a fase final da feliz iniciativa, do Centro Acadêmico “XI de Agosto”, verifica-se que mais uma vitória veio coroá-la, qual seja a de despertar justo e fecundo entusiasmo do povo para o passado heroico do Brasil (Correio Paulistano, 12 de novembro de 1942 – Fonte: Hemeroteca Digital, Ano 1942\Edição 26589 (1)).

Figura 78 - Recorte de jornal [?] convida ao povo para a inauguração do Monumento aos Bandeirantes e sessão cívica na qual discursará Francisco Morato. Goiânia, 09 nov. 1942 – Fonte: Coleção BAND - Série IMB - Subsérie 1 - Dossiê 4 - Item 8



A fala do jornalista, narrando o ato inaugural do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, principia ressaltando a presença do “povo”, que enchia o local, “tendo aplaudido entusiasticamente” (Correio Paulistano, 12 de novembro de 1942 – Fonte: Hemeroteca Digital, Ano 1942\Edição 26589 (1)) tanto o desfile militar e escolar que fora realizado no ato inaugural quanto a execução do Hino Nacional brasileiro. Um ato patriótico, portanto, e alicerçado na legitimidade da sociedade civil. A presença do “povo” é confirmada, tendo em vista cartazes que circularam pela cidade e pelos jornais, bem como propagandas radiofônicas, que divulgavam o ato inaugural (Figura 78).

Seguindo a narrativa do ato inaugural, após a fala de Jurema Guimarães, diretor geral da Fazenda, a oficial “entrega” do “artístico bronze” (Correio Paulistano, 12 de novembro de 1942 – Fonte: Hemeroteca Digital, Ano 1942\Edição 26589 (1)), de acordo com o jornalista,

foi realizada por Antônio Sylvio Cunha Bueno, que teria descortinado o monumento. Em nome do grupo doador da estátua, o Centro Acadêmico XI de Agosto, teria discursado Fernando Melo Bueno, seguido por Ulysses Silveira Guimarães, o orador oficial da noite, uma vez que Francisco Morato ficou impossibilitado de comparecer, expressando-se em carta à comissão pró-monumento. Em seu discurso, que analisaremos detalhadamente a seguir, Ulysses Guimarães, para o jornalista, realizou uma “belíssima exortação cívica”, que “enalteceu o bandeirismo”, finalizando com declarações de que “a epopeia de nossos maiores constitui a maior garantia da inviolabilidade, da soberania e das fronteiras da pátria, no momento gravíssimo, em que elas são rondadas pela pirataria imperialista”.

Figura 79 - Recorte de jornal [A Gazeta], relata os nomes das pessoas que participaram e proferiram discursos durante a sessão de encerramento das atividades da Comissão Executiva do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. [S.l.], [1942]. – Fonte: Coleção BAND - Série IMB - Subsérie 1 - Dossiê 3 - Item 3



Encerrada a cerimônia do ato inaugural, que teria deixado “funda impressão pelo calor patriótico que a animou”, de acordo com o próprio jornalista do Correio Paulistano, os visitantes paulistas foram homenageados pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Goiás e pelo Centro Acadêmico XI de Maio da Faculdade de Direito de Goiás. O trecho acima menciona ainda telegramas que teriam sido enviados de Goiânia informando sobre as “significativas festividades, ao dr. Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, interventor Fernando Costa, interventor Pedro Ludovico”. Pela “enorme repercussão” da “feliz iniciativa” do Centro Acadêmico XI de Agosto, o jornalista acrescenta “mais uma vitória”: “a de despertar justo e fecundo entusiasmo do povo para o passado heroico do Brasil”.

Ainda, os paulistas foram recebidos, no Automóvel Clube, pelo presidente do Tribunal de Apelação de Goiás, Juvelino de Campos. Mário Romeu de Lucca teria agradecido em nome da Embaixada Universitária Paulista, discorrido brevemente “sobre a fundação e desenvolvimento de Goiânia”, e apresentado o conferencista da noite, Ulysses Silveira Guimarães.

Ulysses Guimarães, em sua fala principal, com tema “Anhanguera, o ancestral bandeirante da gente goiana”, procura recuperar o século XVIII e a “façanha do segundo Bartolomeu Bueno da Silva” que parte do “burgo anchietano” para ter, já em idade avançada, com o território dos Goiazes, em sua busca pela Serra dos Martírios. Essa “arrancada” dos ditos “legendários calções de couro” é narrada como uma luta contra “febres (...), surpresas indígenas, fome e sede”. Para este orador, a fundação de Goiânia, atribuída ao interventor Pedro Ludovico, “encontra-se entre as façanhas dignas dos bandeirantes, pois era um autêntico milagre de coragem e perseverança”. Vemos, portanto, Ulysses Guimarães em seu discurso retomar a mitologia bandeirante do século XVIII no século XX, representando-a em figuras como o interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, ou sertanistas/expedicionários que viajaram pelo Brasil central nos anos 1930, figurando-os como “novos bandeirantes”.

Ulysses S. Guimarães, em seu pronunciamento oficial, no ato inaugural do Monumento aos Bandeirantes, retoma, portanto, a narrativa oficial de que a fundação do Arraial de Sant’Anna, que se tornaria Vila Boa, antiga capital do estado de Goiás, atual cidade de Goiás, teria sido fundada por Anhanguera, o segundo Bartolomeu Bueno da Silva, bandeirante paulista:

Não podemos compreender os feitos dos nossos avoengos intelectivamente. Temos de senti-los com toda a nossa capacidade emotiva, porque eles constituem uma verdadeira epopeia. Consideremos o destino de uma cidade nascente, fincada no planalto pelas mãos piedosas de Anchieta, constantemente ameaçada pelas investidas agressivas dos selvícolas e que, no entanto, realizou um empreendimento gigantesco desbravando, através de seus filhos, rudes homens nascidos de português com índia, a maior porção de terra da América do Sul. A vida piratiningana sobre ser humilde era cercada dos maiores perigos atenuados apenas pela Serra do Mar. É comum encontrar nas velhas crônicas esta referência: “morto no sertão”. Isto significa que os primeiros paulistas não só superavam as dificuldades extenuantes na sua própria terra, mas saíam pelo sertão afora, arrostando outros perigos e sacrifícios, como se tivessem consciência do papel preponderante que lhes cabia na história. Quero frisar também as razões que colocaram Santo André da Borda do Campo, a vila fundada por João Ramalho, em situação de inferioridade frente a Piratininga, na obra ciclópica da conquista da terra. Parece que o santo canarino, ao fundar S. Paulo, teve a certeza de um destino.

De fato, tudo aqui facilitou a penetração bandeirante. A Serra do Mar constituía, em linguagem moderna, uma verdadeira Stalingrado diante da qual se esfacelavam todas as arremetidas dos bugres; o Anhembi era um convite permanente aos homens para que fossem desvendar os mistérios da mataria bruta; a feição psicológica do paulista do antanho, resultante da bravura lusitana fundida ao nomadismo do índio, foi outro fator de magna importância no fenômeno bandeirista (Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 1 – Dossiê 3 – Item 1).

Em sua fala, podemos observar que Ulysses Guimarães apoia-se na “capacidade emotiva” dos ouvintes para serem capazes de sentir os feitos dos antepassados paulistas, os bandeirantes, que ele classifica como uma “verdadeira epopeia”. Sugere aos ouvintes que considerem, por exemplo, o destino da cidade de São Paulo, “fincada no planalto pelas mãos

piedosas de Anchieta”, continuaria “constantemente ameaçada pelas investidas agressivas dos selvícolas”, se não tivesse realizado “um empreendimento gigantesco”, qual seja a de desbravar, “através de seus filhos, rudes homens nascidos de português com índia, a maior porção de terra da América do Sul”. Esse argumento da mestiçagem mameluca é retomado, uma vez que, para Ulysses, o “paulista do antanho, resultante da bravura lusitana fundida ao nomadismo do índio”, teria sido outro “fator de mana importância no fenômeno bandeirista”.

O jovem orador (Figura 80) enfatiza uma imagem do “sertão”, do interior do país, como lugar de perigo, mistério e medo, colocando que esses homens, esses primeiros paulistas, que “saíam pelo sertão afora, arrostando outros perigos e sacrifícios, como se tivessem consciência do papel preponderante que lhes cabia na história”, como predestinados a “conquistar” o Brasil central. Não nega, porém, que essa “conquista” acontecia com lutas, em contexto de incorporação ou mesmo aniquilamento do inimigo. Ao dizer que “tudo aqui facilitou a penetração bandeirante”, Ulysses afirma que na Serra do Mar, por exemplo, formava-se uma verdadeira “Stalingrado”, esfacelando-se ali “todas as arremetidas dos bugres”, isto é, dos povos indígenas da região.

Figura 80 - Recorte de jornal A Gazeta anuncia a data da solenidade de inauguração do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, para nove de novembro de um mil novecentos e quarenta e dois, anunciando os nomes das pessoas que pronunciarão discursos. [S.l.], [1942]. – Fonte: Coleção BAND - Série IMB - Subsérie 1 - Dossiê 2 - Item 2



O orador oficial do ato inaugural do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, Ulysses Silveira Guimarães, em entrevista sobre o seu pronunciamento no encerramento da Campanha pró-Monumento, afirma o seguinte:

A ideia de um Monumento aos Bandeirantes foi uma das muitas ideias que frutificam ao calor generoso e fecundo do meio acadêmico. Eu acabara de chegar de uma excursão de estudos feita à Europa, sob a direção do prof. Jorge Americano, quando

o meu colega Antônio Sylvio Cunha Bueno, que por seu turno empreendera uma viagem até Goiás, veio me procurar solicitando minha cooperação para a alvissareira iniciativa de perpetuar em bronze a figura de nossos maiores. Dei minha adesão entusiasta. São Paulo, como sempre, compreendeu em seu justo alcance e amparou em seus braços fortes o empreendimento. Todos hão de se lembrar, por certo, das belas cores cívicas que emolduraram a campanha, cartazes por toda a cidade, e apoio firme e intensivo da imprensa, o noticiário radiofônico etc. A convite nosso, Agrippino Grieco, pronuncia memorável conferência no Teatro Municipal, sobre o grande poeta santista Martins Fontes. O sr. Cesar Salgado põe sua eloquência à serviço da nobre ideia, a produz no Clube Piratininga substancioso trabalho sobre os legendários “calções de couro”. Pronunciam palestras nas emissoras piratininganas nomes cuja enunciação constitui verdadeiro mapa biográfico de valores culturais. Entre outros, citarei a de Afonso E. Taunay, Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida, Corrêa Junior, D. José Gaspar de Affonseca e Silva, prof. Soares de Melo e prof. Ataliba Nogueira. A esta altura, a Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, já estava plenamente vitoriosa uma vez que significava estupenda mobilização de vontades para consecução de um objetivo patriótico (Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 1 – Dossiê 3 – Item 2).

Nesse trecho da entrevista sobre seu discurso de encerramento da Campanha pró-Monumento, Ulysses Guimarães revive como a ideia de construir um monumento a bandeirantes na nova capital de Goiás surgiu no “meio acadêmico” paulista: por meio de seu colega Antônio Sylvio Cunha Bueno, que, após ter viajado para Goiás, solicitou seu apoio e cooperação para, nas palavras de Ulysses, “a alvissareira iniciativa de perpetuar em bronze a figura de nossos maiores” (os bandeirantes). Sem titubear, confere sua adesão à campanha, essa “estupenda mobilização de vontades para a consecução de um objetivo patriótico”, que logo é apoiada pela imprensa, pelo poder público e por certa elite intelectual paulista e goiana.

No mesmo ano de inauguração da estátua, 1942, ao ser indagado sobre a justificativa de terem escolhido Goiânia para a colocação do monumento, o orador responde o seguinte:

Eis a pergunta que nos foi feita inúmeras vezes. A resposta nós a temos pela própria história. O que caracterizou a arrancada bandeirista foi justamente isto: sua marcha para oeste, sua ânsia de inaugurar novos caminhos, seu predestino de conquistar para o Brasil seu futuro. A brava gente mameluca poderia comodamente ficar no altiplano de João Ramalho, trabalhando sedentariamente para engrandecimento de seu burgo. Preferiu, porém, cavalgar as costas móveis do Anhanbi e bater às portas virgens dos bravos sertões centrais. A mocidade paulista compreendeu e seguiu a lição: ao invés de egoisticamente procurar embelezar sua querida Capital, “bandeirantemente”, marchou para o oeste e foi cultivar seus heroicos ancestrais nas pistas que eles riscaram com suas botas andarilhas (Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 1 – Dossiê 3 – Item 2).

Neste trecho, como podemos observar, Ulysses Guimarães retoma a “marcha para oeste”, para dizer que a “arrancada bandeirista” foi justamente isso: essa “ânsia de inaugurar novos caminhos” ou esse suposto “predestino de conquistar para o Brasil seu futuro” (Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 1 – Dossiê 3 – Item 2). Atribui, portanto, aos bandeirantes, a conquista dos territórios do interior do Brasil, tendo “a brava gente mameluca” preferido “cavalgar as costas móveis do Anhanbi e bater às portas virgens dos bravos sertões centrais”.

Porém, podemos indagar: conquista para quem? Para o próprio Brasil, diriam retoricamente. Mas “quem” era o Brasil? Ou melhor, quem governava esse Brasil que se construía naquele período?

Ao voltar à pergunta que é incitado a responder, por que Goiânia fora escolhida como a cidade receptora do Monumento aos Bandeirantes, Ulysses Guimarães diz que a sua “mocidade paulista” teria bem compreendido a lição deixada pelos bandeirantes e teria marchado “para o oeste”, a fim de “cultuar seus heroicos ancestrais nas pistas que eles riscaram com suas botas andarilhas” (Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 1 – Dossiê 3 – Item 2).

Ao ser interpelado sobre sua conferência proferida no ato de inauguração, Ulysses prossegue:

Evidentemente que somente procurarei focalizar alguns aspectos da façanha maravilhosa desses homens que deram de ombros ao Tratado de Tordesilhas de 1494 e giraram a extensão continental de nossa pátria. Serão apenas algumas pinceladas em quadro de dimensões oceânicas. A mim me parece que à Jornada dos demiurgos da proa dos Antônio Raposo Tavares, que argamassaram as bases físicas do Brasil num movimento tipicamente horizontal ou espacial, há de se suceder outra arrancada bandeirista também, esta de direção vertical, civilizadora, ou, se quiserem, temporal. Em outras palavras e em resumo: harmonizar a geografia e a história, construir um grande. Eis que procurarei dizer hoje à noite, nesta rápida palestra, cujo título constitui verdadeira definição: “significação de um Monumento aos Bandeirantes em Goiânia” (Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 1 – Dossiê 3 – Item 2).

Nesse trecho, Ulysses Guimarães reforça sua ideia de que os feitos “desses homens que deram de ombros ao Tratado de Tordesilhas” teriam sido uma “façanha maravilhosa”, pois, teriam girado “a extensão continental de nossa pátria”. Para o orador, homens como Antônio Raposo Tavares, um bandeirante paulista, seriam responsáveis por “argamassar”, firmar, as “bases físicas do Brasil num movimento tipicamente horizontal ou espacial”, cabendo a esses “novos bandeirantes”, ele incluso, uma “outra arrancada bandeirista”, agora “de direção vertical, civilizadora, ou, se quiserem, temporal”. Nesse sentido, de acordo com o argumento de Ulysses, se os bandeirantes conquistaram o Brasil em seu aspecto físico, territorial, agora seria a vez dos “novos bandeirantes”, esses paulistas políticos e intelectuais do começo do séc. XX, levar a ele a civilização, o supremo ideal de sociedade (europeia).

Em outro documento, podemos observar que, ao prof. Cândido Motta Filho, diretor geral do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de São Paulo, foi endereçado, no dia da inauguração do Monumento aos Bandeirantes, um telegrama procedente do D.E.I.P. de Goiás com os seguintes dizeres:

Toda a comunidade goiana acompanha com grande interesse os últimos preparativos que estão sendo feitos para a inauguração solene, hoje, às 17 horas, do Monumento aos Bandeirantes ofertado pela mocidade paulista com o apoio dos governos dos dois grandes Estados, ao povo de Goiás. Ontem chegaram a esta Capital 4 membros do

Centro Acadêmico “XI de Agosto”, acompanhados de jornalistas representantes de diversos órgãos da imprensa de São Paulo, sendo todos recebidos por funcionários do DEIP. Daqui a algumas horas, por via aérea, deverão chegar a Goiânia os membros da comitiva chefiada pelo prof. Francisco Morato, composta por cinco pessoas, inclusive o sr. Antônio Sylvio Cunha Bueno, um dos idealizadores da notável escultura executada pelo artista patricio Armando Zago. A embaixada especial de S. Paulo será recebida no aeroporto pelos srs. representante do interventor federal, prefeito desta Capital e diretor do DEIP, sendo em seguida conduzida ao local onde se encontra o monumento, a fim de se proceder ao ato inaugural. Discursarão diversos oradores que traduzirão a importância da oferta do monumento ao povo goiano, bem como o seu elevado sentido nacionalista, na parte que se refere ao prosseguimento da marcha pela conquista do sertão, preconizada no regime do Estado Novo, pela palavra e visão política do grande presidente Getúlio Vargas. A noite será realizada, no salão de festas do (...) Clube, uma sessão solene em homenagem à embaixada paulista e muito especialmente ao prof. Francisco Morato, (...) comparecer o interventor federal, altas autoridades civis e militares, assim como universitária goiana. O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda e o Centro Acadêmico “Onze de Maio”, da Faculdade de Direito de Goiás, oferecerão aos visitantes um “cock-tail” que terá lugar após a cerimônia inaugural do monumento – Goiânia, 9 de novembro de 1942 (Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 1 – Dossiê 2 – Item 12).

Este telegrama escrito de Goiás para São Paulo endossa a presença popular, ao enfatizar que “toda comunidade goiana acompanha com grande interesse” os preparativos da inauguração do Monumento aos Bandeirantes (GO), oferta ou presente ou doação da “mocidade paulista” ao “povo de Goiás”, com subvenções dos governos dos “dois grandes estados” (Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 1 – Dossiê 2 – Item 12). É importante notar o papel da imprensa paulista não somente na divulgação de informações, fotografias e discursos da Campanha pró-monumento, desde o surgimento da ideia, mas também por sua capacidade ideológica de vincular, reunir, a sociedade letrada em torno de um discurso, de passado comum, de uma ideia de nação que fosse compartilhada entre os “patriotas”, “brasileiros”.

O telegrama sublinha a recepção, além de jornalistas paulistas, de representantes do governo de São Paulo e do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo por parte de representantes do governo de Goiás e da prefeitura de Goiânia, bem como do diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Goiás. Do aeroporto de Goiânia, onde seriam recepcionados, seguiriam para o local onde seria erigido o monumento, para dar início ao ato inaugural.

No ato inaugural, de acordo com o telegrama, foram proferidos discursos sobre a “importância da oferta do monumento ao povo goiano, bem como o seu elevado sentido nacionalista, na parte que se refere ao prosseguimento na marcha pela conquista do sertão, preconizada no regime do Estado Novo, pela palavra e visão política do grande presidente Getúlio Vargas” (Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 1 – Dossiê 2 – Item 12). Aqui, a ênfase é dada ao projeto nacionalista de Getúlio Vargas, orientado pela Marcha para Oeste, políticas de interiorização e “conquista do sertão”. O Monumento aos Bandeirantes, em

Goiânia, surgiria como um corolário desta conquista. A capital moderna, resultante de desbravamento político, atuação principal de Pedro Ludovico Teixeira, mais um “novo bandeirante” do séc. XX, recebe do grande estado progenitor, São Paulo, um monumento de seus supostos antepassados, os bandeirantes. E recebe o presente. Porque, como já dizia Marcel Mauss (2003), em seu clássico “Ensaio sobre a dádiva”, debruçando-se sobre as trocas nas sociedades “arcaicas”, concebe que o ato de dar pressupõe a obrigação de receber. E, em seguida, de retribuir, mantendo, assim, o vínculo, a relação, entre as sociedades. Não à toa, a sociedade goiana, na figura desses representantes legais e políticos, homenageia a “embaixada paulista” em visita à Goiânia para o ato inaugural, oferecendo-lhes discursos de agradecimento em sessão solene e “cock-tail”.

José Barbosa e Fernando Melo Bueno, ao regressarem de Goiânia, relatam à Agência Nacional como o povo goiano recebeu caravana paulista que chegou em Goiás para acompanhar as celebrações da inauguração do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, além de destacarem um sadio entusiasmo com o empreendimento e “o ardente nacionalismo que presidiu todas as solenidades” (Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 1 – Dossiê 3 – Item 5).

A reportagem é tendenciosa e narra as bandeiras paulistas como epopeias dignas de glórias. De São Paulo, para o jornalista, teriam partido “rumo aos sertões desconhecidos”, os bandeirantes, “nos primórdios da nacionalidade”. Segundo a reportagem, esses brasileiros, “no seu intuito de desbravar as riquezas da terra ainda virgem, realizaram a maior obra de brasilidade – a da extensão geográfica e da delimitação das fronteiras pátrias”. Prossegue sua argumentação dizendo que “em sua entrada pelas terras de Goiás”, uma dessas bandeiras, cujo chefe era *Anhanguera*, teria resolvido acampar sob a Serra Dourada. Ali teria sido levantada uma cruz de madeira e “rudes choças”, para que os “batedores do sertão” plantassem “suas roças, buscando munirem-se dos alimentos necessários para as futuras penetrações”. Esse “rústico acampamento” teria se tornado a antiga capital do Estado, cidade de Goiás.

A reportagem segue para os anos 1930. Ano da “revolução vitoriosa” de Getúlio Vargas que colocou “no executivo goiano” figuras como Pedro Ludovico Teixeira “para Interventoria Federal no grande Estado Mediterrâneo”. Tivera início ali, em Goiás dos anos 1930, “uma nova era de progresso e de dinâmicas realizações”. Para o jornalista redator, “o governo eminentemente nacionalista de Getúlio Vargas reintegra o Brasil na posse de si mesmo”, especialmente com a implantação de movimentos como a “Marcha para Oeste”, que, em suas palavras, “só encontra similar nas épicas entradas das Bandeiras”.

Figura 81 - Flâmula “Lembrança de Goiânia” com o Monumento aos Bandeirantes – Fonte: Coleção Temática Projeto de Exposição O Morar Paulistano 2010-2013 – Museu do Ipiranga



Aos jornalistas do jornal “A noite”, esses mesmos acadêmicos paulistas em regresso, José Barbosa e Fernando Melo Bueno, afirmaram que o estado de Goiás está integrado na comunhão nacional e que precisa da maior união de todos os brasileiros, que seriam tão necessários para a nacionalidade. Para eles, “os goianos têm [uma perfeita compreensão] do verdadeiro significado político da ‘Marcha para Oeste’, movimento de brasilidade para o qual a edificação de Goiânia vale como uma das mais importantes contribuições” (Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 1 – Dossiê 3 – Item 5). O monumento inaugurado, então, para os acadêmicos paulistas, “vinculou, indelevelmente, o sentimento bandeirante de goianos e paulistas”.

Sobre a gestão do interventor Pedro Ludovico na construção de Goiânia, os acadêmicos paulistas afirmam que:

Goiânia, dentro do seu extremado nacionalismo, tem muito de São Paulo. Autêntico gesto de bandeirante foi o de Pedro Ludovico Teixeira, construindo-a. E não menos de bandeirante foi a estoica resignação dos seus primeiros habitantes, ao passarem pelos rudes combates que antecederam a magnificente realidade que é hoje a “Capital-Ousadia”. Goiânia, com a sua atrevida atividade, com o seu afã de progresso, com as suas realizações da noite para o dia, tem muito de São Paulo. Nada mais natural, agora ainda mais alicerçada pelo monumento erguido à glorificação do bandeirante, num dos mais vistosos pontos da catita cidade cabocla de que se ufana o colosso central (Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 1 – Dossiê 3 – Item 5).

Neste trecho fica evidente que os acadêmicos paulistas buscaram equiparar Goiânia a São Paulo, mostrando como, “dentro do seu extremado nacionalismo”, Goiânia teria muito de São Paulo, principalmente tendo em vista o “autêntico gesto de bandeirante” de Pedro Ludovico Teixeira e dos primeiros habitantes da cidade em construí-la. Goiânia teria muito de São Paulo ainda por “sua atrevida atividade”, “seu afã de progresso”, “suas realizações da noite para o dia”. Goiânia teria muito de São Paulo por ser uma capital “moderna” pulsando no interior

brasileiro. O monumento, “erguido à glorificação do bandeirante”, num dos pontos centrais da “catita cidade cabocla”, aparece novamente como um corolário de todo esse processo de modernização do estado de Goiás, a partir de ligações com o estado e a cidade de São Paulo.

Cassiano Ricardo, intelectual paulista da ala direitista do movimento moderno já bastante analisado no capítulo 2 (que tratou sobre a construção do Monumento às Bandeiras (SP)), e sua influência na cultura, na intelectualidade, da nova geração goiana é subtítulo de uma das reportagens que tratara da inauguração do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. A respeito disso, disseram os estudantes paulistas entrevistados que Cassiano Ricardo exerce tamanha influência marcante na “formação cultural da nova geração de Goiás” (Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 1 – Dossiê 3 – Item 5) de forma que, em quase todos os discursos proferidos no ato de inauguração, em 9 de novembro de 1942, Ricardo teria sido citado.

Figura 82 - Item 9 - Cartão Postal do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia (frente). [S.l.], [1942]. – Fonte: Coleção BAND - CIDARQ/UFG.



Sobre o simbolismo da estátua recém-inaugurada na nova capital do estado central, elucidam os acadêmicos paulistas:

E voltado para oeste, como que indicando o rumo para novas arrancadas e robustecendo a diretriz nacional de Getúlio Vargas, a figura secular e simbólica do bandeirante, perpetuada no bronze e no granito e plantada na mais linda praça de Goiânia, a “Capital-Ousadia”, ficará para sempre em pleno coração geográfico da Pátria, testemunhando eloquentemente, ao mesmo tempo, o mais vivo sentimento de brasilidade, a energia construtiva da raça (Coleção BAND – Série IMB – Subsérie 1 – Dossiê 3 – Item 5).

A direção do Monumento aos Bandeirantes (GO), mirando para o oeste da cidade, indicaria, para os estudantes paulistas, “o rumo para novas arrancadas”, fortalecendo “a diretriz nacional de Getúlio Vargas”, como símbolo da “Marcha para Oeste”. A figura do bandeirante,

“secular e simbólica”, restará “para sempre em pleno coração geográfico da Pátria”, como testemunho eloquente do “mais vivo sentimento de brasilidade”, da “energia construtiva da raça”. Novamente, o argumento de uma “raça” bandeirante, paulista, portanto, como detentora de uma energia construtiva, criativa, de ousadia e ação sobre o mundo. Goiânia aparece, assim, como a “Capital-Ousadia”.

De porte pouco monumental, em termos de grandezas materiais, o Monumento aos Bandeirantes (GO) mede cerca de 3,5m de altura. Seu pedestal mede, atualmente, aproximadamente duas vezes sua altura. O bandeirante solitário foi desenhado e esculpido com botas altas, chapéu largo, calça, gibão e cinto (Figura 83). Equipado com uma espada pendurada entre os ombros e a cintura, o sertanista com firmeza segura na mão direita o bacamarte e, por fim, há a bateia para o garimpo na mão esquerda. Seu olhar altivo, mira o horizonte, o que invoca uma postura de liderança e chefia.

Figura 83 - Bandeirante. Década de 1970. Alois Feichtenberger. Goiânia (GO)– Fonte: Acervo MIS|GO



O conjunto escultórico e toda representação do bandeirante, detalhada na escolha da indumentária e na pose corporal, por exemplo, retomam a elaboração das primeiras representações visuais e imagéticas dos bandeirantes, encomendas de Afonso Taunay ao acervo do Museu Paulista, que remetiam aos retratos monárquicos e de chefes militares de fins do séc. XVII (MARINS, 2007). Era preciso atribuir ao sertanismo paulista um heroísmo, ainda que “mediante o zeloso controle das imagens” (Ibidem, p. 104) exercido por Taunay, por exemplo.

Marins (2020) conduz um estudo sobre a difusão, repetição ou reprodução da indumentária bandeirante no começo do século XX, movimento feito por Afonso Taunay e outros. Nesse período, diversas cidades paulistas receberam brasões com a “marca”

bandeirante, tal como podemos ver no acervo do Museu Paulista, em casos de algumas cidades do interior paulista, e na imagem a seguir (Figura 84), sendo reproduzido também em território goiano. Um bandeirante, com seu bacamarte, suas botas, chapéu e bateia, foi representado no brasão da cidade de Goiânia, ao lado da figura do garimpeiro, que porta apenas a bateia e uma arma branca.

Figura 84 - Brasão de Goiânia (2013) - Fonte: Site Prefeitura de Goiânia, 2025.



Além do seu posicionamento, é interessante observar a localização em que foi fixado o Monumento aos Bandeirantes (GO) (Figura 85). Com relação ao seu posicionamento, como adiantamos, ela foi fixada em direção ao oeste da cidade de Goiânia, como uma referência à “Marcha para Oeste”, patrocinada pela Fundação Brasil Central, nos anos 1930, sob o governo desenvolvimentista e nacionalista de Getúlio Vargas. Sobre sua localização, talvez precisemos replicar a máxima sobre estátuas dispostas nos espaços públicos das cidades: nada é por acaso ou simples coincidência. Desde o primeiro plano urbanístico de Goiânia, desenhado por Atílio Correa Lima, foi-se previsto um monumento celebrativo às bandeiras, ao *Anhanguera* e sua localização também foi definida, como vimos na Introdução desta tese.

Todavia, embora os documentos não deem pistas explicativas, o lugar para inauguração da estátua foi alterado alguns metros, permanecendo, porém, na região central da cidade. O monumento, portanto, previsto para ser inaugurado no centro da Praça dr. Pedro Ludovico Teixeira, conhecida como Praça Cívica, de onde partiam as principais avenidas e artérias de comunicação da nova capital, foi então erguido no cruzamento das avenidas *Anhanguera* e *Goiás* (antiga av. Pedro Ludovico Teixeira), sustentando, assim, na praça Atílio Correa Lima (popularmente conhecida como Praça do Bandeirante), o mito fundador do estado: o *Anhanguera* que cruza *Goiás*.

Como a cidade é dinâmica, da inauguração de Goiânia e do Monumento aos Bandeirantes (GO) até os dias atuais, muitas transformações acompanharam a Praça do

Bandeirante e seus arredores, no cruzamento das avenidas *Anhanguera* e *Goiás*, tanto no que se refere à espacialidade-temporal, concreta, material, prático-sensível, dos edifícios e avenidas, das praças e ruas, quanto às narrativas e simbologias em torno daquele espaço e da figura do *Anhanguera*. A mais visível é a eliminação da praça, cedendo lugar aos corredores viários, de transporte público e privado, no final dos anos 1970, com a construção do BRT Leste-Oeste, Eixo *Anhanguera*, que atravessa a av. *Anhanguera* e a ampliação das vias de tráfego. Atualmente, o monumento resta ainda mais ilhado entre os fluxos de automóveis e ônibus coletivos, inacessível aos pedestres, condição acentuada desde a construção do BRT Norte-Sul, que trafega pela av. *Goiás*.

Figura 85 - Vista aérea do Monumento aos Bandeirantes, Goiânia (GO) - Fonte: Zuhair Mohamad, Jornal O popular (2017)



Tombada em patrimônio histórico pela prefeitura de Goiânia em 1991, o Monumento aos Bandeirantes (GO) teve seu pedestal elevado no ano em que se realizou a revitalização da avenida *Goiás*, em 2001. Esta avenida manteve-se como o eixo cívico-monumental entre a Estação Ferroviária, inaugurada em 2019, após revitalização, e o Palácio de Governo (BORGES, 2017), entremeada por construções d'*art déco*, tais como o Relógio e os edifícios da Praça Cívica, reinaugurada em 2015, onde se localiza o Palácio.

Neste capítulo, procuramos evidenciar de onde surgiu a ideia de construir um monumento a bandeirantes em Goiânia nos anos 1938, quem foram os agentes envolvidos nessa campanha, a quais instituições se vinculavam, quais foram os seus discursos e justificativas utilizados para materialização dessa memória em território goiano. No próximo capítulo, pretendemos mostrar como vozes dissidentes (artistas, escritores, estudantes, pichadores, manifestantes políticos, lideranças de movimentos sociais), dentro de uma mesma sociedade (goiana, principalmente, mas também paulista), podem ecoar suficientemente forte para

estremecer o discurso da tradição (bandeirante, conservadora, racista e elitista), fazendo-se ver nas formas que os espaços da cidade que recebem os monumentos a bandeirantes vão tomando.

CAPÍTULO 3 – DESESTABILIZANDO OS DISCURSOS DA TRADIÇÃO: MONUMENTOS, MEMÓRIAS E CONFLITOS

Neste capítulo, a/o leitor/a encontrará uma confrontação imagética e narrativa com fotografias e reportagens jornalísticas publicadas ao longo dos séculos XX e XXI que apresentam apropriações e/ou intervenções no Monumento aos Bandeirantes em Goiânia (1942) e no Monumento às Bandeiras em São Paulo (1953), em diferentes momentos, a fim de evidenciar as disputas políticas que envolveram as contranarrativas sobre o bandeirantismo e os discursos oficiais sobre essa estátua/escultura. Esses discursos oficiais, em geral, versam sobre a mesma temática (de exaltação da memória bandeirante), reforçando um “mito bandeirante” através dos monumentos aqui analisados, em estados e capitais diferentes, mas em tempos históricos relativamente contemporâneos entre si, como vimos nos capítulos anteriores.

O objetivo deste capítulo é, portanto, demonstrar a desestabilização sobre os discursos da tradição bandeirante, com uma análise documental que cobrirá parte do acervo do Museu da Imagem e Som de Goiás, do jornal “O Estado de São Paulo”, da Hemeroteca Digital, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação de Goiânia, destacando as disputas de memória em torno dessas obras patrimoniais e históricas que habitam o espaço público dessas cidades. Buscaremos mostrar como diversos grupos que compõem as capitais aqui analisadas (e identificaremos cada um deles) não se sentem nelas representados, questionando sua presença enquanto “lugares de memória” (NORA, 1993), não alcançando nesses monumentos o que buscavam originalmente as elites locais envolvidas em suas respectivas construções: um passado comum, uma memória e uma identidade goiana/paulista (e “brasileira”) atrelada à imagem do “bandeirante paulista”.

Obviamente que a grande masse documental narra sobremaneira os feitos daqueles que apoiavam as homenagens a bandeirantes nos territórios goiano e paulista, aumentando a dificuldade de encontrar vozes dissonantes, discursos contrastantes, narrativas outras, que foram muitas vezes silenciadas. Essa é a principal lacuna que esse capítulo tenta cobrir. Embora poucos, foram encontrados alguns registros dessas vozes, sendo sua própria existência base suficiente para provar que não era consensual o discurso que se tornou dominante e hegemônico no começo do século XX: aquele que condecorava os bandeirantes como responsáveis pela expansão territorial e pelo avanço civilizacional sertão adentro.

Discutimos aqui, portanto, os processos de construção da memória coletiva a partir desses objetos históricos e artísticos e dos conflitos que eles engendram no seio da sociedade civil. Isso porque essas obras a bandeirantes representam, heroicizando, um período histórico “controverso”, que pode ser lido, a “contrapelo”, como um “passado incômodo”, para usar os termos de Walter Benjamin e Lucila Svampa, principalmente se considerarmos a “memória das vítimas” que passa a ser considerada na historiografia vigente, segundo o historiador Marcos Napolitano, após as grandes guerras e a descrença generalizada na “civilização” ocidental eurocentrada.

Na mesma linha, podemos acrescentar a noção de testemunho e de “memórias traumáticas”, de M. Seligmann-Silva, atreladas, em nosso estudo, aos grupos subalternos cujos ancestrais muitas vezes foram submetidos à dominação bandeirante no período colonial ou à dominação sertanista no século XX; ou encontram-se hoje ainda em reivindicações de força política, território e sobrevivência.

Nesse sentido, nosso objeto de pesquisa centraliza-se em torno dos monumentos a bandeirantes em Goiânia e São Paulo e dos novos usos, reapropriações e novas representações, subversivamente, tecidas pelos grupos sociais ligados a movimentos de luta por direitos das minorias que se sentem afetadas com a existência destas chamadas “obras de arte” que, para esses grupos, representam, de fato, etnocídio e violência, tais como os movimentos indígena e negro. Estudantes, trabalhadores, mulheres, são outros que podemos citar. Além desses movimentos, artistas de maneira independente ou organizada também surgiram como críticos e criadores de novas imagens relacionadas ao passado bandeirante.

Também é nosso foco de análise nesse capítulo as alterações na paisagem urbana que envolve a relativa fixidez da estátua/escultura ao longo dos anos, pensando sobretudo se essas mudanças físico-materiais nos monumentos, e/ou em seus pedestais, e/ou em seus entornos, dizem de transformações simbólicas nas representações deles perante a sociedade civil, em suas relações de pertencimento ou recusa. É possível observarmos, à guisa de ilustração, a Praça Atílio Correia Lima (conhecida popularmente como Praça do Bandeirante), cenário do Monumento aos Bandeirantes (GO), se transformar ao longo dos anos de sua existência, deixando de ser uma praça centralizada, com certa infraestrutura, passando por reformas em sua concretude atreladas a mudanças legislativas e releituras culturais, tornando-se uma ilha entre corredores viários de transporte público e privado, inacessível a pedestres. Por outro lado, a Praça Armando Salles de Oliveira, que recebe o Monumento às Bandeiras (SP), permanece com sua relativa visibilidade, localizada na entrada do Parque Ibirapuera, numa região nobre da cidade de São Paulo.

Uma reportagem publicada em agosto de 2021, no jornal “Folha de São Paulo”⁵³, por Victoria Damasceno, coloca o Monumento às Bandeiras (SP), bem como as estátuas a Borba Gato e a *Anhanguera* (outros bandeirantes), na lista elaborada pelo Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo de 40 monumentos considerados “controversos por glorificarem pessoas ligadas a momentos sensíveis do passado brasileiro – a escravidão, o massacre indígena, o período colonial e a ditadura militar, por exemplo”. O objetivo desse levantamento, segundo o DPH, seria promover o debate sobre as obras na sociedade civil, e não “removê-los, condená-los ou alterá-los”.

De outro lado, a proposta dada pelo Guia Negro, coletivo negro de São Paulo, que também elaborou uma lista, parece mais radical, colocando esses monumentos como “monumentos racistas da cidade de São Paulo que podem ser derrubados”⁵⁴. Entre as 8 obras citadas, encontram-se as mesmas homenagens a bandeirantes e bandeiras assinaladas na lista anterior: Monumento às Bandeiras (SP), estátuas a Borba Gato e a *Anhanguera*. Outra lista, dessa vez produzida e publicada, em 2020, no *site* “Arte que acontece”, coloca os dois monumentos em destaque nesta tese como “estátuas pelo Brasil que poderiam ser retiradas”⁵⁵ e acrescenta outro monumento a bandeirantes existente em Santana do Parnaíba - SP.

É preciso destacar, ainda, que as vozes dissidentes em torno da presença destes monumentos no espaço urbano das capitais goiana e paulista não são exclusivas da contemporaneidade. Como podemos ver no poema epígrafe desta tese, “Bandeira macabra”, de Casimiro Lima (1983), vencedor do primeiro concurso de poesia do Movimento Unificador dos Estudantes Goianos, publicado em 1947, apenas cinco anos após a inauguração do Monumento aos Bandeirantes (GO), que foi erigido em Goiânia em 1942:

Arranquem o Bandeirante!
 Levem-no para o matadouro!
 E com o produto de sua carne de bronze barato
 Matem a fome dos mendigos que pululam na Av. Anhanguera
 O resto? - não sobra resto, o que sobram são bocas
 Escancaradas de dentes amarelos, que a fome secou os lábios,
 Mandem-no espetado na ponta de um chuço
 Aos acadêmicos de sua terra!
 Dependurem-no à entrada do salão nobre do "XI de Agosto".
 Deixem o sangue escorrer, sujar o mármore, o tapete,
 Cair aos pedaços nauseabundos, num brado de revolta,
 De pranto, de dor.

⁵³ <<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/08/com-borba-gato-prefeitura-de-sp-cria-lista-com-41-monumentos-polemicos-saiba-quais-sao.shtml>>>. Acesso: 26/02/2025.

⁵⁴ <<<https://guianegro.com.br/oito-monumentos-racistas-em-sao-paulo/>>>

⁵⁵ <<<https://artequeacontece.com.br/10-estatuas-pelo-brasil-que-poderiam-ser-retiradas/>>>

“Sou um pedaço roubado à fome dos seus irmãos,
que homens desta terra, espalharam noutras terras, levados pela
ambição!

Nunca houvesse "bandeirante", jamais seria preciso me
retalharem o açougue da fome, porque os seus homens
levaram o mal desta terra, o mal do mundo civilizado,
para os domínios dos índios goiá!"

Retirem o Bandeirante!

Desentulhem a Avenida!

E já que suas carnes não matam a fome do mundo,
Fique livre o trânsito para o desfile macabro da miséria,
E sirva seu pedestal de "ponto" àquele mendigo
Que encontrou os outros lugares ocupados.

A partir do poema supracitado podemos depreender que, sem floreios e criticamente, o eu-lírico, utilizando-se do imperativo, exorta, ordena: “arranquem o bandeirante!”. Mais do que isso, ele não compreende sua presença no espaço urbano da nova capital e, indignado, exige que devolvam o presente do Centro Acadêmico XI de Agosto: “mandem-no (...) aos acadêmicos de sua terra!”. Isso demonstra que ele estava informado do processo de construção do monumento, sabia que se tratava de uma doação do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito de São Paulo para a cidade de Goiânia.

Precisamente coloca que “não houvesse ‘bandeirante’”, esses homens que “levaram o mal desta terra, o mal do mundo civilizado, para os domínios dos índios goiá!”, “jamais seria preciso me retalharem o açougue da fome”. O poeta, que também era estudante, todavia, é um desconhecido. Invisibilizado pelas elites locais e seus aliados que levaram a cabo a construção e manutenção do monumento de 1942 até os dias atuais. Não há biografias, livros ou registros de memórias sobre ele. Podemos considerá-lo, assim, como um representante do cidadão-comum goiano, do transeunte no meio da multidão, das vozes silenciadas e/ou não registradas pela história oficial nem legitimadas pelas instituições, mas que nem por isso deixam de existir.

Em São Paulo, podemos ver com Thiago Gil de Oliveira Virava (2022) que a “cena de destruição” (e conseqüente desaparecimento) do Monumento às Bandeiras (SP) já havia sido imaginada por Oswald de Andrade, escritor modernista, em uma narrativa ficcional, cerca de um ano depois da primeira apresentação do projeto de Victor Brecheret, em 1921. Essa cena (a destruição da maquete do monumento) foi atuada pelo personagem do romance “Os condenados”, um escultor, por não fazer “justiça à condição ambivalente e complexa que assumia, naquele momento, o fenômeno histórico das bandeiras e a figura do bandeirante” (VIRAVA, 2022, p. 182-183). As justificativas de Oswald para tal posicionamento, todavia, em concordância com sua perspectiva acerca da questão racial no Brasil, não deixam de

considerar o povo paulista como um “povo de mil origens” e o exemplo a ser seguido pelo país. Como podemos ver, de acordo com Thiago Virava (2022, p. 189), Oswald recusa, de certa forma, destruindo simbolicamente a maquete de um equivalente ao Monumento às Bandeiras em seu romance, certa visão das bandeiras e dos bandeirantes, mas mantém outra:

O bandeirante futurista não poderia, portanto, ser apenas uma exaltação do passado “heroico” das bandeiras lideradas pelos mamelucos paulistas, um símbolo aglutinador apenas para seus herdeiros, os paulistas de quatrocentos anos. Ele deveria conter também o “facho vacilante” de um futuro que seria construído não mais pelos orgulhosos “descendentes” dos sertanistas, mas por seus “filhos pródigos” e pelos imigrantes.

Como aponta o historiador e crítico de arte T. Virava (2022) na citação acima, em Oswald, a imagem do bandeirante não necessariamente desaparece, mas se transfigura: deixa de investir na exaltação de um passado restrito a certos herdeiros paulistas e busca promover também nos “filhos pródigos” e imigrantes o mesmo sentimento de pertencimento à memória bandeirante. Há assim o esforço no sentido de vincular o passado paulista ao passado brasileiro de maneira geral, atrelando assim o mito bandeirante à memória de fundação da nação.

Tanto o poema como o romance narram cenas de destruição ou devolução, no universo artístico (literatura), dos monumentos a bandeirantes aqui analisados. Tratam da possível iconoclastia de imagens que retomam um “passado incômodo”, como podemos pensar com Lucila Svampa (2021). Incômodo para quem, alguns poderiam insistentemente questionar? Aí entram as noções de “testemunho”, como uma estratégia de resistência e fonte histórica, e “memórias traumáticas”, introduzidas por M. Seligmann-Silva (2024), que nos auxiliam na tentativa de relacionar a presença desses monumentos representativos do passado colonial nas cidades modernas brasileiras com as ideias que os alicerçaram e, fundamentalmente, com os grupos que resistiram, por sofrerem violações e prejuízos culturais, sociais e político-econômicos. Esses grupos e comunidades, diretamente ligados ao “mito bandeirante”, de afrodescendentes, que foram escravizados até 1888, de indígenas, que sofreram diversas formas de dominação e escravização desde o início do processo colonial, de mulheres, de imigrantes, entre outros, concentram os principais grupos e movimentos responsáveis por respostas aos discursos da tradição bandeirante.

Nesse sentido, buscaremos, no *palimpsesto*⁵⁶ que são esses monumentos a bandeirantes aqui escolhidos para serem estudados, as representações destas obras na história recente, que remetem a fragmentos do passado, mas são sobrescritos por um novo significado.

Na mesma direção, Duncan (2004) propõe ler a cidade como um texto, ampliando nossa forma de pensar a relação entre a paisagem urbana e a cultura nos processos de produção e reprodução do espaço. Ao entender a memória social como uma formação institucional criada por indivíduos, comunidades e grupos que reproduzem valores materiais e espaciais no campo do consenso de valor, os autores da Universidade Federal de Ural, na Rússia, um deles do departamento de Sociologia e Ciência Política (ANTONNOVA et al, 2017), compreendem-na como um sistema de valores, condições e resultados de práticas socioculturais de indivíduos e grupos. A cidade se tornaria, assim, um espaço simbólico, porque os indivíduos preenchem certos pontos semânticos com seus símbolos específicos (monumentos, templos, casas etc.). Todavia, vale pensar também como a memória social se constitui enquanto campo de conflito de valor, não apenas do consenso.

Ao invés de tratar os monumentos públicos como inocentes veículos estéticos, irrefletidos na esfera pública, pesquisas mais recentes têm enfatizado os significados políticos e culturais atrelados a eles (JOHNSON, 2002). Dá-se ênfase à espacialidade dos monumentos públicos, colocando os lugares não são somente como pano de fundo por onde a história é contada, mas os “lugares de memória” eles mesmos constituindo os significados do conjunto, ao se tornarem tanto localização física como uma linha de visão da interpretação (JOHNSON, 1994, 1995).

Vemos com o sociólogo Pedro Célio Borges (2017, p. 348) que “uma das maneiras de um povo se valer do passado na construção do presente é inscrevendo-o nos lugares, nos textos e nas mensagens caracterizadoras de uma época”. No caso dos monumentos a bandeirantes aqui estudados, isso pode ser confirmado, pois, como vimos nos capítulos anteriores, certos grupos de elites paulistas e goianas, configurados em determinada relação junto ao poder público, se projetavam na época de construção das homenagens, buscando ainda, retomando o passado, promover-se no futuro, eternizando-se junto às obras posteriormente patrimonializadas.

Afinal, não há lembrança, mesmo individual e profundamente subjetiva, que seja dissociada da vida social e da memória coletiva, pois, como atesta a socióloga brasileira Myrian Sepúlveda Santos (2012, p. 58): “indivíduos não se lembram por si mesmos e, para lembrarem,

⁵⁶ Entendemos palimpsesto como um mesmo documento ou objeto documental (aqui um monumento) cuja inscrição/sentido inicial se perdera com o tempo ou fora rasurada para dar origem a um novo texto, que a sobrescreve, proporcionando um novo significado que retoma tanto a inscrição inicial quanto os textos seguintes.

necessitam da memória coletiva, isto é, da memória que foi construída a partir da interação entre indivíduos”. Sendo os monumentos veículos materiais e simbólicos dessa memória compartilhada, consensual ou conflituosamente, entre indivíduos de um mesmo grupo nacional, regional ou local, é necessário observar os interesses e valores que acompanham estes grupos, agentes e instituições engajados na elaboração ou direcionamento da memória coletiva, uma vez que esta incide sobre a construção dos sentimentos de identidade e pertencimento.

Para o pesquisador espanhol de patrimônio cultural, César González (2014, p. 106), “de fato, monumentos e edifícios [...] são pontos de apoio para a construção da memória social, são como estímulos externos que ajudam a reativar certos traços desta memória”. Nesse sentido, a estátua e a escultura a bandeirantes aqui estudadas surgem como pontos de apoio de certa memória coletiva goiana e paulista atrelada às elites intelectuais e políticas do período. Restamos, portanto, desvelar quais memórias esses monumentos acionam, quais grupos se sentem neles representados e quais não, bem como acompanhar as mudanças nas representações e significados a eles atribuídos ao longo dos anos onde ocorreram também mudanças espaciais.

Vejamos, primeiramente, o Monumento às Bandeiras (SP). Ele se encontra na Praça Armando Salles de Oliveira, próximo ao Parque Ibirapuera (Figura 86), que fora construído para ser palco das celebrações do IV Centenário da cidade de São Paulo, em 1954, data que coincide com o segundo ato de inauguração da escultura aqui estudada. Este fato, as comemorações do IV Centenário, colocou o Parque no mapa da cidade como um de seus principais símbolos cívicos. Cercada pelas avenidas Pedro Álvares Cabral e Brasil, bem como pela rua Manuel de Nóbrega, a Praça Armando Salles de Oliveira recebe os homens e a mulher que amamenta das bandeiras de Brecheret, constatando o simbolismo da localização, uma vez que a toponímia sugere a narrativa do descobrimento.

Figura 86 - Vista aérea do Monumento às Bandeiras - Fonte: Marco Antonio Cardelino (2008)



Alguns estudos, como os de Barone (2007) ou Marins (1999), mostram que o Parque Ibirapuera encarna o paisagismo de modernidade, destinado ao lazer e à cultura da população urbana, tendo sido o primeiro “parque metropolitano” (BARONE, 2007) da cidade. Seu conjunto arquitetônico e paisagístico reúne edifícios e obras de artistas modernistas, como Oscar Niemeyer.

Outro aspecto sobre a localização deste monumento é que ele se encontra no cruzamento de grandes avenidas, artérias largas e velozes, símbolos do progresso e da modernização, com automóveis, ônibus coletivos – ou, no caso do Monumento aos Bandeirantes de Goiânia, BRTs Leste-Oeste e Norte-Sul, entre outros coletivos “rodoviaristas” (RIBEIRO, 2006). Da mesma forma, os edifícios públicos e privados ao redor compõem marcos visuais que remetem ao modernismo, estando carregados de sentido ao serem inseridos na paisagem urbana. Automóveis, avenidas, viadutos são vistos como expansão econômica: “símbolos de uma associação idealizada entre circulação e progresso” (CAMPOS, 2002, p. 399).

Por outro lado, ao observarmos a localização do Monumento aos Bandeirantes (GO), é possível perceber que, ao contrário de investimentos e medidas protetivas ao patrimônio, visto no Monumento às Bandeiras (SP), a Praça do Bandeirante, em Goiânia, e as avenidas do entorno tiveram seus tamanhos radicalmente reduzidos, o que atualmente impossibilita o acesso de pedestres, embora, na primeira década dos anos 2000, em uma restauração da avenida Goiás, o pedestal da estátua tenha sido erguido na altura dos prédios ao redor para evitar “atos de depredação” ao patrimônio público (Figura 87).

Figura 87 - Praça do Bandeirante no Cruzamento da Avenida Anhanguera com a Avenida Goiás - Fonte: Marcos Issa/Argosfoto, 2009



Fixada no cruzamento das avenidas *Anhanguera* e *Goiás*, a estátua com o bandeirante ilhado entre os fluxos de transporte de mercadorias e pessoas parece remontar, ainda, aos significados atribuídos à localização do Monumento às Bandeiras (SP): à mobilidade dos bandeirantes, seu dinamismo histórico, seu movimento constante. Mais ainda, no caso do Monumento aos Bandeirantes (GO), parece retomar o mito de origem do estado atrelado e interdependente da história paulista: o bandeirante, paulista, Bartolomeu Bueno da Silva filho, o segundo *Anhanguera*, que teria sido o responsável pela fundação do Arraial de Sant’Ana, antiga capital do estado de Goiás, atual cidade de Goiás.

Desse modo, os monumentos estão quase sempre associados aos mitos de origem e heróis fundadores do lugar onde são erigidos, bem como à história do funcionamento e desenvolvimento de específicas comunidades, grupos e territórios por considerado tempo:

Os monumentos marcam o espaço da cidade criando e alterando sua paisagem simbólica. A mensagem semântica que carregam é refratada pelo prisma de sua percepção pelos cidadãos. Monumentos propiciam a formação da memória social ao desempenharem determinadas funções, cuja análise torna possível compreender essas metamorfoses que ocorrem quando eles foram criados e percebidas nas décadas recentes (ANTONOVA et al, 2017, p. 2, tradução nossa).

Os autores acima citados (ANTONOVA et al, 2017) apontam ainda que é necessário notar o problema da localização do monumento, sua conexão com os prédios que são diferentes em suas funções e imagem estética. Monumentos são símbolos tangíveis de certos espaços urbanos e estão frequentemente localizados em pontos nodais deste espaço (SAVAGE, 2011). Se o urbanista Kevin Lynch (1960) define, em “A imagem da cidade”, os monumentos como “pontos focais”, o geógrafo cultural Martin Auster (1997, p. 220, tradução nossa) vai

acrescentar o prisma simbólico ao dizer que os monumentos são “pontos focais de significado na paisagem”. Para ele, o interesse da geografia pelo estudo dos monumentos parte da constatação de que os monumentos expressam a relação entre o povo e o lugar.

É nesse sentido que buscamos compreender as metamorfoses que ocorrem nas mensagens que os monumentos a bandeirantes enunciam por meio dos agentes e das instituições que os construíram e legitimaram sua manutenção no espaço público das capitais aqui analisadas e, de igual modo, analisar as representações assumidas nas décadas recentes e seus desdobramentos sobre a memória social/coletiva das cidades correspondentes: São Paulo e Goiânia.

Para discutir importantes funções dos monumentos públicos, os pesquisadores em geografia Cudny e Appelblad (2019) os analisam no espaço urbano contemporâneo a partir de dois pontos de vista: sua relação com a arte pública e com o espaço público urbano onde geralmente estão localizados. Assim, os monumentos são tratados como parte da arte pública, pois, uma vez inseridos no espaço público, estariam sendo democraticamente disponibilizados à sociedade civil, possibilitando seu acesso aos bens culturais (JOHNSON, 2002b). A discussão permeia dois aspectos do espaço urbano: os elementos fisicamente visíveis, tangíveis, e os componentes intangíveis, tais como relações socioeconômicas ou a imagem da cidade (CUDNY e APPELBLAD, 2019 p. 219).

Monumentos são, dessa forma, entendidos como elementos tangíveis de uma paisagem cultural e refletem as formas de pensamento, crenças, valores, sentimentos coletivos, de determinada sociedade. Ao mesmo tempo, um monumento e seu entorno criam uma paisagem material e simbólica dentro do contexto urbano, que é refletida na morfologia urbana (SAVAGE, 2009). Os monumentos exercem, assim, uma influência estética nos aspectos tangíveis do espaço urbano, mas também nos intangíveis, como as esferas simbólico-culturais, sociais e político-econômicas da cidade. O geógrafo John J. Winberry (1983, p. 2-3, tradução nossa) sintetiza uma definição e algumas funções destes objetos simbólicos:

Um monumento é uma estrutura, usualmente de material durável, que tem um valor simbólico ou memorial. É a criação das pessoas, e, como símbolo, ele 'encapsula e nutre uma ideia ou um conjunto de ideias' que incorporam certos valores e ideais dessa sociedade. (2) Monumentos também servem para 'organizar memórias individuais e de grupo do passado imediato ou distante [de modo a] despertar as emoções dos indivíduos e os sentimentos do grupo'. (3) O significado do monumento é definido pelo ato de interpretação, um processo complexo de interações públicas e privadas entre aqueles que ergueram o monumento e quem o vê através do tempo. Como vários indivíduos participam desse ato de interpretação, essa interação pode resultar em uma multiplicidade de significados. O significado dos monumentos pode mudar também ao longo do tempo, à medida que são vistos de novo por cada geração.

O autor retoma a definição de monumento a partir de seu material de durabilidade quase infinita (seja o bronze, no caso do Monumento aos Bandeirantes (GO), ou o granito, no caso do Monumento às Bandeiras, entre outros) que possui valor simbólico e/ou de memória, sendo ainda uma construção de indivíduos que transferem para o monumento seus valores e ideais de sociedade, no momento de erguerem-no.

Além disso, o autor traz o “processo complexo de interações públicas e privadas” entre estes que o construíram e as gerações que o sucederam e encaram-no através do tempo (inevitável em se tratando de monumentos), uma vez que, em geral, eles são construídos para, fixados e imutáveis no espaço, eternizarem-se no tempo. Como os grupos e agentes participantes deste “ato de interpretação” do monumento são diversos, teremos uma “multiplicidade de significados”, o que implica dizer que um mesmo monumento funciona ressoando efeitos polissêmicos que são distribuídos entre os indivíduos em interação de um mesmo território, afetando-os, ao ensejar um sentimento de pertencimento e identificação ou mesmo de recusa e diferenciação, seja a nível nacional, regional ou local.

É importante não esquecer que um espaço urbano é moldado por relações e forças sociais que desempenham um papel crucial na sua criação e gerenciamento (LEFEBVRE, 1974). Não é possível esquecer ainda que os monumentos são erguidos pelo poder público. Ainda que haja concessões e investimentos de cunho privado, de agentes e instituições públicas ou privadas, é preciso algum tipo de validação pública (projetos de leis aprovados, regulamentos, autorizações legais etc.). Com isso, os grupos e agentes mais bem posicionados em suas relações frente ao poder público, ao aparelho estatal, em períodos de governos que lhes favoreçam, terão vantagens significativas na promoção de empreitadas monumentais. Não à toa, os monumentos, em geral, representam a memória das elites de uma dada sociedade (BATISTELLA, 2014) e uma análise sociológica permite revelar as disputas simbólicas pelas quais são atravessados, bem como os grupos que disputam esse domínio da memória, uma vez que “revela-nos quais memórias são rememoradas (dos ‘vencedores’) e quais são esquecidas (dos ‘vencidos’); revela-nos quais grupos integram a ‘história oficial’ e quais são ‘excluídos da história’” (BATISTELLA, 2014, p. 155).

Os monumentos tradicionais ou intencionais tendem ainda a estabelecer uma espécie de relação dialógica e de entendimento mútuo entre o artista escultor e os transeuntes da metrópole moderna que os observam e se apropriam do espaço ao redor. Ao representarem uma espécie de roteiro da cidade, com sua topografia espacial, os monumentos não apenas direcionam e conduzem os indivíduos espalhados, mas também criam uma conexão cognitivo-temporal, atribuindo um mesmo passado compartilhado na imagem eternizada.

Os pesquisadores poloneses da geografia humana já mencionados Cudny e Appelblad (2019) apresentam algumas funções para os monumentos: comemorativa, política, social, *marketing*, religiosa, arte pública, entre outras, além de fazerem a diferenciação entre os monumentos tradicionais e os contra-monumentos. Os primeiros, que mais nos interessam aqui, por tratarmos de monumentos a bandeirantes, ambos tradicionais, em geral veiculam mensagens claras e didáticas; afirmam eventos ou personagens heroicos; e se localizam em áreas centrais e com abrangente visibilidade. Outro ponto que chama atenção dos autores é que os monumentos em estilo clássico são símbolos distintivos designados para serem vistos de baixo para cima e admirados a certa distância. Ademais, monumentos no estilo clássico foram criados como distintos símbolos espaciais que dominavam o espaço ao redor e reforçavam, com sua grandiosidade, o poder dos grupos governantes, representados nos monumentos intocados, sobre os cidadãos.

Uma importante função dos monumentos é a criação de símbolos visíveis que contribuem com a ideia da “memória coletiva” enquanto algo externo ao indivíduo, como uma criação social (HALBWACHS, 1990; JOHNSON, 1995); ou da “memória social” (JOHNSON, 2002b), atuando sobre os indivíduos em interação com o espaço urbano e uns com os outros, numa elaboração compartilhada da memória. Isso porque a arte pública molda valores simbólicos ao comemorar ou apresentar a história e a identidade locais no espaço público, enfatizando certos elementos e omitindo outros. Nesse sentido, os monumentos performam a função comemorativa (JOHNSON, 1995a), pois, comemorar é uma parte das políticas de memória, recordando grandes líderes, guerras, batalhas importantes, ou tragédias nacionais (como é o caso dos contra-monumentos, a exemplo dos memoriais de guerras).

Com algumas exceções, os monumentos, em geral, são tributos a personagens famosos (SAVAGE, 2011) ou eventos importantes (JOHNSON, 1995a) e essa função influencia diferentes dimensões do espaço urbano (político-econômica, cultural-simbólica, social). A memória coletiva ou memória social, nesse sentido, pode ser vista como sendo cocriada pelos monumentos (WINBERRY, 2015); MITCHELL, 2003). Isso significa dizer que a memória coletiva/social é um elemento chave na criação dos monumentos, e estes são importantes componentes do processo de elaboração da memória coletiva/social.

Por causa de seus valores culturais e simbólicos, os monumentos têm importantes funções políticas, o que influencia o espaço urbano. Monumentos são lugares onde encontros, demonstrações e celebrações oficiais de feriados estatais são organizados (JOHNSON, 1995a), ou ainda podem ser incorporados à dinâmica das disputas urbanas e se tornarem palco de manifestações políticas e protestos sociais. Todavia, em muitos casos, o envolvimento público

na criação dos monumentos representa a hegemonia do Estado sobre a construção da memória e do espaço público.

Para exemplificar esse último ponto, Cudny e Appelblad (2019) citam o caso da remoção das estátuas a generais confederados nos EUA que gerou um acalorado debate, pois eles foram (e são) vistos por muitos como símbolos espaciais da supremacia branca e da escravidão (CUDNY e APPELBLAD, 2019, p. 10). Por outro lado, monumentos soviéticos também foram colocados em debate por gerarem grandes conflitos no leste europeu, especialmente com o fim da URSS.

Podemos também pensar, a partir disso, nos casos aqui estudados de monumentos a bandeirantes em território brasileiro, alvo de grandes contestações e debates, principalmente contemporaneamente. Tal como nos EUA, o Brasil vivenciou em sua história um longo período de escravização de povos indígenas e afrodescendentes. Mesmo após a abolição, traços de uma sociedade racista, sexista, desigual, ainda podem ser vistos, inclusive espelhados em monumentos urbanos que tecem homenagens a pessoas (homens brancos, em geral) que se beneficiavam de alguma forma com a exploração de outras, em contextos de verdadeiras “catástrofes históricas” (SELIGMANN-SILVA, 2008), em geral acompanhadas de genocídio e eventos traumáticos. É o caso do que representam os generais confederados nos EUA e os bandeirantes no Brasil, ou mesmo os heróis coloniais europeus.

Os monumentos estão, em geral, localizados em espaços públicos relativamente acessíveis (parques, praças), podendo ser usados por pessoas para comemoração, manifestação política e, frequentemente, para práticas cotidianas. Nesse sentido, monumentos são espaços públicos, mas eles também são algo mais, porque diferentemente da maioria das ruas e praças, eles são desenhados para serem significativos, e mais, para preencherem não apenas os valores e práticas da vida social, mas também funções políticas e celebrativas (CUDNY e APPELBLAD, 2019, p. 13).

Ao estudar, a partir do conceito de “alegoria”, uma coluna memorial em Armidale, Nova Gales do Sul, Austrália, o geógrafo cultural australiano Martin Auster (1997) entende a paisagem como texto e os monumentos como “centros de significados na paisagem” (Jeans apud AUSTER, 1997, p. 219), sendo inteiramente simbólicos. Para o autor (Ibidem, p. 4, tradução nossa), “alegorias e monumentos tendem a usar formas visuais concretas para comunicar um significado moral”.

Auster (1997) se aproxima com isso da artista visual e pesquisadora do Centro de Pesquisa em Humanidades, da Universidade de Western Cape, Kim Gurney (2015), ao pensar a cidade, a paisagem e os monumentos, principalmente, como um “*palimpsesto*”. Isso porque,

para Auster (1997, p. 4), eles são duráveis; porque a extensão no tempo é a essência de um monumento; e porque eles possuem uma qualidade narrativa que excede o aqui e agora.

É possível, assim, pensarmos os monumentos como “*palimpsestos*”, uma vez que suas inscrições muitas vezes se sobrepõem, compondo significados novos, releituras e outras histórias. Gurney (2015) dá continuidade a essa argumentação ao pensar a cidade como uma *heteroglossia*⁵⁷ de espaços, paisagens e significados; como um *palimpsesto*, como uma série de narrativas e significados sobrepostos temporalmente, a fim de evitar uma narrativa central e generalizações a partir dela. Isso vai ao encontro também da definição do geógrafo espanhol Horacio Capel (2002), pois, para ele:

... el paisaje puede leerse como un texto. Es un texto, tanto en el sentido actual como en el originario (es decir, tejido, de *textum*, participio de *texo*, tejer). El paisaje es una especie de palimpsesto, es decir que, como en un manuscrito que conserva huellas de una escritura anterior, hay en él partes que se borran y se reescriben o reutilizan pero de las que siempre quedan huellas. Y es un espacio tejido cuya trama y urdimbre hay que saber reconocer (CAPEL, 2002 p. 20, grifos do autor).

Assim, analisar os monumentos como “*palimpsestos*” requer reconhecer fragmentos de discursos, de textos, mensagens e imagens transcritos em sua estrutura física e simbólica. Isso porque “um monumento é um ‘texto’ que é principalmente pictórico ao invés de verbal” (AUSTER, 1997, p. 6, tradução nossa). Como um “quadro de notícias” (Ibdem, p. 3), um monumento não é apenas um objeto inerte na paisagem, mas um texto informativo a ser interpretado e, por que não, questionado.

A geógrafa humana irlandesa Nuala C. Johnson (1995, p. 51, tradução nossa) nota que os monumentos públicos têm atuado como “importantes centros em torno dos quais se articulam posições políticas e culturais locais e nacionais”. Esses centros de articulação político-cultural são funções desempenhadas pelo que a pesquisadora alemã de memória cultural Aleida Assman (2011, p. 19) chamou de “portadores materiais da memória”:

Dessa forma, a memória viva implica uma memória suportada em mídias que é protegida por portadores materiais como monumentos, memoriais, museus e arquivos. Enquanto os processos de recordação ocorrem espontaneamente no indivíduo e seguem regras gerais dos mecanismos psíquicos, no nível coletivo e institucional esses processos são guiados por uma política específica de recordação e esquecimento.

Esses portadores materiais, como os monumentos aqui estudados e os arquivos e museus consultados, são, portanto, criações, elaborações coletivas que seguem regras institucionais e uma política acerca do que recordar e do que esquecer. Desvelam, assim, relações de poder e disputas de memória, uma vez que cada grupo pretende eternizar-se, mas apenas os detentores

⁵⁷ Conceito criado por M. Bakhtin, crítico literário, para tratar da diversidade de línguas dentro de uma comunidade.

de poder político conseguem em determinado período histórico: “uma lembrança ou um documento jamais é inócuo: eles resultam de uma montagem não só da sociedade que os produziu, como também das sociedades onde continuaram a viver, chegando até a nossa. Essa montagem é intencional e se destina ao porvir” (GONDAR, 2016, p. 26).

Essa relação entre o poder e a memória exprime-se naquilo que o cientista social brasileiro João C. Tedesco, 2004, p. 79) chamou de “memória patrimonial”:

A memória patrimonial é sempre uma tentativa de legitimar/deslegitimar. A aliança entre memória e poder exprime-se na elaboração de forma estruturada do conhecimento histórico. Os poderosos hegemonomizam não só o passado, mas também o futuro: querem ser recordados e, para esse fim, erguem monumentos em lembrança de suas atividades, fazem-no de modo a que essas venham a ser lembradas, cantadas pelos poetas, eternizadas em monumentos e arquivadas.

Muito próximo, portanto, do que entendeu Cristina Freire (1997, p. 126) ao cunhar o termo “memória monumental”. Com ele, a autora busca estabelecer as relações entre as pessoas e os monumentos públicos, em geral financiados pelo Estado – e, portanto, carregados de uma certa memória oficial, celebrativa.

A fim de avançar sobre as proposições do sociólogo francês M. Halbwachs (1990) acerca da memória coletiva, M. Pollak (1989) introduz a perspectiva do conflito com a noção de “memórias subterrâneas”, em contraponto ao consenso coercitivo da “memória coletiva”. Para ele, a memória coletiva atua como uma imposição mesmo que pareça apenas reforçar a coesão social através da gestação de uma “comunidade afetiva” (POLLAK, 1989, p. 3). Além disso, a memória coletiva parece estar ligada à “memória oficial” por manter vivo um passado hegemônico. Todavia, brotam do chão do esquecimento, do silêncio e da invisibilidade, sobrevivências de culturas historicamente dominadas ou minoritárias, as “memórias subterrâneas”.

Se, de um lado, a memória coletiva tende à coesão social, à cultura dominante; as memórias subterrâneas, por outro, emergem como uma alternativa contestatória: “essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa” (POLLAK, 1989, p. 2). Pollak (1989) continua ainda ao dizer que “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória” (POLLAK, 1989, p. 5).

É sobre essas disputas de memórias que se focaliza nossa empreitada, uma vez que “a defesa da memória ou de memórias coletivas torna-se crucial em conflitos sociais e políticos

contemporâneos, que são analisados como resultado da luta de diversos grupos sociais por maior autonomia e representação” (SANTOS, 2012, p. 84). Aqui temos a relação estabelecida entre memória e representação, já que “os estudos sobre a memória passam a ser majoritariamente constituídos por uma crescente interdisciplinaridade e pela associação entre memória e representação” (Ibidem, p. 83).

Com a modernidade e todo projeto iluminista, a memória passa a ser sinônimo de tradição e se coloca diante da razão, sinônimo de progresso, ideal supremo para se alcançar a moderna civilização. Isso dialoga com o que historiador francês Pierre Nora (1993) chamou de “a crise da memória”, pois, alerta o autor, fala-se tanto nela que talvez ela já não exista, tendo sido substituída pela história e sua representação linear do tempo. Como disse o antropólogo britânico Paul Connerton (1999, p. 59), em “Como as sociedades recordam”: “é agora muito claro que, no período moderno, as elites nacionais inventaram rituais que reclamam a continuidade com um passado histórico adequado, organizando cerimônias, paradas e reuniões de massas e construindo novos espaços rituais”. E aqui podemos pensar os monumentos a bandeirantes como esses “espaços rituais” construídos para congregar consciências coletivas, pois, uma vez erigidos em espaço público, eles passam por novas ritualizações que reatualizam seus significados perante os diversos segmentos conflitantes que compõem a sociedade civil.

De modo semelhante, ao analisar o surgimento do sentimento de nacionalismo, de pertencimento à nação, o historiador e cientista político anglo-irlandês, Benedict Anderson (2008 [1983]), em seu clássico “Comunidades imaginadas”, remonta ao progresso da modernidade, ao avanço do capitalismo e à formação dos Estados-nacionais, com seus símbolos e tradições inventadas, com a “camaradagem horizontal” no sentimento de pertencimento à nação. O autor mostra ainda como os jornais, o capitalismo de imprensa, contribuíram na construção desse imaginário sobre a nação, fato que comprovamos nesta tese, que tem como fonte documental primária (e secundária) arquivos jornalísticos.

No Brasil, a discussão dos patrimônios culturais chega, importada em grande parte de preocupações europeias, no começo do século XX, com os modernismos heterogêneos e a efervescência cultural e política dos anos 1930 (VELOSO, 2021). É neste contexto que os monumentos aqui analisados serão pensados e projetados, como vimos nos capítulos anteriores. Embora o Monumento às Bandeiras (SP) tenha sido inaugurado apenas em 1953, sua primeira maquete data de 1920, e o Monumento aos Bandeirantes (GO), erguido em 1942, teve sua campanha pró-monumento iniciada em 1938.

A invenção do mito bandeirantista está situada entre o final do século XIX e, principalmente, as primeiras décadas do século XX. Embora se trate de um personagem do

período colonial, sua representação historiográfica, vinculando-o a feitos heroicos, de glorificação e exaltação dos paulistas, enquanto raça eleita para levar a civilização sertão adentro, apenas foi construída por intelectuais paulistas nessa passagem de século, com ênfase no início do século XX:

A [...] denominação genérica de “bandeirantes” – confirma o lugar preponderante ocupado pelo espaço nacional no imaginário patriótico dos brasileiros no início do século XX. [...] O fenômeno historiográfico do bandeirismo e sua popularização é de fato notável, pois conseguiu consagrar como heróis alguns indivíduos que acabaram por encarnar uma coletividade, os eternos paulistas, ou mesmo uma autêntica “raça brasileira” (ENDERS, 2014 , p. 312).

Se analisamos as homenagens a bandeirantes aqui estudadas a partir das pistas textuais deixadas nos próprios monumentos, tomando-os enquanto documentos, podemos observar, em um primeiro momento, suas dimensões, tamanho, amplitude, inscrições, pedestal e imagem geral. Como veremos, esses elementos podem ser do período de fundação do monumento, que por seu próprio material e por investimentos no sentido de restauração e conservação do patrimônio teriam chegado aos dias atuais, bem como rastros deixados por outros grupos no decorrer da história. Daí a noção de “palimpsesto” se encaixa bem. No Monumento às Bandeiras (SP) coletamos inscrições de Afonso Taunay, Cassiano Ricardo e Guilherme de Almeida, todos membros da Academia Brasileira de Letras e intelectuais politicamente engajados no mito bandeirista, sendo o primeiro filho do fundador da academia anteriormente citada.

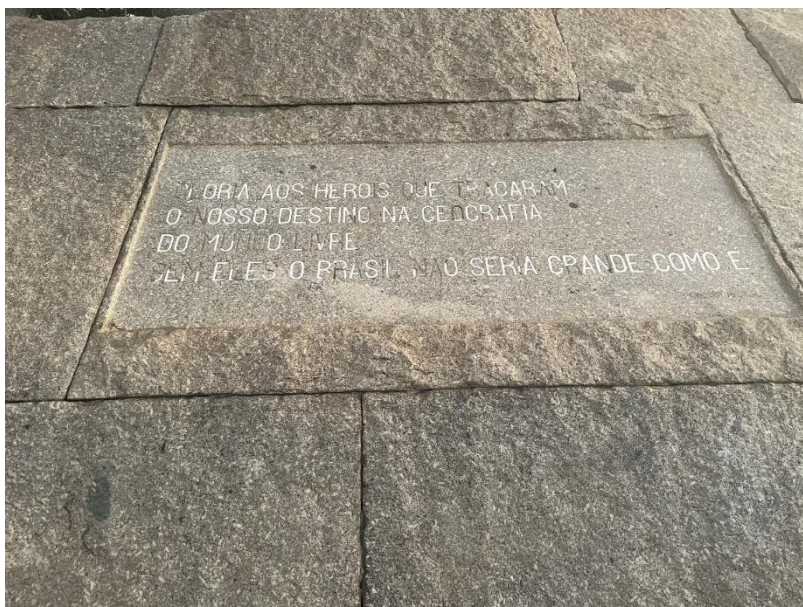
Na figura 88, podemos observar, em uma das inscrições presentes no Monumento às Bandeiras (SP), o mapa da América do Sul, assinado por Afonso Taunay, com ênfase no traçado geográfico brasileiro atual e na linha divisória que corta o território ao meio, fazendo referência ao Tratado de Tordesilhas (1494), acordo internacional celebrado entre as metrópoles coloniais portuguesa e espanhola que não teria sido respeitado pelos “destemidos” bandeirantes paulistas, alguns cujos nomes estão espalhados pela inscrição:

Figura 88 - Inscrição no Monumento às Bandeiras (SP) consta mapa da América do Sul com a linha divisória do Tratado de Tordesilhas assinado por Afonso Taunay - Fonte: Acervo pessoal (2022)



Na lateral do monumento, há uma placa, afundada em seu corpo de granito, visivelmente mais destacada, embora com algumas letras apagadas, com os seguintes dizeres, assinados pelo jornalista, escritor e líder bandeirantista Cassiano Ricardo: “Glória aos heróis que traçaram / o nosso destino na geografia / do mundo livre, / sem eles, o Brasil não seria grande como é” (Figura 89).

Figura 89 - Inscrição lateral presente no monumento às Bandeiras (SP) com poema assinado por Cassiano Ricardo - Fonte: Acervo pessoal (2022)



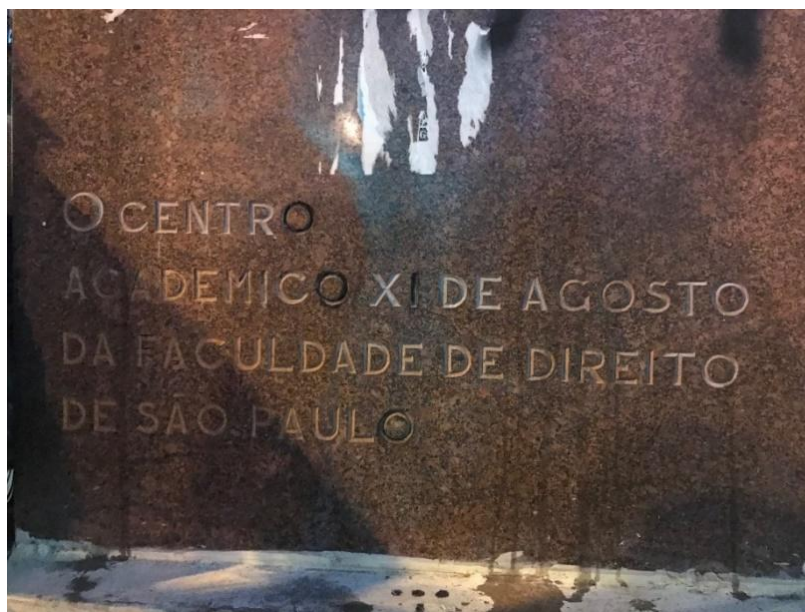
Tanto a menção de “glória aos heróis” que tornaram o Brasil “grande como é” de Cassiano Ricardo como o mapa visualizado anteriormente de Afonso Taunay ensejam um discurso que reforça aspectos geográficos acerca da ação bandeirista, isto é, reforça a expansão

territorial e a dimensão continental do território brasileiro em virtude da ação de conquista que teria sido realizada pelos bandeirantes. O sentimento é de gratidão ao trazer como elemento textual para leitura do monumento o que teria sido uma ação benéfica para todo o conjunto da sociedade brasileira. Porém, como vemos ao longo desta tese, essa leitura, embora tenha sido historicamente dominante há pelo menos um século, foi contestada a partir de uma interpretação do monumento que abarca todo seu conjunto escultural e permite visualizar a violência escancarada contra povos subalternizados (sobretudo indígenas e afrodescendentes) no período das bandeiras.

Também em Goiás a narrativa historiográfica comum de exaltação dos bandeirantes e enaltecimento de seu impacto na vida nativa foi visualizada nos discursos de intelectuais goianos muito influenciados pela geração bandeirista paulista, em especial por Afonso Taunay e Cassiano Ricardo. Nesse sentido, os agentes (intelectuais, acadêmicos, jornalistas, funcionários públicos de alto escalão, empresários, artistas) se cruzam na história da construção dos dois monumentos aqui analisados. Embora tenham surgido em períodos e lugares distintos (1942, Goiânia (GO) e 1953, São Paulo (SP)), o processo de gestação das ideias bandeirantistas já estava em curso em territórios goiano e paulista e o erguimento dos monumentos serve apenas como ilustração material desse movimento histórico maior. Como vimos, esse movimento englobava um projeto modernizador levado pelas elites locais, um projeto político-econômico que visava não somente estreitar os laços entre os estados de Goiás e São Paulo, mas levar mensagens de progresso e desenvolvimento, trazendo notícias de riquezas inexploradas.

Na inscrição presente no pedestal do Monumento aos Bandeirantes (GO), observamos uma placa de mármore com a assinatura do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Unidade de São Paulo, executores da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia e doadores oficiais da estátua (Figura 90).

Figura 90 - Inscrição no Monumento aos Bandeirantes (GO) - Fonte: Acervo pessoal (2022)



Há ainda uma dedicatória na inscrição, quase apagada pelas colagens e pixos atuais, destinando a estátua “aos goianos, nobre estirpe dos bandeirantes”, na presunção de que os goianos seriam como valorosos descendentes, uma continuação “nobre”, dos bandeirantes paulistas, seus antecessores (Figura 91):

Figura 91 - Inscrição presente no Monumento aos Bandeirantes (GO) - Fonte: Acervo pessoal (2022)



O estado físico do pedestal da estátua denuncia não somente certo descaso do poder público para com o patrimônio tombado, mas anuncia sobretudo os novos grupos de agentes urbanos que interagem com o monumento na atualidade. Isso nos leva à discussão acerca dos conflitos e dos questionamentos em torno desses monumentos, em especial daqueles que fazem

referência ao passado colonial, imperial, escravista ou ditatorial, não só no Brasil, mas em várias partes do mundo, como vimos na Introdução. Nesse sentido, damos ênfase aos monumentos a bandeirantes aqui estudados e às disputas de memórias que os circundam.

O Monumento aos Bandeirantes (GO) e a Praça Atílio Correia Lima (Praça do Bandeirante): transformações simbólico-materiais, contra usos e releituras

Ao analisarmos o Monumento aos Bandeirantes (GO) como um “palimpsesto”, podemos visualizar as múltiplas narrativas, conteúdos e representações que nele estão contidas. De sua inauguração, em 1942, até os dias atuais, a estátua passou por muitas mudanças, tanto em sua própria estrutura física (seu pedestal aumentou de tamanho nos anos 2000) e de seu entorno (que viveu também muitas modificações), como em suas articulações com novos grupos de agentes da sociedade civil. Além disso, nas mais recentes representações e releituras, a presença de um monumento a bandeirantes no centro (histórico) da capital goiana incomoda e é contestada.

A figura a seguir (Figura 92) nos mostra a Praça Atílio Correia Lima, conhecida popularmente como Praça do Bandeirante, por abrigar, desde sua construção, a estátua aqui estudada como Monumento aos Bandeirantes (GO), que fora inaugurada em 1942. A cidade expoente ainda não contava com numerosas edificações e a praça destacava-se no centro cívico da nova capital.

Figura 92 - Praça do Bandeirante, década de 1940 - Fonte: José Henrique da Veiga Jardim - Acervo SEPLAM/Goiânia



É possível notar ainda, a partir das figuras a seguir (Figuras 93 e 94), que destacam os períodos de 1950 e 1970 especificamente, que a Praça em questão reunia grande parte da vida cultural e política da cidade. A Praça do Bandeirante, ainda em formato circular, de rotatória para veículos, era o cenário escolhido para compor os grandes eventos públicos e mobilizações urbanas.

Figura 93 - Praça do Bandeirante, anos 1950 – Divisão de Biblioteca e Documentação – SEPLAM/Goiânia – Acervo fotográfico – Assunto: Praça do Bandeirante – Fonte: José Henrique da Veiga Jardim



Figura 94 - Corrida na Praça do Bandeirante. Década de 1970. Alois Feichtenberger. Goiânia – GO. Acervo MIS|GO



Nestas fotografias é possível visualizar ainda como a estrutura da Praça contava, neste período, com um canteiro de plantas, um pequeno jardim ao redor do pedestal, um espaço relativamente largo o suficiente para o trânsito de pedestres ao lado da estátua, facilitando assim o acesso ao monumento, enquanto bem cultural público.

Com as construções do BRT Leste-Oeste, o Eixo *Anhanguera*, no final dos anos 1970, para atravessar a cidade a partir da Av. Anhanguera, a Praça perde sua forma original, o que tem como resultado o isolamento do Monumento, ao produzir entre ele e os/as cidadãos que

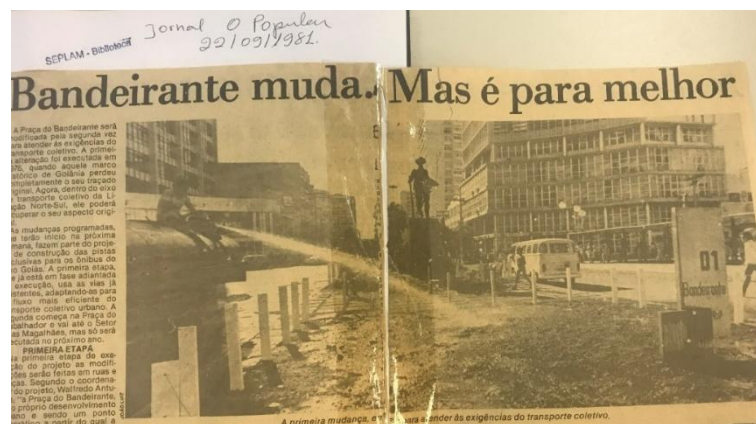
trafegam pelo cruzamento das Avenidas Anhanguera e Goiás um distanciamento difícil de desfazer (Figura 95).

Figura 95 - Bandeirante. Década de 1970. Alois Feichtenberger. Goiânia – GO. Acervo MIS|GO



Esse processo pode ser mais bem conferido na reportagem a seguir, publicada em 1981 pelo jornal “O Popular” (Figura 96). A notícia confere destaque às mudanças no Monumento aos Bandeirantes (GO), enfatizando que elas foram “para melhor”. É possível visualizarmos um caminhão d’água, possivelmente da Prefeitura de Goiânia, com um homem realizando seu trabalho nas reformas da Praça. Porém, nesta mesma imagem, conseguimos ver que a Praça perdera seu formato circular definitivamente e tornou-se achatada nas laterais, perdendo muito do tamanho que já teve um dia.

Figura 96 - Recorte de jornal "O popular", 22/09/1981: Bandeirante muda para melhor - Acervo Biblioteca SEPLAM/Goiânia



Como a própria reportagem enfatiza, “atualmente, a Praça do Bandeirante não tem mais destaque” (Figura 97). Isso, para nós, já serve como um indício de que a valorização da narrativa bandeirante estava em queda, uma vez que o Monumento foi deixado de lado, isolado, ilhado,

literalmente, no centro da cidade, isso nos parece como uma recusa silenciosa desta “doação”, que vem acontecido ao longo dos anos, por parte do próprio poder público.

Figura 97 - Recorte de jornal "O popular", 22/09/1981 - Acervo Biblioteca SEPLAN/Goiânia



A reportagem, publicada em 1995 pelo jornal “O popular”, com o título “Falta harmonia à Praça do Bandeirante”, nos revela o maior tamanho que a Praça já chegou a possuir (Figura 98). Uma praça robusta, larga, com jardins, espelhos d’água e um amplo espaço para pedestres passearem em seu entorno. De acordo com a reportagem, o tamanho reduzido do espaço da praça foi planejado “para comportar o aumento do tráfego de veículos na região central”. Além disso, a reportagem se refere ao Monumento e à Praça como um “marco de nossa história”, mas diz que este lugar “já não consegue expressar a sua importância para a cultura goiana e transmitir bem-estar à população”. O jornalista divaga sobre “crise de civismo” e pergunta que noção nós, brasileiros, temos “de tradição e de preservação de costumes” e, ainda, se reconhecemos, nós, goianos, o Monumento aos Bandeirantes (GO) como “um marco na história de Goiás”. Entrevista uma arquiteta e urbanista, integrante da Comissão de Revitalização do Centro de Goiânia da época, que diz que a comunidade local tem cobrado dos administradores medidas protetivas ao patrimônio histórico da cidade.

Figura 98 - Recorte de jornal "O popular", 02/10/1995 - Acervo Biblioteca SEPLAM/Goiânia



A reportagem a seguir, de apenas 3 anos depois, 1998, publicada pelo mesmo jornal “O Popular”, diz sobre “A ressurreição do Bandeirante”, como se ele tivesse voltado à vida após um projeto paisagístico que buscou transformar a “praça em ilha” e destacar o monumento (Figura 97) elevando seu pedestal. O jornalista responsável pela reportagem, Paulo José, refere-se ao Monumento aos Bandeirantes (GO) como “a estátua de Bartolomeu Bueno da Silva – o *Anhangüera*” e diz que, finalmente, “vai receber um tratamento digno de monumento histórico”.

Em seguida, a reportagem (Figura 99) trata do projeto paisagístico executado pela prefeitura de Goiânia, “com o objetivo de destacar a obra e resgatar parte do traçado original proposto pelo arquiteto Atilio Correia Lima, um dos criadores da cidade”. Reitera, ainda, como o jornalista do mesmo periódico em 1995, que falta gosto pelo reconhecimento e pela valorização do patrimônio histórico-cultural na capital goiana, sendo estes “praticamente nulos”. A questão que colocamos diante dessa afirmação é: falta gosto pela preservação ou falta uma verdadeira relação de pertencimento entre as pessoas e seus monumentos?

Figura 99 - Recorte de jornal "O popular", 20/08/1998 - Acervo SEPLAM/Goiânia



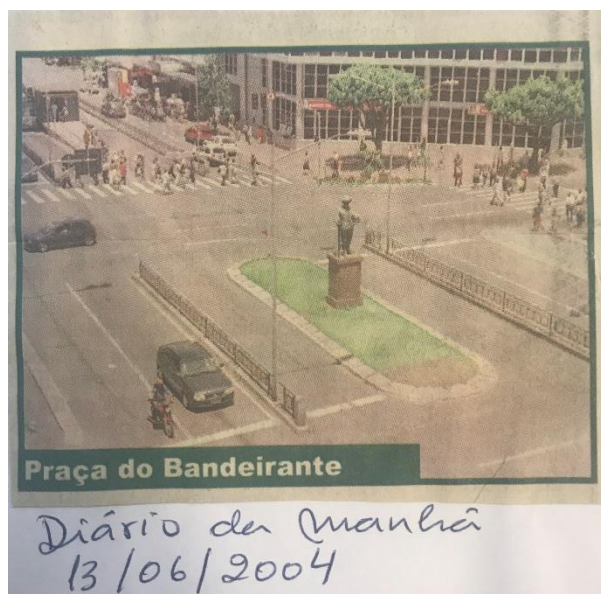
O projeto, que visava integrar outros de reestruturação da Av. *Anhanguera* e de revitalização do centro, teria como principal mudança, de acordo com a reportagem, “a construção de um novo pedestal, que vai elevar a estátua do Bandeirante a 8 metros de altura”. A reportagem (Figura 99) menciona ainda uma “iluminação especial” para tornar o Monumento “bem visível de longe e de vários pontos da Praça, inclusive à noite”. Ao mencionar uma entrevista com o secretário de Planejamento Urbano de Goiânia, o jornalista acrescenta que o Monumento e seu novo pedestal, a iluminação, e outros adereços (como a “implantação de esguichos de água para embelezar o ambiente”), “tudo isso estará em uma pequena ilha, que vai marcar o cruzamento das avenidas *Anhanguera* e *Goiás*”. De fato, a atual Praça do Bandeirante é caracterizada por ser uma ilha urbana, no cruzamento das grandes avenidas *Anhanguera* e *Goiás*, e recebeu um novo pedestal, porém as demais implantações não foram executadas, ou ao menos não podem ser vistas nos documentos acessados nem na Praça atualmente.

Outra preocupação da gestão era “retomar (...) o antigo traçado” (Figura 99) da região central, ao permitir que o trânsito das duas vias volte a fluir, o que não ocorre, de acordo com a reportagem, desde o início dos anos 1980. A reportagem finaliza com a opinião de dois bancários, que trabalham na região e não sabiam das modificações. De acordo com eles, “o Bandeirante precisa ganhar um novo pedestal, mais moderno, e fixar em uma posição que permita a fluência do tráfego e preserve o seu valor histórico”.

No recorte do jornal “Diário da Manhã” a seguir podemos visualizar uma fotografia da Praça *Atílio Correia Lima* e do Monumento aos Bandeirantes (GO) (Figura 100). É possível

observar que o Monumento, embora ainda não tenha recebido seu novo pedestal, de 8m, conforme a reportagem anterior se referia, está ilhado, com cercas (nas laterais que demarcam o fluxo do BRT Leste-Oeste Eixo *Anhanguera*) e sem faixas que possibilitem o acesso de pedestres.

Figura 100 - Recorte de jornal "Diário da manhã", 13/06/2004 – Acervo SEPLAM/Goiânia



Outra reportagem, agora de 2008, publicada também pelo jornal goiano “Diário da Manhã”, com o título o “drama das estátuas em praça”, por Wanda Oliveira, fala de uma iniciativa de remoção do Monumento aos Bandeirantes (GO) levantada pelo vereador Rusembergue Barbosa (PRB). A proposta apresentada propõe a substituição da estátua do bandeirante pela de Atílio Correia Lima, um dos primeiros urbanistas responsáveis pelo traçado urbano inicial de Goiânia. De acordo com a reportagem, e para o autor da proposta, “é preciso desmistificar essa imagem de herói em torno de Bartolomeu. Resgatar a verdadeira história goiana e dar o devido valor àqueles que contribuíram realmente para o progresso de Goiás”⁵⁸.

Para o vereador, “os bandeirantes cometeram várias atrocidades. Foram homens bárbaros e massacraram mais de 500 mil índios (sic)”. Resistências à aprovação do projeto na Câmara Municipal e no seio da sociedade civil já eram previstas pelo vereador, mas, para ele, “existem aqueles que poderão votar a favor da retirada da imagem”, salientando encontros que seriam realizados com representantes de “tribos indígenas do Estado” (sic), universidades, entre outros. Por fim, Rusembergue defende que a estátua deve ser devolvida “à Faculdade 11 de Maio, em São Paulo, de onde veio para Goiânia, em 1940” (sic). No caso, ele se refere à

⁵⁸ Drama das estátuas sem praça, Diário da Manhã, 15/02/2008, Wanda Oliveira. Acesso: <<https://secom.ufg.br/n/11824-ufg-drama-das-estatuas-sem-praca>>

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, especificamente ao Centro Acadêmico XI de Agosto desta faculdade.

De acordo com a reportagem, “o projeto de remoção do Bandeirante já divide opiniões”. Traz uma breve entrevista com um historiador, José Mendonça Teles, que se posiciona contrário à remoção da estátua, afirmando, de acordo com a jornalista, que “Goiás deve muito a São Paulo”. O historiador recorda que o Monumento foi um presente doado pelos estudantes paulistas e diz que, para ele, “tirar a estátua é como dar um tapa na cara dos paulistas”. Para o historiador, “em vez de se preocupar em mudar a história, é necessário que sejam apresentados projetos importantes na Câmara, principalmente, para a população carente”.

Outra reportagem, do mesmo jornal, agora do ano de 2016, evidencia a cena de uma manifestação de jovens estudantes que finalizaram seu ato na Praça do Bandeirante, sentando-se à sua volta, “no meio do cruzamento da Goiás com a Anhanguera, espalhados pela avenida”⁵⁹. A reportagem traz “discursos em repressão à imagem da estátua do Bandeirante” emitidos por esse grupo de estudantes, que consideram o Bandeirante “assassino de índios” (sic), afirmando ainda que ele “não representava o povo”. Como gesto final, “os estudantes queimaram sacos de lixo cheios de papel ao pé do monumento”. A reportagem fala ainda que não havia policiamento para “impedir a depredação”, acrescentando que a “placa que contém informações sobre a estátua” também fora jogada em meio ao fogo.

Isso nos leva à imagem seguinte (Figura 101). Ali podemos ver uma fotografia do Monumento aos Bandeirantes (GO) com sua base pegando fogo, possivelmente no mesmo ano em que a reportagem anteriormente mencionada sugere a ação dos jovens estudantes. Essa imagem circulou nas mídias sociais entre coletivos estudantis e militantes. Nessa imagem podemos ver ainda o novo pedestal que a estátua ganhou a fim de mantê-la à altura dos prédios em seu entorno, mas sobretudo a fim de impedir atos de “depredação do patrimônio”.

⁵⁹ DIÁRIO DA MANHÃ. Policiais Militares agridem mulheres durante manifestação. Estado de Goiás, Goiânia, 17 fev. 2016. Diário da Manhã. Disponível em: <https://www.dm.com.br/cotidiano/2016/02/policiais-militares-agridem-mulheresdurante-manifestacao/>.

Figura 101 - “Fogo no Monumento aos Bandeirantes (GO)”, [s.d.] – Fonte: Autor desconhecido



Em 30 de maio de 2019, em uma manifestação contra a PEC 215, que pretendia transferir do Executivo para o Legislativo o poder de decidir sobre a demarcação das terras indígenas e quilombolas, pude presenciar um coletivo de mulheres indígenas marchando na Av. Goiás em direção ao Monumento aos Bandeirantes (GO) com gritos de guerra nitidamente demarcados: “derrubem o bandeirante! Derrubem o bandeirante!”. Naquele momento, de fúria coletiva, as avenidas Goiás e *Anhanguera* foram tomadas pelos/as manifestantes, que concentravam estudantes, agentes dos movimentos indígena e negro, profissionais da educação, entre outros. O trânsito estava interdito pelos corpos que ocupavam as ruas e, só assim, a aproximação da estátua pôde acontecer e as fotografias a seguir puderam ser tiradas (Figuras 102-105).

Na primeira imagem (Figura 102), vemos um pixo com os seguintes dizeres “estuprador fascista”, bem como um símbolo feminino fundido a um símbolo anarquista. Na segunda (Figura 103), há outro pixo maior do mesmo símbolo feminino com o símbolo anarquista unidos.

Figura 102 - “Pixos no pedestal”, 2019 - Fonte: Acervo pessoal

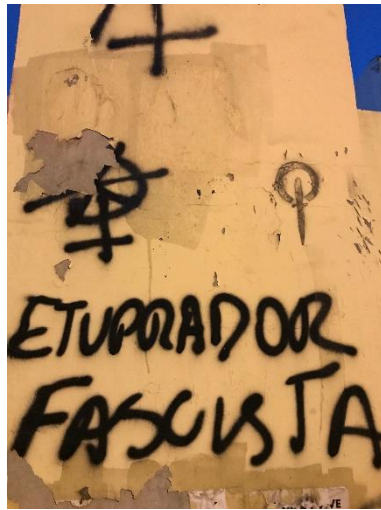


Figura 103 - “Pixos no pedestal, parte 2”, 2019 - Fonte: Acervo pessoal



Na terceira (Figura 104), é possível visualizarmos uma mulher indígena, possivelmente também estudante universitária, com um cartaz, em frente ao Monumento aos Bandeirantes (GO), afirmando que “A universidade é território indígena”. Muito simbólica, essa imagem revela as tensões e violências que envolvem a relação bandeirantes e comunidades indígenas, uma relação de expropriação e genocídio, resistências e lutas, sobretudo por lugar no mundo dito “civilizado”, por território e direitos. Por fim, na última fotografia desta sequência (Figura 105), vemos pixos e colagens diversos no pedestal do Monumento, referências à morte de Marielle Franco, além de palavras como “genocida”, sobrepostas por outras colagens ou pixos, mas nem por isso ilegível.

Figura 104 - “A universidade é território indígena”, 2019 - Fonte: Acervo pessoal



Figura 105 - “Pixos, tintas e colagens no pedestal”, 2019 - Fonte: Acervo pessoal



Na sequência final desta penúltima seção, encontramos e selecionamos uma série de representações de artistas locais goianos que fazem referência direta ao Monumento aos Bandeirantes (GO) aqui estudado. Trata-se de releituras da estátua, cenas imaginárias em que ela é derrubada pelo BRT Leste-Oeste Eixo *Anhanguera*, pega fogo, é decapitada, substituída por nada, pelo vazio de um pedestal sem herói, ou ainda por uma guerreira indígena. Vejamos com detalhes cada uma dessas representações.

A primeira (Figura 106), da artista goiana Bianca Rezende, foi divulgada em 2022 em suas redes sociais e *site* profissional. Ali podemos ver o Monumento aos Bandeirantes (GO) no centro da imagem, pegando fogo, com seu pedestal partido ao meio após uma colisão com o

veículo biarticulado BRT que circula na Av. *Anhanguera* cortando Goiânia de Leste a Oeste. A estátua, agora de cabeça para baixo, perde sua posição privilegiada e dá lugar a uma nova narrativa, tombando em direção ao Oeste da cidade.

Figura 106 – "Materialidade imaginária" - Bianca Rezende [2022]



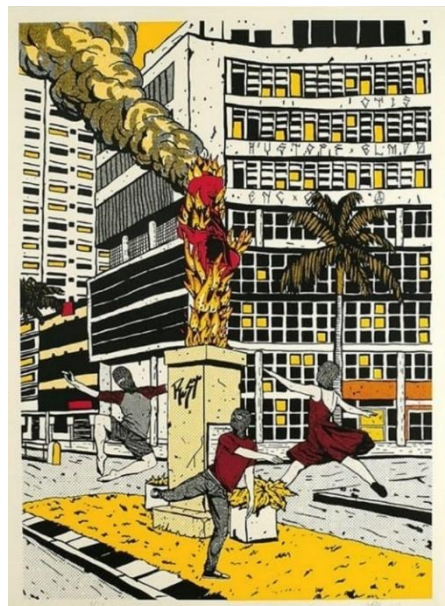
Na segunda imagem (Figura 107), “Queima”, do artista goiano Diogo Rustoff (2019), podemos ver a figura alusiva ao bandeirante paulista pegando fogo enquanto duas pessoas dançam e celebram o ato. Na placa que contém a inscrição do Monumento, é possível ler: “Genocida. Usurpador da terra dos índios goyazes”. Nesta imagem, vemos que o Monumento ainda possui seu tamanho original, sem o aumento do pedestal, e a Praça está em formato circular, o que nos faz supor que o artista possivelmente buscou retratar a paisagem urbana de Goiânia no século passado.

Figura 107 – "Queima", Diogo Rustoff, [2019]



No mesmo tom ácido e crítico, Diogo Rustoff (2019) produz uma segunda obra tendo o mesmo Monumento como objeto de contestação (Figura 108). Nesta terceira imagem, podemos ver um conjunto de pessoas dançando ao redor da estátua, que fora incendiada, comemorando, não sua construção (como fizeram as elites paulistas e goianas nos anos 1940), mas sua destruição e conseqüente novas possibilidades de construções e futuro. É possível visualizarmos ainda um prédio modernista atrás do Monumento, enfatizando as mudanças urbanas pelas quais a cidade passou ao longo dos anos desde que a estátua existe.

Figura 108 - “‘Queima, Diáb Vêi’ - Diogo Rustoff”, [2019]



Na quarta imagem dessa seqüência final, “Diabo Velho”, da artista goiana “Flor de Saturno”, podemos ver o Monumento sendo decapitado por uma figura alegórica, que voa,

possui uma espada e tem corpo preto (Figura 109). Na placa da inscrição da estátua é possível ler o nome “Anhanguera”, como se a estátua fosse uma referência ao bandeirante paulista tido como o “descobridor de Goiás” pelas narrativas, de colonialismo interno, que retratam o desenvolvimento goiano sempre à mercê da grande civilização paulista. Ainda, alguns prédios e edifícios urbanos são visualizados na representação da artista, demonstrando que o Monumento se encontra em um centro urbano.

Figura 109 – "Diabo Velho", Flor de Saturno, [2019]



Na quinta imagem (Figura 110), obra “Aos goyanos”, da artista goiana Ana Flávia Maru (2020), podemos ver o declínio literal do Monumento: decapitado, saindo do pedestal, caindo ao chão. A artista dialoga com a inscrição presente no pedestal do Monumento (“Aos goyanos, nobre estirpe de bandeirantes”), mas, dessa vez, o que a arte oferece é a possibilidade de construção de uma nova história goiana, que não tenha seu protagonismo tomado por outros. “Aos goyanos” é o título da obra. A artista dedica a imagem “aos goyanos”, sem tomá-los, como fizeram as elites paulistas e goianas, somente enquanto parte da história paulista, sobretudo ao sugerir a “morte” do Monumento aos Bandeirantes (GO). Despedaçado, a cena de tombamento, não em patrimônio, mas ao chão, da estátua, provoca o questionamento da continuidade, conservação/preservação deste Monumento no centro de Goiânia. Seria este (a manutenção do Monumento) o real desejo e interesse dos diversos grupos (sociais, étnico-raciais etc.) que compõem a cidade?

Figura 110 - “Aos goyanos - Ana flavia Maru”, [2020]



Na sexta e penúltima imagem, podemos ver com a obra “Sem título” de Joardo Filho (2017) o cruzamento das avenidas *Anhanguera* e *Goiás*, com a Praça *Atílio Correia Lima* sem a estátua aos bandeirantes, apenas com um pedestal vazio (Figura 111). Esse pedestal sem herói, em nossa leitura, pode significar uma crítica à figura dos bandeirantes enquanto representativos da memória local, mas também pode representar uma ausência de memória da própria capital goiana. No entorno do pedestal sem nada, podemos ver alguns prédios, edifícios e construções modernas, que condizem com os projetos de desenvolvimento da cidade.

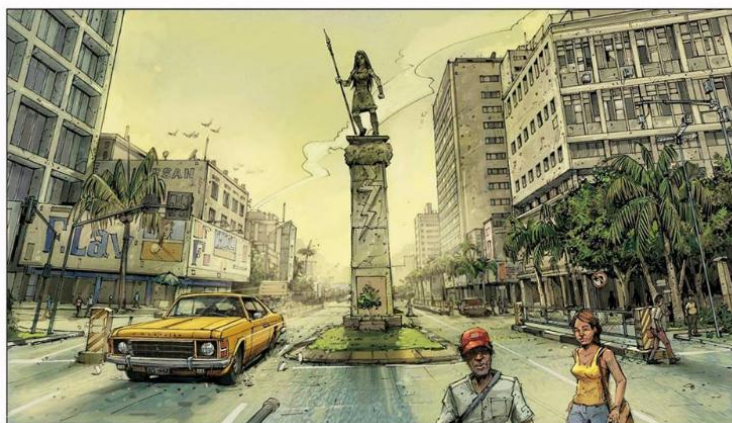
Figura 111 - “Sem título” - Joardo Filho, [2017]



Na última imagem desta sequência a ser analisada (Figura 112), podemos ver um desenho que retrata o mesmo cruzamento anteriormente mencionado, das avenidas *Anhanguera*

e Goiás, mas dessa vez o Monumento que existe no centro da Praça é em homenagem a uma mulher guerreira indígena, que, com uma lança e uma postura de luta, mira também o Oeste da cidade, num tom de enfrentamento dos “destemidos” invasores bandeirantes paulistas. O desenho representa realisticamente ainda lojas, prédios, veículos e pessoas circulando pelo cruzamento talvez mais importante do centro da cidade de Goiânia.

Figura 112 - “Sem título” - Fonte: Emerson Camaleão [2020]



As disputas de memória em torno dos monumentos aos bandeirantes revelam que esses objetos, longe de serem elementos neutros da paisagem urbana, são portadores de narrativas históricas profundamente políticas. Neste subtópico, evidenciamos como a representação heroica dos bandeirantes — consolidada em pedra, bronze e discurso — tem sido alvo de críticas e confrontos, especialmente por parte de movimentos sociais que reivindicam outras formas de narrar o passado.

A permanência desses monumentos nos espaços públicos opera como um dispositivo de memória seletiva, que reforça a versão glorificada do bandeirismo enquanto obscurece os aspectos de violência, escravidão e expropriação territorial que também compõem essa trajetória. A partir do momento em que essas estátuas são interpeladas — pichadas, rebatizadas, cercadas por placas contestatórias —, o que se coloca em jogo não é apenas a materialidade do monumento, mas o próprio regime de visibilidade da história oficial.

Nesse sentido, os embates em torno desses monumentos escancaram a atuação de uma complexa rede de agentes e instituições que, desde sua concepção até os dias atuais, os mantêm como símbolos de uma memória hegemônica. No entanto, os ataques simbólicos e materiais que vêm se intensificando nos últimos anos também apontam para a emergência de outros sujeitos históricos — indígenas, negros, estudantes — que se recusam a permanecer silenciados diante de narrativas que os excluem ou os oprimem.

A permanência relativamente preservada de monumentos a bandeirantes, mesmo diante de contestações expressivas nos campos artístico, literário e político, pode ser explicada por uma combinação de fatores estruturais, simbólicos e institucionais.

Uma das razões centrais está no peso das estruturas burocráticas e legais que regulam o patrimônio cultural. Uma vez que um monumento é tombado ou reconhecido como bem cultural, sua remoção ou ressignificação esbarra em normas jurídicas e em resistências institucionais. Órgãos de preservação, como os conselhos de patrimônio histórico, tendem a valorizar a materialidade e a “memória oficial”, o que contribui para a conservação física desses monumentos, ainda que sem grande circulação simbólica ou afetiva.

No caso do Monumento aos Bandeirantes, em Goiânia, sua permanência, mesmo isolada, pode estar vinculada ao peso da patrimonialização oficial e à ausência de políticas públicas voltadas à revisão crítica dos símbolos urbanos.

Como vimos, monumentos não são apenas estruturas físicas: eles operam como dispositivos de uma pedagogia histórica que foi, por muito tempo, hegemônica. A figura do bandeirante foi mitificada como símbolo de bravura, desbravamento e fundação das cidades, especialmente no Sudeste e Centro-Oeste. Essa narrativa ainda encontra respaldo em setores conservadores da sociedade e nas elites locais, que enxergam nesses símbolos uma continuidade da identidade regional ou nacional.

Mesmo quando isolados, como é o caso da “estátua ao Anhanguera” (Figura 113), esses monumentos seguem operando como marcos identitários para certos grupos, razão pela qual sua remoção ou alteração é frequentemente vista como uma ameaça à preservação do patrimônio histórico e cultural.

Além disso, apesar da crescente crítica vinda das artes, da literatura e dos movimentos sociais, muitas dessas iniciativas operam no plano simbólico ou performático — pichação, intervenção artística, protestos — mas não encontram ressonância imediata nas esferas legislativa, executiva ou nos órgãos de preservação. Isso gera um descompasso entre a crítica cultural e a resposta institucional, mantendo os monumentos como estruturas relativamente intocadas.

Figura 113 - Monumento aos Bandeirantes, 2024 - Fonte: Jornal Opção/Guilherme Alves



O Monumento às Bandeiras (SP) e a Praça Armando Salles Oliveira: entre protestos, intervenções e reapropriações

Neste último tópico da tese, trataremos das reapropriações, intervenções, novos usos, protestos e/ou manifestações que envolvem novos grupos de agentes urbanos que interagem com o Monumento às Bandeiras (SP) e com seu entorno, a Praça Armando Salles Oliveira e o Parque Ibirapuera. Esses agentes construíram eventos que tiveram como principal cenário de atuação o Monumento aqui analisado e, por isso, veremos de perto alguns eventos selecionados que destacam, evidenciam, o Monumento ora enquanto lugar de memória paulista, de orgulho regional, ora como representação de massacre e genocídio. Como os monumentos apenas têm valor histórico se reatualizados pelo cotidiano da vida urbana, visitaremos alguns recortes de jornais que trazem informações sobre esses momentos.

Figura 114 - O Estado de São Paulo, 13 de fevereiro de 1968, p. 18



Essa primeira reportagem, com título “Todos esperam pelo milagre do Parque”, do jornal “O Estado de São Paulo”, de 1968, data de 14 anos após a inauguração do Parque Ibirapuera, que coincide com o ano do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954 (Figura 114). Embora a reportagem apenas mencione o Monumento como o “principal ponto de orientação” para quem vai ao Ibirapuera, a consideramos relevante para compreensão do contexto que abrange seu entorno. Se a reportagem reclama de um Parque que “já nasceu abandonado”, é possível imaginar que, nesse período, o Monumento também teve seus momentos de solidão. Embora “erguido em homenagem aos que desbravaram o nosso sertão”, o Monumento encontra-se “bem integrado na atual situação do Parque”, o que, de acordo com a reportagem, se assemelhava mais com uma “grande mata, cercada de concreto”.

Se avançamos poucos menos de 20 anos no tempo, outra reportagem, agora dos anos 1980, mostra projetos de modificações no Parque Ibirapuera, limitando seu trânsito, o que afetaria os usos e apropriações do Monumento às Bandeiras (SP). Isso porque o Parque é colocado como “o maior centro de lazer da Grande São Paulo, frequentado aos sábados e domingos por cerca de cem mil pessoas” (O Estado de São Paulo, 29 de agosto de 1980, p. 18). A reportagem aponta que intervenções com tinta *spray* foram realizadas no Monumento, pois, como informa o texto, “funcionários” da secretaria municipal de serviços e obras “conseguiram tirar os óculos, barbas e bigodes dos bandeirantes e índios do Monumento às Bandeiras, de Victor Brecheret, que estavam desenhados com tinta spray. Temendo prejudicar a obra de arte, o secretário consultou vários especialistas” (Ibdem) até encontrar um escultor que lhe indicou um solvente capaz de apagar a tinta “sem afetar a pedra” (Ibdem). Isso demonstra o esforço do

poder público no sentido da conservação do patrimônio, mas também a ação anônima de novos agentes em interação com a obra.

A reportagem traz ainda que o Monumento ganhará uma “limpeza completa com jato de areia” (O Estado de São Paulo, 29 de agosto de 1980, p. 18) e que no entorno da estátua “está sendo remodelado o ajardinamento (...) para replantar os arbustos” (Ibdem). Essa limpeza teria sido a primeira do Monumento, na gestão do prefeito Salim Curtati, que, pouco tempo depois, teve que mandar limpá-lo novamente, tendo em vista que o Monumento apareceu, “da noite para o dia, totalmente lambuzado com o nome de um candidato a vereador” (O Estado de São Paulo, 01 de setembro de 1982, p. 14). O “candidato pichador” foi veementemente repreendido por ser obrigado a “limpar a obra de arte que ele sujou”.

Na próxima reportagem (Figura 115), de 1987, o jornalista revela que os pixos “primata”, “juneca” e “na carreira do divino” (referência a uma peça em cartaz na capital), foram alguns dos que chegaram “a penetrar no granito”, pois, uma primeira tentativa de limpeza, com jatos de água sob pressão, não foi suficiente para retirar as intervenções. O jornal traz ainda a figura do coordenador do Serviço de Recuperação dos Monumentos da Prefeitura de São Paulo (SP), Emanuel Massanari, que procura realizar, além da limpeza completa e de uma reforma no paisagismo da área, “a recuperação do piso de grandes pedras que cercam o monumento, pois está desconjuntado e com algumas placas quebradas” (O Estado de São Paulo, 19 de novembro de 1987, p. 13). Ademais, o jornal noticia que “será montado um obstáculo que impeça o acesso do público até a estátua, que deve ser vista à distância” (Ibdem), pois, para ele, “o acesso direto só tem beneficiado os grafiteiros e mendigos que frequentemente dormem nos vãos entre as figuras dos bandeirantes de pedra” (Ibdem).

Figura 115 – O Estado de São Paulo, 19 de novembro de 1987, p. 13

Pichadores sujam monumento

Os jatos de água fria e o jateamento de água sob pressão não foram suficientes para retirar a tinta que os pichadores espalharam sobre o monumento às Bandeiras, perto do lago do parque do Ibirapuera. A primeira tentativa de limpeza foi feita ontem pela Secretaria das Subprefeituras, juntamente com o Departamento de Parques e Áreas Verdes, mas as inscrições “primata”, “juneca” e “Na Carreira do Divino” apenas desbotaram, o que indica que a tinta chegou a penetrar no granito e vai exigir muito trabalho para ser retirada.

O coordenador do Serviço de Recuperação dos Monumentos da Prefeitura, Emanuel Massanari, disse que o meio mais rápido de limpeza das inscrições seria o jateamento com areia, mas isso não pode ser feito, pois provocaria certa corrosão do granito. Por isso, a Prefeitura vai agora repetir a lavagem sob pressão, mas com água quente, e se isso não for suficiente fará a análise de amostra da tinta para escolher um produto químico que lave as inscrições, sem aleiar o granito.

Os responsáveis pela peça “Na Carreira do Divino”, que está em cartaz na Capital, vão ser multados pela Secretaria das Subprefeituras, segundo o secretário Victor David. O trabalho não se limitará à limpeza, da estátua, que foi encomendada na gestão de Armando de Sales Oliveira e inaugurada quando era prefeito de São Paulo Armando de Arruda Pereira. Além da limpeza, será feita a recuperação do piso de grandes pedras que cerca o monumento, pois está desconjuntado e com algumas placas quebradas pelo movimento e vibração de correntes do trânsito da avenida Brasil. Depois de concluído desses serviços, será montado um obstáculo que impeça o acesso do público até a estátua, que deve ser vista à distância, insiste Massanari. O acesso direto só tem beneficiado os grafiteiros e mendigos que frequentemente dormem nos vãos entre as figuras dos bandeirantes de pedra. Também o paisagismo da área será reformado.

Ônibus fica mais caro sábado: 15,00

A partir da zero hora de sábado, as tarifas de ônibus urbanos diesel e trólebus serão aumentadas em 25%, passando das atuais R\$ 12,00 para R\$ 15,00, e os ônibus do sistema executivo terão seus preços aumentados de R\$ 20,00 para R\$ 25,00; as Kombis que atendem o Centro Empresarial passarão de R\$ 60,00 para R\$ 75,00, e os ônibus que servem a Jards de Futebol, quadratratatrat e frestios, cuja tarifa é de R\$ 20,00 irá para R\$ 25,00.

Essa informação foi dada pelo presidente da CMTU, Antônio João Pereira, esclarecendo que a antecipação da vigência do aumento para sábado tinha como objetivo dar mais tempo à população para se adequar ao novo preço. O último aumento de ônibus urbanos em São Paulo ocorreu dia 17 de outubro, quando a tarifa passou de R\$ 10,00 para R\$ 12,00.

O decreto aumentando as tarifas somente deverá ser assinado pelo pre-

Em uma resposta a essa reportagem, Manoel Rodrigues Ferreira, presidente da Ordem Nacional dos Bandeirantes, escreve para o jornal “O Estado de São Paulo” lembrando ter ele próprio participado de uma expedição aos sertões de Goiás e do Pará, na serra dos Martírios, na

região do rio Araguaia, a fim de levar para São Paulo (SP) registros (fotografias, documentos, mapas e esculturas “rupestres” dos Martírios), em 1971. Para este autodenominado chefe sertanista, as peças coletadas por sua expedição sumiram e a “Ordem Nacional dos Bandeirantes” não pode ser oficializada “pelo simples fato de ela conter a denominação bandeirantes” (O Estado de São Paulo, 26 de novembro de 1987, p. 29), pois, “há tempos a imagem das Bandeiras e dos Bandeirantes vem sofrendo – como aliás toda a nossa História – um processo de sistemática destruição dos seus valores, em obediência a uma determinada ideologia” (Ibdem).

No ano seguinte, em 1988, o polêmico professor e pesquisador Ricardo Ramon Blanco, expulso da UnB em 1968 com “processos não só criminais mas também administrativos na Universidade de São Paulo e em outras instituições culturais” (Correio da Manhã – RJ, 20 de setembro de 1968, Ano 1968\Edição 23144), era professor na USP e pesquisador do Museu Paulista e do Ipiranga quando afirmou que as bandeiras “na verdade eram instituições militares, com soldados armados, para capturar e escravizar os índios” (O Estado de São Paulo, 23 de outubro de 1988, p. 17).

Outra manchete chama atenção para a ação de “pichadores” sobre o Monumento às Bandeiras (SP), em 1988 (Figura 116). A fotografia não permite ler o que foi inscrito. Sabe-se, contudo, que a inação dos guardas civis metropolitanos no caso “irritou o prefeito Jânio Quadros” (O Estado de São Paulo, 16 de dezembro de 1988, p. 16), que determinou a demissão de 12 deles.

Figura 116 - O Estado de São Paulo, 16 de dezembro de 1988, p. 16



Epitácio Pessoa/AE — 12/12/88

Pichação no monumento: prefeito irritado

● Prefeito quer demitir guardas civis

Nenhum policial da Guarda Civil Metropolitana estava a serviço na praça Armando Ardua Pereira no final de semana quando pichadores resolveram “atuar” em pleno monumento às Bandeiras, no parque Ibirapuera. A negligência dos guardas irritou o prefeito Jânio Quadros que ontem enviou me-

morando ao secretário municipal de Defesa Social, general Luis Faro, determinando a demissão de 12 guardas civis metropolitanos. Os policiais justificam sua ausência do local devido ao concurso público que prestaram para efetivação na corporação.

Nesta pequena reportagem (figura 117), intitulada “Monumento às bandeiras é alvo de ameaça” e publicada em 1991 também pelo jornal “O Estado de São Paulo”, um membro do

grupo que teria realizado uma explosão de dinamite que danificara o Monumento a Caxias teria confessado, em ligação anônima à guarda civil metropolitana, a ideação do grupo e sua oposição à explosão no Monumento às Bandeiras (SP). Essa ameaça de “atentado” mobilizou o reforço da vigilância local, não apenas com a guarda civil, mas também com a polícia militar.

Figura 117 - O Estado de São Paulo, 20 de agosto de 1991, p. 14

TERÇA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 1991

Monumento às Bandeiras é alvo de ameaça

Em telefonema anônimo recebido às 17h45 de ontem pela central de rádio da Guarda Civil Metropolitana, uma voz de homem denunciou a possibilidade de um atentado a bomba ao Monumento às Bandeiras, escultura de Victor Brecheret na Praça Armando de Salles Oliveira, em frente ao Parque do Itaquera, na Zona Sul de São Paulo. O autor do telefonema, dizendo-se membro do grupo que na madrugada de quinta-feira explodiu uma bomba de dinamite no monumento em homenagem a Duque de Caxias, na Praça Princesa Isabel, no Centro, declarou ser contrário ao novo atentado. Segundo ele, porém, os demais integrantes do grupo já teriam tomado a decisão de realizar a operação.

A Guarda Civil reforçou a vigilância na área do Parque do Itaquera e colocou um veículo de plantão, com dois guardas, ao lado do monumento. A Polícia Militar também reforçou o policiamento na área. Segundo o capitão Wanderley Medeiros, assistente militar da prefeita Luiza Erundina, outros monumentos da cidade estão recebendo atenção semelhante.

Em telefonema à redação do jornal Diário Popular logo após a explosão da bomba no Monumento a Caxias, na quinta-feira, um homem que se apresentou como integrante das Forças Armadas justificou a ação como “uma forma de protesto contra os baixos salários dos militares”. O Monumento às Bandeiras, inaugurado em 25 de janeiro de 1953, é um dos principais trabalhos de Victor Brecheret e um dos mais conhecidos cartões postais da cidade. Brecheret também é autor do Monumento a Caxias, danificado na explosão de quinta-feira.

Na Figura 118, outra fotografia do Monumento às Bandeiras (SP), em 1995, se destaca, dessa vez em tom de publicidade não somente de uma empresa, mas de toda a cidade. Ali podemos ver investimentos da Prefeitura de São Paulo no sentido da limpeza e conservação do Monumento, muitas vezes tecendo alianças com a iniciativa privada (representada, na imagem, pela empresa Bombril). Podemos considerar que se houve limpeza, havia o que se considerasse “sujeira” ou “depredação” ou “vandalismo”, que, no caso dos monumentos urbanos, em geral, se trata de pixos, colagens, grafites, tintas, entre outras intervenções.

Figura 118 - O Estado de São Paulo, 29 de janeiro de 1995, p. 14



Em 1996, na coluna de opinião dos leitores do jornal “O Estado de São Paulo”, um título logo chamou atenção: “Atrás das grades” (O Estado de São Paulo, 8 de janeiro de 1996, p. 2). Além de sugerir que “os bastardos” que “estão aí outra vez pichando o Monumento às Bandeiras” (Ibdem) sejam colocados “atrás das grades”, sua ideia visa o afastamento do público e da obra, recomendando que a prefeitura “faça um belo jardim ao redor do monumento e cerque o conjunto com grades” (Ibdem).

Um cidadão consternado com alguns jovens que se divertiam subindo no Monumento às Bandeiras (SP) escreve à coluna de opinião do jornal “O Estado de São Paulo”, em 1998, no sentido de alertar a prefeitura e a guarda municipal sobre as possíveis consequências desse “contra uso” do espaço público e do patrimônio cultural material por ele considerado revoltante (Figura 119).

Figura 119 - Coluna de opinião

Monumento ameaçado

Fiquei surpreso e revoltado ao ver, domingo, em 29/3, inúmeros jovens trepados no Monumento às Bandeiras. Por onde anda a Guarda Municipal, que não protege esse monumento? Será que somente depois que ele for danificado, como certamente será, a Guarda Municipal vai aparecer? Nildo Serpa Cruz, Santos

Fonte: O Estado de São Paulo, 28 de abril de 1998, p. 2

Outro cidadão, por sua vez, apresenta seu descontentamento sobre os diferentes tratamentos dados pela Prefeitura de São Paulo aos monumentos da cidade, destacando que o Monumento às Bandeiras (SP) é visto sempre “iluminado, guardado e servindo para o levantamento cultural de estudantes” (O Estado de São Paulo, 4 de janeiro de 1999, p. 56), ao passo que outros monumentos, como o que presta homenagem a Santos Dumont, encontram-se “mofando” (Ibidem). Esse comentário nos permite perceber que o monumento de Brecheret esteve por muito tempo destacado na paisagem urbana da capital paulista, recebendo subsídios e investimentos do poder público municipal para isso.

Já no recorte de jornal “O Estado de São Paulo”, dos anos 2000, vemos a propaganda de um evento cultural que ocorrera na cidade chamado “O roteiro da coragem” (Figura 120). De acordo com a reportagem, a “Caravana Roteiro da Coragem” estaria “percorrendo os mesmo caminhos que os bandeirantes desbravaram no século XVII”, visitando uma cidade diferente a cada sexta e sábado. A realização do evento foi do V Centenário da cidade de São Paulo e contou com patrocínio de empresas da iniciativa privada. O local de encontro para o evento não poderia ser outro: o Monumento às Bandeiras (SP).

Figura 120 - O Estado de São Paulo, 6 de maio de 2000, p. 76

Atrações, espetáculos e muita festa. Como você vê, valeu a pena o esforço dos Bandeirantes.



O ROTEIRO DA CORAGEM

A Caravana Roteiro da Coragem está percorrendo os mesmos caminhos que os Bandeirantes desbravaram no século XVII. Toda sexta e sábado uma cidade é visitada. E tem espetáculos culturais, atrações e muita festa. Vá e leve a família.

Monumento às Bandeiras.
Parque do Ibirapuera – Dia 7 de maio.

Realização: 

Patrocínio: 

Na recorte também do jornal “O Estado de São Paulo”, de 2001, vemos uma reportagem na seção de Patrimônio sobre o Monumento às Bandeiras (SP) (Figura 121). Nela é contada uma história da escultura, desde a primeira maquete em 1921 até a sua inauguração em 1953, no 399º Centenário da cidade de São Paulo. Sobre o simbolismo presente na obra, a jornalista Adriana Moreira escreve tratar-se de uma expedição bandeirante, com representação de cada “raça” que teria participado do processo e que pode ser identificada “por detalhes nas estátuas”. Assim, continua, os portugueses, colonizadores, estariam representados com barbas, opostos aos indígenas, “figuras nuas”, portando apenas uma cruz no pescoço, sinal de “índios (sic) catequisados”.

Figura 121 - O Estado de São Paulo, 19 de janeiro de 2001, p. 79

PATRIMÔNIO

Expedição bandeirante simboliza SP

O 'Monumento às Bandeiras', preferido do escultor Victor Brecheret, foi inaugurado em 1953; obra foi marcada por interrupções Edu Garcia/AE - 27/1/98



Portugueses, negros, índios e mamelucos são representados na obra, feita com 240 blocos de granito

BLOCOS DE PEDRA VIERAM DE MAUÁ

sumária responsável pela construção em troca de alguns terrenos do governo. O trabalho foi retomado no ano seguinte. Os 240 blocos de granito que formam a obra – com cerca de 50 toneladas cada – foram trazidos de uma pedreira em Mauá. Transportá-los nas estradas de terra foi uma operação difícil.

Símbolos – Finalmente, em 25 de janeiro de 1953 – durante as comemorações do 399º aniversário da cidade – a obra foi inaugurada. Com 12 metros de altura, 50 de extensão e 15 de largura, representa uma expedição bandeirante subindo um plano, com dois homens a cavalo. Uma das imagens representa o chefe português e a outra, o guia índio.

Atrás deles, há um grupo formado por índios, negros, portugueses e mamelucos, que puxa a carreta das montanhas, usada pelos bandeirantes nas expedições pelos rios. As raças podem ser identificadas por detalhes nas estátuas: os portugueses apresentam barbas, as figuras nuas, com uma cruz ao pescoço são índios catequisados.

A obra foi instalada no sentido de entrada dos bandeirantes pelo interior, no eixo sudoeste-nordeste. Na frente do monumento, um mapa de Afonso Taunay, esculpido no granito, mostra o roteiro das expedições com os nomes de alguns bandeirantes famosos, entre eles Fernão Dias, Anhangüera, Borba Gato e Raposo Tavares.

Verões dos poetas Guilherme de Almeida e Cassiano Ricardo lembram as bandeiras em placas nas laterais da escultura. (Adriana Moreira)

Na reportagem seguinte, de 2001, lemos a manchete “Empresa assume restauração do Monumento às Bandeiras”. Visto pela reportagem como “um dos principais marcos culturais da cidade”, o Monumento iria ganhar uma “cara nova”. De acordo com a notícia, uma empresa de cervejaria assumiu, por um período de um ano, a restauração e conservação do Monumento às Bandeiras (SP). A iniciativa, que visa promoção de *marketing* da empresa, faz parte da campanha “Adote uma obra artística”, do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) da cidade de São Paulo, que permitiu que empresas se responsabilizassem pelo restauro e conservação de obras para divulgar nelas suas marcas (Figura 122). Também se beneficiou dessa campanha a estátua do bandeirante *Anhangüera*, de Luiz Brizolara, localizada na Av. Paulista. Na imagem do Monumento que podemos visualizar abaixo da notícia, e em sua legenda, há menção a um “despacho de macumba” colocado na escultura, o que nos conduz a pensar que o Monumento, nesse período, poderia estar menos protegido, vigiado.

Figura 122 - Fonte: O Estado de São Paulo, 21 de dezembro de 2001, p. 52

Empresa assume restauração do Monumento às Bandeiras

O Monumento às Bandeiras, um dos principais marcos culturais da cidade, vai ganhar cara nova em breve. Idealizado por Victor Brechret, o monumento, localizado na Praça Armando de Salles Oliveira, em frente do Parque Ibirapuera, zona sul, será restaurado e conservado durante um ano pela cervejaria AmBev, numa ação de *marketing* para promover o chá Lip-ton Ice Tea. Neste fim de semana começa a ser instalado um tapume de 40 metros no monumento. O trabalho de restauração, que deve durar quatro meses, começa no dia seguinte.

A iniciativa faz parte da campanha Adote Uma Obra Artística, do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), que já beneficiou, entre outras, a estátua do bandeirante Anhangüera, de autoria de Luiz Brizolara, em

frente do Parque Siqueira Campos, na Avenida Paulista. A campanha permite a empresas que se responsabilizem pela restauração e conservação de obras divulgar suas marcas nelas. Até agora, 23 obras foram “adotadas”, mas boa parte dos cerca de 400 itens do acervo público da cidade, entre bustos, esculturas e monumentos, está em condições precárias de conservação.

Inaugurado em 25 de janeiro de 1953, o Monumento às Bandeiras havia sido idealizado em 1920, como parte das comemorações pelo centenário da Independência do Brasil. Um dos mais importantes escultores do Brasil, Brechret, nascido em Viterbo, na Itália, foi descoberto pelo pintor Di Cavalcanti e teve suas obras incluídas na Semana de Arte Moderna de 22. (Monica Assunção)



Despacho de macumba na obra de Brechret, no Ibirapuera

No ano seguinte, Miguel Reale, jurista, filósofo, membro da Academia Brasileira de Letras e ex-reitor da USP, escreve ao jornal “O Estado de São Paulo”, em junho de 2002, buscando retomar uma suposta “identidade perdida” da cidade de São Paulo (SP). Para isso, ele retorna à história do “vilarejo paulistano” com o padre Anchieta. Sua fala toma as bandeiras paulistas como “um novo ciclo existencial”, que partiam do posto de Pinheiros, seguindo o curso do rio Tietê, “para escravizar índios (sic) e descobrir esmeraldas, entrando, assim, em conflito com a Companhia de Jesus, protetora dos indígenas sob as asas da religião e da cultura cristãs” (O Estado de São Paulo, 22 de junho, de 2002, p. 2).

O intelectual paulista dos anos 2000 escreve ainda que:

É com esses olhos que devemos ver o estupendo Monumento às Bandeiras (...). De costas voltas para o Oceano Atlântico, muitos se expressando na língua geral dos tupis, ou falando o dialeto caipira, uma espécie de português nacionalizado, tinha

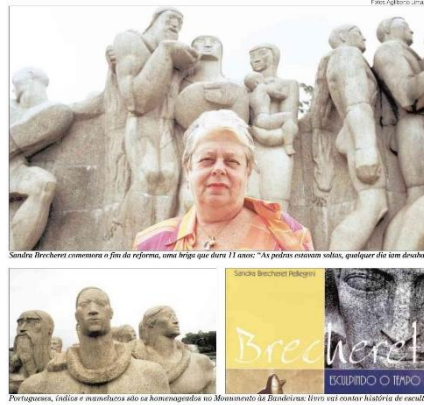
início, a conquista de um território continental, ultrapassando de muito as tímidas linhas do Tratado de Tordesilhas (O Estado de São Paulo, 22 de junho, de 2002, p. 2).

Ao olhar e enxergar um “estupendo” Monumento às Bandeiras, o intelectual deseja reeducar o olhar do/a leitor/a: “é com esses olhos que devemos ver o (...) Monumento”. Com os olhos desse “novo ciclo existencial” brasileiro: “de costas (...) para o Oceano Atlântico”, os bandeirantes, se expressando como dava, seguindo o curso dos rios, teriam partido “para escravizar índios (sic) e descobrir esmeraldas”, dando início à “conquista de um território continental”, que ultrapassaria “de muito as tímidas linhas do Tratado de Tordesilhas”.

Além disso, o intelectual recorda episódios da Independência do Brasil, “como o lembra o majestoso Monumento do Ipiranga” (O Estado de São Paulo, 22 de junho, de 2002, p. 2), e de fundação dos cursos jurídicos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, de crescente industrialização no século XIX e de fomento às imigrações “das mais diversas etnias que vieram implantar em Piratininga o surto do progresso” (Ibdem), bem como o lugar de “polo por excelência do desenvolvimento econômico-financeiro do Brasil” (Ibdem) que São Paulo ocuparia no começo do século XX culminando em “uma nova sensibilidade artística e literária” (Ibdem), instaurada na Semana de Arte Moderna de 1922, e na criação, em 1934, da Universidade de São Paulo. Esses momentos são recordados como eventos históricos brasileiros que distinguem a capital paulista das demais capitais do país e lhe conferia uma identidade própria.

Ainda no mesmo ano, a filha do escultor responsável pelo Monumento às Bandeiras (SP), Sandra Brecheret, também sai publicamente em defesa das obras de seu pai, Victor Brecheret. Seu desejo, diz em reportagem (Figura 123), consiste em restaurar as obras do pai que se encontram espalhadas pelo espaço urbano da capital paulista. O texto da reportagem traz informações sobre uma reforma (financiada pela empresa de cerveja mencionada anteriormente) e outras ações de preservação em andamento no Monumento em questão. Para a filha, de acordo com a reportagem, as esculturas do Monumento representam “portugueses, índios (sic) e mamelucos que habitavam o Brasil no século 17, época das bandeiras”. Não nega, porém, seus valores e ideologia incrustadas na obra: “nacionalista, a disposição do monumento é uma lembrança da primeira etapa do caminho dos bandeirantes rumo ao interior do País” (em referência ao Pico do Jaraguá, ponto para o qual o Monumento voltado). As estratégias de Sandra, junto à Fundação Escultor Victor Brecheret, para manter viva a memória de seu pai na cidade de São Paulo envolve a divulgação de livros sobre ele em escolas do interior paulista e a restauração das obras públicas do escultor.

Figura 123 - Fonte: O Estado de São Paulo, 26 de julho de 2002, p. 115



Filha de Brecheret sonha em restaurar obras do pai

Após obra no Monumento às Bandeiras, Sandra quer restaurar Monumento a Coxim e Fauno

ARTISTAS SACRAMENTA

Sandra Brecheret Pellegrini é uma escultora brasileira. A poeta das referências ao Monumento às Bandeiras se preocupa, para já pleitear recursos na preservação de outras obras do pai. Ela mobilizou a Fundação Sandra e Victor Brecheret em nome de novos projetos e já, em breve, anunciará parcerias, um público inop-

responsável pelo design. A memória dos contrastes entre o tempo em que o pai trabalhou no movimento e o das décadas de hoje são temas que ela vive na lembrança de São Paulo. A memória, que vive a inauguração, também é um verdadeiro, estreito trabalho de memória coletiva.

Brecheret chegou a ter 15 alunos, os crianças, que muitas vezes foram despendidos nas várias interrupções da obra, que durou 33 anos.

Jaraguá - Sandra conta que, naquela época, era possível ver do lado de fora do prédio do ICA, posto geográfico, as figuras. Uma escola de teatro, fruto da efervescência cultural da década de 20. Na época, a fundação do monumento é uma lembrança da primeira etapa do caminho dos bandeirantes

rumo ao interior do País. Alguns Monumentos e Casas, na Praça XV de Novembro, em São Paulo, no Parque Tietê, são os dois principais eixos que merecem atenção e preservação da instituição. Uma de destacar e preservar o legado de Sandra e preservar as bandeirantes, fruto da preservação da memória da cidade e da preservação da memória da cidade.

Alguns em várias unidades poderiam aprender história a partir das esculturas, que seriam de produção. "A população é a maior responsável das obras, se precisa ser conscientizada."

A reportagem a seguir, de 2002, publicada pelo mesmo jornal paulista, fala em “vândalos” que teriam pichado o Monumento às Bandeiras (SP), logo após a restauração e consequente reinauguração sob financiamento de uma empresa privada (Figura 124). A notícia conta que, mesmo antes da cerimônia, “vândalos pintaram inscrições incompreensíveis no granito da obra”. Isso, para nós, revela tensões, conflitos, disputas, nas construções da memória coletiva da cidade de São Paulo. Mesmo lá, onde a força da ideologia bandeirante parece mais forte, disseminada, em relação a Goiânia, por exemplo, podemos ver ações divergentes, discordantes. Nunca foi assim tão totalizante a hegemonia bandeirante, mesmo em seu *locus* de nascimento. Obviamente que há ações, em geral, do poder público, de “limpeza” e manutenção da obra.

Para o jornalista, as esculturas do Monumento representariam, nos homens a cavalo, um “chefe português” e “um guia indígena”; nos personagens atrás destes que empurram a canoa, vê-se, um grupo formado por “índios (sic), negros, portugueses e mamelucos”. Retoma, num breve histórico, que o Monumento foi projetado por Brecheret no contexto do movimento modernista, chegando a sua inauguração, datada de 1953. O jornalista traz ainda um relato da viúva do artista, que estaria agora contente com a “reinauguração” do Monumento às Bandeiras (SP), pois antes “via tudo sujo e pichado e ficava triste”.

Figura 124 - Fonte: O Estado de São Paulo, 18 de julho de 2002, p. 37



O próximo recorte de jornal consiste numa notícia que veicula, em 2003, a seguinte manchete: “Monumento já está livre de pichações” (Figura 125). De acordo com a notícia, apenas um ano após a restauração e consequente reinauguração ocorridas ambas em 2002, as empresas privadas responsáveis pela “limpeza e manutenção” do Monumento teriam providenciado um novo “reparo”.

Figura 125 - Fonte: O Estado de São Paulo, 24 de março de 2003, p. 35

Monumento já está livre de pichações

O Monumento às Bandeiras será entregue hoje à cidade em perfeitas condições. No dia 15, sábado, a obra foi pichada, durante a manifestação pela paz que ocorreu na frente do Parque do Ibirapuera. O reparo foi providenciado pelas empresas Unilever e Ambev. Esta já havia financiado a restauração do monumento em 2002 e ficou responsável, até o fim do ano, pela limpeza e manutenção da Praça Armando Salles de Oliveira, próxima do Parque do Ibirapuera.

Os documentos a seguir trazem opiniões acerca do Monumento às Bandeiras (SP) tecidas pela Federação Internacional das profissões Imobiliárias – FIABCI, em sua seção semanal FIABCI-Brasil-Inforna no jornal “O Estado de São Paulo” (Figuras 126 e 127). No site da “federação”, podemos ler que se trata, segundo eles, “da maior entidade mundial do setor

imobiliário, sediada em Paris”⁶⁰, reunindo profissionais de diversos países, “além de ter participação na Comissão Habitat da ONU”. A pergunta que fazem em 2003 publicamente em periódico nacional é se seria o Monumento às Bandeiras (SP) a imagem que melhor representaria São Paulo diante do mundo, para que ela se torne uma “cidade global, internacionalmente conhecida e atraente para investimentos e negócios”. Concluem que sim, que se trata da “melhor marca”, do “símbolo” da cidade que estaria caminhando “para completar 450 anos”, sendo “a melhor imagem para simbolizar a capital”.

Figura 126 - Fonte: O Estado de São Paulo, 28 de outubro de 2003, p. 8



Com o lema “Unindo o Brasil à modernidade imobiliária”, a federação publica, em dezembro do mesmo ano e na mesma seção do jornal “O Estado de São Paulo”, outro texto em que atesta sua escolha do Monumento às Bandeiras como o “símbolo de São Paulo”, como a imagem que permitiria “a imediata identificação de São Paulo em todo o Brasil e no exterior” (Figura 127). Para fundamentar seus argumentos e visão de mundo, os agentes envolvidos nessa chamada federação mobilizam um relato da nora do escultor, Maria Aparecida Silva Brecheret, que à época era presidente do Instituto Victor Brecheret.

Em sua fala, a nora do escultor retoma brevemente o histórico da obra e tece considerações acerca dela: “a obra-prima do escultor simboliza as culturas que formaram o Brasil: o índio (sic), o negro e o branco unidos em um grupo social – os bandeirantes – que, nos séculos 17 e 18, partiu de São Paulo para o interior do país em busca de ouro e esmeraldas”. Além disso, para ela, a “grande empreitada” bandeirante teria resultado “na grandeza de nosso

⁶⁰ <<<https://www.fiabci.com.br/website/quemsomos>>>

território”, representando assim, “uma ‘bandeira’ rumo à conquista, marchando (...), para buscar riquezas e, ao mesmo tempo, demarcar o que é hoje o território brasileiro”.

Porém, acrescenta Maria Aparecida Brecheret, não apenas aos bandeirantes do período colonial se referia V. Brecheret ao esculpir o Monumento às Bandeiras (SP), mas também ao *ethos* da cidade de um modo geral, sendo a obra ainda atual: “a miscigenação, a ousadia, a busca por novas conquistas, o desbravamento, tudo isto representa São Paulo”. Segundo ela, o Monumento “não apenas acolhe a miscigenação como marca essencial de nossa cultura, mas também homenageia todo o povo brasileiro”. Cabe-nos pensar, contudo, que tipo de homenagem o Monumento às Bandeiras (SP) e qualquer monumento a bandeirantes presta, de fato, ao “povo brasileiro”? Uma memória da subserviência/dominação, da escravização de populações diversas que, por suas diferenças, foram vistas como inferiores? Uma história de etnocídio, violência, traumas, pode ser narrada em forma de um monumento celebrativo?

Figura 127 - Fonte: O Estado de São Paulo, 9 de dezembro de 2003, p. 11



A próxima reportagem, extraída do mesmo jornal paulista, busca narrar parte da “história do Monumento às Bandeiras” (Figura 128). De acordo com o documento, a obra foi encomendada pelo governo paulista para “prestar uma homenagem aos bandeirantes, homens do Movimento das Bandeiras que desbravou o interior do Brasil no século 17”. Segundo a reportagem, as esculturas do Monumento possuem traços diversos, tendo Brecheret unido na obra “diferentes raças”, a fim de “mostrar a pluralidade racial do país”: um “chefe português” e “um guia índio” (sic) montados em cavalos destacam-se do restante do grupo que, formado por “índios (sic), negros e mamelucos”, seguem atrás puxando a canoa. Além disso, a reportagem traz um longo período de “interrupções burocráticas” que comprometeu o andamento da obra, tendo demorado cerca de 30 anos para ser efetivamente inaugurado.

Figura 128 - Fonte: O Estado de São Paulo, 10 de janeiro de 2004, p. 67

Olha só!

A história do Monumento às Bandeiras

O Monumento às Bandeiras, que fica na frente de Parque do Ibirapuera, já faz parte da paisagem paulistana e, mesmo com aquele tamanho todo, às vezes, passa despercebido para quem está no trânsito. Aliás, você sabe a história do monumento mais famoso de São Paulo? O Monumento às Bandeiras foi feito por Victor Brecheret, artista que, junto com outras pessoas famosas como Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade, participou da Semana de Arte Moderna de 22, que revolucionou a arte brasileira.

O monumento do Ibirapuera é sua obra mais conhecida e foi encomendada a Brecheret pelo governo paulista para prestar uma homenagem aos bandeirantes, homens do Movimento das Bandeiras que desbravou o interior do Brasil no século 17. A obra foi construída na direção do Pico do Jaraguá, ponto de partida dos



Edu Garcia/AE - 27/1/98

O 'empurra-empurra' demora 30 anos para ficar pronto

bandeirantes e, se olharmos atentamente, perceberemos que os traços dos homens ali esculpidos têm características diversas. Para mostrar a pluralidade racial do País, Brecheret uniu na obra diferentes raças. A escultura começa com dois homens a cavalo

Um representa um chefe português e outra, um guia índio. Seguidos por um grupo de índios, negros e mamelucos (filhos de índio com branco), que puxam uma canoa.

As dimensões do empurra-empurra, como o monumento é chamado popularmente, são de assustar: são 12 metros de altura, 50 de extensão e 15 de largura. Ao todo, são 240 blocos de granito, que pesam 50 toneladas cada um. E, não foi à toa que Brecheret demorou mais de 30 anos para concluir a obra. O monumento foi idealizado em 1921, mas, por causa de diversas interrupções burocráticas, só ficou pronto em 1953. A inauguração aconteceu no dia 25 de janeiro de 1953, no 399.º aniversário de São Paulo, apenas dois anos antes da morte de seu artista. Brecheret viveu de 1894 a 1955.

A reportagem a seguir, de 2004, traz novamente a voz da filha de Victor Brecheret, com a finalidade de alertar a sociedade civil sobre a inatividade do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo com relação ao “enfeite” (uma âncora) colocado no Monumento às Bandeiras (SP) (Figura 130). Sandra refere-se ao Monumento como “o símbolo de São Paulo” e “uma das maiores obras monumentais do Brasil” e, por isso, protesta contra ações no sentido de preservá-lo. Para ela, tal ato (a colocação de um enfeite no Monumento) “nada mais representa senão uma falta de respeito por toda uma comunidade que, sei, admira esse monumento, que lhe pertence, como contribuintes que todos somos”. Porém, ações como essa, em nossa leitura, representam mais do que “falta de respeito”. Trazem justamente uma crítica a esse “patrimônio” enquanto pertencente a todos, enquanto representativo da identidade paulista, e/ou, ainda, revelam tensões, conflitos e disputas de memória entre diferentes grupos urbanos.

Figura 129 - Fonte: O Estado de São Paulo, 18 de dezembro de 2004, p. 3

REYNALDO FARAH
São Paulo

Falta de respeito

Tendo visto, com espanto, o “enfeite” no Monumento às Bandeiras colocado no último domingo – a âncora –, lamento que os poderes públicos desta cidade tenham permitido tal afronta a uma das maiores obras monumentais do Brasil. Com certeza, a idéia não deve ter partido de algum artista, e sim de pessoas preocupadas em aparecer, pois artista respeita e admira, sabe que Victor Brecheret, meu pai, levou cerca de 33 anos para concluí-lo. Assim, fico olhando o descaso do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura, responsável pela integridade dos monumentos de São Paulo,

que permitiu e se ausentou deste ato que nada mais representa senão uma falta de respeito por toda uma comunidade que, sei, admira esse monumento, que lhe pertence, como contribuintes que todos somos. Portanto eu, como detentora dos direitos morais e autoras de Victor Brecheret, venho protestar veementemente contra essa idéia que está transformando o símbolo de São Paulo num stand de propaganda pessoal de pessoas desconhecidas.

SANDRA BRECHERET PELLEGRINI
brecheret@sti.com.br
São Paulo

Família Matarazzo

A reportagem de 5/12 sobre a minha família retratou em parte, e ligeiramente, a situação financeira

No próximo recorte de jornal, agora de 2006, vemos novamente Sandra protestar contra o Departamento de Patrimônio da Prefeitura de São Paulo por não conter pichações de “vândalos” no Monumento às Bandeiras (SP) (Figura 131). A filha de Brecheret caracteriza o monumento como “obra considerada o símbolo de São Paulo”, como “uma das mais importantes expressões artísticas do mundo”. E, ainda assim, acrescenta, em tom de revolta, “a Prefeitura da maior cidade do Brasil nada” faz, mesmo tendo sido “condenada em ação civil pública por não tomar providências referente à proteção” do Monumento às Bandeiras (SP).

Parece-nos, nessa disputa, que mesmo a Prefeitura da cidade de São Paulo, o poder público responsável pela conservação e preservação do Monumento, não possui mais tanto interesse em dispensar recursos em prol de tal fato. Assim, se em 1985 o Estado de São Paulo, via CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo), realizou o tombamento da obra, declarando sua preservação, chegamos em 2006 em um contexto um pouco diferente. Ali a Prefeitura se ausenta, o Estado não aparece, e uma família, a família do escultor, luta pela manutenção da obra.

Figura 130 - Fonte: O Estado de São Paulo, 24 de setembro de 2006, p. 53



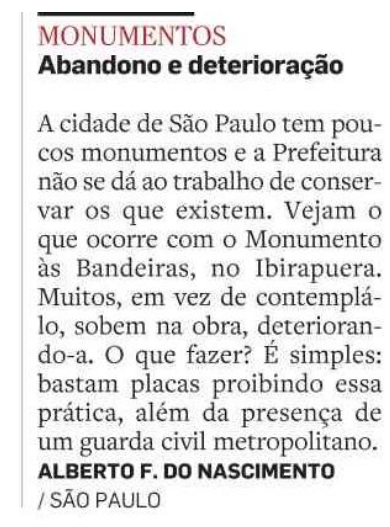
Na década seguinte, em 2012, foi a vez do filho do escultor, irmão de Sandra Brecheret, sair a público anunciando seu “orgulho de filho” (Figura 132). Victor Brecheret Filho teria sido testemunha direta da construção do Monumento, acompanhando seu pai no trabalho de criar “um dos mais famosos cartões-postais da cidade”, de acordo com ele.

Figura 131 - Fonte: O Estado de São Paulo, 25 de janeiro de 2012, p. 86



Ainda em 2012, um cidadão da cidade consternado com a situação dos monumentos urbanos, escreve ao jornal "O Estado de São Paulo" denunciando o desserviço da Prefeitura que "não se dá ao trabalho de conservar os [monumentos] que existem". O cidadão denuncia, em primeiro lugar, a ação daqueles que, ao invés de contemplar o Monumento, "sobem na obra, deteriorando-a". Para ele, a solução é nítida: policiamento por meio da guarda civil metropolitana e placas indicando a proibição dessa prática.

Figura 132 - Fonte: O Estado de São Paulo, 29 de fevereiro de 2012, p. 31



A reportagem a seguir, também de 2012, traz um considerado "ato de vandalismo" contra as unhas de um dos bandeirantes "que puxam a escultura" de Brecheret. Visto pelo jornalista Felipe Tau como "um dos maiores símbolos de São Paulo", o Monumento às Bandeiras (SP) teria sido "alvo de vandalismo": tinta azul foi colocada nas unhas do pé esquerdo de um bandeirante.

Sobre o significado da obra, o jornalista omite a presença de afrodescendentes, considerando que apenas "brancos e índios (sic) são representados na obra empurrando uma canoa que parte de São Paulo para desbravar o interior do Brasil". Sua reportagem finaliza com

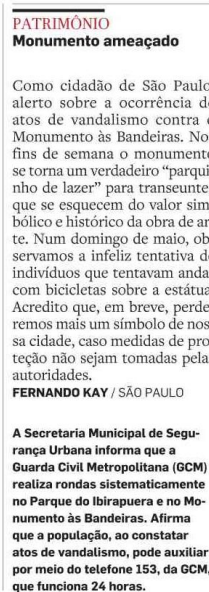
a possível punição aos “vândalos”, acionando o Distrito Policial, que afirma não ter recebido ocorrências sobre o caso.

Figura 133 - Fonte: O Estado de São Paulo, 15 de maio de 2012, p. 37



O próximo recorte do mesmo jornal paulista traz a opinião de um cidadão sobre as formas de sociabilidade que se ensaia em torno do Monumento às Bandeiras (SP), vista por ele como verdadeiros “atos de vandalismo” (Figura 135). De acordo com ele, em períodos de maior agitação, o Monumento e seu entorno se tornam um, para usar suas palavras, “parquinho de lazer”. Alerta, porém, para a possível perda de “mais um símbolo de nossa cidade”, caso não sejam efetivadas medidas protetivas.

Figura 134 - Fonte: O Estado de São Paulo, 19 de junho de 2012, p. 33



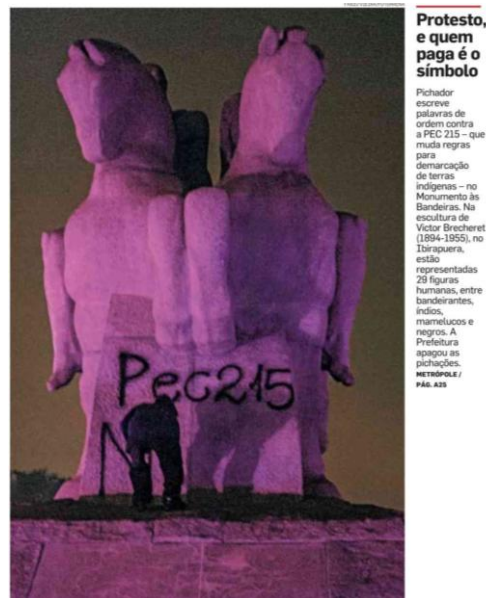
No recorte a seguir, podemos ler um trecho da entrevista feita pelo jornal “O Estado de São Paulo” com Sandra Brecheret (Figura 136). Neste trecho, vemos que, segundo ela, nos anos 1920, quando seu pai concebeu a maquete do Monumento, “havia uma discussão entre os intelectuais modernistas para resgatar a glória dos bandeirantes”. Nada sobre pluralidade “racial” do “povo” brasileiro, mas sim, e enfaticamente, sobre a “glória dos bandeirantes”, os verdadeiros homenageados nessa escultura.

Figura 135 – Trecho da entrevista com Sandra Brecheret - Fonte: O Estado de São Paulo, 9 de agosto de 2012, p. 43



Cerca de um ano após o último recorte de jornal analisado, em 2013, podemos identificar uma série de ações que têm o Monumento às Bandeiras (SP) como palco principal. Vejamos primeiramente, o documento a seguir. Sob o título “protesto, e quem paga é o símbolo”, uma reportagem do jornal “O Estado de São Paulo” escreve sobre um “pichador” que teria deixado suas inscrições em denúncia contra a PEC 215 – “que muda as regras para demarcação de terras indígenas”.

Figura 136 - Fonte: O Estado de São Paulo, 3 de outubro de 2013, p. 1



Como continuação à notícia anterior, a reportagem a seguir, escrita pelo jornalista paulista Edilson Veiga, traz algumas “intervenções” no Monumento, chamadas por ele muitas vezes de “atos de vandalismo” (Figura 138). Por ter sido “pichado” com a frase “PEC 215 NÃO” e “Bandeirantes Assassinos”, o jornalista afirma haver uma “dicotomia histórica”

Figura 138 - Fonte: O Estado de São Paulo, 3 de outubro de 2013, p. 23

Protesto de indígenas tem confronto e um preso na Paulista



Manifestação. Pintados, ativistas dançaram e cantaram

Ato contra a PEC 215, que passa a incumbência de demarcação de terras ao Legislativo, foi até o Monumento às Bandeiras.

Uma pessoa foi presa durante um protesto contra a aprovação da PEC 215, que passa para o Legislativo a incumbência de demarcação de terras indígenas.

Quarentistas começaram a chegar às 15h30 no vão livre de Maré, na Avenida Paulista. Estavam pintados e usando trajes tradicionais. Ao longo de uma hora, eles dançaram e cantaram músicas indígenas. Por volta das 17h30, os manifestantes iniciaram uma marcha pela avenida, que acabou sendo interdita para dois sentidos. Os manifestantes caminharam pela Avenida Brigadeiros Faria Lima, sentido bairro, até o Monumento às Bandeiras.

Por volta das 18h, houve confronto entre manifestantes e policiais e, segundo a Polícia Militar, ao menos uma pessoa foi detida. Alunos de indígenas e quilombolas, representantes do SCS Mata Atlântica, do Movimento Passe Livre e do Movimento dos Atingidos por Barragens também participaram do protesto.

Brasil. Um grupo de índios também realizou um protesto na frente do Congresso Nacional, em Brasília. De acordo com a Polícia Militar do Distrito Federal, cerca de 200 pessoas participaram na manifestação. Segundo o coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Elton Tavares, liderança de um aldeia no município brasileiro de Rio de Janeiro, a manifestação faz parte das atividades de mobilização nacional indígenas.

O grupo tentou invadir a Câmara dos Deputados por um prédio anexo, sem sucesso. O vídeo da porta que foi invadido no acesso foi quebrado.

PARIS **MARILIA** **LARA NUNES** **MATEUS FARINHO** e **RICARDO BELLA** **OLETTA**

Outra pequena reportagem, do mesmo jornal, de 2013, publicada pelo jornalista Edilson Veiga, fala sobre a limpeza realizada no Monumento às Bandeiras (SP) pelo Departamento de Patrimônio Histórico – DPH (Figura 140). Essa limpeza, de acordo com o texto, levaria cerca de uma semana para estar completa. “Pichado” duas vezes em menos de 24 horas, o Monumento às Bandeiras (SP) se tornou alvo para reivindicações políticas, especialmente contra a PEC 215, que “muda as regras para a demarcação de terras indígenas”. A diretora do DPH, Nádya Somekh, relaciona as ações a “vandalismo” e “depredação de patrimônio público”.

Figura 139 - Fonte: O Estado de São Paulo, 4 de outubro de 2013, p. 15

Limpeza de Monumento às Bandeiras levará uma semana

Edilson Veiga

Será preciso pelo menos uma semana para que o Monumento às Bandeiras, pichado anteriormente duas vezes em menos de 24 horas, fique completamente limpo. A estimativa é do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) – órgão da Secretaria Municipal de Cultura.

“Conseguimos remover a tinta branca com jatos de água quente. O problema é a vermelha. Para ela, temos de utilizar um solvente especial”, diz Nádya Somekh, diretora do DPH.

Há temor de dano permanente à obra, assinada pelo escultor italo-brasileiro Victor Brecheret (1894-1955), se as pichações se tornarem recorrentes. “Esse processo de limpeza, se for constante, pode acabar deteriorando o patrimônio. Não é normal precisarmos utilizar solventes duas vezes em um mesmo dia”, avalia Nádya.

Preocupação semelhante foi manifestada antecorrem pelo filho do escultor, o engenheiro Victor Brecheret Filho. “Meu pai se orgulhava da solidez dessa obra, mas a cada vez que vejo

coisas como essa me preocupa se estão utilizando produtos adequados na limpeza”, afirma.

Com 240 blocos de granito de 50 toneladas, a monumental obra é um dos principais cartões-postais paulistanos. Nela, estão representadas 29 figuras humanas, entre bandeirantes, índios, mamelucos e negros. As pichações no monumento – conhecido popularmente como “empurra-empurra” ou “deixa que eu empurre” – eram manifestações contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que muda regras para a de-



Dano. Equipe trabalha para limpar obra de Brecheret

marcação de terras indígenas. A Secretaria Municipal de Cultura diz que é impossível especificar o prejuízo aos cofres públicos com a limpeza de uma escultura – porque a empresa responsável pelo serviço tem contrato longo, que inclui a limpeza de toda a cidade, o que não permite desagregar o fato isolado de um monumento. Mas, só de material, a despesa deve chegar R\$ 12 mil. “Ou seja: o vandalismo custa para a população. Os manifestantes deveriam refletir sobre isso”, diz Nádya.

“Manifestações populares

são legítimas, mas precisam ser dirigidas ao foco correto”, comenta a diretora do DPH. “Não acho que vandalizar e deprestar o patrimônio público seja correto. Pelo contrário, isso nos dá uma sensação de impotência.”

Repetição. Não foi a primeira vez que o icônico monumento acabou alvo de intervenções. Em maio de 2012, um dos bandeirantes da escultura teve as unhas do pé pintadas com giz de cera azul. No mesmo ano, artistas colocaram orleiras de burro nos cavalos do monumento. Nesse caso, porém, a escultura não foi danificada: as orleiras eram feitas de plástico e ficaram ali apenas por cinco horas.

Se a reportagem anterior se refere à limpeza realizada pela empresa contratada pelo DPH, a próxima mostra as rajadas de tinta vermelha que tanto incomodaram a diretora do DPH, por necessitar, para limpeza, “de utilizar um solvente especial” (Figura 140). Na imagem, podemos ver quatro homens de Brecheret, uma parte da escultura, com alguma tinta vermelha sobre seus corpos e cabeças (Figura 141). Tinta vermelha que, como veremos a seguir, significava formas de resistência de certos grupos diante das mudanças sociais: posicionaram-se contra a PEC 215, que visa retirar do governo federal a autonomia da demarcação de terras indígenas, transferindo-a para o Congresso Nacional.

Figura 140 - Fonte: O Estado de São Paulo, 6 de outubro de 2013, p. 140



Um desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo escreveu ao jornal “O Estado de São Paulo” um texto intitulado “Nós vencidos pelas minorias” após essa onda de protestos que culminou no que ele chamou de “dano” ao “bem” de “valor artístico, histórico e cultural”, o Monumento às Bandeiras (SP). Para o desembargador, o Monumento representaria “um marco da civilização paulista” (O Estado de São Paulo, 12 de outubro de 2013, p. 2). Insiste, portanto, na necessidade de “punição dos infratores” por parte da polícia civil com fins de “proteger a sociedade”.

Ainda sobre o protesto contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 realizado por diferentes etnias de povos indígenas do Estado de São Paulo, em 2013, gostaríamos de nos deter na fala de uma liderança indígena, Marcos Santos Tupã, sobre o real significado deste ato:

Para nós, povos indígenas, a pintura não é uma agressão ao corpo, mas uma forma de transformá-lo. Nós, da Comissão Guarani Yvyrupa, organização política autônoma que articula o povo guarani no sul e sudeste do país, realizamos no último dia 02 de outubro, na Av. Paulista, a maior manifestação indígena que já ocorreu em São Paulo desde a Confederação dos Tamoios. Mais de quatro mil pessoas ocuparam a Av. Paulista, sendo cerca de quinhentas delas dos nossos parentes, outros duzentos de comunidades quilombolas e mais de três mil apoiadores não-indígenas, que viram a força e a beleza do nosso movimento. Muitos meios de comunicação, porém, preferiram noticiar nossa manifestação como se tivesse sido uma depredação de algo que os brancos consideram ser uma obra de arte e um patrimônio público. Saindo da Av. Paulista, marchamos em direção a essa estátua de pedra, chamada de Monumento às Bandeiras, que homenageia aqueles que nos massacraram no passado. Lá subimos com nossas faixas, e hasteamos um pano vermelho que representa o sangue dos nossos antepassados, que foi derramado pelos bandeirantes, dos quais os brancos parecem ter tanto orgulho. Alguns apoiadores não-indígenas entenderam a força do nosso ato simbólico, e pintaram com tinta vermelha o monumento. Apesar da crítica de alguns, as imagens publicadas nos jornais falam por si só: com esse gesto, eles nos ajudaram a transformar o corpo dessa obra ao menos por um dia. Ela deixou de ser pedra e sangrou. Deixou de ser um monumento em homenagem aos genocidas que dizimaram nosso povo e transformou-se em um monumento à nossa resistência.

Ocupado por nossos guerreiros xondaro, por nossas mulheres e crianças, esse novo monumento tornou viva a bonita e sofrida história de nosso povo, dando um grito a todos que queiram ouvir: que cesse de uma vez por todas o derramamento de sangue indígena no país! Foi apenas nesse momento que esta estátua tornou-se um verdadeiro patrimônio público, pois deixou de servir apenas ao simbolismo colonizador das elites para dar voz a nós indígenas, que somos a parcela originária da sociedade brasileira. Foi com a mesma intenção simbólica que travamos na semana passada a Rodovia dos Bandeirantes, que além de ter impactado nossa Terra Indígena no Jaraguá, ainda leva o nome dos assassinos.

A tinta vermelha que para alguns de vocês é depredação já foi limpa e o monumento já voltou a pintar como heróis, os genocidas do nosso povo. Infelizmente, porém, sabemos que os massacres que ocorreram no passado contra nosso povo e que continuam a ocorrer no presente não terminaram com esse ato simbólico e não irão cessar tão logo. Nossos parentes continuam esquecidos na beira das estradas no Rio Grande do Sul. No Mato Grosso do Sul e no Oeste do Paraná continuam sendo cotidianamente ameaçados e assassinados a mando de políticos ruralistas que, com a convivência silenciosa do Estado, roubam as terras e a dignidade dos que sobreviveram aos ataques dos bandeirantes. Também em São Paulo esse massacre continua, e perto de vocês, vivemos confinados em terras minúsculas, sem condições mínimas de sobrevivência. Isso sim é vandalismo.

Ficamos muito tristes com a reação de alguns que acham que a homenagem a esses genocidas é uma obra de arte, e que vale mais que as nossas vidas. Como pode essa estátua ser considerada patrimônio de todos, se homenageia o genocídio daqueles que fazem parte da sociedade brasileira e de sua vida pública? Que tipo de sociedade realiza tributos a genocidas diante de seus sobreviventes? Apenas aquelas que continuam a praticá-lo no presente. Esse monumento para nós representa a morte. E para nós, arte é a outra coisa. Ela não serve para contemplar pedras, mas para transformar corpos e espíritos. Para nós, arte é o corpo transformado em vida e liberdade e foi isso que se realizou nessa intervenção. Aguyjevete pra todos que lutam!

Marcos Tupã é bem objetivo em suas palavras: o Monumento às Bandeiras (SP), esse considerado patrimônio público e obra de arte, de fato, homenageia “aqueles que nos massacraram no passado”. As intervenções dos grupos indígenas sobre o Monumento tiveram como guia uma certa “intenção simbólica”, ao hastearem um pano vermelho para representar o sangue de seus antepassados, “que foi derramado pelos bandeirantes, dos quais os brancos parecem ter tanto orgulho”. Outros ativistas, não-indígenas, teriam então, apoiando a intervenção, pintado com tinta vermelha o Monumento.

Apesar das críticas de muitos, o líder indígena afirma que esse gesto fez com que transformassem o corpo da obra: “ela deixou de ser pedra e sangrou”, diz-nos Marcos Tupã, e, continua, “deixou de ser monumento em homenagem aos genocidas que dizimaram nosso povo e transformou-se em um monumento a nossa resistência”. Essa transformação nos significados do Monumento relaciona-se com as intervenções e atualizações de sentidos, novos usos, e outros atos que busquem integrar o patrimônio à cidade. Como o próprio coloca: “foi apenas nesse momento que esta estátua se tornou um verdadeiro patrimônio público”, deixando de “servir apenas ao simbolismo colonizados das elites”.

Para Marcos Tupã, a mensagem, deixada nas temporárias modificações do Monumento, é evidente: “que cesse de uma vez por todas o derramamento de sangue indígena no país!”.

Pois, em poucos dias, ou em uma semana, a tinta vermelha que, como afirma Marcos, “para alguns de vocês é depredação”, já não coloria o Monumento, que teria voltado a “pintar como heróis os genocidas do nosso povo”. Os massacres contra as populações indígenas, contudo, sejam os do período colonial ou os do tempo presente, não acabaram “com esse ato simbólico”, nem “irão cessar tão logo”. Recorda-se dos conflitos cotidianos de muitos indígenas com políticos ruralistas, que, “com a conivência silenciosa do Estado, roubam as terras e a dignidade dos que sobreviveram”.

O líder indígena finaliza sua fala com algumas indagações pertinentes: “Como pode essa estátua ser considerada patrimônio de todos, se homenageia o genocídio daqueles que fazem parte da sociedade brasileira e de sua vida pública?” ou, ainda, “Que tipo de sociedade realiza tributos a genocidas diante de seus sobreviventes?”. E, ensaiando uma resposta, solta: “apenas aquelas [sociedades] que continuam a praticá-lo [o genocídio] no presente”. Para ele, então, longe de ser uma obra de arte, que seria “o corpo transformado em vida e liberdade”, o Monumento às Bandeiras (SP) representa morte.

Outra reportagem, em vias contrastantes, publicada na coluna de opinião do jornal “O Estado de S. Paulo” por Roberto Duailibi, escritor e publicitário, em 2015, intitulada “Monumento ao vandalismo”, tem como intuito denunciar o que ele chama de “atos de vandalismo” contra as obras públicas em geral da cidade de São Paulo, mas detendo-se especificamente ao caso do Monumento às Bandeiras (SP) (O Estado de São Paulo, 16 de maio de 2015, p. 2). Para ele, esses atos, tais como “pichações, manifestações ou vandalismo”, não encontram justificativa na prática.

O escritor revisita alguns casos já mencionados do que ele considera “ataques” à obra: pintarem as unhas do Monumento de azul ou picharem-no contra a PEC 215. Para ele, os grupos de indivíduos que praticam tais atos carecem de “informação histórica sobre a obra” ou de “consciência de que um bem público pertence a todos”. Acrescenta, ainda, que, para evitar tais atos, bastaria “um mínimo de policiamento e zelo”, recorrendo à vigilância e punição como formas de gestão do patrimônio cultural: “não há policiamento nem vigias, nem um guardinha, nem câmeras, nem outro sistema de proteção”.

Roberto Duailibi menciona ainda “pichações” em que “o próprio significado da obra” foi questionado, ou seja, questionaram “um fato histórico das expedições – quando a picharam com a expressão de um ex-ministro paraguaio, bandeirantes assassinos”. Sem dúvida, em seu texto, de um modo geral, o escritor parece mais sensível aos custos e dispêndios deixados pelos supostos atos de “vandalismo” ou “depredação” ao poder público, do que em entender as

motivações e interesses desses grupos de agentes e coletividades que têm buscado se expressar por meio do Monumento.

Para Roberto, a obra “representa os bandeirantes, os colonizadores e suas etnias, ou seja, há ali um pouco de todos nós, portugueses, negros, imigrantes, malucos, índios” (sic). Novamente, o apelo à miscigenação racial como característica identificadora de São Paulo (e do Brasil): “um pouco de todos nós”. Além disso, para ele, o Monumento “tinha o propósito de lembrar os responsáveis por iniciar o povoamento do território brasileiro nos séculos 17 e 18”. Ignora, portanto, que os supostos territórios “conquistados” e integrados à “nação brasileira” já eram sim povoados, o que impossibilita falar em “início do povoamento” nos séculos 17 e 18.

Em 2016, duas notícias do mesmo jornal retratam que tanto o Monumento às Bandeiras (SP) como a estátua a Borba Gato (um bandeirante) amanheceu pintados com tinta colorida, sem motivo aparente (Figura 142 e 143). Ambos retratam um mesmo contexto, representam e homenageiam bandeirantes, e são obras que se destacam na paisagem urbana paulistana. Apesar de não estarem evidentes as motivações do ato, o jornal indica que o “ataque” aos monumentos teria acontecido “horas após candidatos à Prefeitura de SP criticarem pichações na cidade”. Neste caso, parece-nos isto um indício de que os agentes envolvidos na pintura dos Monumentos tinham como objetivo confrontar as opiniões dos políticos candidatos à prefeitura.

Figura 141 - Fonte: O Estado de São Paulo, 1 de outubro de 2016, p. 1



Monumentos atacados

Horas após candidatos à Prefeitura de SP criticarem pichações na cidade, o Monumento às Bandeiras (foto) e a estátua do Borba Gato amanheceram cobertos de tinta colorida. No prédio da Secretaria da Educação foi escrito 'Fora Temer'. **POLÍTICA/PÁG. A5**

Figura 142 - Fonte: O Estado de São Paulo, 1 de outubro de 2016, p. 3

São Paulo tem dois monumentos pichados 

Na zona sul, estátua de Borba Gato e Monumento às Bandeiras foram pintados com tintas coloridas

● "Não gosto de pichação, mas esses monumentos tinham de ser derrubados. Bandeirantes eram bandidos da pior espécie."
CARLOS RENATO FLORIANO

● "Quem fez isso foi um tremendo idiota! Deve ser resultado do debate entre candidatos. Essas pessoas cansam."
MAYARA SANTANA

O próximo recorte de jornal nos mostra Aldo Rebelo, jornalista, político (ex-deputado federal, ex-presidente da Câmara dos Deputados e ex-Ministro de Estado), com um texto intitulado “Bandeirantes – passado, presente e futuro”, publicado em 2016 pelo “O Estado de São Paulo” (Figura 144). Com uma epígrafe de Vinícius de Moraes e Tom Jobim, “Fernão Dias, Anhanguera, Borba Gato,/ Vós fostes os heróis das primeiras marchas para o Oeste,/ Da conquista do agreste,/ E da grande planície ensimesmada”, Aldo escreve seu texto sem deixar dúvidas sobre seu posicionamento: o Monumento às Bandeiras (SP) é um dos grandes símbolos da identidade “de povo e de nação”.

Aldo inicia seu texto criticando o que ele chama de onda “politicamente correta” ou de “revisonismo histórico contemporâneo”, que teriam escolhido o bandeirante como “alvo preferencial” para “vingar injustiças pretéritas” e “julgar fatos e personagens do passado à luz de critérios (...) da atualidade”. Sabemos, contudo, que não se trata de uma escolha aleatória, ou arbitrária, realizada pelos/as “revisonistas” que praticam anacronismo, mas sim de um desconforto que sempre existiu por uma significativa parte da população paulistana, desde que as homenagens a bandeirantes começaram a ser impostas hierarquicamente, sem consentimento democrático.

Para Aldo, o Monumento tem sido vítima da “fúria de vândalos” e houve até quem propusesse “simplesmente a sua remoção do Parque do Ibirapuera”. Em seguida, debruça-se a falar sobre a idealização do Monumento pelo escultor “patriota ítalo-brasileiro”, Victor Brecheret, que o teria concebido com “a presença do português, do negro e do índio (sic), unidos no esforço ingente de arrastar uma canoa, simbologia da nação miscigenada e reconhecimento da contribuição das três raças na formação do povo brasileiro e na construção do Brasil”. Aqui, novamente, o argumento da miscigenação racial, do “mito das três raças” que formaram o Brasil, presente no Monumento às Bandeiras (SP), ignorando tacitamente às divisões de trabalho e de posições sociais que imperavam nas Bandeiras: “unidos no esforço ingente de

Nesta última reportagem que analisaremos, escrita por André Cáceres e publicada em 2020, temos um debate público travado em torno da figura dos bandeirantes (e outros personagens coloniais, racistas) em São Paulo e no Brasil, de modo geral (Figura 145). Com o subtítulo “Movimentos antirracistas suscitam debate sobre o que fazer com monumentos, filmes e livros com discurso de ódio”, a reportagem “Disputa por um legado em xeque” procura evidenciar, na esteira das manifestações antirracistas que derrubaram ou questionaram estátuas ao redor do mundo, que este legado, essa tradição bandeirante, transmitido geracionalmente, está ruindo ou minimamente se desestabilizando. A pergunta feita pelo jornalista nos parece ainda apropriada: “o que fazer com o patrimônio cultural apologético ao racismo?”

Para Lilia Moritz Schwarcz, historiadora e antropóloga paulista entrevistada na reportagem, uma obra de arte é sempre política. Para ela, se trata de “politizar essas obras”. Outro intelectual entrevistado foi Paulo César Garcez Marins, que compreende a “fúria da população que ataca monumentos públicos com os quais ela não se identifica, até porque eles sempre foram introduzidos de uma forma hierarquizada”. Aqui, Marins relembra que, em geral, a construção de um monumento público não passa por uma votação, um referendo, ou qualquer outro tipo de consulta pública, mas são introduzidos por uma “parte pequena da população que os impunha aos demais”, parte esta que possui articulações com o poder público.

Figura 144 - Fonte: O Estado de São Paulo, 19 de julho de 2020, p. 42



Para Paulo C. G. Marins, “é importante manter o monumento” para que se possa compreender o contexto da homenagem, discutir os temas por ele levantados, mas sobretudo para entender “a ação que os colocou ali”. Lilia M. Schwarcz argumenta que “o termo

‘vandalizar’ é mal utilizado, porque já carrega uma conotação negativa”. Para ela, o que os atos que questionam esses patrimônios difíceis propõem “não é uma vandalização, é uma revisão de narrativas de cunho histórico expressas nessas obras”. Outra historiadora e escritora, Mary Del Piore, também se posiciona sobre a questão: “não acredito que destruir o monumento (...) vá destruir o racismo”, isto é, em sua compreensão, “a censura de obras que veiculem teor racista não cessa seus efeitos”. Para ela, o racismo pode ser suprimido através da educação, pois “consumi-las [essas obras] acriticamente também é temerário”.

No caso da discussão a respeito da derrubada do Monumento às Bandeiras (SP) e da estátua a Borba Gato, por exemplo, que, no contexto dos anos 2020 recebeu “vigilância policial” recorrente “para evitar vandalismo”, o jornalista argumenta, junto com Paulo C. G. Marins, que não é possível movê-las. Lilia M. Schwarcz reconhece que falta ao Monumento de Brecheret, que traz toda uma narrativa histórica (das bandeiras, do “encontro” entre as “raças”) em sua obra, uma intervenção: “pelo menos uma legenda explicativa que contextualize a obra. O momento em que foi feita, o que ela significava e como poder ser lida hoje”. Paulo C. Marins concorda, pois, o “intolerável”, para ele, não é a existência da escultura no espaço público, mas sua presença “sem nenhum tipo de mediação (...). Ela continua lá como estava quando foi inaugurada”. Para ele, é preciso criar “mediações de discussão desses monumentos”.

Dois anos depois, na fotografia a seguir, de 2022, podemos ver o Monumento às Bandeiras (SP) sem sinais de “pichações” ou intervenções, limpo e conservado, além de protegido permanentemente pela Guarda Civil Metropolitana – GCM (Figura 146).

Figura 145 - “Monumento às Bandeiras vigiado pela CGM”, [2022] - Fonte: Acervo pessoal



CONCLUSÃO

As derrubadas de estátuas a homens representativos de períodos sangrentos (colonização, escravidão etc.) em quase todo o mundo foram vistas, frequentemente, pela mídia geral, pelas elites, pelo poder público, como “apagamento da história”, “atos de vandalismo”, “depredação de patrimônio público”. Porém, esses agentes rejeitam a ideia de que ações como essas produzem e fazem parte da própria história; demonstram que não há ali relação de pertencimento diante do patrimônio edificado e tombado; não são representativas da diversidade cultural e social humana; revelam memórias em conflito. É por isso que essa tese entende a memória como um campo de disputa social, em que diferentes grupos, desigualmente posicionados na estrutura social, lutam pela preservação/conservação daquilo que lhes tornam eles mesmos, sua identidade cultural.

Buscamos analisar, ao longo desta tese, os discursos de agentes ligados muitas vezes a instituições acadêmicas ou culturais (ou vinculados ao poder público), que tiveram interesse de erguer em espaço público (não em qualquer lugar da cidade, mas em regiões centrais, importantes) monumentos a bandeirantes. Em confronto e oposição, percebemos que aparecem, desde o momento de construção desses monumentos, e com mais força atualmente, novos agentes neste jogo político que parece decidir sobre a composição da materialidade simbólica do espaço urbano. Nosso objetivo central, portanto, consistiu em analisar os contextos de surgimento dessas obras, o Monumento às Bandeiras (SP) e o Monumento aos Bandeirantes (GO), em suas respectivas cidades, de modo a enfatizar quem foram os agentes interessados em construir esses monumentos e, posteriormente, preservá-los ao longo das muitas gerações; e mais: como e quais agentes disputam suas memórias através desses símbolos espaciais.

Os monumentos atuam no espaço público como agentes de memória e o consenso suposto para seu erguimento é produto de interesses de grupos específicos, sendo os monumentos muito mais veículos de disputas simbólicas. Esses grupos, de instituições e agentes, se organizam em redes e alianças (o que aumenta sua força social), como foi o caso das elites goianas e paulistas nos últimos anos dos anos 1930, para a consagração do bandeirante em praça pública. Ou o caso das elites intelectuais e políticas paulistas que se alinharam para a exaltação do seu herói maior no Monumento às Bandeiras (SP).

Para chegar aos resultados encontrados, buscamos realizar um estudo comparativo entre os dois monumentos em destaque na tese, fazendo uso da análise documental como principal instrumento analítico. Entre os documentos consultados, destacam-se muitos presentes na

“Coleção BAND – Monumento aos Bandeirantes”, conservada pelo CIDARQ/UFG (Centro de Informação, Documentação e Arquivo da Universidade Federal de Goiás); no acervo do MIS/GO, do IHGG, do Museu do Ipiranga, do jornal “O Estado de São Paulo”; e na hemeroteca digital.

Vimos, a partir desta análise, que, nos primeiros anos de existência da estátua/escultura, a figura heroica do bandeirante foi tomada como um consenso nas sociedades paulista e goiana. Consenso esse inexistente, fabricado. Por quem? Por elites político-econômicas e intelectuais locais que, de alguma forma, se reconheciam nesses personagens, espelhando neles seus valores, como, por exemplo: empreendedorismo bandeirante/paulista, iniciativa, “não sou conduzido, conduzo”.

No que se refere às similaridades entre os dois monumentos, notamos que para a idealização de ambos os monumentos já existia uma intencionalidade de prestar homenagens, celebrar e heroicizar o personagem bandeirante, com justificativas semelhantes para criação das obras: patriotismo, raça eleita, nacionalismo. Vimos ainda que os agentes envolvidos nas construções dos monumentos ocupam posições semelhantes dentro das instituições responsáveis pela elaboração desse regime discursivo sobre os bandeirantes (são políticos, acadêmicos/intelectuais, jornalistas), ou são os mesmos, como é o caso de Afonso Taunay e Cassiano Ricardo.

Com relação às dessemelhanças, a construção do Monumento aos Bandeirantes (GO) na nova capital do Estado de Goiás, no final dos anos 1930, teve ainda um fator motivador que não é encontrado no caso do Monumento às Bandeiras (SP): a morte de Hermano Ribeiro da Silva. Artificialmente moldado pelos jornais paulistas como o “último bandeirante”, o chefe da “bandeira *Anhanguera*”, sertanista, jornalista, ex-acadêmico da Faculdade de Direito da USP, fazia parte de um projeto de interiorização do país a partir de São Paulo que, de modo geral, entendia as populações autóctones como ora inexistentes, ora como empecilhos ao progresso, ao desenvolvimento, à civilização. Quando as populações indígenas foram vistas como inexistentes, a categoria sertão ocupou um espaço vazio, um lugar sem nada; quando vistas como empecilhos, sertão referiu-se, sobretudo, a um lugar misterioso, com riquezas e perigos.

Ainda com relação às diferenças entre eles, podemos notar que houve, no caso do Monumento aos Bandeirantes (GO), uma tentativa de “forjar” uma memória goiana/goianiense. Essa tentativa, realizada por parte das elites intelectuais e político-econômicas goianas e paulistas à época, encontra, evidentemente, resistências. Não somente no poema de Casimiro Lima, ou nos desenhos dos artistas locais, mas no cotidiano de invisibilidade, esquecimento e isolamento em que se encontra o Monumento hoje. Buscaram, essas elites, elaborar uma

narrativa sobre a história de Goiás completamente dependente da história de São Paulo, numa configuração de colonialismo interno, com o Estado interiorano subordinado ao Estado quatrocentão.

Não podemos esquecer, ainda, que o Monumento aos Bandeirantes, em Goiânia, foi uma “doação”, um “presente”, do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Essa doação aos goianos de uma estátua a bandeirante, realizada por elites intelectuais e políticas paulistas, que exalta sua própria imagem, em território alheio, serve para pensar em como o Monumento se encontra hoje:ilhado, isolado, indiferente aos olhos da população. Por outro lado, como o Monumento às Bandeiras, em São Paulo, se trata de uma exaltação de si mesmo, conseguimos ver nas imagens contemporâneas da escultura policiamento (guarda civil metropolitana), “limpeza” (sem pixos, grafites, intervenções) e investimentos urbanos (infraestrutura do entorno).

Sendo veículos de disputas simbólicas, os monumentos a bandeirantes permitem releituras críticas que resultam em novos discursos e narrativas sobre o bandeirantismo. Essa foi a discussão sugerida na introdução e presente mais densamente no último capítulo. Isso se estende e não se restringe apenas a bandeirantes, mas a personagens coloniais, racistas, misóginos, que povoam as praças e parques das cidades brasileiras e do mundo.

O que nos leva a pensar no papel do Estado e de instituições culturais que endossam a construção, pois, em geral, é o poder público que ergue monumentos, acionando essas instituições para legitimar sua ação diante da sociedade civil. Vimos isso acontecer no caso dos dois monumentos aqui estudados: tanto o Monumento às Bandeiras, em São Paulo, como o Monumento aos Bandeirantes, em Goiânia, foram produto de incentivos políticos e fiscais dos governos goiano e paulista à época (além de outras fontes privadas), e foram legitimados por instituições culturais, como os Institutos Histórico e Geográfico de Goiás e São Paulo, o Museu Paulista (atual Museu do Ipiranga), a Universidade de São Paulo, entre outras.

Grosso modo, podemos notar o bandeirantismo como um mito fundador em “crise”. Um discurso sobre um suposto *ethos* paulista, que se defronta na realidade com novos sentidos de populações que não se reconhecem nessa narrativa hegemônica do “bandeirante: herói desbravador”. Uma tradição desestabilizada por agências não apenas contemporâneas (pois os contrapontos a essa narrativa já existiam), mas retomadas e reforçadas atualmente.

Essa narrativa em “crise”, que abrange patrimônios difíceis, por que não, traumáticos, nos leva a questionar o lugar que ocupa essas figuras em nosso imaginário hoje. E não só. O lugar que ocupam literalmente no espaço das nossas cidades. Se é dever do Estado preservar e

conservar o patrimônio uma vez tombado, é direito dos cidadãos e movimentos sociais se manifestarem em reivindicações de justiça histórica e representatividade no espaço público.

Tanto em Goiânia quanto em São Paulo, a permanência dos monumentos aos bandeirantes — mesmo diante de críticas explícitas — revela a força das estruturas institucionais que regulam o patrimônio cultural. Em São Paulo, o *Monumento às Bandeiras*, de Victor Brecheret, é tombado pelo CONDEPHAAT desde 1983, o que implica uma série de entraves legais para qualquer modificação significativa. Em Goiânia, embora o monumento ao bandeirante não seja tombado nos mesmos moldes, seu tombamento pela legislação municipal, sua inserção no centro cívico e sua vinculação à gênese da cidade o tornam parte da paisagem urbana consolidada, dificultando sua remoção.

Nos dois contextos, os bandeirantes foram, durante décadas, apresentados como fundadores, heróis e desbravadores, e essas imagens foram incorporadas ao imaginário social e escolar. Em Goiânia, o monumento ao bandeirante ocupa um ponto central da cidade — a Praça do Bandeirante — articulando a narrativa de interiorização e modernização associada à construção da nova capital de Goiás na década de 1930. Em São Paulo, o Monumento às Bandeiras está situado estrategicamente em frente ao Parque do Ibirapuera, integrando um circuito monumental do poder paulista.

Apesar da intensificação dos questionamentos no campo das artes, da literatura e dos movimentos sociais — especialmente a partir de 2015, com a ampliação dos debates sobre colonialismo, racismo e patrimônio —, as intervenções continuam, em grande medida, no campo do simbólico e do performático. Em São Paulo, manifestações como a pichação do Monumento às Bandeiras com tinta vermelha, em 2020, geraram debates intensos nas redes e na imprensa, mas não resultaram em mudanças concretas por parte do poder público. Em Goiânia, o monumento permanece isolado por avenidas e tráfego urbano, com baixa circulação simbólica, mas ainda presente no espaço urbano.

De modo geral, pensamos que essa pesquisa pode contribuir para os estudos urbanos e da memória, no sentido de possibilitar a compreensão das dinâmicas sociais e políticas que envolveram a construção, o apoio, a manutenção ou a contestação dos monumentos a bandeirantes aqui estudados. Pesquisas futuras poderiam ainda evidenciar como os monumentos a bandeirantes foram construídos no Brasil, quando e por quem. Isso nos auxiliaria a pensar nas dimensões que alcançaram a influência que, por exemplo, o atual Museu do Ipiranga e outras instituições paulistas, exerceu no imaginário, na memória coletiva, sobre os demais estados brasileiros. Além disso, poderia nos ajudar a refletir sobre como eles estão hoje,

quais grupos buscam sua preservação/manutenção em espaço público e quais contestam sua presença e demandam sua retirada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUD, Kátia Maria. O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante). 1985. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- ALMEIDA, Guilherme de. *Raça*. 2ª edição, Rio de Janeiro: J. Olympio, 1972.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, vol.8, nº 15, pp. 145-52, 1995.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANTONOVA, N; GRUNT, E; MERENKOV, A. Monuments in the structure of an urban environment: the source of social memory and the marker of the urban space. *IOP Conference Series: materials science and engineering*, vol. 245, n. 6, 2017.
- ARANTES, Antônio Augusto. *Paisagens paulistanas – transformações do espaço público*. São Paulo: Ed Unicamp, 2000.
- ARAUJO, Ana Lucia. *Shadows of the Slave Past - Memory, heritage and slavery*. Routledge: New York and London, 2014.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação - formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Ed. UFF, 2008.
- AUSTER, Martin. Monument in a landscape: the question of ‘meaning’. *Australian Geographer*, vol. 28 issue 2, nov. 97, p. 219-227, 1997.
- BACHAND, Marise. Un monument est une injonction : la guerre civile (1861-1865) et ses mémoires conflictuelles. *Bulletin d'histoire politique*, 26 (3), 173–180, 2018.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BARONE, Ana Cláudia Castilho. *Ibirapuera: parque metropolitano (1926-1954)*. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - USP, São Paulo.
- BATISTA, Marta Rossetti. *Bandeiras de Brecheret: história de um monumento (1920-1953)*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1985.
- BATISTELLA, Alessandro. Patrimônio e representações: o significado dos monumentos em Passo Fundo (RS). *Cadernos do CEOM – Histórias Locais e Imaginário Social*, v. 27, n. 40, p. 145-174, 2014.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História, trad. de João Barrento. In: _____. *O anjo da história*, org. J. Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. Pp. 7-20.

BITENCOURT, João; NASCIMENTO, Dorval. De granito e de bronze: marcos da identidade carbonífera em cidades catarinenses. *Varia história*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 329-343, jan/jun 2008.

BORGES, Pedro. Mudanças urbanas e fragilidades da política de memória - Monumento ao Trabalhador em Goiânia. *Revista Sociedade e Estado*, v. 32, n. 2, p. 345-370, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. 6. A economia dos bens simbólicos. In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

_____. *A produção da crença – Contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3 ed. Porto Alegre: Zouk, 2015.

BRASIL, Antônio Americano do. *Pela história de Goiás: introdução, seleção e notas de Humberto Crispim Borges*. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1980.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista. Afonso de Taunay e a memória nacional*. São Paulo, Editora Unesp/Museu Paulista, 2005.

CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. Editora SENAC: São Paulo, 2002.

CAMPOS, Maria José. Versões modernistas do mito da democracia racial em movimento: estudo sobre as trajetórias e as obras de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo até 1945. Tese (Doutorado em Antropologia Social), USP, São Paulo, 2007.

CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo, EDUSP, 2006.

CAPEL, Horacio. *La morfología de las ciudades – 1. Sociedad, cultura y paisaje urbano*. Barcelona: Serbal, 2002.

CARRASCO, Carolina. In-visibilidades de la estatua doble del prócer colombiano Antonio Nariño. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, v. 42, n. 2, p. 385-410, 2015.

CARVALHO, Ana Paula. As bandeiras no estado novo: o conceito de biodemocracia em A marcha para Oeste de Cassiano Ricardo. *Revista Espacialidades* [online], v. 13, n. 1, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

CHAUL, Nasr F. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. 2. ed. Goiânia: Editora da UFG, 1986.

CHIARELLI, Tadeu. Menotti Del Picchia e o Monumento às Bandeiras: entre a loba capitolina e anta. *Revista Ars*, n. 45, ano 20, 2022.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 6 ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017.

CHUVA, Márcia. Os arquitetos da memória. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 34, p. 147-165, 2012.

COELHO, George Leonardo Seabra. O bandeirante que caminha no tempo: apropriações do poema “Martim Cererê” e o pensamento político de Cassiano Ricardo. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

_____. Os “novos bandeirantes” em marcha: o jornal Anhanguera como expressão do ideário bandeirista. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 46, n. 2, 2020.

_____. Monumento às Bandeiras: processo de construção e ressignificação simbólica. *Tempo*, Niterói, Vol. 28, n. 1, Jan./Abr., 2022.

_____. A revista S. Paulo (1936): fotomontagem e propaganda política na década de 1930. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 24, n. 53, p. 535-560, maio/ago. 2023

COLEÇÃO das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, v. I, janeiro a maio, 1936, p. 348.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1999.

CORREIA, Roberto. Monumentos, política e espaço. *Geo Crítica / Scripta Nova*. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. IX, n. 183, 2005.

_____. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. *GEOgraphia*, ano IX, n. 17, p. 7-18, 2007.

CRUVINEL, Eduardo. *Monumentos, memória e cidade: estudo de caso em Belo Horizonte*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - UFMG, Belo Horizonte.

CUDNY, Waldemar; APPELBLAD, Hakan. Monuments and their functions in urban public space. *Norsk Geografisk Tidsskrift – Norwegian Journal of Geography*, 2019.

CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 2006.

DAMMY, Sérgio Azevedo e HARTMANN, Thekla. As Coleções Etnográficas do Museu Paulista: Composição e História de autoria de Antônio, *Revista do Museu Paulista - Nova Série - Volume XXXI*, São Paulo, 1986.

D'ARAUJO, M. C. (Org.) A Era Vargas. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1998, v.1

DINIZ, Anamaria. *Goiânia de Attilio Correa - Ideal estético e realidade política*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Brasília, UnB, 2007.

DINIZ FILHO, Luiz. O "Monumento dos Bandeirantes": um estudo crítico sobre as relações entre espaço, política e cultura. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 71, p. 65-82, 1993.

DODEBEI, Vera; RODRIGUES, Gerlane. Os monumentos urbanos e a construção da memória na cidade de Vitória da Conquista. *Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 13, n. 2, p. 255-280, 2013.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). *Diálogos Latinoamericanos*, número 10, Universidad de Aarhus, 2005.

EL-DINE, Lorena Ribeiro Zen. Ensaio e interpretação do Brasil no modernismo verde-amarelo (1926-1929). *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 67, p. 450-468, 2019.

ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

_____. Le monument aux bandeiiras: une représentation encombrante du génie national (du centenaire au bicentenaire de l'Indépendance). *Almanack*, Guarulhos, n. 29, 2021.

FERREIRA Antonio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo, Editora UNESP, 2002.

FRANK, Sybille; RISTIC, Mirjana. Urban fallism: monuments, iconoclasm and activism. *City – Analysis of urban change, theory, action*. 24: 3-4, p. 552-564, 2020.

FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: Os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC Annablume, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 48ª ed. São Paulo: Global editora e distribuidora ltda., 2003.

FUÃO, Juarez José Rodrigues. Monumento ao general Bento Gonçalves - A construção de uma memória. *Biblos*, Rio Grande, n. 15, p. 147-153, 2003.

GODDEERIS, Idesbald. Colonial Streets and Statues: Postcolonial Belgium in the Public Space. *Postcolonial Studies*, Vol. 18, N. 4, pp. 397-409, 2015.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre a memória social. In: DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco; GONDAR, Jô. *Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016.

GONZÁLEZ, César. Monumentos del centenario en México y Argentina. *Acta Poetica*, v. 35, n. 1, p. 93-115, 2014.

GUIMARÃES, Leonardo Dimitry Silva. Goiânia, a metrópole do sertão: representações visuais da capital goiana na revista oeste. *Urbana: Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade*, v. 10, n. 1, p. 250–268, 2018.

GURNEY, Kim. *The Art of Public Space: Curating and Re-imagining the Ephemeral City*, London: Palgrave Macmillan UK, 2015.

GUTIÉRREZ, Néstor M. Monumento Deslocado. Dissertação (Mestrado em Artes). São Paulo: USP, 2009.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, David. Monument and Myth. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 69, n. 3, p. 362-381, 1979.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.

HESSEL, Rodolfo Jacob. Altares de pedra e bronze: a construção monumental nos parques da Independência e do Ibirapuera. Tese (Doutorado em História), São Paulo: PUC-SP, 2019.

JEANS, D.N. 'The First World War memorials in New South Wales: centres of meaning in the landscape', *Australian Geographer* 19, pp.259-67, 1988.

JOHNSON, Nuala. Cast in stone: monuments, geography and nationalism. *Environment and Planning D: Society and Space*, 13, p. 51-65, 1995.

_____. Mapping monuments: the shaping of public space and cultural identities. *Visual Communication*, v. 1, n. 3, p. 293-298, 2002.

KNAUSS, Paulo. *Imagens urbanas e poder simbólico: esculturas e monumentos públicos nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói*. Tese (Doutorado em História) - PPGH, UFF. Niterói (RJ), 1998.

_____. *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Sette Letras, 1999.

KOLEVA, Svetla. Les monuments de la mémoire ou la mémoire des monuments : comment vivre ensemble en temps de guerre des monuments ? *Bulletin d'histoire politique*, 26(3), 181–187, 2018.

LACERDA, Regina. *Histórias que o homem de bronze contou*. Goiânia: Saraiva, 1981.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Centauro, 2016.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1992.

LIMA FILHO, Manuel F. *O desencanto do Oeste: memória e identidade social no médio Araguaia*. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

LIMA, Atílio Corrêa. Relatório do Plano Urbanístico de Goiânia. In: MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.

LIMA, Verônica Ribeiro. *Monumento às bandeiras – Uma obra testamento?* Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Campinas: Unicamp, 2021.

LIMA, Casimiro. Bandeira Macabra. In: TELES, Gilberto Mendonça. *A poesia em Goiás*. Goiânia: UFG, 1983.

LOFEGO, Silvio Luiz. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo, Annablume, 2004.

LOPES, Ana Carolina Fróes Ribeiro. *Tradição, nacionalismo e modernidade - O monumento a Duque de Caxias*. Dissertação (Mestrado em História da Arquitetura e Urbanismo). São Carlos: USP, 2006.

LOPES, Márcia Helena. *A história da criação do Parque Nacional do Araguaia: disposições e motivações para a conservação da natureza*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília: UnB, 2019.

LOPEZ, Telê Ancona. Mário de Andrade e Brecheret nos primórdios do modernismo. *Revista USP*, n. 94, p. 29-38, São Paulo, 2012.

MARINS, Paulo César Garcez. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. *Anais do Museu Paulista*, v. 6/7, p. 9-36, 2003.

_____. Nas matas com pose de reis: a representação de bandeirantes e a tradição da retratística monárquica européia. *Revista do IEB*, n. 44, p. 77-104, fev. 2007.

MARQUEZ, Francisca; KRAUSE, Valentina. Las heridas de la memoria – disputas patrimoniales en Chile. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 40, pp. 149-176, 2014.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva – Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MAYELL, Peter; SIDAWAY, James. Monumental geographies: re-situating the state. *Cultural Geographies*, v. 14, n. 1, p. 148-155, jan. 2007.

MITCHELL, Katharyne. Monuments, memorials, and the politics of memory. *Urban Geography* 24, 442–459, 2003.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. Como nasceu Goiânia. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.

MORAIS, Gerlane B. Rodrigues. *Monumentos de Vitória da Conquista: Patrimônio Cultural e Discursos de Memórias*. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Rio de Janeiro: Unirio, 2009.

MOREIRA, Corina. Entre monumentos e bandeiras: o patrimônio como operador de leitura. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, Unesp, v. 14, n. 2, p. 401-415, jul-dez, 2018.

MOSCOVICI, Sergio. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2005.

MOURA, Irene. O monumento e a cidade: a obra de Brecheret na dinâmica urbana. *Cordis: História, Arte e Cidades*, n. 6, jan./jun., pp. 77-93, 2011.

MURARI, Luciana. No rumo dos sertões inexplorados: a aventura da Bandeira Anhanguera de São Paulo à Serra do Roncador (1937). *Revista de História* (São Paulo), núm. 179, 2020.

MURPHY, Paula. The politics of the street monument. *Irish Arts Review Yearbook* 10, 202–208, 1994.

NORA, Pierre. Os lugares de Memória: a problemática dos lugares. *Projeto História*, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Eliezer C; PIRES, Marcos Vinicius A. Do Brasil para Goiás: O Batismo cultural como uma retórica de integração à Marcha para o Oeste. *Revista Nós: Cultura, Estética e Linguagens*. Vol. 8, n. 01, 2023.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 5, 195–215, 1998.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O índio e o mundo dos brancos*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

O MONUMENTO das Bandeiras e a sua localização. *Revista S. Paulo* (São Paulo). p. 2, jul. 1936.

OBRAS do Monumento das Bandeiras. *Revista S. Paulo* (São Paulo). p. 28, nov./dez. 1936.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Os sentidos de uma estátua: espaço, individuação, acontecimento e memória. *Entremeios: revista de estudos do discurso*. v.1, n.1, jul/2010.

PACHECO NETO, Manuel. Os livros didáticos como instrumentos disseminadores da concepção heroica do bandeirante. *Educação e Fronteiras* (Dourados). v.1, n. 2, p. 104-117, jul./dez. 2007.

_____. *Heróis nos livros didáticos: Bandeirantes paulistas*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

PECCININI DE ALVARADO, Daisy V. M. *Brecheret: a linguagem das formas*. São Paulo: Instituto Victor Brecheret, 2004.

PELLEGRINI, Sandra Brecheret. *Notícias de Brecheret*. São Paulo: S. Pellegrini, 2000.

PESAVENTO, Sandra J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 15, n. 29, 1995.

_____. Cultura e representações: uma trajetória. *Revista Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, v. 13, n. 23-24, 2006.

_____. *Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

PIETROFORTE, Antônio. A semiótica da escultura. *Estudos semióticos*, v. 14, n. 1, p. 144–157, mar 2018.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Casa Duprat, 1981.

PRATS, Llorenç. *Antropologia y patrimonio*. Barcelona: Ariel, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. *Revista USP*, (13), 78-87, 1992.

RAIMUNDO, Silvia Lopes. Terra conquistada: A pátria de alma bandeirante. *Terra Brasilis* [Online], 2 | 2000, posto online no dia 05 novembro 2012. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/303>

_____. A invenção do mito bandeirante: tradição e pensamento regionalista na historiografia paulista das décadas de 1920-1930. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. Bandeirantismo e identidade nacional: representações geográficas no Museu Paulista. *Terra Brasilis* [Online], 6 | 2004, posto online no dia 05 novembro 2012. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/375>

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste (A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil)*. Vol. II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1959.

_____. *Marcha para Oeste. A influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1940, v. 1 (Col. Documentos Brasileiros).

_____. *Marcha para o Oeste (A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil)*. Vol. II. 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RIEGL, Alois. *O Culto moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem*. São Paulo: Perspectiva, 2014 [1903].

RISTESKI, Ljupcho. Monuments and urban nationalism. The Skopje 2014 Project. *Antropologija*, v. 16, n. 3, 2016.

ROBBINS, Joyce; OLICK, Jeffrey. Social Memory Studies: From "Collective Memory" to the Historical Sociology of Mnemonic Practices. *Annual Review of Sociology*, v. 24, p. 105-140, 1998.

ROCHA, Leandro Mendes. *A política indigenista no Brasil. 1930-1967*. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 2003.

RODRIGUES, Cíntia Régia; MURARI, Luciana. “Os nossos bugres”: As expedições de Hermano Ribeiro da Silva ao Brasil central e a questão indígena. *Revista de História Regional*, 25 (2), p. 261-187, 2020.

RODRIGUES, Karla. *Um filho para a pátria: A construção da memória em torno de general Tibúrcio e da escrita da escrita do Ceará (1887-1937)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Fortaleza: UFC, 2016.

ROIZ, Diogo et al (Orgs). *Os Bandeirantes e a historiografia brasileira*. Serra: Ed. Milfontes, 2018.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva e Teoria social*. São Paulo: Annablume, 2012.

SAVAGE, Kirk. *Monument Wars: Washington, D.C., the National Mall, and the transformation of the Memorial Landscape*. Berkeley, CA: University of California Press. 2009.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicol. clin.*, vol. 20, no. 1, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Hermano Ribeiro da. *Nos sertões do Araguaia*. Narrativa da expedição às glebas bárbaras do Brasil central. São Paulo: Cultura brasileira, 1935.

SILVA, Jordana Fonseca. O Monumento aos Bandeirantes em Goiânia e o mito fundador da nova capital. *Revista Memória em Rede*, v. 12, p. 341-367, 2020a.

_____. *Quando o Anhanguera cruza Goiás: o Monumento aos Bandeirantes na nova capital*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Belo Horizonte: UFMG, 2020b.

SCHNEIDER, Albero Luiz & MARTINS, Renato. A expansão paulista em Afonso Taunay e Sérgio Buarque de Holanda: reflexões e trajetórias. *Revista De História* (São Paulo), n. 178, a01018, 2019.

SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 1997.

_____. Fronteira no pensamento social brasileiro: o sertão nacionalizado. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 1, n. 1, [1998] 2007.

SOUZA, Ricardo. A mitologia bandeirante - construção e sentidos. *História Social*, Campinas, SP, n. 13, p. 151-171, 2007.

SOUZA, Rildo Bento de. “*A História não perdoa os fracos*”: O processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, UFG, 2015.

TAKAMI, Marina Castilho. Fotografia em marcha: revista S. Paulo – 1936. 2008. 247 f. Dissertação (Estética e História da Arte) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. Fotomontagem: ordem da subversão. Análise da revista S. Paulo (1936). *Revista Visualidades*, v. 5, n. 1, 2012.

TEDESCO, João Carlos. Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

TELES, Gilberto Mendonça. *A poesia em Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1983.

TICONA, Víctor. Espacio público y representación. El principal monumento a José de San Martín en el Peru (1904-1921). *Anales del IAA*, n. 45(2), p. 181-196, jul., 2016.

UHLE, Ana Rita. *Monumentos celebrativos: aproximações entre arte e história (1925-1963)*. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.

_____. Operários da memória: artistas escultores do início do século XX e o concurso do monumento Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 23. n. 2, p. 139-163. jul.- dez., 2015.

URICH, Aline. Guilherme de Almeida e a construção da identidade paulista. 2007, 180 f. Dissertação (Literatura brasileira). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007.

VALVERDE, Rodrigo. O sentido político do Monumento às Bandeiras, São Paulo: condições e oportunidades para a multiplicação de narrativas a partir da transformação do espaço público. *PatryTer – Revista Latino-americana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, v. 1, n. 2, p. 29-40, set. 2018.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O mito da originalidade brasileira: a trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo). Dissertação (Mestrado), Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1983.

_____. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p.89-112.

VELOSO, Mariza. Modernismo e tradição: a gênese do patrimônio histórico e artístico no Brasil. In: SANT'ANNA, Marcia; QUEIROZ, Hermano (Orgs.). *Em defesa do Patrimônio Cultural: percursos e desafios*. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

VIRAVA, Thiago Gil de Oliveira; CHIARELLI, Domingos Tadeu. O Monumento às Bandeiras como processo: do presente ao passado. *Quiroga*, n. 16, p.36-51, jul.-dez. 2019.

VIRAVA, Thiago Gil de Oliveira. Da oferta à recusa: sobre os desaparecimentos imaginários do Monumento às Bandeiras. *ARS* (São Paulo), v. 20, n. 45, p. 165–224, maio 2022.

VON HENNEBERG, K. Monuments, public space and the memory of empire in modern Italy. *History and Memory*, v. 16, n. 1, p. 37-85, 2004.

WALDMAN, Thais Chang. Entre batismos e degolas: (des)caminhos bandeirantes em São Paulo. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: USP, 2018.

WALDMAN, Thais Chang. Os bandeirantes ainda estão entre nós: reencarnações entre tempos, espaços e imagens. In: *Ponto Urbe* [Online], n. 25. 2019.

WEINSTEIN, Barbara. *A cor da modernidade: a branquitude e a formação da identidade paulista*. São Paulo: Edusp, 2022.

WINBERRY, John .J. ‘Lest we forget’: The confederate monument and the southern townscape. *Southeastern Geographer* 23, 107–121, 1983.

YING, Fan. Space, Landscape, and Memory. Chengdu's Shaocheng Park and the Historical Memory of the Railway Protection Movement. *Chinese Studies in History*, v. 47, n. 1, p. 6-28, 2013.

ZIMOVSKI, Adauany. Bandeirantes Assassinos: Representação e invisibilidade. *Revista Pixo – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, v. 1, n. 1, 2017.

ARTIAGA, Zoroastro. História de Goiás: Influência de Minas Gerais na Colonização de Goiás. *Folha de Goiaz*, Goiânia, p. 4., 27 mar. 1968.

_____. História de Goiás: Imperialismo Colonial. *Folha de Goiaz*, Goiânia, p. 6., 01 mar. 1968.

48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf, [s.d.]. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2024

ADAMS, G. K. **Museum of London acquires statue removed during Black Lives Matter protests**. Disponível em: <<https://www.museumsassociation.org/museums-journal/news/2022/03/museum-of-london-acquires-statue-removed-during-black-lives-matter-protests/>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

AFP. **Nova Orleans começa a retirar monumentos aos confederados**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2017/04/24/nova-orleans-comeca-a-retirar-monumentos-aos-confederados.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

AGENCE FRANCE PRESSE IN CAPE TOWN. Cheers and protests as University of Cape Town removes Cecil Rhodes statue. **The Guardian**, 9 abr. 2015.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas (Caps. 1 e 2) [parte 1].pdf, [s.d.].

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas (Caps. 1 e 2) [parte 1].pdf, [s.d.].

ANTONOVA, N.; GRUNT, E.; MERENKOV, A. Monuments in the Structure of an Urban Environment: The Source of Social Memory and the Marker of the Urban Space. **IOP Conference Series: Materials Science and Engineering**, v. 245, n. 6, p. 062029, out. 2017a.

ANTONOVA, N.; GRUNT, E.; MERENKOV, A. Monuments in the Structure of an Urban Environment: The Source of Social Memory and the Marker of the Urban Space. **IOP Conference Series: Materials Science and Engineering**, v. 245, p. 062029, out. 2017b.

Ao goyanos - Ana flavia Maru [2020]. , [s.d.].

ARANTES, A. A. **Paisagens Paulistas**. Campinas - SP: Imprensa Oficial, 2000.

ARAÚJO, A. L. **Shadows of the slave past: memory, heritage, and slavery**. First issued in paperback ed. New York London: Routledge, 2016.

AUSTER, M. Monument in a landscape: the question of 'meaning'. **Australian Geographer**, v. 28, n. 2, p. 219–227, nov. 1997.

BACHAND, M. Un monument est une injonction : la guerre civile (1861-1865) et ses mémoires conflictuelles. **Bulletin d'histoire politique**, v. 26, n. 3, p. 173–180, 2018.

BACHELARD, G. **A Poética Do Espaço**. 5ª edição ed. [s.l.] WMF Martins Fontes, 2008.

Bandeirante - Maquete da estátua de Goiânia, escultura de Armando Zago. , [s.d.].

Bandeiras de Brecheret - Batista - 1985.pdf. , [s.d.].

BARONE, Ana Cláudia. Ibirapuera - parque metropolitano.pdf. , [s.d.].

BATISTA, M. R. **Bandeiras de Brecheret - história de um monumento (1920-1953)**. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1985.

BATISTELLA, A. Patrimônio e representações: o significado dos monumentos em Passo Fundo (RS). **Revista Cadernos do Ceom - Histórias Locais e Imaginário Social**, v. 27, n. 40, p. 145–174, 30 jun. 2014.

BBC NEWS BRASIL. **Charlottesville: supremacistas brancos e grupos antirracismo entram em confronto**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40913908>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

Bianca Rezende - 2022.png. , [s.d.].

BORGES, P. C. A. Mudanças urbanas e fragilidades da política de memória (A destruição do Monumento ao Trabalhador em Goiânia). **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 2, p. 345–370, ago. 2017a.

BORGES, P. C. A. Mudanças urbanas e fragilidades da política de memória (A destruição do Monumento ao Trabalhador em Goiânia). **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 2, p. 345–370, ago. 2017b.

BRADLEY, S. **População discute remoção de estátua de escravagistas suíços**. Disponível em: <<https://www.swissinfo.ch/por/society/população-discute-remoção-de-estátua-de-escravagistas-suíços/45829400>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL DE FATO. **Fogo na estátua do Borba Gato: vídeo mostra grupo "Revolução Periférica" iniciando o incêndio**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/07/24/fogo-na-estatuado-borba-gato-video-mostra-grupo-revolucao-periferica-iniciando-o-incendio>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

Brasil, terra indígena, animação, Denilson Baniwa - Foto Coletivo Coletores (2020).jpg. , [s.d.].

CAMPOS, C. M. **Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo**. [s.l.] Editora SENAC São Paulo, 2000.

CAMPOS, M. J. **VERSÕES MODERNISTAS DO MITO DA DEMOCRACIA**. [s.d.].

CAPEL, H. **La morfología de las ciudades: I. Sociedad, cultura y paisaje urbano**. [s.d.].

Cassiano Ricardo VIAGEM NO TEMPO E NO ESPAÇO - MEMÓR. Disponível em:

<<https://www.livrariamemorial.com.br/peca.asp?ID=17714718&ctd=32&tot=&tipo=&artista=>>.

Acesso em: 30 abr. 2024.

CHIARELLI, T. Menotti Del Picchia e o Monumento às Bandeiras: entre a loba capitolina e a anta. **ARS (São Paulo)**, v. 20, n. 45, p. 122–164, 31 ago. 2022.

COELHO, G. L. S. Monumento às Bandeiras: processo de construção e ressignificação simbólica. **Tempo**, v. 28, n. 1, p. 64–83, abr. 2022.

COELHO, G. L. S. A revista S. Paulo (1936): fotomontagem e propaganda política na década de 1930. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 24, n. 53, p. 535–560, maio 2023.

CONNERTON, P. O PASSADO NO PRESENTE. Em: OSÓRIO, N. B.; NETO, L. S. S. (Eds.). **Coletânea de Redações - O papel da pessoa idosa no século XXI**. 1. ed. [s.l.] Atena Editora, 1999. p. 1–2.

CORRÊA, R. L. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, 2010.

CRUVINEL, E. H. DE P. **Monumentos, memória e cidade: estudo de caso em Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado—Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 13 abr. 2012.

CUDNY, W.; APPELBLAD, H. Monuments and their functions in urban public space. **Norsk Geografisk Tidsskrift - Norwegian Journal of Geography**, v. 73, n. 5, p. 273–289, 20 out. 2019.

CULLEN, G. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 2006.

DELCROIX, M. **Universidade de Oxford decide derrubar estátua de colonizador e supremacista branco [18/06/2020]**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/06/18/universidade-de-oxford-decide-derrubar-estatuade-colonizador-e-supremacista-branco.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

“Diabo Velho”, Flor de Saturno (2019). , [s.d.].

DINIZ, A. **Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935) : ideal estético e realidade política**. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo—Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

DINIZ FILHO, L. L. O “MONUMENTO DOS BANDEIRANTES”: UM ESTUDO CRÍTICO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE ESPAÇO, POLÍTICA E CULTURA. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 71, p. 65–82, 1993.

DUNCAN, J. S. **The city as text : the politics of landscape interpretation in the Kandyan kingdom**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2004.

ENDERS, A. LE MONUMENT AUX BANDEIRAS: UNE REPRÉSENTATION ENCOMBRANTE DU GÉNIE NATIONAL (DU CENTENAIRE AU BICENTENAIRE DE L’INDÉPENDANCE). **Almanack**, n. 29, p. ed00321, 2021.

Esboço da Praça Cívica com o monumento ao Anhanguera no centro. , [s.d.].

Espaços da Recordação.pdf. , [s.d.].

Estudo da Praça Cívica para traçar as principais vias da nova capital a partir do monumento ao Anhanguera. , [s.d.].

FERREIRA, C. **Estátua do Bandeirante, em Goiânia, volta à discussão após derrubada de monumentos pelo mundo**. Disponível em: <<https://opopular.com.br/magazine/estatuado->>

bandeirante-em-goiania-volta-a-discuss-o-apos-derrubada-de-monumentos-pelo-mundo-1.2075786>. Acesso em: 16 jun. 2024.

Fogo no Anhanguera. , [s.d.].

Foto Monumento - fogo.png. , [s.d.].

FRANCE PRESSE. **Cidade da Bélgica retira estátua de polêmico rei, após protestos antirracistas | Mundo | G1.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/09/cidade-da-belgica-retira-estatuade-polemico-rei-apos-protestos-antirracistas.ghtml>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

FRANK, S.; RISTIC, M. Urban fallism. **City**, v. 24, n. 3–4, p. 552–564, 3 jul. 2020.

FREIRE, C. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo.** [s.l.] Annablume, 1997.

FREIRE, C. Além dos mapas - os monumentos no imaginário urbano contemporâneo (livro, 1997).pdf. , [s.d.].

FUÃO, J. J. R. Monumento ao General Bento Gonçalves: A construção de uma memória. **Biblos**, v. 15, p. 147–153, 2003.

G1. **Manifestantes derrubam estátua do traficante de escravos Edward Colston em Bristol, na Inglaterra.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/07/manifestantes-derrubam-estatuado-trafficante-de-escravos-edward-colston-em-bristol-na-inglaterra.ghtml>>. Acesso em: 16 jun. 2024a.

G1. **Estátuas de Cristóvão Colombo são alvo de depredação nos EUA | Mundo | G1.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/10/estatuas-de-cristovao-colombo-sao-alvo-de-depredacao-nos-eua.ghtml>>. Acesso em: 16 jun. 2024b.

GODDEERIS, I. Colonial Streets and Statues: Postcolonial Belgium in the Public Space. **Postcolonial Studies**, v. 18, n. 4, p. 397–409, 2 out. 2015.

GONZÁLEZ, C. Monumentos del centenario en México y Argentina. **Acta Poetica**, 2014.

GURNEY, K. **The Art of Public Space: Curating and Re-imagining the Ephemeral City.** London: Palgrave Macmillan UK, 2015.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HARVEY, D. Monument and Myth. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 69, n. 3, p. 362–381, 1979.

Joardo Filho - Sem título - 2017.jpg. , [s.d.].

JOHNSON, N. Sculpting heroic histories: celebrating the centenary of the 1798 rebellion in Ireland. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 9, p. 78–93, 1994.

JOHNSON, N. Cast in Stone: Monuments, Geography, and Nationalism. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 13, n. 1, p. 51–65, fev. 1995a.

JOHNSON, N. Cast in Stone: Monuments, Geography, and Nationalism. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 13, n. 1, p. 51–65, 1 fev. 1995b.

JOHNSON, N. C. Mapping monuments: the shaping of public space and cultural identities. **Visual Communication**, v. 1, n. 3, p. 293–298, out. 2002a.

JOHNSON, N. C. Mapping monuments: the shaping of public space and cultural identities. **Visual Communication**, v. 1, n. 3, p. 293–298, out. 2002b.

JORDAN, P. **Neuchâtel inaugure une plaque explicative à côté de la statue de David de Pury**. infoSport. Disponível em: <<https://www.rts.ch/info/regions/neuchatel/13498420-neuchatel-inaugure-une-plaque-explicative-a-cote-de-la-statue-de-david-de-pury.html>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

KNAUSS, P. **Cidade Vaidosa - Imagens Urbanas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1999.

LEGOFF, J. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão. [s.l.] Unicamp, 1990.

LOPEZ, T. A. Mário de Andrade e Brecheret nos primórdios do modernismo. **Revista USP**, n. 94, p. 29–38, 30 ago. 2012.

lynch-kevin-a-imagem-da-cidade1.pdf. , [s.d.]. Disponível em: <<https://uffanaliseurbanismo.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/09/lynch-kevin-a-imagem-da-cidade1.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2024

Manifestação Movimento Passe Livre. , [s.d.].

Maquete do Monumento às Bandeiras. , [s.d.].

MARINS, P. C. G. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 6–7, n. 1, p. 9–36, 1999a.

MARINS, P. C. G. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 6, n. 1, p. 9–36, 1 jan. 1999b.

MARQUÉZ, F.; KRAUSE, V. R. Las heridas de la memoria Disputas patrimoniales en el Palacio de la Moneda, Chile. **Cuadernos de antropología social**, n. 40, p. 149–176, 2014.

Memória coletiva e teoria social [2 ed.] 8574193747, 9788574193748. Disponível em: <<https://dokumen.pub/memoria-coletiva-e-teoria-social-2nbsped-8574193747-9788574193748.html>>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MITCHELL, K. Monuments, Memorials, and the Politics of Memory. **Urban Geography**, v. 24, n. 5, p. 442–459, ago. 2003.

MONTEIRO, O. S. DO N. **Como nasceu Goiânia Ofelia Socrates do Nascimento Monteiro**. -. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.

MONTES, R. **Protestos do Chile questionam história oficial das estátuas | Internacional | EL PAÍS Brasil**. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-01-26/protestos-do-chile-questionam-historia-oficial-das-estatuas.html>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

Monumento às bandeiras. , [s.d.].

Monumento às bandeiras é pichado em São Paulo. , [s.d.].

MORAIS, G. B. R. **Monumentos de Vitória da Conquista : patrimônio cultural e discursos de memórias**. Dissertação de Mestrado—Rio de Janeiro: Unirio, 18 fev. 2009.

MOREIRA, C. M. R. Entre monumentos e bandeiras: o patrimônio como operador de leitura. **Patrimônio e Memória**, v. 14, n. 2, p. 401–415, 12 dez. 2018.

MOURA, I. B. DE. O monumento e a cidade. A obra de Brecheret na dinâmica urbana. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, n. 6, 2011.

MOURA, I. B. D. O MONUMENTO E A CIDADE. A OBRA DE BRECHERET NA DINÂMICA URBANA. n. 6, [s.d.].

Não ao marco temporal. , [s.d.].

NASCIMENTO, D. DO; BITENCOURT, J. B. De granito e de bronze: marcos da identidade carbonífera em cidades catarinenses. **Varia Historia**, v. 24, n. 39, p. 329–343, jun. 2008.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, p. 7–28, 1993.

NORA, P. Entre memória e história - a problemática dos lugares (artigo, 1993).PDF. , [s.d.].

OCHOA, C. G. Monumentos del centenario en México y Argentina. **Acta Poética**, v. 35, n. 1, 1 jan. 2014.

OLIVEIRA, L. L. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 5, p. 195–215, jul. 1998.

OLIVEIRA, R. **Por que nos importamos com símbolos escravagistas dos EUA e ignoramos os do Brasil? | Brasil | EL PAÍS Brasil.** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/02/politica/1504310652_774711.html>. Acesso em: 16 jun. 2024.

OLIVEIRA, W. **(UFG) Drama das estátuas sem praça.** Disponível em: <<https://secom.ufg.br/n/11824-ufg-drama-das-estatuas-sem-praca>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Disponível em: <<https://editora.fgv.br/produto/detalhe/2520/os-vultos-da-nacao-fabrica-de-herois-e-formacao-dos-brasileiros>>. Acesso em: 25 abr. 2024.

PACHECO NETO, M. Os livros didáticos como instrumentos disseminadores da concepção heróica do bandeirante. **Educação e Fronteiras**, 2. v. 1, p. 104–117, 2007.

PINZÓN, N. M. G. **Monumento Deslocado.** Dissertação de Mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 22 maio 2009.

Pixos no pedestal. , [s.d.].

Pixos no pedestal, parte 2. , [s.d.].

Pixos, tintas e colagens no pedestal. , [s.d.].

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio•. v. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. (conferência, 1992).pdf. , [s.d.].

Por que memória social? [s.l.] Híbrida, 2016.

“Queima, Diáb Vói” - Diogo Rustoff. , [s.d.].

Recorte de jornal fala sobre a chegada da Embaixada Universitária Paulista à Goiânia. , [s.d.].

Recorte de jornal mostra a recepção dos estudantes paulistas em Goiás para prestar homenagens ao sertanista morto. , [s.d.].

Reminiscências do modernismo (1980). , [s.d.].

ReP USP - Detalhe do registro: Brecheret:: a linguagem das formas. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001513349>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

RIBEIRO, A. C. F. **Tradição, nacionalismo e modernidade: o monumento Duque de Caxias.** Dissertação de Mestrado—São Carlos: Universidade de São Paulo, 31 out. 2006.

RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos.** São Paulo: Perspectiva, 2014.

RISTESKI, L. S. Monuments and urban nationalism. The Skopje 2014 Project. **Anthropology Magazine**, v. 16, n. 3, p. 49, 1 set. 2016.

RODRIGUES, G.; DODEBEI, V. Os monumentos urbanos e a construção da memória na cidade de Vitória da Conquista. **Politeia - História e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 255–280, 2013.

RODRIGUES, K. C. **Um filho para a Pátria: a construção da memória em torno do general Tibúrcio e a escrita da história do Ceará (1887-1937).** Dissertação de Mestrado—Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016.

ROIZ, D. DA S.; ARAKAKI, S.; ZIMMERMANN, T. R. (EDS.). **Os Bandeirantes e a Historiografia Brasileira.** Serra - ES: Milfontes, 2018.

SALVADORI, F. **Um problema monumental.** Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes/um-problema-monumental/>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

SALVAGNINI, G. **Armando Zago - Lo scultore del dolore.** [s.l.] Centro “Libero Andreotti”, 2003.

SANT’ANNA, M. **Em defesa Patrimônio Cultural: percursos e desafios.** Vitória, ES: Editora Milfontes, 2021.

SANTOS, M. S. DOS. **Memória coletiva e Teoria social.** São Paulo: Annablume, 2012.

SAVAGE, K. **Monument Wars: Washington, D.C., the National Mall, and the Transformation of the Memorial Landscape.** [s.l: s.n.].

SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, v. 20, p. 65–82, 2008a.

SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, v. 20, n. 1, p. 65–82, 2008b.

“Sem título” - Emerson Camaleão [2020]. , [s.d.].

SIBLEY, J.; THOMAS, N.; RUSSELL, W. **Estátua de comerciante de escravos do século 18 é removida em Londres - 09/06/2020 - UOL Notícias.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2020/06/09/estatua-de-comerciante-de-escravos-do-seculo-18-e-removida-em-londres.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SIDAWAY, J. D.; MAYELL, P. Monumental geographies: re-situating the state. **cultural geographies**, v. 14, n. 1, p. 148–155, jan. 2007.

SILVA, J. F. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS/UFMG. 2020.

SOUZA, R. L. DE. A mitologia bandeirante: construção e sentidos. **História Social**, n. 13, p. 151–171, 2007.

TAKAMI, M. Análise Revista São Paulo (1936).pdf. , [s.d.].

TAMASO, I. M. **Em nome de patrimônio : representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás.** Doutorado em Antropologia—Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

TEDESCO, J. C. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração.** [s.l.] Universidade de Passo Fundo, Núcleo de Estudos Histórico-Linguísticos, 2004.

TICONA, V. M. Espacio público y representación: El principal monumento a José de San Martín en el Perú (1904-1921). **Anales del Instituto de Arte Americano e Investigaciones Estéticas. Mario J. Buschiazso**, v. 45, n. 2, p. 181–196, dez. 2015.

TIMALSINA, T. **Why Rhodes Must Fall.** **Harvard Political Review**, 21 mar. 2021. Disponível em: <<https://harvardpolitics.com/rhodes-must-fall/>>. Acesso em: 16 jun. 2024

Tintas no pedestal. , [s.d.].

TOBIN, B. **John B. Castleman statue removed at Louisville’s Cherokee Triangle.** Disponível em: <<https://www.courier-journal.com/story/news/local/2020/06/08/john-b-castleman-statue-louisville-taken-down-cherokee-triangle/3173739001/>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

Tradição, Nacionalismo e Modernidade - O monumento Duque de Caxias. , [s.d.]. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-16042007-092110/publico/dissertacao.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2024

UHLE, A. Monumentos celebrativos - aproximações entre arte e história.pdf. , [s.d.].

UHLE, A. R. Operários da memória: artistas escultores do início do século XX e o concurso do monumento Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 23, n. 2, p. 139–163, 1 dez. 2015.

VANEGAS CARRASCO, C. In- visibilidades de la estatua doble del prócer colombiano Antonio Nariño. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, v. 42, n. 2, p. 385–410, 15 dez. 2015.

WALDMAN, T. C. **Entre batismos e degolas: (des)caminhos bandeirantes em São Paulo.** Doutorado em Antropologia—São Paulo: Universidade de São Paulo, 9 mar. 2018.

WINBERRY, J. J. “Lest We Forget”: The Confederate Monument and the Southern Townscape. **Southeastern Geographer**, v. 55, n. 1, p. 19–31, mar. 2015.

YING, F. Space, Landscape, and Memory: Chengdu’s Shaocheng Park and the Historical Memory of the Railway Protection Movement. **Chinese Studies in History**, v. 47, n. 1, p. 6–28, 1 out. 2013.